



NOSSA REBELDIA NÃO SERÁ EM VÃO:

TRABALHO, COMUNICAÇÃO E LINGUAGEM NA PRÁXIS
DO MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

BRUNA TÁVORA

*NOSSA REBELDIA NÃO SERÁ EM VÃO: TRABALHO,
COMUNICAÇÃO E LINGUAGEM NA PRÁXIS DO MOVIMENTO
DOS PEQUENOS AGRICULTORES*

Rio de Janeiro-RJ
2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

BRUNA TÁVORA

*NOSSA REBELDIA NÃO SERÁ EM VÃO: TRABALHO,
COMUNICAÇÃO E LINGUAGEM NA PRÁXIS DO MOVIMENTO
DOS PEQUENOS AGRICULTORES*

Texto apresentado à banca de tese do Programa
de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura
da Escola de Comunicação da Universidade
Federal do Rio de Janeiro.

Linha: Tecnologias e Estéticas da
Comunicação

Orientação: Dr. Marcos Dantas

Rio de Janeiro
2022

FICHA CATALOGRÁFICA

CIP - Catalogação na Publicação

T234n Távora, Bruna
Nossa rebeldia não será em vão: Trabalho, comunicação e linguagem na práxis do Movimento dos Pequenos Agricultores / Bruna Távora. -- Rio de Janeiro, 2022.
315 f.

Orientador: Marcos Dantas .
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola da Comunicação, Programa de Pós Graduação em Comunicação, 2022.

1. Trabalho de Comunicação e Hegemonia . 2. Comunicação e Trabalho . 3. Semiótica, Estética e Linguagem . 4. Movimentos Sociais e Campesinato. 5. Economia Política da Comunicação e Epistemologia . I. Dantas , Marcos, orient. II. Titulo.

BRUNA TÁVORA

*NOSSA REBELDIA NÃO SERÁ EM VÃO: TRABALHO,
COMUNICAÇÃO E LINGUAGEM NA PRÁXIS DO MOVIMENTO
DOS PEQUENOS AGRICULTORES*

Texto apresentado à banca de tese do Programa
de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura
da Escola de Comunicação da Universidade
Federal do Rio de Janeiro, sob orientação do
Professor Marcos Dantas.

Rio de Janeiro, 15 de setembro de 2022

Banca Examinadora

Marcos Dantas
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Suzy Santos
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Roseli Figaro
Universidade de São Paulo

Rodrigo Castelo
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Marco Schneider
Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia (IBICT/UFRJ)

Giuseppe Cocco
Universidade Federal do Rio de Janeiro

**ATA DA QUINGENTÉSIMA VIGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO PÚBLICA DE
EXAME DE TESE DE DOUTORADO DEFENDIDA POR BRUNA TÁVORA
DE SOUSA MARTINS NA ESCOLA DE COMUNICAÇÃO DA UFRJ**

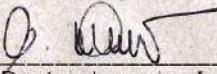
Aos quinze dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, às dez horas, através de videoconferência, foi realizada a defesa de tese de doutorado de Bruna Távora de Sousa Martins, intitulada: "Nossa Rebeldia Não Será em Vão: trabalho, comunicação e linguagem na práxis do movimento dos pequenos agricultores", perante a banca examinadora composta por: Marcos Dantas Loureiro [orientador(a) e presidente], Giuseppe Cocco, Suzy dos Santos, Marco André Feldman Schneider, Roseli Aparecida Fígaro Paulino e Rodrigo Castelo Branco. Tendo o(a) candidato(a) respondido a contento todas as perguntas, foi sua tese:

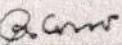
aprovada reprovada aprovada mediante alterações

Com indicação para artigos e para prêmios na área.

E, para constar, eu, Thiago Couto, lavrei a presente, que segue datada e assinada pelos membros da banca examinadora e pelo(a) candidato(a) ao título de Doutor(a) em Comunicação e Cultura.

Rio de Janeiro, 15 de setembro de 2022


Marcos Dantas Loureiro [orientador(a) e presidente]


Giuseppe Cocco [examinador(a)]

Documento assinado digitalmente
govbr SUZY DOS SANTOS
Data: 21/11/2022 10:45:59-0300
Verifique em <https://verificador.itb.br>

Documento assinado digitalmente
govbr MARCO ANDRÉ FELDMAN SCHNEIDER
Data: 04/11/2022 16:43:01-0300
Verifique em <https://verificador.itb.br>

Marco André Feldman Schneider [examinador(a)]

Documento assinado digitalmente
govbr RODRIGO CASTELO BRANCO SANTOS
Data: 13/11/2022 18:21:46-0300
Verifique em <https://verificador.itb.br>

Rodrigo Castelo Branco [examinador(a)]

Documento assinado digitalmente
govbr BRUNA TÁVORA DE SOUSA MARTINS
Data: 21/11/2022 17:17:06-0300
Verifique em <https://verificador.itb.br>

Bruna Távora de Sousa Martins [candidato(a)]

* As atas de defesa de tese/apresentação de dissertação dos Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro somente geram efeitos após sua homologação pelo CEPG.

*Ao Movimento dos Pequenos Agricultores,
por deixar que eu me vinculasse a sua
forma de movimento e para além dela,
permitindo meu “vir a ser” pesquisadora,
cientista e militante social.*

Agradecimentos

Agradeço a toda a militância do Movimento dos Pequenos Agricultores, por trocar co-migo ao longo desses últimos quatro anos. Nossos vínculos alimentam e fortalecem minha im-aginação, minha ousadia e minha coragem. Em especial, à companheirada, que constrói o Sis-tema de Abastecimento Alimentar Popular (SAAP/MPA) no Rio de Janeiro, Andreza Paiva, Andreza Araujo, Camila Franches, Evandro Apolônio, João, Camila, Alice Nied, Leile Texeira, Bruno Geraldo, Débora, Robledo, Humberto Palmeira, Luz Ângela, Eliel Ferreira, Jessé Santos, Bianca Victória, Tia Doca, Mariana, Cristina Flores, Marciano Santos. Obrigada também à Gal Amorim, que revisou esse trabalho e a Matheus Quevedo, do Coletivo Nacional de Comunica-ção. Também agradeço à Gabriel Amorim que desenhou a capa ilustrada da tese.

Obrigada a todos os agricultores e agricultoras que produzem alimentos de verdade, que resistem em seus modos de fazer, de conhecer, de produzir. A cada um/uma que conheci, meus mais sinceros agradecimentos. Por cada conversa, por cada ensinamento, por cada palavra tro-cada, por cada refeição partilhada.

Agradeço a todos os professores e professoras que participaram da minha formação intelectual, em especial ao meu orientador Marcos Dantas, mente brilhante e generosa. Muito obrigada! Obrigada também às professoras e aos professores: Suzy Santos, Roseli Figaro, Ro-drigo Castelo, Giuseppe Cuoco e Marco Schnider pela disponibilidade em fazer a leitura e gran-des contribuições ao texto desta jovem pesquisadora.

Agradeço à equipe técnica da Pós-Graduação da Escola de Comunicação da UFRJ, que, de maneira muito tranquila e presente, garante a estrutura burocrática para que a gente possa estudar e conhecer. Agradeço às políticas públicas de incentivo à pesquisa e à produção intelec-tual, pois esse trabalho foi realizado com apoio de bolsa de estudos e auxílio financeiro do Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (CNPQ). Agradeço a todos os colegas de turma, profissionais e trabalhadores de educação e limpeza da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Obrigada à Verônica e René, minha mãe e meu pai queridíssimos, que desde sempre apoiaram minhas ideias, meus sonhos, meus projetos, e me ajudaram a chegar até aqui. Agra-deço também à Barbara e Bia, e Maya, minhas irmãs e sobrinha, que sempre estiveram por perto. Sei que é um privilégio poder contar com vocês!

Agradeço aos amigos e colegas de trabalho do Grupo de Pesquisa ComMarx, por compartilharem comigo a leitura dos clássicos que sempre quis ler. Esse texto que apresento é certamente uma síntese das diversas reuniões e reflexões teóricas que construímos juntos.

Agradeço a toda equipe de trabalho da AS-PTA, por juntas construirmos uma transição agroecológica no espaço do trabalho, testando, aperfeiçoando e aprendendo formas éticas e respeitosas de se organizar em grupo. Em especial, à Carol, Ingrid e Mari, com as quais redescobri a beleza e o encanto da cooperação feminista no trabalho.

Agradeço a todas as mulheres que me apoiaram nas tarefas de cuidado e reprodução social da minha vida, incluindo a limpeza da casa, a produção da minha alimentação e o cuidado com minha saúde mental. Sem vocês, não teria sido possível atravessar horas, dias e semanas concentrada no estudo. As minhas amigas queridas que seguraram forte a minha mão no duro processo de migração de Aracaju para o Rio de Janeiro, em especial Bebel, Cris, Noélia, Moema Moara, Marília, Marcella, Carol, Isabela, Nati, Mari. Obrigada pela diversão e pelo cuidado!

Aos meus amigos queridos do Rio de Janeiro, Beto, Marco, Bernardo e Rudi, que estiveram sempre por aqui, me ouvindo e me proporcionando, entre acidentes de bicicleta, tarefas políticas, viagens para transportar alimentos produzidos nas Unidades de Produção Camponezas do MPA, compostagem em hortas comunitárias e passeios em sambas, um cuidado e um acolhimento fundamentais para atravessar a crise social da pandemia da Covid-19 e, ao mesmo tempo, concluir uma tese de doutorado.

Um abraço especial para o David, companheiro generoso e carinhoso, que chegou já no finalzinho e, com paciência e escuta, foi revisor e interlocutor desse trabalho.

Por fim, agradeço aos meus e minhas camaradas de organização política que me ensinam, cotidianamente, que o bom da vida é seguir em coletivo a cada passo que damos. Com vocês, aprendi que é melhor errar junto, do que acertar sozinha. Obrigada pelas sugestões, indicações e leituras iniciais desse texto. De norte a sul, e no país inteiro, nossa rebeldia não será em vão! Obrigada!

Hino do MPA

*Somos movimento
Campesino brasileiro
Somos construtores
Do projeto popular
Nosso semear
Mostra ao mundo inteiro
Companheira, companheiro
É preciso caminhar
Respeitando a Terra
Plantando soberania
Contra o sistema
Segue firme em mutirão
Não será em vão
Nossa rebeldia
Nascerá um novo dia
Fruto da Revolução
No horizonte a vitória
Da aliança libertária
Alimenta nossa Luta
Camponesa e operária (bis)
Nossa afirmação
Nosso Plano Camponês
Somos este grito
Por justiça social
Arrancar o mal
Escrever de vez
A história que se fez
A Luta é internacional
Homens e mulheres
A colher um tempo novo
Novas gerações
O cultivo da igualdade
Com diversidade
Entender o todo
Segue em frente nosso povo
Passo a passo à Liberdade
No horizonte, a vitória
Da aliança libertária
Alimenta nossa Luta
Camponesa e operária (bis)*

RESUMO

O objetivo geral da tese é analisar e descrever o trabalho de comunicação, seus produtos e processos observados na práxis política, realizada no contexto do Sistema de Abastecimento Alimentar Popular (SAAP) do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) no estado do Rio de Janeiro. O SAAP é um empreendimento de economia popular que está situado no setor de cultura e alimentos. Ele é desenvolvido por meio de cinco experiências político-econômicas, e que também funcionam como artefatos e tecnologias de comunicação: o espaço Raízes do Brasil, a Cesta Camponesa de Alimentos Saudáveis, a campanha Mutirão Contra a Fome, a Feira Camponesa e a Escola Agroecológica Ana Primavesi. A hipótese de trabalho é que o SAAP/MPA é um artefato de comunicação que media a interação do MPA com seus diversos grupos de diálogo, permitindo a organização de um sistema de signos que contém formas do conteúdo e formas da expressão que visam fortificar sua hegemonia política e social. Para compreender a temática aqui proposta, na parte I, apresento um referencial teórico-metodológico acerca da ontogênese do ser social em sua relação com a comunicação, o trabalho e a linguagem. Faço isso a partir de autores do materialismo histórico e dialético, com ênfase na abordagem semiótica da comunicação. Aqui, um dos objetivos específicos do estudo é contribuir com um enriquecimento metodológico do campo da comunicação, permitindo enfatizar a categoria trabalho de comunicação como objeto do estudo. Para concluir a parte I, descrevo o trabalho de comunicação que é requerido na formalização hegemônica do conteúdo estético (valores de uso e consumo), técnico-científico (aprendizagens práticas para o trabalho) e ético-político (visões de mundo e consenso) do capital. Na parte II, relaciono a análise com a estratégia da Revolução Verde e do agronegócio no caso brasileiro, descrevendo o trabalho de comunicação que logrou constituir monoculturas da mente e do solo. Logo após, observo os tensionamentos e as contradições desse contexto. Por fim, apresento a experiência do SAAP/MPA como antagônica a tal modelo. Dentre os resultados apresentados, descrevo o trabalho de comunicação da equipe do SAAP/MPA e seus produtos, tais como os principais signos, enunciados, processos, técnicas e artefatos utilizados. Para fins de análise, eles estão agrupados na exposição das três formas do conteúdo social. Os resultados apontam que o conteúdo ético-político está ligado ao enunciado que afirma o campesinato como classe social, o conteúdo estético, tem ênfase na organização do valor de uso e do consumo dos alimentos comercializados, e o conteúdo técnico-científico está relacionado às aprendizagens técnico-científicas para o desenvolvimento do trabalho. As conclusões indicam que o trabalho de comunicação realizado no SAAP organiza um sistema de signos que permite disputar a hegemonia e emular uma forma econômica subsumida à finalidade do seu programa político, intitulado Plano Camponês por Soberania Alimentar e Poder Popular. Dentre seus desafios, destaco o alcance reduzido da experiência, o aspecto rotativo de processos de trabalho e trabalhadores e a necessidade de ampliar a prescrição do trabalho de comunicação. Em uma perspectiva macro-analítica, os desafios estão ligados à subsunção do alimento ao signo da mercadoria, à exploração do trabalho no contexto da acumulação de capital, e a hegemonia política, econômica e midiática das empresas capitalistas do setor que desenvolvem um intenso trabalho de comunicação produtor de monoculturas da mente e do solo.

Palavras-chave: Trabalho de Comunicação. Semiótica. Linguagem. Hegemonia. Campesinato.

ABSTRACT

The general objective of this dissertation is to analyze and describe the communicative labor, its products, and processes as observed in the political praxis carried out within the context of the Popular Food Supply System (PFSS) of the Small Farmers Movement (*Movimento dos Pequenos Agricultores*, in Portuguese—MPA) in the state of Rio de Janeiro. The PFSS is a grassroots economic initiative operating in the cultural and food sectors, structured around five political-economic experiences that also function as communication artifacts and technologies: the *Raízes do Brasil* space, the Peasant Basket of Healthy Foods, the Mutual Effort Against Hunger campaign, the Peasant Fair, and the Ana Primavesi Agroecological School. The central hypothesis is that the PFSS/MPA operates as a communication artifact that mediates the MPA's interaction with its various dialogue groups, enabling the organization of a system of signs that comprises both forms of content and forms of expression aimed at reinforcing its political and social hegemony. The first part of the study presents a theoretical-methodological framework concerning the ontogenesis of the social being in relation to communication, labor, and language, drawing from historical and dialectical materialism with an emphasis on the semiotic approach to communication. One specific objective is to contribute to the methodological enrichment of the communication field by emphasizing communicative labor as a central analytical category. This part also examines the communicative labor required for the hegemonic formalization of three dimensions of content under capitalism: aesthetic (use and consumption values), technical-scientific (practical learning for labor), and ethical-political (worldviews and consensus). The second part situates the analysis within the context of the Green Revolution and agribusiness in Brazil, describing the communicative labor that helped establish monocultures of the mind and the soil, and examining the tensions and contradictions that arise from this context. It then introduces the PFSS/MPA experience as an antagonistic and counter-hegemonic model. The communicative labor performed by the PFSS/MPA team is analyzed through its key signs, statements, processes, techniques, and artifacts, grouped according to the three forms of social content: the ethical-political content affirms the peasantry as a social class; the aesthetic content emphasizes the organization of use values and consumption; and the technical-scientific content relates to knowledge acquisition for labor development. The conclusions indicate that this communicative labor organizes a semiotic system that enables the dispute over hegemony and emulates an economic form subordinated to its political program, the *Peasant Plan for Food Sovereignty and Popular Power*. Challenges include the limited reach of the initiative, the rotational nature of labor processes and workers, and the need to expand the formalization of communicative labor. From a macro-analytical perspective, these challenges are tied to the subsumption of food to the commodity sign, the exploitation of labor within capital accumulation, and the political, economic, and media hegemony of capitalist corporations in the sector, which deploy intensive communication strategies that reinforce monocultures of the mind and the soil.

Keywords: Communicative Labor. Semiotics. Language. Hegemony. Peasantry.

RESÚMEN

El objetivo general de la tesis es analizar y describir la labor de comunicación, sus productos y procesos observados en la praxis política realizada en el contexto del Sistema Popular de Abastecimiento (SAAP) del Movimiento Campesino Campesino (MPA) en el estado de Río de Janeiro. SAAP es una empresa de economía popular ubicada en el sector de la cultura y la alimentación. Se desarrolla a través de cinco experiencias político-económicas, que también funcionan como artefactos y tecnologías de comunicación: el espacio Raízes do Brasil, la Cesta Camponesa de Alimentos Saudáveis, la campaña Mutirão Contra a Fome, la Feira Camponesa y la Escola Agroecológica Ana primavera. La hipótesis de trabajo es que la SAAP/MPA es un artefacto de comunicación que media la interacción de la MPA con sus diversos grupos de diálogo, permitiendo la organización de un sistema de signos que contiene formas de contenido y formas de expresión que apuntan a fortalecer su hegemonía política y social. Para comprender el tema propuesto aquí, en la parte I, presento un marco teórico-metodológico sobre la ontogénesis del ser social en su relación con la comunicación, el trabajo y el lenguaje. Lo hago desde autores del materialismo histórico y dialéctico, con énfasis en el enfoque semiótico de la comunicación. Aquí, uno de los objetivos específicos del estudio es contribuir a un enriquecimiento metodológico del campo de la comunicación, permitiendo destacar la categoría trabajo comunicativo como objeto de estudio. Luego, analizo la relación triádica entre estructura, superestructura y formas de conciencia social, enfatizando el signo de la mercancía como forma de expresión social de este sistema. Para concluir la parte I, describo el trabajo de comunicación que se requiere en la formalización hegemonía del contenido estético (valores de uso y consumo), técnico-científico (aprendizaje práctico para el trabajo) y ético-político (cosmovisiones y consensos) del capital. En la parte II, relaciono el análisis con la estrategia de la Revolución Verde y el agronegocio en el caso brasileño, describiendo el trabajo de comunicación que logró constituir monocultivos de mente y suelo. Poco después, observo las tensiones y contradicciones de este contexto. Finalmente, presento la experiencia SAAP/MPA como antagónica a tal modelo. Entre los resultados presentados, describo el trabajo de comunicación del equipo SAAP/MPA y sus productos, así como los principales signos, declaraciones, procesos, técnicas y artefactos utilizados. A efectos de análisis, se agrupan en las tres formas de exposición del contenido social. Los resultados indican que el contenido ético-político está ligado al enunciado que afirma al campesinado como clase social, el contenido estético enfatiza la organización del valor de uso y consumo de los alimentos comercializados, y el contenido técnico-científico está relacionado con el aprendizaje técnico-recursos científicos para el desarrollo del trabajo. Las conclusiones indican que el trabajo de comunicación realizado en la SAAP organiza un sistema de signos que permite disputar la hegemonía y emular una forma económica subsumida al propósito de su programa político, denominado Plan Campesino por la Soberanía Alimentaria y el Poder Popular. A pesar de la relevancia de la SAAP, entre sus desafíos destaco el reducido alcance de la experiencia, el carácter rotativo de los procesos de trabajo y de los trabajadores y la necesidad de ampliar la prescripción del trabajo de comunicación. Desde una perspectiva macroanalítica, los desafíos están vinculados a la subsunción de los alimentos bajo el signo de las mercancías, la explotación del trabajo en el contexto de la acumulación de capital, y la hegemonía política, económica y mediática de las empresas capitalistas del sector que desarrollan un intenso trabajo de comunicación productora de monocultivos de mente y suelo.

Palabras-claves: Trabajo de comunicación. Semiótica. Lenguaje. Hegemonía. Campesinos.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ABAG - Associação Brasileira de Agronegócio
- ABERJE - Associação Brasileira de Comunicação Empresarial
- ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
- CDB - Convenção da Diversidade Biológica
- CEBs - Comunidades Eclesiais de Base
- CLOC - Coordenação Latino-Americana de Organizações do Campo
- CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
- Cooperbio - Cooperativa Mista de Produção, Industrialização e Comercialização de Biocombustíveis do Brasil
- CPCs - Centros Populares de Cultura
- CPT - Comissão Pastoral da Terra
- CTNBio - Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
- EFA - Escola Família Agrícola
- FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
- FHC - Fernando Henrique Cardoso
- FNP - Federação Nacional de Petroleiros
- FUP - Federação Única de Petroleiros
- GM - General Motors
- IC - Indústria Cultural
- Inpi - Instituto Nacional de Propriedade Intelectual
- MAB - Movimento de Atingidos por Barragens
- MAM - Movimento por Soberania Popular na Mineração
- MMC - Movimento das Mulheres Campesinas
- MNLM - Movimento Nacional de Luta Por Moradia
- MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores
- MST - Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- MTST - Movimento dos Trabalhadores sem Teto
- OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras
- OMC - Organização Mundial do Comércio
- OMPI - Organização Mundial de Propriedade Intelectual
- PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PNA - Programa Nacional de Agroecologia
PPJ - Projeto Produtivo do Jovem
PRONERA - Programa Nacional de Ensino da Reforma Agrária
QADE - Questão Agrária em Debate
SAAP – Sistema de Abastecimento Alimentar Popular
SAF - Sistema Agroflorestal
SESI - Serviço Social da Indústria
Senai - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Smece - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
SNA - Sociedade Nacional de Agricultura
TICs - Tecnologias da Informação e da Comunicação
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNE - União Nacional dos Estudantes
VAR - Variedade de Alto Rendimento

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Assembleia realizada na mobilização do Acampamento da Seca, ação que dá origem à organização do MPA, na região de Sarandi-RS, em 1996.....	36
Figura 2: Símbolo do Movimento dos Pequenos Agricultores, contém signos que remetem ao trabalho político do movimento, como sementes, enxada e manifestações.	39
Figura 3: Capa e sumário da Cartilha Manual de Crédito do MPA que difundia informações de acesso ao crédito rural.	40
Figura 4: Equipe do SAAP/MPA em atividade com a chef e influenciadora Bela Gil no dia do lançamento de seu livro.	48
Figura 5: Barraca Camponesa na Secretaria Municipal de Educação em Campos dos Goytacazes em 2014.....	50
Figura 6: Mutirão de plantio e colheita junto ao Grupo de Base em Tinguá, Nova Iguaçu. Novembro de 2015.	51
Figura 7: Barraca Camponesa no Campus Praia Vermelha da UFRJ em maio de 2014.....	53
Figura 8: Organização de Núcleo de Consumidores em entrega da Cesta, no ano de 2016... ..	54
Figura 9 - Publicidade de Leite Moça,1970.	196
Figura 10: Publicidade Olê, Olá! Com Primor e Com delícia, é você quem vai Ganhar, 1969.	198
Figura 11: Panfleto publicitário do Cigarro Continental, 1950.....	200
Figura 12: Publicidade Cigarro Lincoln em 1948.....	201
Figura 13: Trabalho de comunicação publicitário associava o camponês ao Jeca Tatú atrasado.	204
Figura 14: Trabalho de comunicação publicitário associava o camponês ao Jeca Tatú atrasado.	205
Figura 15: Recorte de Jornal do Correio da Manhã, suplemento Singra (1969).....	206
Figura 16: Panfleto digital de divulgação do grupo.	215
Figura 17 - Ato do Tratoraço realizado no contexto de surgimento do MPA, no ano de 1996.	216
Figura 18 - Greve de Fome pela Democracia realizada em Brasília diante da prisão de Luiz Inácio Lula da Silva no ano de 2018.	217
Figura 19 - Equipe de trabalho que gerenciou o Sistema de Abastecimento Alimentar Popular do MPA durante o período analisado.....	225

Figura 20: Malha logística dos alimentos comercializados pelo SAAP.....	227
Figura 21 - Momento de entrega das Cestas Camponesas que são transportadas pela cooperativa de táxi Santaxi.....	232
Figura 22: Print da postagem do Informe Semanal do Sistema de Abastecimento Alimentar Popular do Movimento dos Pequenos Agricultores no RJ na página do Facebook do MPA/RJ. Maio de 2020	234
Figura 23: Panfleto digital de divulgação da festa Noite da Rebeldia Cubana de 2022, que ocorre sempre no dia 26 de julho.	236
Figura 24: Mural pintado na parede do Espaço Raízes do Brasil tem referência no muralismo mexicano e expressa a Aliança Camponesa e Operária por Soberania Alimentar e Poder Popular.	237
Figura 25: Roda de Conversa na atividade de 5 anos do Raízes do Brasil, com o mural ao fundo.....	238
Figura 26: Processo de montagem da Cesta Camponesa no espaço Raízes do Brasil.	239
Figura 27: Atividade do Comitê Popular do Alimento do Morro dos Macacos, realizada em articulação com Vive Pré-Vestibular Comunitário e Sindicato dos Petroleiros, em março de 2021.	240
Figura 28: Atividade do Comitê Popular do Alimento do Morro dos Prazeres em março de 2022.	241
Figura 29: Bandeira do MPA erguida em uma laje na favela da Rocinha, compartilhada no grupo de <i>WhatsApp</i> e nas redes sociais do MPA.....	242
Figura 30: Alimentos da agricultura camponesa na Escola de Boxe do Morro do Cavalão, em Niterói.....	242
Figura 31: Militantes do MPA e do MTST na distribuição de alimentos agroecológicos à cozinha solidária do MTST em São Gonçalo, região metropolitana do RJ.	243
Figura 32: Bruno Geraldo em atendimento à feirante nas feiras de quarta.....	244
Figura 33: Mutirão na Escola Camponesa e Agroecológica Ana Primavesi, localizada em Magé, RJ. Na foto, corte do bambu para a organização de canteiros de produção.	245
Figura 34: Militância do MPA entrega Carta Compromisso à parlamentar Renata Souza.	256
Figura 35: Banner digital de divulgação do programa Vozes Camponesas.	258
Figura 36: Embalagem do Feijão Carioca produzido pela Cooperativa de Produção e Comercialização Camponesa da Bahia (CPC) Bahia.	259
Figura 37: Panfleto digital divulgado em comemoração aos 26 anos do MPA.	260

Figura 38: Placa “Comer é um ato Político” reforça o enunciado ético-político e estético ligado à opção pelo consumo do alimento produzido no contexto do SAAP/MPA.....	262
Figura 39: Sacola “Comer é um ato Político” foi também produzida para acomodar os produtos da cesta camponesa.....	262
Figura 40: Momento de interação no Café da Manhã Camponês no espaço Raízes do Brasil.	263
Figura 41: Momento de interação entre a equipe do SAAP e os cestantes, em um dia de entrega da Cesta Camponesa em setembro de 2018.	264
Figura 42: Panfleto digital convocando voluntários para participar da Brigada de Comunicação.	265
Figura 43: Panfleto eletrônico divulgado nos grupos de consumo da Cesta Camponesa no WhatsApp.....	267
Figura 44: Panfleto eletrônico divulgado nos grupos de consumo da Cesta Camponesa no WhatsApp e nas Redes Sociais do MPA/RJ.....	268
Figura 45: Panfleto eletrônico divulgado nos grupos de consumo da Cesta Camponesa no WhatsApp e nas Redes Sociais do MPA/RJ. Na imagem, Matheus Teixeira e o milho produzido em sua Unidade de Produção que fica em Magé.....	269
Figura 46: Panfleto digital publicado nos grupos de cestantes, difundindo a perspectiva integrada da agroecologia camponesa, que envolve produção alimentar diversificada, como a pesca.	269
Figura 47: Panfleto digital que acompanhou o texto ensinando o consumo da banana verde.	271
Figura 48: Panfleto digital divulgando a Festa da Colheira do Arroz.	273
Figura 49: Panfleto digital Deu na Roça Tem na Cesta. Alimento: Arroz Agroecológico....	273
Figura 50: Panfleto digital Comer é um Ato Político. Alimento: Arroz Agroecológico.	275
Figura 51: Embalagem do Arroz Velho Chico que é distribuído para famílias que integram o MTST e que se vinculam com o MPA por meio da Campanha Mutirão contra a Fome	277
Figura 52: Mutirão no Sítio São José, em Pau Grande, localizada em Magé, RJ. Na foto, manutenção dos canteiros de produção de feijão.	281
Figura 53: Foto postada nas redes sociais do Raízes do Brasil, que divulga o produto resultado do aprendizado das oficinas de Biopoder Camponês.	284
Figura 54: Militância que participou do I Encontro Estadual do Rio de Janeiro.	286
Figura 55: Momento da troca de sementes que ocorreu no I Encontro Estadual do MPA. ..	286

Figura 56: Foto ao final da oficina e Roda de Conversa: “O Trabalho de Comunicação no SAAP/MPA”, realizada por meio de quatro encontros no mês de junho de 2022.	289
Figura 57: Postagem nas Redes Sociais do MPA com Dira Paes, celebridade que apoia causas ambientais e camponesas.....	292
Figura 58: Quadro de acordos coletivos em construção.	293
Figura 59: Equipe do SAAP no momento de definição do cronograma de atividades antes do início do dia de trabalho, momento de organização do quadro de avisos.	295
Figura 60: Quadro de avisos contendo tabela de horários coletivos.	296

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	22
1 PRÁXIS E FORMAS DE CONHECIMENTO.....	27
1.1 Vivência, Percepção e Sistematização	29
1.2 A Luta dos Pequenos Gigantes: Breve História sobre o Trabalho de Comunicação na Formação do Movimento dos Pequenos Agricultores.....	33
1.2.1 Nova base produtiva e o plano camponês por soberania alimentar e poder popular	42
1.2.2 A organização político-econômica como mediação do trabalho de comunicação do MPA	44
1.2.2.1 <i>O Sistema de Abastecimento Alimentar Popular na cidade do Rio de Janeiro</i> ..	45
1.2.2.2 <i>A chegada do MPA no Rio de Janeiro</i>	48
1.3 Hipótese, Problemas e Perguntas da Pesquisa para o Estudo do Trabalho de Comunicação	55
1.3.1 Objetivo geral e objetivos específicos	55
1.3.3 Metodologia.....	58
1.3.4 Subindo em gigantes: notas metodológicas sobre o campo da comunicação.....	60
1.3.5 Transformações na abordagem comunicacional.....	62
1.3.6 Trabalho de comunicação, hegemonia e superestrutura	64
2 TEORIA DA HEGEMONIA, MODOS DE VIDA E MODOS DE PRODUÇÃO NO CAPITALISMO.....	72
2.1 Entre o Conteudismo e o Formalismo: Aproximações sobre Hegemonia, Linguagem e o Trabalho de Comunicação na Luta de Classes	78
2.1.1 Irracionalistas utópicos x socialistas conteudistas.....	78
2.1.2 Americanismo-Fordismo	82
2.2 Trabalho de Comunicação na Luta de Classes Latino-Americana: Reencantar o Mundo	88
3 COMUNICAÇÃO, TRABALHO E LINGUAGEM	95
3.1 Linguagem, Consciência e Reflexo Psíquico	98

3.1.1 Comunicação e vínculo	104
3.1.2 Da atividade simbólica ao trabalho de comunicação.....	107
3.2 Trabalho de Comunicação e Técnicas Coletivas e Comunitárias de Linguagem.....	111
3.2.1 O trabalho de comunicação e seus produtos.....	115
3.2.3 Sistema de signos	117
3.2.5 Enunciados e Palavras	120
3.2.6 A premissa teórica.....	121
4 A SEMIÓTICA DO CAPITALISMO	123
4.1 A Semiótica do Capitalismo: Signo e Simbolização no Contexto do Capital	123
4.1.1 O conceito de economia	123
4.1.2 Propriedade privada, mercadoria e trabalho estranhado.....	128
4.1.3 O signo da mercadoria: valor, valor de uso e valor de troca	129
4.1.4 Mercadoria dinheiro e a generalização da troca como mediação histórica	132
4.1.5 Estranhamento e reificação.....	134
4.1.6 Para concluir	140
4.2 As Formas do Conteúdo: Conteúdo Estético, Conteúdo Técnico-Científico e Conteúdo Ético-Político nas Relações Mercantis	140
4.2.1 Conteúdos estéticos: valor de uso e a dialética entre produção e consumo	143
4.2.1.1 <i>A subsunção do valor de uso ao valor de troca</i>	144
4.2.1.2 <i>Relações entre publicidade e organização do consumo</i>	149
4.2.2 Conteúdos técnicos-científicos: aprendizagem, trabalho e renda informacional ..	150
4.2.2.1 <i>Capitalismo e formação dos conteúdos técnicos</i>	151
4.2.2.2 <i>Conteúdo técnico e renda informacional</i>	152
4.2.2.3 <i>Renda informacional e biopirataria</i>	153
4.2.3 O conteúdo ético-político.....	157
4.2.3.1 <i>Enunciados sobre o capital para o trabalho</i>	159
4.2.3.2 <i>Discurso de ódio e crise do capital</i>	160
NOTAS PARA CONCLUIR PARTE I.....	163
PARTE II.....	167
ENTRE A COVA E O BERÇO: HEGEMONIA E TRABALHO DE COMUNICAÇÃO NA LUTA DE CLASSES DO CAMPO.....	167

ANDANÇAS E ENSINANÇAS	168
5 A LUTA CONTRA A ECONOMIA NATURAL E AS ORIGENS AGRÁRIAS DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA.....	172
5.1 Destruição, Resistência e Recriação do Campesinato: A Subsunção da Agricultura à Indústria	177
6 REVOLUÇÃO VERDE E MONOCULTURAS DA MENTE: UMA ANÁLISE SEMIÓTICA.....	183
6.1 A Revolução Verde no Brasil.....	188
6.1.1 Trabalho de comunicação e revolução verde.....	194
6.2 Para Além da Porteira: O Agronegócio como Palavra Política	208
7 ECONOMIAS POPULARES E A FUSÃO DO POLÍTICO E DO ECONÔMICO ...	220
8 LUTA PELA HEGEMONIA E TRABALHO DE COMUNICAÇÃO NO SISTEMA DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR POPULAR (SAAP) DO MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES	225
8.1 Breve Histórico sobre a conformação do SAAP no Rio de Janeiro	228
8.2 Crise da Pandemia da Covid-19 e a Resposta Camponesa.....	231
8.3 O SAAP como Artefato de Comunicação: Grupos de Diálogo e Experiências Político-Econômicas.....	234
8.3.1 O espaço Raízes do Brasil no Rio de Janeiro	234
8.3.2 Cesta Camponesa de Alimentos Saudáveis	238
8.3.3 Campanha Mutirão Contra a Fome: frente urbana de organização política	240
8.3.4 Feira Camponesa	243
8.3.5 Escola Camponesa Agroecológica Ana Primavesi (ECAAP)	244
8.4 Enunciados e produtos do trabalho de comunicação: conteúdo ético-político, conteúdo estético e conteúdo técnico-científico no SAAP	245
8.4.1 Conteúdo ético-político: o campesinato como classe social	246
8.4.1.1 <i>De Jeca Tatu a Zé Brasil</i>	251
8.4.1.2 <i>Afirmação camponesa junto ao poder público, intelectuais e universidades</i>	253
8.4.1.3 <i>Campesinato, segurança alimentar e soberania alimentar</i>	255
8.4.1.4 <i>Adjetivações camponesas</i>	258

8.4.2 Comer é um ato político! Conteúdos estéticos, valor de uso do alimento e os cestantes na dialética entre produção e consumo.....	260
8.4.2.1 <i>Campanhas de comercialização e brigada de comunicação popular</i>	265
8.4.3 Alimergia e biopoder camponês: o trabalho de comunicação na organização de conteúdos técnicos-científicos e das aprendizagens	278
8.4.3.1 <i>Grupo de diálogo: agricultores e produtores de alimentos</i>	280
8.4.3.2 <i>Oficina de biopoder camponês</i>	283
8.4.3.3 <i>Campanha Cada Família Adota uma Semente</i>	285
8.4.3.4 <i>Trabalho de comunicação com a equipe do SAAP</i>	288
8.4.3.5 <i>As relações de comunicação e trabalho na equipe do SAAP</i>	293
8.5 Desafios nos Procedimentos de Comunicação no Contexto do Trabalho no SAAP	298
9 OU INVENTAMOS OU ERRAMOS: PRÁXIS POLÍTICA, CONCLUSÃO E ALGUMAS REFLEXÕES ANALÍTICAS SOBRE A EXPERIÊNCIA.....	302
REFERÊNCIAS	306

INTRODUÇÃO

O Sistema de Abastecimento Alimentar Popular (SAAP) é um empreendimento de economia popular que está situado no setor de cultura e alimentos, e ocorre no Estado do Rio de Janeiro. Ele é desenvolvido pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) por meio de cinco experiências político-econômicas: o espaço Raízes do Brasil, a Cesta Camponesa de Alimentos Saudáveis, a campanha Mutirão Contra a Fome, a Feira Camponesa e a Escola Agroecológica Ana Primavesi.

Ele envolve diretamente quatro mil famílias (entre produtores, consumidores e equipe técnica). Dentre elas, cerca de 40 unidades de produção camponesa, três mil consumidores compradores e cerca de mil pessoas que participam das diferentes etapas nas distintas experiências desenvolvidas no estado. A equipe que gerencia o SAAP é formada por cerca de quinze trabalhadores, que são também militantes sociais vinculados às instâncias políticas do MPA.

Nesse contexto, o objetivo geral da tese é analisar e descrever o trabalho de comunicação, seus produtos e processos observados na práxis política realizada no Sistema de Abastecimento Alimentar Popular (SAAP) do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) no estado do Rio de Janeiro, enfatizando sua função na disputa pela hegemonia social no contexto da luta de classes.

Já os objetivos específicos são: a) enriquecer o escopo dos objetos de investigação da comunicação, a partir da conceituação e identificação da categoria trabalho de comunicação, b) ampliar a percepção das formas de controle social do capitalismo, demonstrando a função semiótica dos produtos desse trabalho, c) fortalecer as experiências dos movimentos sociais a partir dos resultados produzidos por esta pesquisa.

A hipótese do trabalho consiste na afirmação de que o SAAP/MPA é um artefato de comunicação que media a interação do MPA com seus diversos grupos de diálogo, permitindo o vínculo e a comunicação do movimento com um conjunto diverso de sujeitos políticos. Por sua vez, esse diálogo também é mediado por um artefato de comunicação, que é o sistema de signos, e que será descrito e caracterizado. Esse sistema contém palavras e enunciados que difundem o conteúdo ético-político, técnico-científicos e estético do movimento em diversas formas de expressão, e que visam fortificar sua hegemonia política e social.

A justificativa desse estudo está ligada ao contexto das crises ético-humanas e econômicas vivenciadas no momento contemporâneo, em que se torna urgente organizar e constituir processos de trabalho e de comunicação que permitam superar a forma e o conteúdo da sociedade capitalista.

O caminho teórico para o desenvolvimento dessa proposta foi realizado da seguinte forma: no capítulo 1, intitulado *Práxis e formas de conhecimento*, realizei uma exposição conceitual acerca da práxis (BAKHTIN, 1997; TSÉ-TUNG, 2007; SANCHEZ VÁSQUEZ, 2011; GRAMSCI, 2012). Em seguida, apresento a minha práxis e os procedimentos de trabalho que realizei no contexto do SAAP entre abril de 2019 e junho de 2022, dando ênfase ao trabalho de comunicação, seus produtos e processos. Com isso, exponho meu ponto de partida ético-político-epistemológico, por meio do qual apreendi os conteúdos que apresento na forma dessa tese.

Também nesse capítulo, contextualizo o surgimento do MPA a partir do enfoque sobre o trabalho de comunicação. Descrevo alguns procedimentos de comunicação, o surgimento de grupos de diálogo, além dos enunciados e das palavras utilizadas. Também relato percepções dos militantes acerca das funções do trabalho de comunicação na disputa pela hegemonia observadas no surgimento do MPA (GORGEN, 1998).

Aponto que, já na gênese do movimento, pode ser notado que o trabalho de comunicação pressupõe tanto a difusão de conceitos e enunciados em forma de textos, catilhas e cartas políticas, quanto a instauração de espaços comuns de interação, por meio dos quais são usadas técnicas de comunicação que permitem a vinculação social do MPA com seus diversos grupos de diálogo. São exemplos as relações de produção e comercialização de alimentos, as manifestações, as greves e as ocupações que instauram processos comunicativos entre o MPA, a sociedade civil, o poder público e o campesinato (GORGEN, 1998; CARVALHO, 2018).

Para compreender esse contexto, abordo o trabalho de comunicação a partir da problemática da hegemonia. Segundo com esta reflexão, no capítulo dois analiso a teoria da hegemonia presente no pensamento de Antônio Gramsci (2012), identificando o trabalho intelectual e o trabalho de comunicação. Aqui destaco algumas características do trabalho de comunicação, que podem ser observadas na luta política entre as classes dirigentes e as classes subalternas, observando a função do trabalho de comunicação no contexto da luta de classes e na organização da hegemonia política social dos grupos.

Para concluir esse capítulo, combino a perspectiva gramsciniana com a de alguns autores latino-americanos, relacionando-as ao trabalho de comunicação conforme estou abordando na tese.

Pela mediação do pensamento de Mariátegui (2005); Cusicanqui (2018) e Guevara (1965), observo que o trabalho de comunicação no contexto da luta de classes latino-americana exige uma forma e um conteúdo que fortaleçam a hegemonia política da classe trabalhadora destes países. No caso do Brasil, a luta pela hegemonia deve incorporar a diversidade étnica e cultural, o que exige a utilização de artefatos, técnicas comunitárias de comunicação e de linguagem que incorporem a dimensão ético-estética e técnico-científica na particularidade dos grupos sociais da classe subalterna brasileira, formada por campesinos, indígenas, trabalhadores urbanos, quilombolas, mulheres, pessoas LGBT+, em toda sua diversidade e conhecimento.

Conforme destaquei acima, dentre os objetivos específicos do estudo, está aquele que pretende contribuir com um enriquecimento metodológico do campo da comunicação, apresentando o trabalho de comunicação como objeto do estudo do campo, em sua interface com a problemática da hegemonia social.

Para realizar esse objetivo, apresento no capítulo três um referencial teórico-metodológico que argumenta acerca da definição desse conceito. Faço isso a partir de autores do materialismo histórico e dialético (LEONTIEV, 2004; MARX, ENGELS, 2007; ENGELS, 2020), com ênfase na abordagem ontológica e semiótica da comunicação, do trabalho e da linguagem (ROSSI-LANDI, 1985; BAHKTIN, 1997; 2006; ECO, 2004; PINTO, 2005; FIGARO, 2007; DANTAS, 2018).

Primeiro, demonstro a homologia entre trabalho e linguagem, indicando a atividade de comunicação inicialmente e, posteriormente, o trabalho de comunicação como o tipo de trabalho humano que está imbricado na constituição das formas da consciência social e do psiquismo e, portanto, da linguagem, dos signos, das formas do conteúdo e das formas da expressão social.

Apresento a linguagem em sua dimensão de técnica, tecnologia e de trabalho, demonstrando que sua finalidade é a produção e a circulação de signos, palavras e de enunciados que permitem a ocorrência das relações sociais de produção (ROSSI-LANDI, 1985; BAHKTIN, 1997; 2006; ECO, 2004; PINTO, 2005; FIGARO, 2007; DANTAS, 2018).

Para concluir a parte I, descrevo o trabalho de comunicação que é requerido na formalização hegemônica de três formas do conteúdo social: i) O conteúdo estético, por meio do qual observo a dialética entre produção e consumo das mercadorias, bem como a ontologia

dos valores de uso social, e a forma de satisfação das necessidades sociais subsumidas ao valor de troca (FONTENELLE, 2002; DANTAS, 2018; 2012; MARX 2011; 2007). ii) O conteúdo técnico-científico, por meio do qual destaco a conformação das aprendizagens práticas para o trabalho, que ocorre sob a égide da propriedade privada dos meios de produção e da natureza, envolvendo biopirataria e acúmulo por renda informacional (DANTAS, 2008; FURTADO, 2008; SHIVA, 2002). E, por fim, o conteúdo ético-político, por meio do qual destaco as visões de mundo e os enunciados que têm relação com o universo dos valores e da conduta social, e são produzidos com a finalidade de organizar o consenso social da forma capitalista de produção (GRAMSCI, 2012).

Já na parte II faço uma breve reflexão sobre elementos ligados às origens agrárias do modo de produção capitalista, destacando as observações de Rosa de Luxemburgo (1979; 1990), sobre a dimensão da acumulação do capital, e de Ellen Wood (2003), acerca dos enunciados desta fase.

Em seguida, articulo essas determinações econômicas aos aspectos semióticos, demonstrando a relação entre trabalho de comunicação e Revolução Verde. Apresento o conceito de Monoculturas da Mente (SHIVA, 2003) como forma de expressão conceitual, que é a síntese do conteúdo do modo de produção capitalista para a agricultura. Em seguida, demonstro tensionamentos e procedimentos do trabalho de comunicação no Brasil em sua relação com a instauração da Revolução verde no país, bem como a sua continuação, o agronegócio (CANDIDO, 1975; FREIRE, 1983; SHIVA, 2002; BRUNO, 2010).

No capítulo sete, faço uma breve introdução ao tema da Economia Popular, destacando que sua principal característica está na fusão entre o aspecto político, cultural e econômico das experiências. Também observo que seu desenvolvimento requer aprendizagens específicas como a habilidade de cooperação e associação, características existentes em razão das limitações de recursos financeiros e humanos no desenvolvimento do trabalho (QUIJANO, 2007; NUÑEZ, 2007; VÁSQUEZ, 2017).

Por fim, no capítulo oito, apresento a experiência do SAAP/MPA como antagônica ao modelo hegemônico produtor de Monoculturas da Mente. Dentre os resultados apresentados, descrevo o trabalho de comunicação da equipe do SAAP/MPA e seus produtos, tais como os principais signos, enunciados, processos, técnicas e artefatos comunicativos utilizados.

Para fins de análise, eles estão agrupados na exposição das três formas do conteúdo social. O conteúdo ético-político, que está ligado ao enunciado que afirma o campesinato como classe social, o conteúdo estético, que tem ênfase na organização do valor de uso e do consumo

dos alimentos comercializados, expresso na frase “*Comer é um Ato Político*”, e o conteúdo técnico-científico, que está relacionado às aprendizagens técnico-científicas para o desenvolvimento do trabalho de produção e comercialização de alimentos. Aqui utilizo o programa político do MPA, intitulado Plano Camponês por Soberania Alimentar e Poder Popular (2014), e um conjunto de documentos científicos produzidos por intelectuais orgânicos do movimento, para refletir sobre a experiência.

Em seguida, faço uma breve análise das contradições e dos limites do SAAP, destacando que se trata da emulação de uma forma econômica que possui limitações, porém que permite o diálogo do MPA com diversos grupos, permitindo a implementação de um trabalho de comunicação situado na disputa pela hegemonia política no contexto da luta de classes, em sua dimensão ético-político, técnico-científica e estética.

Apesar da relevância do SAAP, dentre seus desafios, destaco o alcance reduzido da experiência, o aspecto rotativo de processos de trabalho e trabalhadores e a necessidade de ampliar a prescrição das funções do trabalho de comunicação. Já em uma perspectiva macro analítica, os desafios estão ligados à subsunção do alimento e da terra ao signo da mercadoria, e a hegemonia política, econômica e midiática das empresas capitalistas do setor, que desenvolvem um intenso trabalho de comunicação que visa ampliar o processo de acumulação de capital, a partir da produção de monoculturas da mente e do solo.

1 PRÁXIS E FORMAS DE CONHECIMENTO

O trabalho que apresento nesta tese tem como ponto de partida o conceito de práxis. A práxis é uma concepção da teoria que pressupõe a relação dialética entre a ciência e a prática, em detrimento da teoria pura (GRAMSCI, 2012). Tal perspectiva tem o objetivo de construir uma abordagem científica e ético-epistemológica com finalidade de intervir na vida prática rumo à possibilidade de mudança social. Portanto, é uma observação científica do real que expressa as contradições do mundo capitalista, possibilitando observar seu processo de gênese, transformação e superação.

A práxis é um conceito presente no escopo teórico marxiano e, na perspectiva de Gramsci (2012), se trata de uma dimensão fundamental do método dialético. Nesta abordagem, a teoria se configura como uma “ciência-ação”, uma teoria que é, ao mesmo tempo, elaboração científica do real e uma ação para transformá-lo (GRAMSCI, 2012). Deste modo, o que afirma o autor é que o trabalho científico realizado pela mediação da práxis permite a compreensão acerca da realidade na direção de sua transformação.

Gramsci (2012) explica que isto permite expressar as contradições do mundo capitalista mediante o estudo organizado e sistematizado e, assim, possibilita uma crítica radical às relações desenvolvidas nesse sistema. O conceito de práxis presente na abordagem dialética da ciência alarga não somente os objetos de estudo, mas sobretudo a dimensão ético-política do conteúdo científico, uma vez que reinsere o papel do sujeito na construção de uma nova forma da atividade social.

Nesse sentido, para a produção da minha tese realizei uma abordagem fronteiriça entre a ética, a epistemologia e a política (SCHNEIDER, 2013, 2015a, 2016), organizando uma problematização teórico-metodológica no campo da comunicação. Em seguida, a partir dessa reflexão teórica, caracterizei o trabalho de comunicação na práxis do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Tal observação se deu por meio da participação desta pesquisadora em atividades de trabalho que ocorreram entre abril de 2019 e junho de 2022.

Já para Bakhtin (1997), negar essa dimensão da ciência corresponde a negar o papel do sujeito na história e, portanto, de sua humanidade. Com isso, é ocultado o poder que os grupos organizados têm de atuar deliberadamente na modificação da forma e do conteúdo do trabalho social existente. Essa negação corresponde ao mecanismo de objetificação do sujeito cognoscente, posto que separa o fator histórico da vida comum, excluindo a relação entre humanidade e natureza, entre o sujeito individual e coletivo e sua atividade social.

Gramsci (2012) também nos lembra que o método científico deve ser mobilizado na construção do projeto revolucionário em direção à transição socialista, e que a abordagem deve estar no aspecto experimental efetivado sobre a realidade. Ele expressa isso no signo de um *cientista experimentador*. Vejamos com suas palavras:

a atividade experimental do cientista é o primeiro modelo de mediação dialética entre o homem e a natureza, é a célula histórica elementar pela qual o homem, pondo-se em relação com a natureza através da tecnologia, a conhece e a domina. [...] A experiência científica é a primeira célula do novo método de produção, da nova forma de união ativa entre o homem e a natureza. O **cientista experimentador** é um operário, não um puro pensador; e seu pensar é continuamente verificado pela prática e vice-versa, até que se forme a unidade perfeita de teoria e prática. (GRAMSCI, 2012, p. 199, grifo nosso).

O argumento do autor permite situar a centralidade do conhecimento científico das classes subalternas no processo dialético de transformação da realidade social, enfatizando o papel técnico-político e ético-responsivo do trabalhador cientista. Isto não apenas na ligação com seu tema de estudo, mas de forma geral como um produto conceitual que interfere, transforma e tensiona as contradições da realidade social.

Avançando nessa discussão, observa-se a importância em negar a neutralidade axiológica, uma vez que isso corresponde à negação do sujeito que pesquisa, sendo esse um enunciado hegemônico no campo científico. Tal mecanismo coisifica tanto o sujeito pesquisador quanto o sujeito pesquisado, uma vez que oculta a influência do componente humano na realidade social. Afinal, “o sujeito como tal não pode ser percebido e estudado a título de coisa, porque como sujeito, não pode, permanecendo sujeito, ficar mudo”. (BAKHTIN, 1997, p. 404). O cientista experimentador é um sujeito cognoscente que atua de maneira ético-responsiva na realidade, uma vez que sintetiza teoricamente o real observado, posicionando-se.

Sobre a neutralidade nas ciências humanas, Bakhtin (1997) nos lembra que uma teoria que se pretenda neutra seria “como o peixe dentro do aquário, toca o fundo e as paredes, e não pode ir mais longe nem mais fundo. É o pensamento dogmático”. (BAKHTIN, 1997, p. 405). Para o autor, a produção de conhecimento sobre a realidade que nos interpela é, ao mesmo tempo, forma interpretativa de análise do real e momento de construção do real vivido.

Na perspectiva da práxis, nega-se a neutralidade axiológica e elucida-se a historicidade dos processos sociais, demonstrando a importância em organizar uma compreensão na perspectiva da transformação social, apontando as contradições existentes e as desigualdades sociais que nos assolam.

Também Marx e Engels (2007) afirmam que sua filosofia pretende analisar cientificamente as atividades humanas, pontuando seu caráter histórico e dinâmico para intervir em sua transformação. Sua mais bem acabada forma de expressão encontra-se na Tese 11 sobre Feuerbach: “Os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo”. (MARX; ENGELS, 2007, p. 535).

Nesse sentido, é fundamental eliminar a concepção de coisa e de objeto do sujeito cognoscente, ressituando-o como um ator ético-responsivo da produção discursiva. Este que, participando da existência, constrói resultados, juízos de valor e formas de compreensão que influenciam no contexto analisado. Para Bakhtin (1997), o juízo de valor é um elemento necessário da cognição e da compreensão humanas, seja na relação dialógica de interação verbal, seja mesmo no discurso interior. Nesse sentido, qualquer ato de conhecimento tem como síntese dialética — ainda que provisória — um juízo de valor que expressa uma compreensão sobre o processo social.

Deste modo, a pesquisa científica figura como mediação para a compreensão do mundo, sendo o *autor* um sujeito cognoscente que atua de maneira ético-responsiva na realidade, sintetizando teoricamente o real observado e posicionando-se. Todo ser que objetiva esteticamente uma realidade, interfere no sentido que se constrói sobre ela. Disto infere-se que os significados que o sujeito que conhece produz sobre o sujeito que é conhecido tem profundo sentido ético-responsivo (BAKHTIN, 1997).

1.1 Vivência, Percepção e Sistematização

Adolfo Sanchez Vázquez (2011), ao refletir sobre a práxis, define que, de um lado, concentra-se a experiência do real e, do outro, a construção de novas possibilidades por meio da elaboração intelectiva, científica e objetiva de análise desse real. O método científico da práxis pressupõe o momento da percepção, do “lançar-se à ação” e, em seguida, o momento da elaboração científica e da sistematização.

Para investigar a partir de tal perspectiva, consideramos que a experiência dos sujeitos envolve, pelo menos, dois estágios da cognição: o estágio da percepção e o estágio da lógica racional (TSÉ-TUNG, 2007). A formação do conhecimento decorre da codificação e da produção de sentidos derivados das percepções da experiência, e que se tornam compreensíveis

a partir da compreensão teórico-conceitual. Em um primeiro momento, é o ato de lançar-se à ação e, em seguida, o momento reflexivo acerca desta ação.

O líder e intelectual chinês Mao Tsé-Tung (2007) explica que o conhecimento e a formação dos conceitos se desenvolvem em dois estágios integrados de cognição: 1) a etapa perceptiva – que é a vivência, percepção e impressões dos sentidos; e 2) etapa lógica – que é relativa ao julgamento e às inferências que, mobilizada pelos sentidos, constitui conceitos, juízos ou teorias científicas.

Ambos se realizam *ad infinitum* e são interdependentes, “o perceptivo e o racional são qualitativamente diferentes, embora não divorciados um do outro, mas unidos no fundamento da prática”. (TSÉ-TUNG, 2007, p. 70). Com a permanência da prática social, ocorre um salto ou uma “mudança súbita” e se produz no cérebro a formação de conceitos que “captam a essência, a totalidade e as relações internas das coisas”. (TSÉ-TUNG, 2007, p. 70).

A elaboração racional, quando expressa em um conjunto de formulações, possibilita que determinados grupos sociais tomem consciência do próprio ser social, da própria força e das tarefas históricas do seu desenvolvimento. A partir desse movimento, é possível construir conhecimentos verdadeiros não-mistificadores e, portanto, eticamente comprometidos com as assimetrias do mundo social.

Se você quiser conhecer certa coisa ou certa classe de coisas diretamente, precisará participar pessoalmente da luta prática para transformar a realidade, para transformar aquela coisa ou classe de coisas, pois só assim você poderá entrar em contato com elas como fenômenos. Apenas pela participação pessoal na luta prática para transformar a realidade você pode descobrir a essência daquela coisa ou classe de coisas e compreendê-las. Esse é o caminho para o conhecimento que todo homem na verdade percorre, apesar de algumas pessoas, distorcendo deliberadamente os fatos, argumentarem o contrário. (TSÉ-TUNG, 2007, p. 83).

Assim, de uma perspectiva dialético-materialista, é na luta prática para transformar a realidade que é possível descobrir a essência daquela coisa ou classe de coisas, compreendê-las e explicá-las. “A verdadeira tarefa de conhecer é, por meio da percepção, chegar ao pensamento; chegar passo a passo à compreensão das contradições internas das coisas objetivas, de suas leis e das relações internas entre um processo e outro, isto é, chegar ao conhecimento lógico.” (TSÉ-TUNG, 2007, p. 67-71).

Com isso, destaco que o estudo sobre o Movimento dos Pequenos Agricultores contemplará, para fins de exposição, um esforço em não espelhar a realidade observada, mas sim um esforço na construção de um conhecimento que, embora mediado pelos modelos

hegemônicos, busca incorporar a dimensão da finalidade da pesquisa e organizar uma sistematização da experiência, deliberadamente orientada para fortalecê-la.

Por fim, cabe destacar outra contribuição do materialismo histórico apresentada por Schneider (2013). O autor destaca que é necessário considerar que há uma luta de classes no campo científico que também provoca cisões internas, criando objetivos e interesses diversos e não equalizáveis nos campos teóricos. Estes demandam problematização e complexificação para serem equacionados.

Em consequência, negamos o aspecto dogmático e objetificado que se produz acerca do sujeito da ciência, posto que afirmamos o campo científico como mediação relevante de apreensão do mundo, parte constitutiva de modelação do real. Afinal,

tanto a política (a gestão do poder) quanto a epistemologia (a gestão da racionalidade) podem ser pensadas como meios para atingir aquilo que a ética estabelece como correto ou desejável [...]. Temos aqui um primeiro vislumbre, quase simultâneo, da dimensão epistemológica da ética – cujo produto consiste na fundamentação racional do problema do bem – e da política –, pois foi colocado o problema do conhecimento racional a respeito de como atingir ou produzir este bem. (SCHNEIDER, 2013, p. 62).

Com a apresentação desses pressupostos epistemológicos, apresento nesta tese uma proposta teórico-metodológica para realizar a observação e a sistematização do Sistema de Abastecimento Alimentar Popular (SAAP), experiência que construí e acompanhei junto ao Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Por meio dessas premissas, me aproximo da metodologia da pesquisa-ação ou pesquisa-militante, conforme destacada no trabalho de Peruzzo (2016, p. 12),

A pesquisa-ação requer a inserção do pesquisador na situação investigada para participar das atividades, segundo a realidade ali existente. É uma forma de acompanhar a dinâmica cotidiana e conviver de modo a conhecer e poder agir no seu interior. Essa interação implica em concordância prévia do grupo ou comunidade. Mas, além da inserção, se intervém de modo deliberado na situação investigada. A intervenção ocorre por meio da ação ao se assumir algum papel e/ou quando se coordenar as ações da pesquisa.

Tal atuação se deu por intermédio das seguintes atividades: Coletivo de Comunicação, Coletivo de Educação e Tecnologia, coordenação estadual da campanha Mutirão contra a Fome, participação em eventos e cursos de formação política do movimento e participação do I Encontro Estadual do MPA no Rio de Janeiro. Além de visita de campo às experiências de produção de alimentos do movimento no estado Rio de Janeiro. Teve como extensão temporal

o período de abril de 2019 a maio de 2021. Abaixo está listado o conjunto de atividades-trabalho que foram desenvolvidas.

Quadro 1: Produtos e processos desenvolvidos no MPA ao longo do processo de produção da tese.

Instância	Produto / Processo	Período de extensão	Realizado com
Território Sul Fluminense- Coordenação Estadual do MPA	Apoio na implementação de processos econômicos ligados ao SAAP na comunidade Quilombo de Santana, Quatis (RJ)	Abri 2019 – Setembro de 2020	Coletivo Cultural Jongo di Volta, Coletivo Negro Minervino de Oliveira
Membro da equipe da coordenação do Espaço Raízes do Brasil-RJ	Apoio na organização das atividades de trabalho e sistematização de dados acerca das atividades. Relatório de Comercialização do Sistema de Abastecimento Alimentar Popular (SAAP) do Movimento dos Pequenos Agricultores na época da pandemia da Covid-19.	Agosto – Dezembro de 2019	Projeto de extensão <i>Questão Agrária em Debate</i> , ligado ao Departamento Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e coordenado pelas professoras Dra. Leile Teixeira e Dra. Elaine Moreira. Projeto de pesquisa <i>Tecnologias Sociais e Trabalho: limites para formar e transformar o trabalho nos coletivos de produção da agricultura familiar</i> ; e projeto de extensão <i>Assistência técnica aos coletivos de produção da agricultura familiar</i> , vinculados ao Departamento de Engenharia de Produção da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) sob coordenação do professor Dr. Vicente Nepomuceno.
Coletivo de Comunicação	Brigada de Comunicação para atuação no momento da Crise da Pandemia da Covid-19	Março – Setembro 2020	Projeto de extensão <i>Comunicação e Conscientização</i> , ligado ao Departamento de Letras e Comunicação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e coordenado pela professora Dra. Cecília Figueiredo.
Coletivo de Educação, Formação e Tecnologia do MPA	Formação <i>online</i> sobre os conceitos de tecnologia, campesinato e agroecologia camponesa.	Março – Julho 2020	CTUR – Colégio Técnico da UFRRJ
Coordenação Estadual da Campanha Mutirão contra a Fome	Organização de um grupo de mulheres na comunidade Morro dos Macacos por meio do Comitê Popular do Alimento.	Março 2020 – Novembro 2021	Pré-vestibular comunitário Vive e Sindicato dos Petroleiros da cidade do Rio de Janeiro.

Fonte: produzido pela autora, 2022.

Esse quadro tem como objetivo explicitar as atividades das quais participei e por meio das quais anotei as observações, reflexões e análise que trago como resultados ao longo da tese. Com tais argumentos, demarco a negação da neutralidade axiológica, explicitando que a síntese da realidade aqui apresentada expressa uma sistematização que busca produzir enunciados que compõem a arena de lutas sociais.

1.2 A Luta dos Pequenos Gigantes: Breve História sobre o Trabalho de Comunicação na Formação do Movimento dos Pequenos Agricultores

À beira da estrada viu nascer um gigante. Destes que parecem surgir do nada, como que num passe de mágica. Quase como milhares de pequenos tijolos formando um edifício, ou centenas de sangas formando um rio. O pequeno é gigante fora quando se une. É gigante por dentro quando resiste.

Os pequenos agricultores tornaram-se gigantes por alguns dias. Tremeram os monstros que vivem de engolir pequenos
(Frei Sérgio, 1998)

É mediante a imagem dos pequenos gigantes, sintetizada pelo Frei Sérgio Gorgen, liderança nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores, que o MPA inicia a narrativa de sua história. O relato está organizado em um livro homônimo que contém contribuições do Frei (como é afetivamente chamado entre a militância do MPA) e um conjunto de conteúdos que foi sendo sistematizado nas cartilhas do próprio movimento, e que eram utilizadas para a comunicação no processo organizativo junto às famílias camponesas (GORGEN, 1998).

Nesta seção, partindo desse referencial e de um conjunto de trabalhos que versam sobre o MPA (GORGEN, 1998; SILVA, 2017; CARVALHO, 2018; MPA, 2019; TANAKA, 2019), apresento uma breve descrição da gênese do movimento, buscando relacionar sua trajetória com

reflexões iniciais sobre o trabalho de comunicação, tema central do desenvolvimento da tese aqui apresentada.

Segundo sua autodefinição (MPA, 2019), MPA é um movimento nacional que atua organizando o campesinato brasileiro no âmbito das lutas por soberania alimentar com ênfase na organização do Poder Popular e na produção de alimentos produzidos pelo movimento camponês, com a finalidade de alimentar a população brasileira.

Internacionalmente, é ligado à Via Campesina e à Confederação Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC). Foi constituído no ano de 1996, no quadro de intensificação do projeto neoliberal para as zonas rurais, quando é anotada a reestruturação econômica do agronegócio (DELGADO, 2013), sendo fruto de um conjunto complexo de experiências, dentre as quais se destaca a mobilização ambiental de atingidos pela seca, no Rio Grande do Sul daquele mesmo ano (GORGEN, 1998; MPA, 2019).

Delgado (2013) contextualiza algumas características que explicam o aprofundamento do empobrecimento das famílias camponesas e a necessidade de organização política das famílias atingidas pela seca: o desmonte de instrumentos de créditos para financiamento da pequena agricultura, o sucateamento da política de estoque público da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), o aumento da exportação dos produtos agrícolas para o mercado externo e o consequente encarecimento dos alimentos produzidos pela agricultura familiar e que atendiam aos mercados locais. Em suma, é a expressão na questão agrária das políticas neoliberais postas em curso pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

As demandas em torno da mobilização dos atingidos pela seca buscava uma solução para mitigar os impactos desse contexto e incluiu, principalmente, quatro reivindicações: 1) criação de um sistema de crédito para atendimento das famílias atingidas pela seca; 2) anistia do endividamento das famílias, resultado do custeio agrícola e de sementes repassados na safra anterior; 3) liberação do estoque público de milho para alimentação dos animais; e 4) uma linha de crédito para recuperar a capacidade produtiva da pequena agricultura (GORGEN, 1998).

No relato do Frei Sérgio, observamos que a morosidade das negociações e o aprofundamento da crise (que envolveu insegurança alimentar e até mesmo suicídios entre as pessoas devedoras) provocou um descontentamento e uma reflexão acerca dos procedimentos de comunicação junto ao poder público, criando impasses entre as parcelas sindicalizadas das famílias camponesas e as direções eleitas destes mesmos sindicatos.

Esse procedimento comunicacional tinha o protagonismo de uma parcela reduzida de representantes sindicais e era criticada, sobretudo, por ser realizada por meio de reuniões

restritas e solicitações via protocolo de ofícios e negociações no âmbito das estruturas formais das prefeituras e governos estaduais. Procedimento que, conforme relata o Frei, tinha muito discurso, porém poucos avanços concretos. Esse procedimento de comunicação ficou conhecido como “mobilização tipo pic-nic, que era mobilizar a massa, realizar atos públicos por um ou dois dias, fazer discursos e convencer a massa a voltar para a casa sem nenhuma vitória política”. (GORGEN, 1998, p. 26).

Esse impasse foi solucionado por uma ação espontânea realizada por um setor sindical insatisfeito com os procedimentos de luta e de comunicação realizados entre os sindicatos e o poder público, que consistiu em levantar o Acampamento da Seca, na região de Celeiro, no Rio Grande do Sul, nos arredores dos municípios de Sarandi/RS e Palmeira das Missões/RS

Fruto da negação do procedimento de comunicação da burocracia sindical com o poder público, bem como da afirmação da necessidade em realizar um tensionamento político mediante a ideia de “fazer luta”, é erguido o acampamento. A palavra de ordem que sintetizou a ação foi “*Com chuva ou com vento queremos mil e quinhentos*”, fazendo referência à demanda por crédito que buscava sanar os problemas financeiros e produtivos do grupo em luta.

No livro *A Luta dos Pequenos Gigantes* é possível observar que, no contexto do neoliberalismo, ocorre uma segmentação dos diversos movimentos dos trabalhadores rurais que passam a mobilizar e se comunicar com grupos específicos do campesinato. Isto também é identificado como o fim do monopólio de expressão das famílias camponesas, que desde os anos 1950, esteve ligada ao campo do sindicalismo rural (GORGEN, 1998; CARVALHO, 2018).

O grupo prioritário de diálogo organizado em torno do acampamento foram as famílias proprietárias de terra, aquelas mais empobrecidas do contexto rural do Rio Grande do Sul. Eram famílias proprietárias de lotes de pequeno porte que não acompanharam o processo de modernização conservadora da agricultura. Esta, baseada na integração subordinada das famílias camponesas de médio porte à cadeia produtiva do agronegócio e na expulsão das famílias do campo, em razão do empobrecimento que inviabilizava a produção, o autoconsumo e a geração de renda (DELGADO, 2013). Essas famílias também já vinham se opondo ao sindicalismo burocrático, herança da ditadura, que, à essa época, agia por meio de conciliação com as ondas neoliberais, “reforçando o sindicalismo sem o povo e a negociação sem pressão”. (GORGEN, 1998, p. 20).

Figura 1: Assembleia realizada na mobilização do Acampamento da Seca, ação que dá origem à organização do MPA, na região de Sarandi-RS, em 1996.



Fonte: Acervo: Frei Sérgio Gorgen, disponível na dissertação da militante Leila Silva (2017)

Priscila Carvalho (2016, 2018) explica que essa outra linguagem — caracterizada sobretudo pela forma de acampamento, por marchas, “ferramentaços” e greves — marcou a distinção do MPA em relação à forma sindical de luta política, em um momento em que o sindicalismo mostrava limites. Isso favoreceu o trabalho de comunicação do MPA com essa parcela do proletariado rural insatisfeita. Com isso, “renovaram a gramática do diálogo entre essas populações, e entre elas e o poder público” (CARVALHO, 2016, p. 5), e passaram a atuar com algumas vertentes sindicais, porém desenvolvendo outros procedimentos de comunicação nas relações com o Estado, com as famílias camponesas e com a sociedade civil.

A sistematização apresentada por Carvalho (2016) destaca que o MPA desenvolveu e traduziu a forma movimento que vinha sendo protagonizada pelos Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) e Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), promovendo uma síntese entre o trabalho sindical e a experiência de movimentos sociais.

Tendo partido da forma-movimento, e 'sendo carregado' por esta forma ao a ela associar-se, o grupo foi associando-a a outras estratégias específicas, que o distinguem, sem, no entanto, ter aberto mão da forma-movimento que

permitiu sua entrada na cena política brasileira na década de 1990. (CARVALHO, 2016, p. 5).

Carvalho (2016), em sua pesquisa, sistematizou outras ações do MPA que podemos identificar como sendo um trabalho de comunicação com seus grupos de diálogo. Ela relata a Ocupação da Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul, que buscou pressionar o poder público; a Ocupação do Terreno da montadora General Motors (GM); a mobilização conhecida como “Ferramentaço”, que buscou fortalecer o vínculo com sua base social e denunciar as mazelas da agricultura para a sociedade civil; uma caravana de caminhões e máquinas que atravessou o estado do Rio Grande do Sul; e uma Greve de Fome de alguns militantes do MPA, que durou 16 dias e foi planejada para coincidir com a vinda do Papa João Paulo II ao Brasil (GORGEN, 1998; CARVALHO, 2016).

Já no contexto do acampamento, outros elementos ligados ao trabalho de comunicação emergem como problemática. Uma vez tendo sido uma ação espontânea de uma parcela de sindicalistas, o acampamento se converteu em um artefato de comunicação por meio do qual foi realizada a negação da forma e do conteúdo do sindicalismo burocratizado, e a afirmação luta popular como forma de adquirir direitos.

Em relação aos conteúdos do diálogo e o momento em que eles ocorriam, Marciano Silva¹ destacou a importância da brigada de militantes organizada para o desempenho das funções organizativas (segurança coletiva do espaço e das pessoas, desenvolvimento de estratégias de deslocamento e coordenação local). Pelo seu relato, é possível observar que se tratou de um momento propício de interação, por onde ocorreria um intenso trabalho de comunicação.

Marciano destacou que, nessa ocasião, as principais atividades políticas eram exercidas pelos homens, enquanto as mulheres se ocupavam com os afazeres domésticos e de reprodução social, gerando uma sobrecarga de trabalho feminino e um distanciamento das mulheres do trabalho político. A identificação de tal divisão do trabalho provocou diálogos e conversações, por intermédio dos quais foram organizadas reflexões críticas dirigidas aos próprios membros do acampamento. Esse fato se perpetuou, por muitos anos, principalmente no Sul do país, e teve sua resolutiva em um intenso trabalho de comunicação que culminou no Coletivo Nacional de Gênero do MPA.

¹ SILVA, Marciano. Marciano Silva: depoimento [maio 2022]. Entrevistadora Bruna Távora. Rio de Janeiro, 2022. arquivo PDF (3 páginas). Entrevista concedida para esta tese.

Ainda sobre trabalho de comunicação do MPA com os grupos de diálogos do poder público, eles foram marcados por dois principais procedimentos: por um lado, a centralidade na mobilização de massas e dos protestos — que além do acampamento, envolveu ocupação de prédios e fechamento de rodovias — e, por outro, processos institucionais que consistiam na participação de reuniões, organização de documentos institucionais, dentre outros (GORGEN, 1998).

Apesar de ambas serem identificadas como importantes, Frei Sérgio destaca a existência de uma dualidade e de uma tensão no grupo acampado acerca da definição do procedimento que seria mais adequada. Essa dualidade era permeada por uma preocupação em relação à opinião pública. E aqui já observamos uma preocupação do movimento com um terceiro grupo de diálogo: a sociedade civil. A partir dessas observações, podemos aferir que o acampamento instaurou um espaço comum de diálogo direto entre as lideranças e as famílias camponesas, provocando um intenso trabalho de comunicação entre as lideranças do MPA e as famílias camponesas; entre elas e o Estado; e entre elas e as populações que viviam no entorno das ocupações.

Por sua vez, o estado do Rio Grande do Sul, à época no governo de Antônio Brito (PMDB, 1995-1999), mobilizou coerção e consenso para enfraquecer a ação dos pequenos gigantes. Ele intensificou o trabalho de comunicação e contrapropaganda contra a mobilização, pagando anúncios em veículos locais, organizando um esquema de notas e notícias pagas em rádios e jornais. Também é destacada a existência de espionagem e infiltração entre os manifestantes, e um trabalho de comunicação face a face, que buscou provocar um sentimento de desconfiança, confusão e desinformação entre os acampados. “Gastamos muito tempo para desmanchar a contra-information e responder à boataria.” (GORGEN, 1998, p. 31).

Apesar da complexidade do conflito e da diversidade dos sujeitos políticos envolvidos na luta, houve conquistas concretas, principalmente a aquisição do crédito para a produção, que ficou conhecido como “Pronafinho”, relativo ao Pronaf Custo Emergencial. Em 1996, formou-se o Movimento dos Pequenos Agricultores, organizado no Rio Grande do Sul e em outros estados, que passaram por processos semelhantes de ruptura com o sindicalismo rural, como Rondônia, Santa Catarina, Espírito Santo e Minas Gerais (SILVA, 2017).

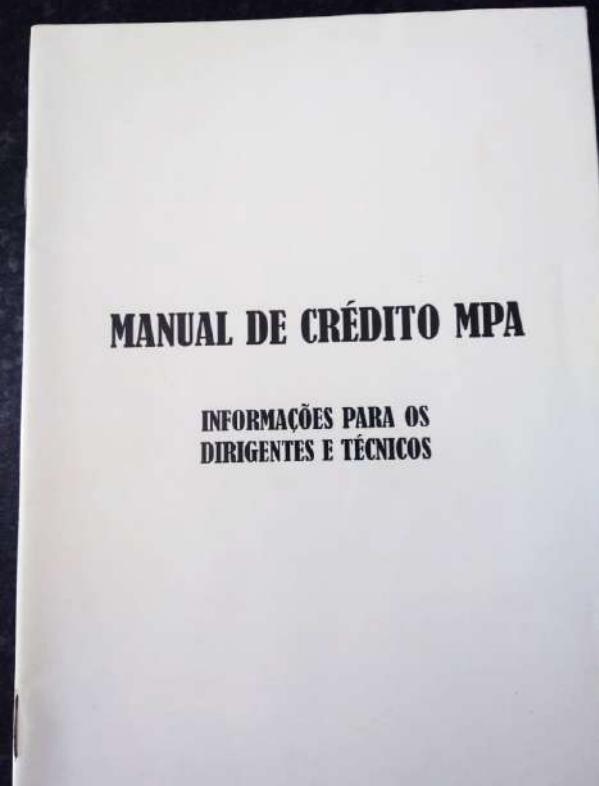
Figura 2: Símbolo do Movimento dos Pequenos Agricultores, contém signos que remetem ao trabalho político do movimento, como sementes, enxada e manifestações.



Fonte: Acervo do MPA

Como síntese, o MPA se formou deliberando a metodologia de organização de grupos de base. Nesses grupos é destacada a utilização de cartilhas, que visavam sistematizar os conteúdos a serem difundidos no trabalho de comunicação do MPA com as famílias camponesas. Marciano Silva destacou que, logo após a constituição do movimento, o objetivo das cartilhas consistiu em debater o conteúdo do custeio e do investimento subsidiado de maneira simples e direta, e assim promover a apropriação de conceitos e conteúdos que estavam sendo debatidos no contexto da luta. Este foi um dos principais fatores que atraiu a militância para a atuação no MPA.

Figura 3: Capa e sumário da Cartilha Manual de Crédito do MPA que difundia informações de acesso ao crédito rural.

	Sumário
	CRÉDITO – PARA QUE? DECISÕES DO MPA NACIONAL 4 (Produção e Projetos Estruturantes) 4
	Seguro da Agricultura Familiar 6
	Declaração de Aptidão do Pronaf Emissão de DAP 7
	Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF) 8
	PRONAF Beneficiários 9
	Beneficiários grupo a/c 9
	Créditos de Custo de Agricultor familiar 10
	Créditos de Investimento Agricultor familiar 10
	Mais Alimento 11
	Podem fazer parte do projeto do MAIS ALIMENTOS 11
	Práticas de Fortalecimento da Agricultura Campesina 12
	PRONAF Agroindústria Beneficiários 14
	Linhas Especiais 14
	Recuperação de Solo 15
	Seguro Agrícola (Proagro-mais) 15
	Limites e Taxas Pronaf 16

Fonte: Marciano Silva, envio por e-mail a esta autora.

A mobilização por meio dos grupos de base pressupõe a ocorrência de um trabalho de comunicação entre as famílias campesinas envolvidas e o MPA, e tem como interlocutores, principalmente, o campesinato organizado, a militância, que se vincula por meio de suas instâncias políticas, bem como os trabalhadores e trabalhadoras participantes das experiências econômicas que desenvolve.

A ligação entre o trabalho de comunicação e o trabalho de base é identificada por um conjunto de intelectuais orgânicos, dentre os quais Paulo Freire (1983) é destacado como uma dessas referências. Ao sistematizar suas observações em torno dos princípios do trabalho popular, ele destaca um conjunto de aspectos ligados ao trabalho de comunicação, tais como: 1. os seres humanos estão no mundo uns em relação com os outros, nunca estão só, ou seja, estão sempre em comunicação; 2. o trabalho pressupõe saber ouvir e, portanto, saber falar. Assim, de uma forma geral, não é possível organizar um trabalho de base sem refletir sobre o trabalho, as técnicas e as tecnologias da comunicação, afinal, a “transformação social implica a convivência” (FREIRE, 1983, p. 26) e conviver demanda a comunicação.

Em relação às características do trabalho político nos grupos de base, comparece o destaque para a organização de procedimentos de comunicação que ampliem a participação política e coletiva das pessoas na tomada de decisões e a afirmação da necessidade em organizar “convencimento, sentimento e avaliação racional como forma de politização do processo”. (GORGEN, 1998, p. 33).

Precisamos ouvir e saber o que sente o trabalhador, o povo, o agricultor, aquele que está no fundo da roça, ou do mato, na beira do rio ou pendurado nos morros, aquele que está sem eira e nem beira [...], é manter a vinculação afetiva com o povo e mantê-los sempre informados. (GORGEN, 1998, p. 41).

Da experiência da forma acampamento, também é destacada a importância em formar interlocutores para o trabalho de comunicação e negociação com o Estado, pessoas que estejam identificadas com a massa, mas que se preparem tecnicamente na apropriação do conteúdo necessário ao diálogo no contexto das políticas públicas.

Ao estudar a trajetória do MPA, Carvalho (2018) concluiu que o movimento modificou o campo semiótico de ação das lutas dos trabalhadores rurais, integrando as práticas movimentistas e sindicalistas, e empenhando-se em organizar um conjunto de ideias, conceitos, formulações e posicionamentos como forma de expressão de suas demandas.

A autora destaca que este é um aspecto distintivo do MPA: a ênfase no emprego e na tradução de conceitos e de práticas, a organização de enquadramentos discursivos que orientam e determinam o engajamento e o tipo de interação com outros interlocutores, a apresentação sistemática de conteúdos construídos em atividades periódicas de encontros e a definição de meios de circulação de informações, como as campanhas.

Com isso, ela destaca que as ações são, ao mesmo tempo, materiais e semióticas, e reconfiguram os limites e os modos de agir da luta dos trabalhadores rurais e, portanto, redefinem as formas de apresentar as demandas ao Estado. Esse aspecto material semiótico tem conferido força e ampliado o trabalho de comunicação do MPA junto aos organismos nacionais e internacionais com os quais se relaciona, ampliando também as conexões com diferentes grupos de diálogo (CARVALHO, 2018).

Atualmente, o MPA está localizado em 17 estados brasileiros – em todos os estados do Sul e Sudeste do país, em dois estados da região Norte, um no Centro-Oeste e em sete estados do Nordeste do país – e tem como programa político o projeto de organização da produção alimentar e energética pelo campesinato, estratégia que envolve a organização política de

comunidades campesinas na produção e distribuição de alimentos, energia e insumos agroecológicos, afirmando ainda a soberania alimentar.

1.2.1 Nova base produtiva e o plano camponês por soberania alimentar e poder popular

Ao longo de sua existência, o MPA tem desenvolvido um conjunto de formulações teóricas, buscando dar respostas às exigências da conjuntura, e propondo formulações acerca da questão alimentar e da produção camponesa no Brasil. O principal produto de comunicação que pode ser citado é o Plano Camponês por Soberania Alimentar e Poder Popular, que é referido pelo movimento como síntese política mais desenvolvida de suas ações.

Ele está assentado em dois pilares fundamentais: condições para se viver no campo e condições para produzir no campo. Conceitualmente, essa integração entre Modo de Vida e Modo de Produção se materializa no esforço em definir a categoria de campesinato como classe social e o conceito de Alimergia, como conteúdo técnico-científico que lhe dá suporte produtivo.

Desde a consolidação do MPA, um importante trabalho de comunicação é feito nos espaços comuns de encontro da militância, tais como o I Encontro Nacional em Ronda Alta, no ano de 2000; o II Encontro Nacional, em Ouro Preto d'Oeste (RO), em 2003; o III Encontro Nacional, em Vitória da Conquista (BA), em 2010, onde foi lançada uma campanha contra o uso de agrotóxicos; o encontro anual de 2007, em Brasília, quando foram definidas as bases socioeconômicas do movimento, o “Plano Camponês”; e o I Congresso Nacional do MPA, que ocorreu em São Bernardo do Campo (SP), em 2015.

Também as campanhas são artefatos de comunicação que ampliam o diálogo do MPA com seus grupos de diálogo, tais como o *Mutirão da Esperança Camponesa*, realizado em 2016, com foco em propostas para a saída da crise político-econômica presente no país, e a *Campanha Mutirão Contra a Fome* criada no contexto da Pandemia da Covid-19 que realiza a distribuição solidária de alimentos para famílias em situação de vulnerabilidade social.

A finalidade do conjunto das ações do MPA é descrita no programa político do movimento e consiste na emulação de experiências produtivas ligadas ao fortalecimento do Poder Popular, da revolução brasileira e da transição produtiva ao socialismo, com centralidade na soberania alimentar e energética (MPA, 2019).

O Poder Popular é a coluna vertebral de nossa estratégia, no sentido de que ela coloca o povo, as classes trabalhadoras e populares, no centro da definição do conteúdo do Projeto Popular para o Brasil e determina os níveis e as formas da Luta Revolucionária [...]. Outro aspecto fundamental em nossa concepção é de que são as massas quem fazem as revoluções. Os processos revolucionários são marcados por três características: 1) crescente incorporação das massas ao processo revolucionário, de transição e edificação do projeto socialista; 2) ação decidida dos revolucionários organizados em instrumento político fundido nas massas; 3) a dualidade do poder característico dos momentos revolucionários é também obra das massas e suas expressões em distintos âmbitos — popular e institucional. (MPA, 2019, p. 80).

A luta pela construção do Poder Popular é realizada nas distintas instâncias de atuação do movimento e, aqui, destaco aquela que é realizada pela mediação das experiências político-econômicas. Por meio dessas experiências, é possível a invenção de recursos, modelos, técnicas e tecnologias de organização de produção de alimentos que permitem emular uma alternativa ao sistema hegemônico. Vejamos a centralidade da estratégia que também é afirmada no depoimento do membro Marcelo Leal, concedida para a memória do I Encontro Nacional do MPA, que ocorreu em 2015 na cidade de São Bernardo/SP:

Reforçar a estrutura política que permita controlar a produção de maneira agroecológica, ampliando o trabalho junto às formas camponesas de produção no Brasil, fazendo mais trabalho de base, permitindo assim que mais camponeses participem da luta social e política. A estratégia do Plano Camponês **coloca o desafio de organizar a produção e a circulação de alimentos saudáveis, fazendo do alimento o símbolo material entre o campo e a cidade**. A estratégia aponta o avanço na construção de uma esfera e um arranjo econômico que permita ampliar o controle e a produção de maneira agroecológica.²

A experiência econômica é indicada pelo movimento como um salto qualitativo em sua práxis. Ela é realizada, ao mesmo tempo, por um trabalho de comunicação — *que faz do alimento o símbolo material* — e por um trabalho produtivo — que consiste em *organizar a produção e a circulação* alimentar. O trabalho político definido para sua realização envolve uma diversidade de práticas, apresentadas a partir de 5 eixos de orientação: i) Campesinato, História e Memória; ii) Terra e Território; iii) Soberania; iv) Nova Base Produtiva; v) Nova geração camponesa e feminismo camponês popular (MPA, 2019). Na vida efetiva, todas elas estão interligadas, porém, para fins de sistematização e exposição, farei um destaque para o

² Entrevista concedida para a memória do 1 Encontro Nacional do MPA. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=B8wMQyC-s0c>. Acesso em: 15 jul. 2020.

eixo iv) *Nova Base Produtiva*, buscando explicar o trabalho de comunicação requerido para o seu desenvolvimento.

Deste modo, busco contribuir com uma sistematização do trabalho de comunicação realizado pela equipe de trabalho do SAAP/MPA, salientando a discussão do aspecto formativo e ontológico presente no binômio comunicação e trabalho, sendo meu maior ponto de interesse a luta pela hegemonia política em sua práxis de luta.

1.2.2 A organização político-econômica como mediação do trabalho de comunicação do MPA

Os projetos político-econômicos do movimento são bastante diversificados e envolvem a organização da produção agroecológica de alimentos e energia, dependendo da realidade em que estão inseridos. A forma institucional é também diversificada e integra cooperativas de produção, agroindústrias de pequeno porte, organização de grupos de consumo, pequenos produtores – os quais estão integrados de formas distintas à chamada cadeia produtiva do agronegócio – populações periféricas da cidade que integram as instâncias político-econômicas do movimento, entre outras.

Em recente livro publicado e organizado pelo movimento, por meio do Coletivo Nacional de Soberania Alimentar (MPA, 2020), são destacadas 7 experiências de produção e comercialização identificadas como síntese do acúmulo político-econômico desenvolvido pelo MPA. São elas: o Programa de Aceleração da Transição Agroecológica, a rede de comercialização Bem Viver e o Mercado Popular de Alimentos no Espírito Santo; a Homeopatia como ferramenta para a transição agroecológica em Rondônia; a produção e o intercâmbio de Sementes Crioulas na Bahia; a Produção de Arroz em Transição Agroecológica e a Rede Balaio Bom em Sergipe; a experiência do Centro Territorial de Cooperação, Formação e Produção – Projeto Alimergia, no Rio Grande do Sul; e a rede Raízes do Brasil e o Sistema de Abastecimento Alimentar Popular (SAAP) no Rio de Janeiro – tema aqui relatado.

Tais formas econômicas têm como conteúdo técnico-produtivo o processo de transição agroecológica, envolvendo a circularidade do processo de produção e abastecimento do alimento produzido em Sistemas Camponeses de Produção e distribuídos em experiências de abastecimento popular. Seja na produção, no transporte, na distribuição ou no consumo de alimentos agroecológicos, está presente um trabalho de comunicação que passa pela mediação do sistema político-econômico e produtivo que desenvolve. Essas experiências permitem a

comunicação do MPA com os grupos de diálogo, assim possibilitando o desenvolvimento simultâneo de uma atividade política que envolve economia, comunicação e trabalho, pela mediação do alimento.

No *Plano Camponês*, documento síntese do seu projeto político, há uma referência à concepção de *economia de luta*, por meio do eixo Agroecologia³ camponesa e Abastecimento Alimentar. Acerca do eixo, vejamos:

É um eixo que trata dos aspectos da organização econômica, **da reorganização do trabalho** com vistas à superação da alienação, da exploração, e da destruição da natureza. **Dentro do eixo, se pode desenvolver todo um arranjo econômico e institucional com associações, cooperativas, grupos informais empresas sociais e empresas para fins específicos.** Do ponto de vista político, deve articular uma *economia de luta* — que seja alternativa ao agronegócio — e *para luta* — autossustentação — com a ideia de Territórios de Soberania Alimentar, **que materialize, no âmbito econômico-produtivo, uma nova forma de ordenar o território que confira crescente legitimidade à organização e às lutas de massas.** (MPA, 2019, p. 93, grifo nosso).

Na perspectiva estadual, no Rio de Janeiro, os processos de transição produtiva envolvem famílias camponesas organizadas em uma diversidade de formas institucionais: cooperativas, associações, pequenos produtores, sítios familiares, agroindústria de pequeno e médio porte, Unidades de Produção Camponesa vinculadas politicamente ao MPA, famílias neo-rurais, coletivos urbanos de beneficiamento de alimentos, dentre outros. Sua síntese se consolidou em 2020 e é conceituada com Sistema de Abastecimento Alimentar (SAAP).

1.2.2.1 O Sistema de Abastecimento Alimentar Popular na cidade do Rio de Janeiro

A noção de Sistema, presente tanto na perspectiva do SAAP, quanto dos Sistemas Camponeses de Produção é uma oposição ao conceito de cadeia produtiva, formato institucional que tende a uma integração vertical da chamada agricultura familiar, ligada às grandes indústrias do setor da comida (MPA, 2019). Em contraponto, a noção de sistema expressa a totalidade do processo e sua relação recíproca entre os subsistemas que os vinculam, em uma

³ A agroecologia pode ser considerada uma construção recente; portanto, sua definição ainda não está consolidada. Constitui, em resumo, um conjunto de conhecimentos sistematizados, baseados em técnicas e saberes tradicionais (dos povos originários e camponeses) “que incorporam princípios ecológicos e valores culturais às práticas agrícolas que, com o tempo, foram desecologizadas e desculturalizadas pela capitalização e tecnificação da agricultura”. (LEFF, 2002 *apud* TONÁ; GUHUR, 2012).

estrutura que é mais bem definida como sistemas de produção-distribuição-consumo (MPA, 2019).

O conceito e a prática dos Sistemas Camponeses de Produção vêm sendo empregados em alternativa ao conceito de cadeia produtiva. Não se trata [apenas] de uma questão semântica, cada conceito reflete uma lógica de pensar, planejar, organizar e praticar agricultura. Os Sistemas Camponeses de Produção podem ser organizados das mais variadas formas possíveis, tendo no bioma sua base ecológica e na cultura camponesa sua base social e o ponto de partida prático para o desenvolvimento da via campesina para agricultura. Suas expressões mais desenvolvidas buscam articular as Unidades de Produção Camponesas, as comunidades e os territórios, por meio de novas formas de produção e cooperação, ampliando e controlando a base de recursos, a autonomia, recuperando as funções ecológicas e os serviços ecossistêmicos, abrindo caminhos para o redimensionamento dos sistemas campo-cidade. (MPA, 2019, p. 66).

Podemos ver na afirmação do programa político do movimento a vinculação entre o conteúdo técnico e um conteúdo ético-político, que é expresso pela oposição ao conceito de cadeia produtiva, e que desemboca na formulação dos conceitos integrados de Sistemas Camponeses de Produção e Sistema de Abastecimento Alimentar Popular (SAAP).

Esses conceitos derivam da *práxis* social do movimento, expressando a passagem da percepção e da experiência empírica à formulação de conceitos que surgem nas dinâmicas e lógicas da organização de sua economia de luta. Nesse aspecto, corresponde a um trabalho de comunicação que consiste na sistematização e uma *práxis* analítica do movimento. A importância e a centralidade da sistematização é algo notório como um trabalho de comunicação sempre estimulado na *práxis* do MPA.

O SAAP é uma experiência de economia popular e de luta desenvolvida pela coordenação estadual do Movimento dos Pequenos Agricultores no estado do Rio de Janeiro e coordenada com o Coletivo Nacional de Soberania Alimentar. Ele expressa uma das sínteses conceituais do trabalho político-organizativo que vem sendo desenvolvido no estado, desde sua chegada ainda em 2010.

A localização geográfica do Rio de Janeiro é apontada como importante, uma vez que na cidade concentra-se um número relevante de sindicatos e intelectuais que podem apoiar a iniciativa, além de conter um número representativo de funcionários públicos que podem consumir os alimentos comercializados pelo SAAP – que chega ao mercado por um valor mais alto aos dos mercados monopolistas do abastecimento alimentar, uma vez que dispõe de condições precárias de políticas públicas e incentivo fiscal.

Em entrevista concedida a Tanaka (2019, p.41), Humberto Palmeira relata que o estado “concentra grande parte das organizações sociais, sindicais, políticas, e de comunicação – sejam elas privadas da grande impressa ou da impressa alternativa também”, além de *chefs* e *ecochefs* ligados à questão da alimentação.

Qual é o papel de cada estado na estratégia do MPA? É diferente. Não vem me dizer que, se o MPA se consolida, por exemplo, em Roraima, vai ser outra estratégia do que o MPA no Rio de Janeiro. Até as vozes de Roraima saírem para o mundo demora muito. O que no Rio de Janeiro, se a gente chegar em Copacabana, estender uma faixa enorme e com um drone tirar uma foto, a gente rapidamente consegue dialogar, esse é um exemplo. Assim, a gente está dentro de um ciclo de debates, a partir de agora, que dentro da estratégia maior do Plano Camponês, o que cabe a cada estado, tendo em conta que queremos fazer tudo: Mas, o que é mais forte? O que que pega mais? No Rio, é essa relação com os artistas? Então, o MPA vai tentar construir um ciclo de relação com os artistas, para os artistas quando acontecer, sei lá, uma violência a um camponês do Pará, para o cara fazer um videozinho e para soltar na internet. Isso só é possível de fazer no Rio de Janeiro, porque é onde concentra 90% dos artistas – não sei, estou dando um chute, né? Não vai conseguir fazer isso lá no Ceará, porque o Ceará concentra 0,10% dos artistas. Tá entendendo? A gente vai entrar em um debate, nesse sentido, assim, a partir das potencialidades locais o que pode fortalecer o nacional.

A percepção dos artistas como mediadores da comunicação é expressa em um trabalho de comunicação recorrente que é feito no contexto do SAAP/MPA e que envolve a entrega de Kits com alimentos para artistas, *chefs* e influenciadores digitais. Essa ação é feita com a intencionalidade em aproveitar a capacidade de comunicação e audiência desses grupos, ajudando a inserir o MPA em pautas mais ampliadas. Ela é sempre registrada com fotos, além de ser publicada nas redes sociais.

Figura 4: Equipe do SAAP/MPA em atividade com a chef e influenciadora Bela Gil no dia do lançamento de seu livro.



Fonte: Facebook MPA Brasil.

Enquanto conceito e estrutura, o SAAP foi consolidado no ano de 2020, no período da pandemia da Covid-19, e é o resultado de experiências que já estavam ocorrendo no estado desde 2010, quando da chegada do movimento ao estado do Rio de Janeiro. Se complexifica no ano de 2014 mediante a interação do MPA no curso de Serviço Social, por meio da turma Carlos Nelson Coutinho, em articulação com o Laboratório Questão Agrária em Debate (QADE) (por meio do qual têm início as primeiras formas de comercialização de alimentos). Seu trabalho é ampliado no ano de 2017, quando é inaugurado o espaço Raízes do Brasil, um empreendimento que oferece serviços de mercado de alimentos, hospedagem e aluguel de espaços para reuniões e eventos.

1.2.2.2 A chegada do MPA no Rio de Janeiro

O trabalho produtivo e de comunicação que culminou na formalização do SAAP teve início no ano de 2010, com a chegada do MPA no estado do Rio de Janeiro. A comunicação do

MPA com o campesinato fluminense teve início a partir do envolvimento do movimento no Conflito do Porto de Açu, que expropriou cerca de 1.500 famílias, em um processo de expulsão que segue até os dias de hoje na região de Campos dos Goytacazes⁴, cidade localizada no norte do estado do Rio de Janeiro. O conflito envolveu a expulsão de comunidades tradicionais de agricultores e ribeirinhos para a construção de um empreendimento minero-portuário, idealizado por Eike Batista e que abrange a região do norte fluminense e parte do estado de Minas Gerais.

Robledo Mendes⁵, em entrevista a esta autora, destacou que a aproximação no referido conflito se deu pela mediação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que identificou que a caracterização daquelas famílias era de pequenos proprietários de terra, fato que motivou o chamado do Movimento dos Pequenos Agricultores para realizar o trabalho de comunicação com os atingidos no conflito. Por não haver núcleo organizado do MPA no Rio de Janeiro e em razão da aproximação com o estado do Espírito Santo, a direção nacional deslocou o militante Marcos Joni, à época, do Coletivo de Juventude, para realizar o trabalho de comunicação com essas famílias.

Parte dessas famílias passou a integrar o MPA para lutar de maneira organizada junto ao movimento. Esse fato coincidiu também com a chegada do militante Humberto Palmeira ao estado, vindo por motivações familiares. Quando de sua chegada, ele relatou que fez uma lista de organizações com as quais gostaria de dialogar para organizar a aproximação do MPA no estado, que já havia iniciado o trabalho na cidade de Campos, tendo o apoio também da militante Karine Mourão, à época organizada no MST.

Um outro acontecimento destacado como importante no estreitamento do vínculo dessa recente militância foi a participação na *Festa da Semente Crioula*, realizada em 2012 na cidade de Anchieta (SP), e culminou na organização de um grupo de base na baixada campista. A festa de sementes é um evento desenvolvido pelo MPA que configura uma troca de saberes e é referenciado pelo movimento como importante momento de troca de informação.

⁴ O conflito existente desde 2008 envolve o impacto ambiental e degradação da qualidade de vida das populações em razão da instalação do Porto de Açu. Mais informações, no Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde, disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/rj-fragilidade-no-processo-de-licenciamento-ambiental-do-complexo-portuario-de-acu-coloca-em-risco-comunidades-de-32-municípios-dos-estados-de-minas-gerais-e-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 10 fev. 2022.

⁵ MENDES, Robledo. Robledo Mendes: depoimento [fev. 2022]. Entrevistadora: Bruna Távora. Rio de Janeiro, 2022. 1 arquivo .mp3 (60 min.). Entrevista concedida para esta tese.

Figura 5: Barraca Camponesa na Secretaria Municipal de Educação em Campos dos Goytacazes em 2014.



Fonte: Site da prefeitura de Campos dos Goytacazes.

Ao mesmo tempo, no contexto da cidade do Rio de Janeiro, as ações de comercialização que vinham ocorrendo de maneira mais ou menos dispersa ganham complexidade a partir do estágio curricular da turma de Serviço Social de Assentados da Reforma Agrária, do Programa Nacional de Reforma Agrária (PRONERA) – Turma Carlos Nelson Coutinho 2011-2016. O estágio foi realizado pelos membros do MPA e MST que estudavam na turma, acompanhados pelo grupo de extensão Questão Agrária em Debate (QADE), vinculado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) conduzido pelas professoras Leile Teixeira, Maristela Dal Moro e Elaine Martins Moreira, além de estudantes extensionistas do curso.

Nesse momento inicial, Teixeira e Palmeira (2020), bem como Cruz (2013, 2015), registram a participação de famílias agricultoras das seguintes regiões: Tinguá, Japeri, Campo Alegre, Marapicu, São Bernardino e Terra Prometida, localizadas na região da Baixada Fluminense, entre os municípios de Nova Iguaçu e Queimados.

Figura 6: Mutirão de plantio e colheita junto ao Grupo de Base em Tinguá, Nova Iguaçu. Novembro de 2015.



Foto: Facebook MPA-RJ.

Dentre os desafios encontrados nesse momento, é destacada a problemática da comercialização, identificada como um problema combinado entre o monopólio dos meios de produção e transporte, e também como um problema de comunicação entre quem produz e quem consome. O debate em torno da organização econômica anima o diálogo do MPA com cerca de 25 famílias campesinas da Baixada Fluminense e da região Serrana do Rio (TEIXEIRA; MELO, 2018). A aproximação do grupo envolveu diversos processos de comunicação e tinha a finalidade de organizar a produção do campesinato para a comercialização para as feiras e os consumidores da cidade do Rio de Janeiro.

Dentre os conteúdos do diálogo, destacam-se temas ligados à assistência social, como aposentadoria, a troca de sementes crioulas, o debate sobre biodiversidade e variação de espécies, as dificuldades ligadas a efetivar a transição produtiva livre de agrotóxicos e agroecológica e a acessar os mercados de comercialização e a falta de acesso aos consumidores urbanos.

Em relato concedido a Tanaka (2019, p. 44), Humberto Palmeira destaca o aspecto econômico e material como mediação da comunicação do MPA com o campesinato.

O que é que move os agricultores a se reunir? Em torno do MPA é uma coisa concreta, material; não é porque o MPA quer fazer produção agroecológica,

saudável. Tem um elemento material no MPA, para poder ver uma possibilidade de trabalho. Então, aqui no Rio, algo que aparecia muito claro, muito evidente com os agricultores: a questão da comercialização⁶.

O trabalho de comunicação entre pequenos produtores e os consumidores dos alimentos é historicamente mediado pela figura do atravessador, seja na figura de um trabalhador que realiza tal função, seja na figura mais desenvolvida das redes de varejo e supermercado que detêm o monopólio da comunicação entre produção e consumo alimentar (TANAKA, 2019).

Por esse motivo, na percepção dos camponeses que se associavam ao MPA, era preciso realizar um trabalho de distribuição, abastecimento e comunicação com os consumidores que fosse menos mediado por atravessadores ou pela indústria hegemônica.

Os enunciados desse diálogo estavam relacionados a difusão dos “malefícios” do agronegócio em seu aspecto mais geral, seja aquele ligado ao problema da saúde derivado do consumo humano de transgênicos e de agrotóxicos, seja aquele outro ligado ao modo de produção do agronegócio com os conflitos ambientais, as questões climáticas e a destruição da natureza. Esse diálogo visava ainda explicar a diferença dos preços dos alimentos que chegavam ao mercado com valores elevados, criando valores de uso para o ato de comer que ultrapassam a dimensão nutritiva.

As primeiras iniciativas de comunicação e comercialização, com o grupo de diálogo de consumidores, ocorreu por meio de uma barraca de feira no pátio do Campus da Praia Vermelha, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e outra no *hall* da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes (Smece), da cidade de Campos dos Goytacazes⁷. Esta última escova alimentos das famílias camponesas de São João da Barra, território onde estava instaurado o Conflito de Porto de Açu acima referido.

Essa barraca de feira foi conceituada como *Barraca Camponesa de Alimentos Saudáveis*, ofertava alimentos agroecológicos oriundos de famílias camponesas que se aproximavam do MPA, tendo sido um importante procedimento de comunicação entre o MPA e os diversos grupos de diálogo no estado do Rio de Janeiro.

⁶ Entrevista cedida por: PALMEIRA, Humberto Ribeiro. Humberto Ribeiro Palmeira: depoimento [nov. 2018]. Entrevistadora: Jennifer Harumi Tanaka (2019).

⁷ Uma divulgação midiática da experiência foi encontrada e pode ser acessada: 1^a *Barraca Camponesa de Alimentos Saudáveis movimenta a Smece*. Disponível em: http://campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=28300. Acesso em: 10 mar. 2022.

Figura 7: Barraca Camponesa no Campus Praia Vermelha da UFRJ em maio de 2014.



Fonte: Facebook do MPA/RJ.

No entanto, em razão das dificuldades encontradas com o modelo de feiras, uma vez que são mais vulneráveis às questões climáticas, foi identificada a necessidade de criar outra forma de comercialização. Simultaneamente, o MPA combinou a organização de feiras com a comercialização de cestas de alimentos agroecológicos, estratégia que foi conceituada como Cesta Camponesa de Alimentos Saudáveis, procedimento de comercialização que vem se consolidando desde então.

Leile Teixeira, militante do MPA e professora da Escola de Serviço Social, e Mayna Melo, à época extensionista do QADE, destacaram que com o crescimento da experiência cresceu também a demanda pela participação de mais pessoas no processo organizativo do trabalho. Isso motivou a criação de Núcleos de Consumo e do conceito de Cestante (em analogia ao consumidor). “A estruturação dos núcleos foi muito importante para ampliar a relação direta entre trabalhadores urbanos e camponeses, fortalecendo a constituição de fato da aliança campo-cidade.” (TEIXEIRA; MELO, 2018, p. 3).

Em sua forma inicial, os Núcleos de Consumo foram constituídos pelos consumidores que integram o sistema e eram organizados com o auxílio de um grupo de *WhatsApp*, por meio do qual o movimento passava informações necessárias aos processos de comercialização e organização do consumo, principalmente em razão das entregas ocorrerem em uma praça, e não

pelo sistema de *delivery*, como é atualmente. Os núcleos possuíam um cestante responsável que, de maneira voluntária, integrava o processo de organização da distribuição e do pagamento dos alimentos. Atualmente, os grupos ainda funcionam por meio do *WhatsApp*. No entanto, as entregas são realizadas por meio do *delivery*, mediante a compra e pagamento informatizados.

Figura 8: Organização de Núcleo de Consumidores em entrega da Cesta, no ano de 2016.



Fonte: Facebook da QADE.

Até 2017, a Cesta Camponesa de Alimentos Saudáveis e a Feira Camponesa assumem função de artefatos e de tecnologias de comunicação e são utilizadas pela equipe do MPA na mediação do trabalho de comunicação entre o MPA, os grupos camponeses e os grupos de consumidores. Entre 2017 e 2020, com a abertura do espaço Raízes do Brasil, é intensificado o trabalho de comunicação por meio das diversas atividades que ocorrem no espaço e que serão mais bem descritas no capítulo nove. Com a crise da pandemia da Covid-19, os procedimentos são alterados, tem início a campanha Mutirão contra a Fome e, já no final de 2020, estão consolidadas a forma e o conceito do SAAP/MPA, fato que será descrito no capítulo nove.

Atualmente, a experiência do SAAP está organizada por meio de cinco principais iniciativas político-econômicas e que medeiam um conjunto diverso de ações e intervenções

entre o MPA e os grupos de diálogo com os quais estabelece relações. São elas: Espaço Raízes do Brasil (que oferta serviços de restaurante e hospedagem), Feira Camponesa, Campanha Mutirão contra a Fome, Cesta Camponesa de Alimentos Saudáveis, Escola Camponesa Agroecológica Ana Primavesi.

Assim, nesta tese, observo o SAAP como artefato que media a comunicação do MPA com os diversos grupos de diálogo envolvidos na produção, circulação, distribuição e/ou consumo de alimentos agroecológicos.

1.3 Hipótese, Problemas e Perguntas da Pesquisa para o Estudo do Trabalho de Comunicação

Nesse contexto, a hipótese analítica da pesquisa é a de que o Sistema de Abastecimento Alimentar Popular (SAAP) do Movimento dos Pequenos Agricultores tem função de artefato de comunicação entre o MPA e seus grupos de diálogo.

Por meio dessa hipótese, investigo o trabalho, os procedimentos e as tecnologias de linguagem e comunicação observadas, bem como os produtos constituídos por meio desse trabalho. Destaco as formas do conteúdo ético-político, técnico-científico e estético, bem como suas formas de expressão em signos, enunciados e palavras que tem como finalidade fortificar sua hegemonia produtiva e político-social.

Para isso, foram investigados os seguintes problemas de pesquisa: quais são os conteúdos éticos, estéticos e técnicos que se constituem pela mediação do SAAP? Quem são os diversos grupos de diálogo com os quais se comunica? Quais são suas principais formas de expressão? Quais são os enunciados, signos e palavras observados nesses procedimentos de comunicação? Quais são as tecnologias de comunicação utilizadas? Como a equipe do SAAP observa o trabalho de comunicação? Como se dá a comunicação no cotidiano do trabalho da equipe que gerencia o SAAP?

1.3.1 Objetivo geral e objetivos específicos

O objetivo geral da tese é analisar e descrever o trabalho de comunicação, seus produtos e processos observados na práxis política realizada no contexto do Sistema de Abastecimento Alimentar Popular (SAAP) do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) no estado do Rio de Janeiro.

Já os objetivos específicos são: a) enriquecer o escopo dos objetos de investigação da comunicação, a partir da conceituação e identificação da categoria trabalho de comunicação, b) ampliar a percepção das formas de controle social do capitalismo, demonstrando a função semiótica dos produtos desse trabalho, c) fortalecer as experiências dos movimentos sociais a partir dos resultados produzidos por esta pesquisa.

Diante de tal desafio, minha proposta é sistematizar alguns conteúdos constituídos na experiência político–econômica do SAAP, observar a dimensão da práxis que os constituem e pontuar os conflitos e as contradições. Partimos da premissa de que é um processo contraditório que consolida conhecimentos, valores de uso e aprendizagens e que amplia a capacidade de realização do projeto político do movimento, uma vez que emula uma estrutura de organização do trabalho, que envolve a formulação de produtos e processos de comunicação que fortificam sua hegemonia social.

1.3.2 Justificativa

Conforme apresentado, partimos da perspectiva de que o ato da pesquisa científica é um tipo de atividade que organiza os sentidos e constitui juízos de valor e formas de compreensão que têm o objetivo de intensificar a luta de classes e a crítica ao sistema do capitalismo. Nesse contexto, este estudo focaliza as ações de um movimento social e justifica-se no quadro das crises ético–humanas e econômicas vivenciadas no momento contemporâneo, em que se torna urgente promover formas de organizar a sociedade que superem a forma e o conteúdo da sociedade das mercadorias.

Sobre o estudo dos processos de ação e intervenção social dos “de baixo”, é fecunda a afirmação de Gramsci (1971, p. 41) de que a realidade não se encontra determinada, mas se trata do “resultado de uma aplicação da vontade humana à sociedade das coisas”. Portanto, deve ser pensada não apenas pelas contingências que a máquina institui ao homem, mas sim a partir da autonomia “do maquinista em relação à máquina”. (GRAMSCI, 1971, p. 41).

Essa pesquisa soma-se a esta compreensão, posto que permite realizar a passagem da reflexão ancorada no momento estrutural para a análise do momento cotidiano, observando as formas de organização da vida, do trabalho e da economia protagonizadas pelos movimentos sociais. Na perspectiva hegemônica, o campo científico utiliza conceitos e categorias que

funcionam bem para a análise do sistema capitalista, porém há uma limitação em termos conceituais e de linguagem para formular acerca de lógicas econômicas alternativas.

Na economia moderna tornou-se costume pensar todos os fenômenos econômicos em relação exclusivamente com a economia capitalista. Todos os princípios de nossa teoria — renda, capital, preço e outras categorias — foram formadas dentro do marco de uma economia baseada no trabalho assalariado que trata de obter o máximo de benefícios (ou seja, a quantidade máxima da parte dos ingressos brutos que fica depois de deduzir os custos materiais da produção e do salário). Todos os demais tipos (não capitalistas) de vida econômica se consideram insignificantes ou em processo de extinção; ao menos se pensa que não tem influência nas questões básicas da economia moderna e, portanto, não apresentam interesse teórico. (CHAYANOV *et al.*, 1981, p. 49).

A citação de Chayanov *et al.* (1981) nos dá pistas de que é preciso alargar a visão da ciência para produzir sentidos sobre a diversidade existente de formas de organização social e econômica, de modo a contribuir com a organização de um conhecimento acerca da temática. Nesse sentido, esse trabalho propõe somar o esforço e sistematizar, por uma abordagem da Economia Política da Comunicação, algumas perspectivas que possam ser úteis em um trabalho científico que se posicione na construção de outros programas políticos e projetos societários.

Já para a pesquisa em comunicação, este estudo se justifica pela relevância em pensar o campo a partir de um outro objeto, que não a mídia, e que perpassa todas as relações sociais: o trabalho de comunicação. Ele pode ser observado tanto nas mídias, quanto nos diversos aparelhos privados de hegemonia das classes sociais, e está relacionado com o debate da mediação social e a luta pela hegemonia social e política das classes em luta.

Deslocar o estudo do trabalho de comunicação da esfera estritamente midiática permite ampliar a observação de técnicas coletivas e comunitárias de linguagem que ocorrem na interação social, por meio da linguagem e dos diversos vínculos e interações que realizamos cotidianamente.

Assim, trata-se de uma possibilidade empírica de reinterpretar o objeto comunicacional que, hegemonicamente, se ocupa da transmissão das mensagens, mas não do trabalho de comunicação envolvido na produção dessas mensagens, ou da finalidade das técnicas de comunicação que mediam as relações sociais nos modos de vida e de produção coletivos (ROSSI-LANDI, 1985; PINTO, 2005; DANTAS, 2018).

1.3.3 Metodologia

Para a sistematização da tese, agrupei as formas do conteúdo e as formas de expressão que compõem o sistema de signos do movimento em três principais categorias: conteúdos ético-políticos, conteúdos estéticos e conteúdos técnico-científicos. O conteúdo ético-político está ligado aos enunciados do grupo – e aqui está a acepção mais comum de visão de mundo, consciência social e superestrutura. O conteúdo estético está ligado às formas de fruição e aos valores de uso que produzem significados em torno do consumo alimentar, em especial do alimento que é comercializado no SAAP/MPA. E o conteúdo técnico-científico corresponde às formas de expressão científicas, profissionais e as aprendizagens técnicas que organizam as atividades produtivas do SAAP.

A observação do SAAP foi feita considerando elementos contraditórios e limitantes da experiência. Tal premissa acompanha a reflexão de Antônio Gramsci acerca das formas populares de organização social. Ele destaca que os conteúdos sociais constituídos na luta social são permeados por formas antigas e novas de vida e pensamento e, portanto, “a pesquisa orienta-se no sentido da identificação dos elementos de força, mas também dos elementos de fraqueza que eles contêm em seu interior”. (GRAMSCI, 1971, p. 39). Esquematicamente, ele destaca que

deve-se distinguir diversos estratos: os fossilizados, que refletem condições de vida passada e que são, portanto, conservadores e reacionários; e os que são uma série de inovações, frequentemente criadoras e progressistas, espontaneamente determinadas por formas e condições de vida em processo de desenvolvimento e que estão em contradição (ou são apenas diferentes) com a moral dos estratos dirigentes. (GRAMSCI, 1971, p. 184-185).

Conforme destaquei, para descrever o trabalho de comunicação e caracterizar os produtos desse trabalho, participei da experiência, bem como consultei documentos e referencial bibliográfico produzido e disponibilizado pelo MPA, com ênfase no programa político do movimento intitulado Plano Camponês por Soberania Alimentar e Poder Popular (MPA, 2019), material que sintetiza a perspectiva político-econômica e organizativa do MPA. Além disso, foram fontes documentais: cartilhas, cadernos de formação, publicações em sites e redes sociais, textos produzidos por lideranças do movimento para circulação interna ou divulgação. Também foram contemplados trabalhos científicos desenvolvidos pelos intelectuais orgânicos que atuam no MPA.

Essas fontes foram complementadas com coleta de dados realizada por meio dos seguintes instrumentos de pesquisa: i) diário de campo, onde foram registradas as percepções

do acompanhamento das atividades, ii) entrevistas não estruturadas com a equipe que desenvolve o SAAP e que foram realizadas pessoalmente, por e-mail e por chamada telefônica e, por fim, iii) uma oficina intitulada Roda de Conversa sobre o Trabalho de Comunicação no SAAP que ocorreu por meio de quatro encontros em junho de 2022, e consistiu na escuta e no compartilhamento dos resultados com a equipe do SAAP/MPA.

Deste modo, ao buscar refletir sobre o aspecto comunicativo da experiência, me deparei com a necessidade de organizar um escopo metodológico para abordar o trabalho de comunicação como objeto de estudo.

Nesse sentido, o esforço consiste em organizar a exposição a partir da seguinte premissa metodológica: o trabalho de comunicação é realizado pela humanidade por procedimentos que são implementados pela mediação de técnicas, tecnologias e artefatos de comunicação (ROSSI-LANDI, 1985; ECO, 2004; PINTO, 2005; BAHKTIN, 2006; FIGARO, 2007; DANTAS, 2018).

Artefatos, técnicas e tecnologias de comunicação foram criados pela humanidade no decorrer da experiência dos seus modos de organização e de produção, sendo a constituição da linguagem articulada a técnica primordial que permitiu o desenvolvimento do trabalho social e da interação humana. Com a complexificação das relações sociais, esses procedimentos se tornam cada vez mais especializados e diversificados.

Por sua vez, o resultado do trabalho de comunicação é heterogêneo (como exemplo a criação das diversas línguas) e, dentre eles, destaco a produção de sistemas de signos que medeia toda a comunicação social da relação da humanidade entre si, e em sua relação com a natureza. Um sistema de signos é composto por formas do conteúdo social (que são unidades culturais de significados que são destacados da experiência social) e por formas de expressão (dentre os quais destaco as palavras e os enunciados construídos e que efetivam a comunicação e a troca social).

Esse processo não cessa de ocorrer nunca e tem como resultado novas técnicas, tecnologias e artefatos, bem como a criação e recriação de sistemas de signos, de novos enunciados e palavras. Ele está ligado à luta pela hegemonia social e política de um grupo, uma vez que diz respeito à constituição das formas da consciência social e da subjetividade, em sua relação triádica com as dimensões da estrutura e da superestrutura social, portanto das dimensões ético-políticas, técnico-científica e estéticas do conjunto da sociedade (ROSSI-LANDI, 1985; ECO, 2004; PINTO, 2005; BAHKTIN, 2006; FIGARO, 2007; DANTAS, 2018).

Para desenvolver essa premissa teórico-metodológica, na próxima sessão realizo uma revisão teórica do campo da comunicação, buscando descrever algumas tendências da pesquisa.

Concluo com algumas notas metodológicas que buscam contribuir com a definição do trabalho de comunicação como objeto de estudo do campo. Essas notas serão enriquecidas posteriormente no item 3.2 deste trabalho.

1.3.4 Subindo em gigantes: notas metodológicas sobre o campo da comunicação

A consolidação do capitalismo monopolista confere à comunicação e à informação um *status* de objeto científico, sobretudo em razão do processo de concentração e centralização do monopólio do capital financeiro e da ampliação da centralidade das técnicas e tecnologias de comunicação da organização do trabalho, do consumo e do consenso social.

Neste período, o papel fundamental dos estudos esteve ligado à problemática da informação no conflito das guerras mundiais; à organização das democracias burguesas e dos processos eleitorais; à necessidade de aceleração da produção e do consumo de mercadorias e à constituição das chamadas Indústrias Culturais da fase industrial fordista; às inovações nos processos de trabalho, ao uso da cibernetica em processos de disputa imperialista, dentre outros (PINTO, 2005; FIGARO, 2007; SODRÉ, 2014).

O processo que culminou nesta configuração é marcado pela intensificação da política no contexto dos Estados Nacionais no final do século XIX, constituindo um fenômeno que ficou conhecido como Estado Ampliado. O conceito explica o momento da complexificação das lutas de classe no capitalismo, em que a gestão política das populações passa a combinar estratégias de hegemonia, organização da cultura, que são interações orgânicas entre os modos de vida e os modos de produção (GRAMSCI, 2012).

Neste período, podemos citar pelo menos três importantes contribuições teóricas do campo da comunicação: as pesquisas administrativas do *Mass Communication Research*, que tiveram como referência o behaviorismo positivista e as teorias matemáticas. Os estudos da Escola de Comunicação de Chicago, que, baseados no interacionismo simbólico, complexificaram a relação entre emissão e recepção, elucidando a centralidade da mediação de líderes de opinião e outras relações comunitárias na organização da comunicação social. E, por fim, os estudosos da Escola de Frankfurt, que apresentaram uma crítica em perspectiva filosófica ao contexto, permitindo trazer ao debate a relação da forma e do conteúdo capitalista e a ontologia de um modo de vida organicamente vinculado com a mercantilização da sociedade (FIGARO, 2007; SODRÉ, 2014).

Com a expansão e implantação local e globalizada das tecnologias eletrônicas massivas e privadas de comunicação social (tais como os sistemas de telefone, de radiodifusão, o cinema, a imprensa de massa, a indústria editorial e fonográfica) é estruturada a chamada Indústria Cultural (IC). A IC é tecnologia fundamental na mediação do diálogo entre estado, sociedade e capital, com influência na construção da hegemonia política e das formas da mediação social no capitalismo monopolista.

Desde então, o trabalho de comunicação realizado nessas indústrias cumpre, ao mesmo tempo, funções de circulação e realização de mercadorias, acelerando o consumo e efetivando a chamada função Publicidade. E também funções ético-políticas e ideológicas, ligadas à organização do trabalho, do consenso e dos modos de vida da população, realizando a chamada função Propaganda (BOLAÑO, 2000).

Tais funções articulam simultaneamente formas de expressão e conteúdos superestruturais, que são organicamente vinculados às dimensões da estrutura produtiva e de consumo do sistema econômico, baseado na forma mercadoria. Esse fato foi útil tanto no contexto dos Estados Nacionais, interessados na comunicação com populações cada vez mais massivas e urbanas, quanto no âmbito das empresas e agências de publicidade, interessadas na aceleração das mercadorias num contexto de produção fordista de bens de consumo (ARRUDA, 1985).

Roseli Figaro (2007) demonstra também a articulação existente entre essas teorias da comunicação e as formas de organizar o trabalho da sociedade industrial. A autora aponta uma identidade entre as teorias organizacionais do trabalho fordista e as teorias da comunicação de massa, especificamente acerca da abordagem do indivíduo. Em ambas, “o indivíduo é tomado como massa ou como corpo biológico que responde a estímulos e não pensa por si, é manipulado pelo poder que emana dos meios de comunicação”. (FIGARO, 2007, p. 8).

Nesse escopo, assim como o trabalhador fordista, o indivíduo da audiência midiática é entendido como um operador que reproduz ações mecânicas pré-formatadas, alguém “pronto para ser manipulado”. A autora explica que tal perspectiva oculta a indispensabilidade do trabalho humano para a realização de todo e qualquer fenômeno social, constituindo uma abordagem tecnicista e fetichizada do processo comunicativo, além de destacar a perspectiva da comunicação como transmissão de mensagem, restringindo o objeto da comunicação (FIGARO, 2007).

Pelo seu aspecto hegemônico, no campo de estudos da comunicação, foi justamente a forma fenomênica da Indústria Cultural que ganhou a centralidade do estudo do campo,

sobretudo na gênese de sua constituição. Muniz Sodré (2014) avalia criticamente tal contexto, informando que essas teorias realizam uma "antropológica do espelho" e terminam por refletir o que o mercado e outros apologetas difundem sobre a comunicação, reduzida ao estudo fetichista das técnicas e tecnologias das relações mercantis dos grandes conglomerados midiáticos.

Nesse aspecto, o estudo é reduzido pela equação simplificada da emissão–mensagem–recepção, ocultando o trabalho de comunicação que é requerido nesse contexto, e que está ligado à constituição da linguagem e à ontologia dos modos de percepção social. Carecendo de uma abordagem dialética e contraditória, essas teorias dimensionam a força político–econômica da comunicação massiva em geral, e fortalece a relação dicotômica e mecanicista da relação entre a estrutura dos meios de produção e a superestrutura ideológica da sociedade.

Pela mediação dessas teorias, são difundidas imagens tais como o homem atomizado e alienado e também são ofuscadas outras tecnologias e formas de comunicação popular e comunitárias, que continuam existindo para além das mídias eletrônicas, minimizando ainda a recusa e a negociação das audiências, além dos processos conflituosos de resistência das classes subalternas (MARTÍN-BARBERO, 2009).

Apesar de dimensionarem aspectos fragmentários da comunicação social, essas teorias permitem entrever a força e o impacto das chamadas Indústrias Culturais no contexto da vida social do capitalismo monopolista, uma vez que dimensiona as relações desiguais de informação que caracterizam o capitalismo.

1.3.5 Transformações na abordagem comunicacional

Em meados dos anos 1970, contudo, pesquisas com influência da dimensão filosófica da comunicação passam a ganhar terreno. Dessa época, Sfez (1994) destaca a Escola de Palo Alto, que, tendo como influência a filosofia spinozista, passa a considerar o processo comunicacional em sua dimensão de afecção, indicando as atividades humanas e as práticas cotidianas como setores contidos no continente da comunicação. O autor as conceitua como *comunicação expressiva*.

Também a abordagem dialética da filosofia marxista influenciou outras importantes pesquisas críticas do campo e, em meados dos anos 1970, no contexto da América Latina, emergem trabalhos críticos à condição de subdesenvolvimento em relação aos meios massivos

— escopo que ficou conhecido como Teorias da Dependência Cultural. Aqui, a incorporação do debate sobre comunicação popular e comunitária ganha terreno (BERGER, 2005).

Ainda no continente, são destacados o pioneirismo de Marta Colomina, Luís Ramiro Beltran, Eliséo Verón, Mário Kaplún, Ludovico Silva e Paulo Freire, autores que refletiram sobre a dimensão da comunicação e da educação na formação constitutiva das sociedades urbanas em construção (BERGER, 2005). Parte desses autores, inclusive, se ocupou do estudo de técnicas de comunicação dirigidas aos grupos camponeses e de agricultores que vinham sendo expropriados de forma violenta em seu modo de vida e de produção. Destaco a publicação crítica de Paulo Freire, chamada *Comunicação ou Extensão?*, originalmente publicada em espanhol no ano de 1969 pelo Instituto de Capacitación e Investigación en Reforma Agrária, de Santiago do Chile. E a publicação de Mário Kaplún, publicado em 1973, chamado *La comunicación de masas en América Latina*.

A síntese do debate antagoniza os conceitos de comunicação bancária — que expressa a visão de receptor passivo do ouvinte — e de comunicação transformadora, que está orientada para as modificações das estruturas sociais. Deste debate, também se consolidou o conceito de educomunicação, que busca colocar acento no aspecto formativo da comunicação e é bastante utilizado no contexto dos movimentos sociais campesinos no Brasil, inclusive no Movimento dos Pequenos Agricultores.

No contexto europeu, os chamados estudos culturais ingleses, influenciados pelo pensamento de Antônio Gramsci, formulam importantes trabalhos que influenciam a pesquisa no campo. Dentre estes estão Stuart Hall e Raymond Williams, que desenvolvem uma reflexão da cultura como processo de significação e socialização social e trazem importantes conceitos tais como a análise de Stuart Hall sobre codificação e decodificação no discurso televisivo, em que ele afirma a pluralidade dos modos de recepção social, sumarizando pelo menos três ações hipotéticas em relação à recepção: a dominante, a negociada e a em oposição (ESCOSTEGUY, 2005).

Dessa época, também se destaca o trabalho do espanhol Manuel Martin Serrano, publicado nos anos 1970, e que introduziu o tema da mediação social nos estudos em comunicação, sendo uma das principais influências da popularização de tal conceito.

Ainda na esteira dos estudos críticos, é pioneiro o trabalho de Jesús Martín-Barbero, *Dos Meios às Mediações*, publicado originalmente em 1989. E ainda a chamada Economia Política da Comunicação Brasileira, que desde a década de 1970 – ainda que não conceituada dessa forma – se ocupa do tema. Destaco os trabalhos de Othon Jambeiro (*Canção Popular e*

Indústria Cultural, UFBA, 1973); Maria Arminda do Nascimento Arruda (*A Embalagem do Sistema: A publicidade no Capitalismo Brasileiro*, USP, 1979); Sérgio Miceli (*A noite da Madrinha*, USP, 1972); Sérgio Caparelli (*Televisão e Capitalismo no Brasil*, 1982), César Bolão (*Mercado Brasileiro de Televisão*, Unicamp, 1988); e Marcos Dantas (*A lógica do capital-informação*, 1996). Com o desenvolvimento do campo, os estudos incorporam a dimensão da ontologia e da mediação social e, nessa área, têm expressão os trabalhos de Roseli Figaro (2007), César Bolaño (2000), Marcos Dantas (2012), Marco Schneider (2015b) e Ruy Sardinha Lopes (2006).

Em relação aos estudos críticos de base marxiana, os anos de 1990 e 2000 são ainda marcados por tentativas e esforços diversos do campo crítico em fusionar as reflexões dos chamados Estudos Culturais Latino-Americanos e da Economia Política da Comunicação, da produção e da recepção das formas e dos conteúdos da comunicação, dimensionando a centralidade do trabalho cultural e do trabalho semiótico na análise do campo.

Em parte, esta tese é fruto desse debate e, portanto, uma proposta metodológica que busca apresentar uma reflexão sobre tal tema, indicando o trabalho de comunicação como objeto de estudo, observando sua função na constituição das subjetividades sociais e na luta pela hegemonia política e social do contexto da luta de classes.

1.3.6 Trabalho de comunicação, hegemonia e superestrutura

O estudo do trabalho de comunicação no contexto da luta de classes não pode ser realizado apenas pelo paradigma do convencimento, da persuasão, da emissão, da recepção de mensagens ou, enfocando apenas os meios eletrônicos (sejam os *broadcasts*, sejam os algoritmos). Na fase imperialista do sistema, ele está imbricado no uso de técnicas coletivas e comunitárias de linguagem, que organizam a troca social na totalidade das esferas da vida, e está ligado à ontogênese do ser social e sua subsunção da linguagem ao signo da mercadoria. Atualmente, os *smartphones*, os aplicativos que capturam dados e as plataformas digitais de interação social e trabalho são aquelas mais relevantes (ROSSI-LANDI, 1985; PINTO, 2005; FIGARO, 2007; DANTAS, 2018).

Nesse contexto, o trabalho de comunicação está ligado à mediação da objetividade/subjetividade social e, portanto, à disputa pela hegemonia e à atividade de

simbolização da percepção da experiência humana e sua expressão na linguagem e nas formas da consciência social.

Esse processo que, na aparência, ocorre em uma dimensão aleatória da vinculação social, em essência, ocorre pela mediação de técnicas e tecnologias de linguagem que são desenvolvidas com objetivos definidos de organizar a produção e a vinculação social subsumidas ao signo mercantil. Esse trabalho ocorre pela mediação de artefatos, técnicas e tecnologias de comunicação hegemônicas implementadas na interação das classes subalternas e dirigentes e, atualmente, se encontram dispersos na totalidade do conjunto da vida, com funções de organização do consumo, do consenso e do trabalho social. (ROSSI-LANDI, 1985; PINTO, 2005; DANTAS, 2018).

Nesse aspecto, a centralidade do trabalho não está apenas na “forma mercantil”, mas na dimensão que essa específica forma assume a partir do século XIX, tema que já se encontra na obra marxiana acerca da valorização do valor nas etapas de transporte e comunicação. Daí o desenvolvimento, pelo capital, de tecnologias apropriadas, a começar pela telegrafia até chegar no algoritmo, instaurando processos de comunicação que valorizam o valor. Já na virada do século XXI, a centralidade da comunicação para o desempenho das atividades efetivas de trabalho é ainda mais generalizada com as Tecnologias da Informação e da Comunicação como artefatos mediadores e organizadores do trabalho contemporâneo. Desde então, muitos serão os esforços para organizar procedimentos comunicativos que ampliem o processo de acumulação e de valorização do capital. (DANTAS, 1996; 2018; 2007; FIGARO, 2007).

Isso se espalhará para âmbitos cada vez mais sensíveis da vida, envolvendo a aprendizagem de técnicas e tecnologias que são transportadas do mundo da vida para o mundo da produção e vice-versa, provocando a sensação generalizada da intensificação e da sobrecarga de trabalho e de mercantilização de todas as dimensões da vida. Esse fenômeno é de suma importância, pois pela centralidade do trabalho e da comunicação na ontogênese do ser social, a lógica dessa experiência influi no modo como elaboramos os processos gerais da recepção social (FIGARO, 2007; DANTAS, 2018).

Nesse escopo, ele está relacionado à problemática da hegemonia social, portanto à imbricada discussão entre estrutura e superestrutura social; à problemática da linguagem e das formas de consciência dos grupos subalternos e dirigentes; e, portanto, à dimensão semiótica da luta de classes. Aqui está contida a negação da identidade imediata e reflexa entre o sujeito e qualquer externalidade (seja aquela produtiva, seja aquela cultural), uma vez que o ato

originário de qualquer cognição é sempre mediado por artefatos produtivos e comunicacionais produzidos pela humanidade.

Se a hipótese for correta, então as peças do jogo não são duas, mas sim, três: aos modos de produção e às elaborações ideológicas da superestrutura, é necessário acrescentar o sistema de signos. **As dificuldades sempre surgidas no estudo das relações entre estrutura e superestrutura, entre modos de produção e ideologias, seriam então a consequência da tentativa estéril de se abordar binariamente uma situação triádica**, recorrendo a elementos opostos estaticamente para explicar uma situação que, ao contrário, é eminentemente dialética e está em contínuo movimento. (ROSSI-LANDI, 1985, p. 14, grifo nosso).

Nesse sentido, o sistema de signos é produzido e difundido por um conjunto vasto de técnicas coletivas e comunitárias de linguagem, que é mobilizado com finalidades específicas de organização social, sendo fruto do trabalho de comunicação. É na dialética entre a subjetividade individual/coletiva e a objetividade histórica — que não é estática, ao contrário, que está num movimento perpétuo, que indivíduos determinados que ocupam um lugar específico e verificável, contraem entre si relações sociais e políticas determinadas, relações superestruturais que medeiam historicamente as formas da consciência social. O estudo dos signos como produto do trabalho humano permite analisar tal fenômeno.

A consciência adquire forma e existência nos signos **criados por um grupo organizado no curso de suas relações sociais**. Os signos são o alimento da consciência individual, a matéria de seu desenvolvimento, e ela reflete sua lógica e suas leis. A lógica da consciência é a lógica da comunicação ideológica, da interação semiótica de um grupo social. **Se privarmos a consciência de seu conteúdo semiótico e ideológico, não sobra nada. A imagem, a palavra, o gesto significante, etc. constituem seu único abrigo**. Fora desse material, há apenas o simples ato fisiológico, não esclarecido pela consciência, desprovido do sentido que os signos lhe conferem. (BAKHTIN, 2006, p. 34, grifo nosso).

Bakhtin (2006) acrescenta que a forma da consciência social é propriamente a linguagem e o sistema de signos que a materializa. Nesse sentido, o sistema de signos é o que permite ao indivíduo a *compreensão* da experiência vivida. Ele é fruto do trabalho de comunicação, e é uma forma de expressão das relações sociais concretas vividas no modo de produção. Os signos organizam o pensamento verbal e é constituído pela/na interação social entre as pessoas que se comunicam e trocam entre si pela mediação de tecnologias, técnicas e artefatos de comunicação previamente existentes, e expressos pelas palavras e enunciados.

Os signos só emergem, decididamente, no processo de interação entre uma consciência individual e uma outra. E a própria consciência individual está repleta de signos. A consciência só se torna consciência quando se impregna de conteúdo ideológico (semiótico) e consequentemente no processo de

interação social [...]. Os signos só podem aparecer em um terreno interindividual. Ainda assim, trata-se de um terreno que não pode ser chamado de “natural” no sentido usual da palavra: não basta colocar face a face dois *homo sapiens* quaisquer para que os signos se constituam. É fundamental que esses dois indivíduos estejam socialmente organizados, que formem um grupo (uma unidade social): só assim um **sistema de signos pode constituir-se**. (BAKHTIN, 2006, p. 32-33, grifo nosso).

O soviético critica a filosofia idealista que situa o signo ideológico na consciência, como se isso fosse um efeito interior da compreensão individual. Ele também critica a abordagem behaviorista e economicista, que destaca que a mente é apenas reflexo das condições materiais. O fenômeno sígnico não pode ser dedutível imediatamente da infraestrutura nem da superestrutura. Ainda que possamos observar correspondências entre essas esferas, uma ligação mecanicista carece de valor cognitivo. Nesse sentido, ao estudo entre formas econômicas e conteúdos superestruturais, é necessário introduzir um elemento terceiro — o sistema de signos e o trabalho que o constitui.

Quando se trata do homem em sua existência (em seu trabalho, em sua luta, etc.), será possível encontrar uma abordagem diferente daquela que consiste em passar pelos textos de signos que ele criou ou cria? Será possível observá-lo e estudá-lo enquanto fenômeno natural, enquanto coisa? A ação física do homem deve ser compreendida como um ato; ora, o ato não pode ser compreendido fora do signo virtual (reconstruído por nós) que o expressa (motivações, finalidades estímulos, níveis de consciência) [...]. **Quando estudamos o homem, buscamos e encontramos o signo em toda parte e devemos tentar compreender sua significação.** O que nos interessa aqui são as formas concretas dos textos e as condições concretas da vida dos textos, sua interdependência e sua inter-relação. (BAKHTIN, 1997, p.34, grifo nosso).

Pela centralidade do trabalho de comunicação na organização do trabalho e do consumo social, o sistema de signos como mercadoria e como trabalho é, cada dia mais, organizado e reorganizado por um conjunto de trabalhadores que desempenham um trabalho intelectual, linguístico, semiótico e comunicacional em tecnologias cada vez mais dispersas e integradas ao modo de vida (ROSSI-LANDI, 1985; FIGARO, 2007; DANTAS, 2018).

Nesse escopo, comparece a premissa teórica com a qual estou trabalhando, a de que é o trabalho de comunicação que conformam o sistema de significações a partir do qual uma forma produtiva e superestrutural é produzida, vivenciada, comunicada. Esse fato envolve investigar a “passagem” da vida prática (em seu aspecto produtivo e cultural) em direção às percepções, ao pensamento, à superestrutura, às vontades e aos valores de um grupo e vice-versa, passagem que, no caso humano, só é factível de ocorrer pela mediação dos objetos por nós inventados.

No escopo marxiano, um dos trechos mais referidos sobre o tema está no “Prefácio” da *Contribuição à Crítica da Economia Política*, escrita entre agosto de 1858 e janeiro de 1859, momento em que o capitalismo ainda não se encontrava na sua fase imperialista, quando essa relação viria a se tornar ainda mais imbricada. Vejamos:

[...] Na produção social da vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada do desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.

Por esta citação, observamos uma relação triádica que se dá entre uma estrutura econômica, uma superestrutura política e jurídica, e um terceiro elemento que são as formas sociais determinadas da consciência social. Podemos notar que não se trata de um espelhamento entre estrutura e superestrutura nas formas da consciência social — nem uma, nem outra isoladamente implicam imediatamente em uma forma específica desta terceira. Dito de outro modo, consciência social e as formas superestruturais se equivalem como uma metáfora⁸ e não como um reflexo. Essa articulação busca negar o caráter artificial e mistificador que identifica a dimensão superestrutural como sendo alheia à materialidade, ou artificialmente determinada por ela, e de onde provém boa parte do determinismo, idealismo ou do esquematismo (SILVA, 2012).

“O fato de haver uma igualdade analógica de relações não implica, absolutamente, que os termos do segundo conjunto substituam realmente os termos do primeiro. Só podem substituí-los metaforicamente. Toda metáfora consiste nesta transposição.” (SILVA, 2012, p.54).

Vejamos em mais uma citação de Marx e Engels (2007), em que o fenômeno é descrito com mais detalhes, em sua relação mediada com as estruturas sociais.

A produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens, ainda aparecem aqui como emanação direta de seu comportamento material. O mesmo vale para a produção

⁸ Ludovico Silva (2012) apesar de destacar a importância da metáfora, nos lembra que ela não é abundantemente utilizada por Marx, sendo mais atribuída a Engels, sobretudo em suas cartas de 1880. Ele também observa que, quando Marx emprega tal recurso, ela vem acompanhada por outras explicações teóricas.

espiritual, tal como ela se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da metafísica, etc. de um povo. Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias e assim por diante, mas os homens reais, ativos, tal como condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde, até chegar às suas formações mais desenvolvidas. A consciência [Bewusstsein] não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente [bewusste Sein], e o ser dos homens é o seu processo de vida real. (MARX; ENGELS, 2007, p. 93, rifo nosso).

Na citação podemos observar que os autores afirmam que tais representações são produzidas pelos homens, portanto não aparecem espontaneamente nem aleatoriamente. Na análise materialista figuram três elementos, e não apenas dois: *produção material, produção espiritual e o pensar dos homens — as linguagens*. Friedrich Engels gastou muita tinta de suas canetas para explicar a dialética presente na articulação teórica dos autores, enfatizando a dimensão conflituosa cujo tema deveria ser abordado. Vejamos com suas próprias palavras em carta enviada para J. Bloch em 22 de setembro de 1890:

De acordo com a concepção materialista da história, o fator que em última instância determina a história é a produção e reprodução da vida real. Nem Marx nem eu jamais afirmamos mais que isto. Se alguém o tergiversa, fazendo do fator econômico o único determinante, converte esta tese numa frase vazia, abstrata, absurda. A situação econômica é a base, mas os **diversos fatores da superestrutura que se erguem sobre ela — as formas políticas da luta de classes e seus resultados, as Constituições que, depois de ganha uma batalha, a classe triunfante redige, etc., as formas jurídicas e inclusive os reflexos de todas essas lutas reais na cabeça dos participantes**, as teorias políticas, jurídicas, filosóficas, as ideias religiosas e o seu desenvolvimento ulterior até a sua conversão num sistema de dogmas — exercem também influência sobre o curso das lutas históricas e determinam, em muitos casos, predominantemente, a sua forma. Aqui está presente a interação de todos esses fatores, no qual, através de toda multidão infinita de casualidades (ou seja, de fatos e eventos cuja conexão interna é tão remota ou tão difícil de demonstrar que podemos considerá-la como inexistente, que podemos subestimar), acaba sempre por impor-se como necessidade ao movimento econômico. (MARX; ENGELS, 2010, p. 104, grifo nosso).

Como podemos observar na citação, a interação se dá entre a situação econômica (momento da produção), as superestruturas jurídicas e teóricas (momento da reprodução) e o **reflexo na cabeça** — que não é outra coisa metafísica, que propriamente a consciência. Esta que só se constitui e se desenvolve a partir da linguagem articulada, do pensamento representacional, do sistema de dogmas, das teorias e filosofias por meio das quais os sujeitos orientam sua vida prática. É isso que explica o desenvolvimento das formas da consciência. Em termos metodológicos,

A observação empírica tem de provar, em cada caso particular, empiricamente e sem nenhum tipo de mistificação ou especulação, a conexão entre a estrutura social e política e a produção. A estrutura social e o Estado provêm constantemente do processo de vida de indivíduos determinados, mas desses indivíduos, não como podem aparecer na imaginação própria ou alheia, mas sim tal como realmente são, quer dizer, tal como atuam, como produzem materialmente e, portanto, tal como desenvolvem suas atividades sob determinados limites, pressupostos, condições materiais e independentes de seu arbítrio (MARX; ENGELS, 2007, p. 93, grifo nosso).

Nesse contexto, é preciso considerar as condições dessa produção, bem como quem são os produtores e organizadores tanto da produção em si, quanto das formas superestruturais. Um erro metodológico que deriva do idealismo, e cuja crítica do trabalho marxiano se dirige, é que a dominação de uma classe não é o resultado da dominação de suas ideias, e nem essas ideias se difundem ou se criam de maneira espontânea.

A dominação se realiza e se efetiva pelas relações de produção que vinculam os indivíduos em um dado estágio do modo de produção, sendo importante os conteúdos e as formas de comunicação que se estabelecem entre as classes sociais. Deste modo, sendo uma classe dominante, também é dominante sua capacidade de organização e circulação de ideias, signos e formas ideais. Aqui está aquela citação clássica sobre o tema:

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem a sua disposição os **meios da produção material** dispõe também dos **meios da produção espiritual**, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os **pensamentos daqueles** aos quais faltam os meios de produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o façam em toda a sua extensão, portanto que, entre outras coisas, **eles dominem também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo;** e que por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época. (MARX; ENGELS, 2007, p. 47, grifo nosso).

Nesse contexto, suas pesquisas contribuem para a compreensão de que tanto o aspecto superestrutural quanto a estrutura produtiva são formas de externalidade do trabalho humano, devendo ser considerado o terceiro elemento – que é justamente o sujeito e seu produto, e aqui destacamos o trabalho de comunicação, as técnicas e as tecnologias e os produtos de

comunicação que constitui o sistema de signos, que efetivam a troca social (ROSSI-LANDI, 1985; BAKHTIN, 1997; DANTAS, 2018, ECO; 2004).

Para concluir a revisão teórico-metodológica, observo que o trabalho de comunicação está ligado à luta pela hegemonia política e social, portanto, ao aspecto semiótico da luta de classes. Coutinho (2014; 2020) destaca a existência de um aspecto comunicacional do tema da hegemonia. Nesse sentido, ele salienta que

a potencialidade original das reflexões de Gramsci sobre a comunicação consiste, justamente, em relacioná-la com a totalidade da vida social, compreendendo-a como cultura, práxis interativa, mediação entre sujeito e objeto. E, como tal, estará associada, no pensamento gramsciano, à problemática do Estado, das relações de poder, da hegemonia, isto é, da liderança intelectual e moral de um grupo social sobre o conjunto da sociedade. Em última análise, todo processo de hegemonia é, necessariamente, um processo comunicacional. Afinal, é pela **interação semiótica, pela reelaboração e compartilhamento dos signos, que os sujeitos constroem suas identidades, organizam sua visão de mundo, e representam a realidade de uma determinada perspectiva e de acordo com seus interesses, anseios e expectativas.** (COUTINHO, 2014, p.15, grifo nosso).

Ao abordar a teoria da hegemonia pelo aspecto do trabalho de comunicação, vemos que a luta política entre as classes pode ser estudada pelo aspecto semiótico, que investiga técnicas, tecnologias, artefatos, signos, formas do conteúdo e formas de expressão no contexto de uma realidade produtiva específica, ligado aos temas do simbólico e da interação social. Tema que, por sua vez, se expressa no léxico de Antônio Gramsci em suas reflexões sobre a ontologia e a formação do homem, e que envolve os conceitos como bloco histórico, vontade, espírito de cisão, organização da cultura, visão de mundo, catarse, dentre outros (GRAMSCI, 2012).

Nessa tese, sobretudo, na Parte 1, minha ênfase recairá sobre o aspecto semiótico dessa problemática, que envolve a configuração de um tipo de trabalho que tem como produto a organização de um sistema de signos, conteúdos e formas de expressão que se constitui e é constituído na interação dialética que ocorre nas esferas de produção e reprodução da vida social no contexto da luta de classes.

Nesse sentido, o próximo passo consiste em uma reflexão comunicacional sobre alguns elementos presentes na teoria da hegemonia, para, em seguida, voltarmos ao estudo do sistema de signos e do trabalho de comunicação que o constitui.

2 TEORIA DA HEGEMONIA, MODOS DE VIDA E MODOS DE PRODUÇÃO NO CAPITALISMO

Antônio Gramsci (2012) aponta que, no contexto do capitalismo monopolista, a forma política da luta de classes tem como conteúdo a conquista da hegemonia social e implica na organização de um bloco histórico que coesiona o modo de vida e o modo de produção. São formas e conteúdos que são criados no âmbito das atividades de produção da vida, pela mediação da sociedade civil e dos intelectuais orgânicos, profissionais ou semi-profissionais ligados aos aparelhos privados de hegemonia das classes de uma determinada formação social e que se expressam em tal fenômeno.

A análise dessas afirmações serve, creio, para reforçar a concepção de bloco histórico em que as forças materiais são o conteúdo e as ideologias a forma (essa distinção entre a forma e o conteúdo é puramente dialética); as forças materiais não seriam concebíveis historicamente sem a forma, e as ideologias seriam pequenos caprichos individuais sem as forças materiais. (GRAMSCI, 1971, p. 57).

Em uma perspectiva semiótica, podemos aferir que o bloco histórico é um terceiro termo que explica a articulação complexa entre as *formas de expressão* superestruturais e as *formas do conteúdo social* (ECO, 2005) produzidos na mediação das estruturas do capitalismo.

Sua síntese demonstra que, no capitalismo avançado, existe a organização de um tipo específico de síntese conceitual e material (signos) que relaciona trabalho, produção e cultura de maneira dialética e recíproca (GRAMSCI, 2012; PORTELLI, 1977). Esse procedimento analítico resultou ainda na proposição acerca da Teoria da Hegemonia e na Teoria do Estado Ampliado.

Tal escopo teórico, dentre outras contribuições, permite compreender a complexidade da formação da hegemonia política e econômica de um grupo sobre outro, pondo em contradição as noções correntes da análise sobre a luta de classes, que oscila entre afirmar uma ou outra esfera em separado. A observação que Antônio Gramsci desenvolve sobre o tema é bastante heterogênea. Sua análise é lançada para um conjunto de partidos, organismos políticos, experiências culturais e produtivas de sua época histórica.

Ele possui reflexões acerca da Revolução Soviética, dos recém-formados Estados Nacionais no contexto pós-primeira Guerra Mundial — como as experiências do Fascismo na Itália e do Americanismo-Fordismo nos Estados Unidos. Reflete também sobre as formas populares de filosofia e senso comum das classes subalternas e lança um olhar sobre as formas da comunicação realizadas por, pelo menos, dois grupos da esquerda: os socialistas e os

sindicalistas — representados por ele na oposição entre socialistas conteudistas e irracionais utópicos (GRAMSCI, 2012; E.G. COUTINHO, 2020).

Seus escritos possuem forte apelo semiótico, na medida em que são comunicados mediante diferentes formas de expressão, como o uso de metáforas e “histórias” nacionais, contando com a mobilização de gêneros literários de conhecimento popular — tais como jornais, cartas e cadernos. Vide também a importância do jornal *L'Ordine Nuovo* como meio de comunicação das ideias do seu grupo na sua fase pré-carcerária, ou ainda o uso do texto popular de *O Príncipe*, de Nicolas Maquiavel, no conjunto de suas formulações.

Seu diálogo foi dirigido principalmente às classes subalternas e aos seus organismos políticos, e teve como finalidade fortificar a luta pela hegemonia das classes subalternas e discutir, dentre outros diversos temas, a crise orgânica do bloco histórico capitalista no início do século XX. Nessa análise, comparecem as categorias como *espírito de cisão, vontade nacional e popular, catarse*, dentre outras, e que buscam organizar a reflexão em torno da modificação da correlação de forças políticas, em direção à superação do capitalismo como modo de vida e de produção (GRAMSCI, 2012; DEL ROIO, 2018; DIAS, 1999).

A investigação do comunista leva-o a concluir que é por um imbricado conjunto de estratégias que estão relacionadas à forma combinada entre modo de vida e modo de produção, sentimento e pensamento, consenso e coerção, consentimento e violência, técnica e política, organização da cultura e organização do trabalho, vontade e adesão, que as classes sociais fortificam sua hegemonia (GRAMSCI, 2012; COUTINHO, 2014; COUTINHO, E. G., 2020; DEL ROIO, 2018, 2019; DIAS, 1999; COUTINHO, C. N., 1992).

Com isso, o autor aponta para uma visão materialista do aspecto simbólico, uma vez que ele é resultante da dimensão intelectual, moral e econômica realizada no conjunto da vida prática da sociedade. Essa abordagem triádica entre sujeito, cultura e economia conserva a dimensão simbólica e subjetiva própria de qualquer atividade humana, uma vez que é pela ação concreta das pessoas que compõem a classe subalterna e de sua vontade que o modo de produção socialista será efetivamente construído e organizado e que o modo de produção capitalista será derrotado.

Dentre as finalidades do estudo de Antônio Gramsci, comparece a necessidade em compreender a eficácia e a derrota das estratégias de luta, implementadas pelos grupos socialistas e comunistas da Itália, entre o conjunto das classes subalternas e que vinham se agitando em diferentes partes do país. Gramsci chamou esse acontecimento de “*bienio rojo*”,

criando um signo para expressar essa experiência social, experiência que foi derrotada pelo fascismo italiano (1922-1943) (COUTINHO, E. 2020).

No contexto de sua luta, se envolveu nos Conselhos Operários de Turim, local que para ele é o germe do governo operário. Mediado por essa experiência, observou a agitação das classes operárias e a formação da consciência de sua unidade baseada na produção e no ato concreto do trabalho. Viveu a greve de 1920, quando 500 mil trabalhadores, entre operários e camponeses, foram derrotados, sem apoio do Partido Socialista Italiano, do qual ele fazia parte (COUTINHO, E. 2020).

Carlos Nelson Coutinho (1992) destaca que, a partir dessa síntese dialética da práxis política do autor, Gramsci resgata a crítica ontológica do pensamento marxiano e problematiza a noção de consciência reflexa que vigorava, acrescendo-a de complexidades e determinações. Com isso, realiza a crítica ao determinismo econômico e formula sua percepção acerca da formação do gênero humano.

A questão é sempre a mesma: o que é o homem? O que é natureza humana?
 [...] O homem deve ser concebido como um bloco histórico de elementos puramente subjetivos e individuais e de elementos de massa e objetivos ou materiais, com os quais o indivíduo está em relação ativa. (GRAMSCI, 2012, p. 158).

Dimensionando o aspecto conceitual, filosófico e simbólico do gênero humano e pondo isto em relação dialética com a dimensão concreta e objetiva das relações sociais existentes, Gramsci elabora uma contribuição à luta política, desmontando o economicismo e a análise esvaziada de conflitos da determinação economicista (COUTINHO, E. 2020; COUTINHO, C.N., 1992). Nesse ponto, tendo partido de uma negação do economicismo *per si*, Gramsci volta ao mundo econômico mediado pelas reflexões sobre economia, cultura e trabalho, demonstrando que, na totalidade, o que está em conta é a organização da atividade social da humanidade e, portanto, do próprio homem, por meio das suas relações de trabalho fundamentais.

Nesse sentido, “qual o ponto de referência para o novo mundo em gestação? O mundo da produção, do trabalho”. (GRASMCI, 2012, p. 262). Na análise sobre as relações de hegemonia, Gramsci realiza uma importante contribuição nas reflexões entre comunicação e trabalho.

Ao enfatizar a dimensão materialista da formação humana, ele supera, ao mesmo tempo, o idealismo/voluntarismo e o economicismo positivista — irracionalistas utópicos e socialistas

conteudistas —, e aventa que a transformação revolucionária é um processo combinado de luta política, econômica e cultural. E, nesse aspecto, é tarefa da organização política revolucionária:

uma reforma intelectual e moral [que] não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica; mais precisamente, o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral. (GRAMSCI, 2012, p. 240).

A dialética entre reformar e revolucionar a vida e a cultura é apresentada como uma ação realizada pelo sujeito e pelo organismo político por meio de suas *práxis*, portanto, na ocorrência efetiva da vida produtiva e cultural de uma realidade nacional e particular. Relacionando a reforma econômica à reforma moral, Gramsci destaca a necessidade em desenvolver um trabalho político (ou seja, de comunicação) que seja capaz de organizar um *espírito de cisão* do bloco histórico hegemonizado pelas classes dirigentes. É uma ação coordenada e simultânea que constitui uma linha de ação coletiva, fruto de um longo processo de experimentações e experiências produtivas. Na reflexão do autor, o eixo organizador são os partidos políticos (embora não o único), entendidos para além da sua expressão eleitoral.

Analizando criticamente o economicismo e o idealismo, Gramsci renova a afirmação marxiana da *práxis*, definindo a importância em superar dialeticamente este problema teórico e prático que vigorara na luta e na reflexão dos trabalhadores. Sobre isso, ele destaca que, afinal,

Não é verdade que a filosofia da *práxis* “destaque” a estrutura das superestruturas; ao contrário, ela concebe o desenvolvimento das mesmas como intimamente relacionado e necessariamente inter-relativo e recíproco. Tampouco a estrutura é, nem mesmo por metáfora, comparável a um “deus oculto”: ela é concebida de maneira ultra-realista, a tal ponto que pode ser estudada com os métodos das ciências naturais e exatas; aliás, precisamente por esta sua “consistência” objetivamente verificável, a concepção da história foi considerada “científica”. Será que a estrutura é concebida como algo imóvel e absoluto, ou ao contrário, como a própria realidade em movimento? A afirmação das *Teses sobre Feuerbach*, de que o “educador deve ser educado”, não coloca uma relação necessária de reação ativa do homem sobre a estrutura, afirmando a unidade do processo real? O conceito de bloco histórico, construído por Sorel, apreende plenamente esta unidade defendida pela filosofia da *práxis*. (GRAMSCI, 2012, p. 188).

Nesse sentido, observamos que a construção da hegemonia envolve a efetividade prática de um modo de produção e de cultura antagônicos ao capitalismo, e o desenvolvimento de uma força coletiva, produtiva, organizada e de influência social. Gramsci se aproxima da ideia de Antônio Labriola de que o marxismo é uma concepção integral da vida e que, por este motivo, deve haver a combinação racional com a mobilização dos afetos, não podendo “prevalecer o

conteúdo em relação à forma, o conceito em detrimento do símbolo” (COUTINHO, 2020, p. 58).

Envolve, portanto, a organização de formas superestruturais e de formas produtivas, de dimensões ligadas à relação dos sujeitos individuais e coletivos em direção aos modos de vida e aos modos de produção (DIAS, 1999). O autor não vacila — diferente das apropriações sobre ele — em relação ao objetivo e à finalidade de sua formulação teórica, seu interesse recai sobre aquilo que é necessário fazer para construir a hegemonia das classes subalternas e transformar a forma capitalista da atividade social.

Interessado em ampliar sua capacidade de comunicação com a classe operária e camponesa, em seus escritos, Gramsci criou diferentes formas de expressar essa perspectiva. São vastas as metáforas que ele utiliza para falar das classes em luta no contexto italiano — tais como “o povo dos macacos”, para se referir à pequena burguesia fascista.

Ele também critica a metáfora da “bola de chumbo”, que faz referência à percepção difundida pelos propagandistas da burguesia italiana junto ao proletariado do Norte da Itália, acerca dos camponeses sulistas. O significado diz respeito à falsa ideia de inferioridade biológica dos sulistas camponeses por destino natural, atribuindo a eles a culpa do atraso italiano, discurso difundido entre os proletários turinenses. Ele afirma que até mesmo o Partido Socialista Italiano foi veículo dessas ideias (GRAMSCI, 2012).

Nesse aspecto, Gramsci faz uma reflexão acerca da chamada Questão Meridional, que versa sobre a tensão política entre camponeses, proletários socialistas e comunistas, e burgueses na luta de classes italiana. Dentre os temas que podem ser abordados, um deles está ligado à forma da circulação das ideias acerca do campesinato e à ação do proletariado em relação a ele. O autor demonstra a existência de uma “literatura meridionalista” reforçada pelo PSI “em artigos, esboços, novelas, romances, livros de impressões e memórias – [que] repetiam de diversos modos o mesmo refrão”. (GRAMSCI, 2012, p.112).

O autor destaca que, por outro lado, uma parcela do proletariado, os comunistas turinenses, se opunham a essas ideias, afirmando a importância do proletariado superar preconceitos e pensar a luta de classes em sua associação com o campesinato. Gramsci aponta os desafios de tal contexto, uma vez que a burguesia rural, por meio de distintas estratégias, logrou estabelecer uma desagregação social entre o campesinato e não era observada uma associação centralizada dos interesses dessa classe social. Nesse contexto, o autor destaca a função dos intelectuais meridionais que mediam a relação dos camponeses com o aparato estatal, a burguesia rural e os intelectuais tradicionais clericais.

O camponês meridional liga-se ao grande proprietário rural através do intelectual. Os movimentos camponeses, na medida em que não se expressam em organizações de massa [...] terminam por se enquadrar sempre nas instituições normais do aparelho estatal – prefeituras, governos provinciais, Câmara dos Deputados –, através de composições e decomposições dos partidos locais, cujos quadros são formados por intelectuais, mas que são controlados pelos grandes proprietários e por seus homens de confiança. (GRAMSCI, 2012, p. 115-116).

Por intermédio desses intelectuais, Gramsci observa que foram modificadas a orientação e o método de pensamento, organizando uma concepção de mundo que superou o catolicismo e outras religiões mitológicas, facilitando a absorção do camponês pela burguesia nacional, e pelo bloco agrário hegemônico. Por sua vez, o partido comunista italiano realizou um trabalho de comunicação com alguns desses intelectuais meridionais ligados ao estrato da esquerda, conseguindo modificar – ainda que não inteiramente – a mentalidade desses intelectuais acerca dos camponeses, e conseguindo o apoio na mediação dos camponeses e operários (o autor cita o caso de Piero Gobetti, que era bastante influenciado pelos escritos do jornal *L'Uordine Nuevo* e foi fundamental na mediação e no diálogo entre o campesinato e o PCI).

Como temos destacado, a revisão de literatura acerca da problemática da hegemonia presente no pensamento gramsciano pode ser relacionada ao aspecto propriamente comunicacional e semiótico da luta política. Isto porque permite observar cientificamente a relação entre os modos de vida e os modos de produção, as técnicas comunitárias e coletivas de linguagem e o sistema de signos que se constitui e que medeia as relações sociais. São formas e conteúdos de comunicação que permitem as interações das classes sociais e organizam a finalidade produtiva do sistema (ROSSI-LANDI, 1985; BAKHTIN, 1997; COUTINHO, E., 2020).

A apropriação dos escritos de Gramsci (2012) permite estabelecer a identidade sujeito-objeto num processo de conhecimento que o sujeito determina, dadas as suas condições sociais, históricas, entre outras, assim estabelecendo uma abordagem materialista e dialética entre os sujeitos, os modos de vida e os modos de produção, entre as formas da consciência, a estrutura e a superestrutura social. A relação entre a subjetividade e objetividade se expressa, ou se materializa, se exterioriza, no sistema de signos.

2.1 Entre o Conteudismo e o Formalismo: Aproximações sobre Hegemonia, Linguagem e o Trabalho de Comunicação na Luta de Classes

Nesse item, acompanhando as pistas colocadas por Eduardo Coutinho (2020), observo alguns aspectos da comunicação que envolvem a questão da hegemonia no pensamento de Gramsci: a síntese é relativa à reflexão do autor italiano acerca do diálogo entre os sindicalistas italianos e as classes trabalhadoras urbanas de Turim. Em seguida, observo também a análise do Americanismo-Fordismo pelo aspecto comunicacional.

Nesta seção, refletirei mais de perto a interação entre a forma de organização do trabalho e o desenvolvimento de um tipo psicofísico de trabalhador, que é objetivamente e subjetivamente, funcional à forma de instauração do capitalismo monopolista nos EUA. Essa interação tem a finalidade de constituir um processo comunicacional que acelere a valorização do capital e de um tipo de sujeito trabalhador adaptado à intensificação do trabalho, promovida pelo modo taylorista/fordista de organização do trabalho (DIAS, 1999; FIGARO, 2007). Como veremos, ela não foi feita de modo aleatório e sim mediante um intenso trabalho de comunicação, mediado por tecnologias comunitárias de linguagem que culminam no *American Way of Life* como sua forma de expressão.

No caso desta análise, vemos um acento mais destacado da abordagem da comunicação como trabalho, uma vez que Gramsci explica as formas de organização simbólica e produtiva em uma interação recíproca, demonstrando que se trata de uma ação organizada da classe dirigente.

2.1.1 Irracionalistas utópicos x socialistas conteudistas

Eduardo Coutinho (2020, 2014) demonstra o vasto conjunto de interlocutores e campos teóricos com os quais Gramsci desenvolveu sua análise da hegemonia e do bloco histórico, permitindo a aproximação das reflexões sobre a comunicação. Dentre os temas trazidos por Coutinho (2020), destaco a análise acerca da tensão dialética entre “ideologias cerebrinas e frias exposições conceituais” e “o elemento mítico e passional” apontado por Gramsci. Considero que este tema versa, sobretudo, sobre o trabalho de comunicação, bem como acerca das técnicas coletivas e comunitárias de linguagem na práxis da luta de classes.

Eduardo Coutinho (2020) destaca que a leitura do texto *Que Fazer* (1902), de Vladimir Lenin, permitiu a Gramsci abandonar a ideia da *vontade* de construir a revolução por uma

perspectiva subjetivista, e abordá-la desde uma perspectiva ontológica, um processo subjetivo que se dá condicionado pela história objetiva.

Influenciado pelas ideias leninistas que fomentam a discussão entre teoria e prática, entre o elemento espontâneo e teórico, Gramsci observa a importância de um trabalho intelectual que possa organizar o sentimento e o entusiasmo popular, uma vez que eles expressam a *sensação* da necessidade de resistir. A tarefa do partido seria canalizar essa sensação em direção à organização do mundo efetivo da produção, somada ainda a uma tarefa semiótica, ligada a organizar um sistema de significações, que relacionam as paixões elementares com a concepção de mundo socialista, organizando os aspectos produtivos e simbólicos em direção ao projeto revolucionário. Aqui, emerge também a centralidade do papel dos intelectuais na organização da vontade coletiva (GRAMSCI, 2012; COUTINHO, 2020).

Pela mediação de Lenin, Gramsci apreende dialeticamente a relação entre teoria e paixão e apresenta a conclusão de que ambas são formas de vínculo e expressão da atividade humana. Portanto, são formas da mediação social que constituem o conteúdo ético-político, técnico-científico e estético, bem como suas formas de expressão na consciência social. Aqui, Coutinho (2020) observa que está presente a crítica do autor italiano às formas de comunicação dos intelectuais socialistas do século XX, que fundamentaram sua comunicação no economicismo positivista e na forma da burocracia sindical, tendo discutido os temas da socialização da política por “ideologias cerebrinas” e “frias exposições conceituais”.

Ao mesmo tempo, Gramsci observa que a forma mítica mobilizada pelos sindicalistas no intuito de agitação para uma greve geral, careciam do conteúdo político. Nessa reflexão, Gramsci faz a crítica ao aspecto irracional do conteúdo da greve geral promovido por Georges Sorel, pois o conceito aparece vinculado à desvalorização do intelecto. Assim, o uso da forma mítica supera o conteudismo dos socialistas que antecederam Georges Sorel, mas por outro lado nega apropriação teórica e conceitual do marxismo e da ciência pelo operariado.

Apesar disso, ao observar e analisar essa experiência, Gramsci afirma a forma mítica como uma forma expressiva que produz imagens e ações evocadas pela intuição e é útil na luta de classes (GRAMSCI, 2012; COUTINHO, 2020).

Eduardo Coutinho (2020) observa que Gramsci conserva a reflexão soreliana sobre a importância subjetiva da forma mítica, uma vez que tem um potencial de comunicação ligado às sensações e às paixões. Apropriando-se também do conceito de *paixão* de Benedito Croce, o comunista italiano reforça a importância de um trabalho intelectual e de comunicação feito pelas classes subalternas que funda paixão e razão.

Sua perspectiva propõe um trabalho intelectual que possa fundir essas dimensões, conservando o aspecto científico do marxismo e também a forma mítica e simbólica da comunicação. Deste modo, a exposição das ideias deve combinar o elemento pré-intencional presente na subjetividade humana. Ao observar as características da luta política do mundo após a Primeira Guerra Mundial, Gramsci (2012, p. 178) está convencido de que “uma concepção de mundo não possa ser destruída por críticas de caráter racional”, devendo combinar os elementos pré-intencionais e simbólicos da luta política.

Na síntese de Gramsci, a forma mítica é explicada de maneira materialista como uma forma de expressão do pensamento que canaliza a afetividade e é eficaz como meio de ação para o presente. É uma ideia-força. Uma forma histórica e ativa que explica e coesiona o grupo consolidando um sentimento comum. Isto se distingue da argumentação conceitual e do palavrário e é um artefato de comunicação distinto do discurso racional. Afinal, não apenas a razão discursiva e o conteúdo difundido, mas também as metáforas e um conjunto diverso de formas de expressão fundamentam a relação social entre as classes, promovendo a formação da consciência e a vontade da ruptura social (GRAMSCI, 2012).

Deste modo, a análise sobre a hegemonia é também uma análise sobre o trabalho de comunicação requerido para a fortificação da classe em luta. O ápice da hegemonia proletária é alcançado por meio da construção de um espírito de cisão. Gramsci (2012) caracteriza o momento da cisão como *catarse*, conceito explicado pela mudança de percepção em relação à experiência concreta da vida social individual e coletiva. A catarse é o momento em que, pela mediação de atividades da práxis operadas pelo organismo político, há uma alteração de qualidade e do conteúdo da consciência social e individual, provocando a passagem de uma visão de mundo meramente econômico-corporativa ou egoístico-passional, para outra ético-política. Trata-se de uma

passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isto significa também a passagem do “objetivo ao subjetivo” e da “necessidade à liberdade”. A estrutura, de força exterior que esmaga o homem, assimilando-o e o tornando passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política, em origem de novas iniciativas. (GRAMSCI, 2012, p. 192).

Por este aspecto simbólico do humano, a comunicação entre o organismo político e os grupos ligados às classes subalternas não deve se realizar pela mediação apenas de uma doutrina exposta em palavras, mas sim combinada a outras técnicas coletivas e comunitárias de

linguagem que perpassa todas as atividades sociais, com centralidade para a atividade de trabalho. Gramsci está empenhado em compreender o que deve ser feito para constituir uma vontade coletiva, que tem como finalidade a transformação social.

Numa perspectiva comunicacional sobre esse aspecto, podemos destacar as formas e os conteúdos de comunicação que medeiam o diálogo entre as classes, olhando o sistema de signos que, por definição, é a materialização semiótica da interação entre a subjetividade e a objetividade. Um sistema de signos combina ideias do diálogo comum com a exposição científica, além de mitos e símbolos que sintetizam sentimentos e sensações da experiência social e expressam também a hegemonia de um determinado grupo (ROSSI-LANDI, 1985; DANTAS, 2018).

Gramsci dá ainda destaque para os intelectuais orgânicos, que são os profissionais ou semiprofissionais das classes, que efetivam a função da organização dessas formas e conteúdos e organizam a cultura de um modo de produção particular. Tanto aqueles individuais quanto os coletivos. Com isso, o autor dá grande centralidade ao estudo sobre a circulação das ideias no contexto da luta de classes. Ele identifica a função dos aparelhos privados de hegemonia que mediavam essa relação.

Uma das determinantes mais marcantes características de todo grupo social que se desenvolve no sentido de domínio é sua luta pela assimilação e conquista “ideológica”, que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos [...] No mundo moderno, a categoria de intelectuais se ampliou de modo inaudito dando lugar a uma certa divisão do trabalho e, portanto, a toda uma graduação de qualificações [...]. Foram elaboradas, pelo sistema social democrático-burguês, imponentes massas de intelectuais, nem todas justificadas pelas necessidades sociais de produção, ainda que justificadas pelas necessidades políticas do grupo fundamental dominante. (GRAMSCI, 1985, p.10-11).

Nesse aspecto, o grupo fundamental dominante organiza as ideias políticas, jurídicas e até mesmo espirituais (vista a importância da igreja católica no contexto analisado). Podemos destacar que sua função está ligada a um trabalho de comunicação que organiza enunciados e visões de mundo ético-políticas, que tem como produto a organização do convencimento e do consenso social, apesar de comparecer sempre os tensionamentos e conflitos.

A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como é o caso dos grupos sociais fundamentais, mas é ‘mediatizada’, em diversos graus, por todo o contexto social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente seus. (GRAMSCI, 1985, p.10).

O trabalho de comunicação dos intelectuais no contexto da luta de classes é determinado pelo seu papel orgânico na vida social e, para compreender e analisar sua posição, não são apenas as ideias que devem ser observadas, mas sobretudo o “conjunto do sistema de relações no qual estas atividades (e, portanto, os grupos que a personificam) se encontram, no conjunto geral das relações sociais”. (GRAMSCI, 1985, p.10).

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica cria para si, ao mesmo tempo e de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político. (GRAMSCI, 1985, p.3).

Deste modo, a função desse trabalho intelectual está ligada a funções de comunicação e envolve projetar e construir formas de expressão e formas do conteúdo, bem como tecnologias comunitárias de linguagem úteis à perpetuação da classe.

Os intelectuais são os “comissários” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social [...], isto é: 1) do consenso ‘espontâneo’ dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social. (GRAMSCI, 1985, p. 11).

No próximo item, vamos observar a reflexão de Gramsci sobre o fenômeno do Americanismo–Fordismo, fenômenos que logrou constituir um coeso bloco histórico, de modo que seja possível abandonar o fetichismo na compreensão da formação dos conteúdos espirituais, ou superestruturais, e observar a ontologia das ideias, do pensamento, das vontades, dos conteúdos espirituais e do aspecto psicofísico, que se constitui na mediação das relações sociais de produção.

2.1.2 Americanismo-Fordismo

Conforme demonstramos, Antônio Gramsci (2012), em sua época, descreveu vários exemplos para comentar os processos de hegemonia. Trago o exemplo do Americanismo–Fordismo, pois entendo que esta reflexão permite compreender a dialética entre produção e satisfação das necessidades sociais, economia e cultura, radicalizando a premissa materialista para pensar as formas e conteúdos da comunicação social e a imbricação entre os modos de vida e produção, entre a estrutura e a superestrutura social.

Gramsci (2012) anota o momento em que, em razão da crise provocada pela queda tendencial da taxa de lucro, que se aprofunda com a crise econômica dos anos 1930 – que

começa como crise de hegemonia –, são intensificadas as estratégias de adaptação cognitiva das classes operárias industriais à lógica produtiva do capital, ampliando a imbricação entre os modos de produção e os modos de vida. Em relação aos Estados Unidos, ele destaca que “a racionalização determinou a necessidade de elaborar um tipo humano, adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo [...] uma fase da adaptação psicofísica à nova estrutura industrial, buscada através dos altos salários”. (GRAMSCI, 2012, p. 334).

Isso ocorreu mediante a racionalização de um conjunto de dimensões da vida social, tais como as formas de aprendizagem para a fábrica fordista, as formas de satisfação de necessidades sociais ligadas às mercadorias da indústria fordista e a regulamentação da atividade sexual. O autor dá o exemplo do uso da psicanálise para difundir o mito do selvagem sexual com a finalidade de ampliar a coerção moral e a repressão sexual entre a classe trabalhadora. Reprimindo a sexualidade, e treinando um tipo psicofísico alheio de sua dimensão corporal e, portanto, suscetível à intensificação do trabalho fordista.

Analizando esse contexto, Gramsci destacou que o Americanismo-Fordismo foi “o maior esforço coletivo verificado até agora para criar com rapidez inaudita e com uma consciência do fim jamais vista na história, um tipo novo de trabalhador e de homem”. (GRAMSCI, 2012, p. 332).

Com isso, Gramsci explica a ontologia da sociedade industrial na sua forma de expressão mais desenvolvida, o Americanismo–Fordismo, demonstrando a relação orgânica e simultânea de modos de vida e modos de produção daquela sociedade. A experiência estadunidense situou o elemento organizador da vida social das classes subalternas em torno do território da fábrica, promovendo formas e conteúdos que visaram formar tecnicamente e culturalmente o operariado que atuaria nas diversas indústrias. De um ponto de vista semiótico, mas também em outras dimensões da vida, produz-se uma extraordinária padronização das experiências vividas, isto é, elimina-se a diversidade e o ruído. O "diverso" torna-se desviante, e precisa ser reprimido. “Assim trabalho e vida pessoal se imbricam fortemente na permanente tentativa de engolhar o conjunto da personalidade do trabalhador. A subordinação é, agora, quase total. Introduz-se, neste processo, tanto a coerção brutal quanto o prêmio (o *five dollars day*).” (DIAS, 1999, p. 100).

Dentre as características da organização do modo de produção do Americanismo–Fordismo, destaca-se a intensificação da força de trabalho, a divisão do trabalho com máxima especialização, o consumo massivo de mercadorias, a maquinização da atividade produtiva garantida pela apropriação privada dos meios de produção, além do desenvolvimento de um

processo comunicacional tanto no interior das fábricas, quanto no cotidiano da vida, que foram altamente funcionais à lógica de produção/consumo massivas do fordismo (DIAS, 1999; FIGARO, 2007).

O americanismo implicou inovação tecnológica do sistema das máquinas *em si*⁹, e foi “momento privilegiado” da administração científica e da racionalização do projeto capitalista para atividade efetiva de trabalho. A sua capacidade de superar parcialmente a crise e recompor as taxas de lucro estão ligadas também à destruição do sindicalismo operário de base territorial, às leis de restrição morais, à persuasão conseguida por meio de altos salários, dos benefícios sociais e a intensa propaganda (GRAMSCI, 2012).

As consequências psicofísicas da intensificação do trabalho são logo notadas, como o adoecimento físico e psíquico, decorrente de restrições gerais inclusive decorrentes de um processo comunicacional que incluiu a proibição de falar, de assobiar e até mesmo de conversar (FIGARO, 2007). A forma de expressão cínica que simboliza esse conteúdo é a imagem do “gorila amestrado”, utilizada por Taylor para se referir à formação do trabalhador da fábrica (GRAMSCI, 2012).

Estratégias para driblar essa forma de organizar a comunicação e o trabalho e efetivar o diálogo entre os trabalhadores é tema de um conjunto de estudos. Um deles diz respeito à forma de fraudar essa regra e efetivar a comunicação. Merlo e Lapis (2007) relatam aspectos cognitivos ligados à proibição da comunicação que fizeram com que os trabalhadores desenvolvessem uma forma de falar “pelo canto da boca”. Eles contam sobre uma patologia observada nos trabalhadores que, de tanto falar deste modo, desenvolveram um tipo de *fordização* da face. O hábito de falar pelo canto da boca sem mover os lábios passou a ser a forma cotidiana de falar, gerando conflitos até mesmo familiares (MERLO; LAPIS, 2007).

Nesse contexto, Gramsci (2012) explica o Americanismo–Fordismo como uma fase “anterior” ao momento “clássico” de florescimento dos conteúdos da hegemonia, sendo o instante do *preparo* das condições de adaptação psicofísica do homem a esse modelo (GRAMSCI, 2012). Isso veio acompanhado da instauração de um modo de vida urbano, que, no caso americano, tem como forma de expressão o “*American Way of Life*”.

⁹São exemplos a substituição do motor a vapor pelo motor elétrico ou combustão, que exige total redesenho das máquinas. Além disso, as novas indústrias que emergem nesse período (química, eletro-eletrônica etc.) demandam, necessariamente, máquinas adequadas aos seus processos de transformação e de montagem. O próprio Ford foi um inventor de máquinas, a começar pela esteira rolante de montagem. Também na agricultura: é nessa época que surgem as colheitadeiras e outras grandes máquinas que são símbolo, hoje, do agronegócio. E não podemos esquecer a telefonia e a radiodifusão, tecnologias sem as quais não poderia existir o fordismo e o seu *American Way of Life*.

O *American Way of Life* é a forma que assume esse novo modo de ser, necessário ao novo ambiente produtivo: é a elevação do trabalhador ao máximo de mecanicidade, diante da qual a humanidade e espiritualidade do trabalhador, existente ainda no período do artesanato, deve ceder. (DIAS, 1999, p. 106).

Apesar dos esforços dos industriais, a percepção da classe trabalhadora em relação a tal finalidade maquinal era recorrentemente motivo de tensões e conflitos, influenciando inclusive o declínio de taxas de produtividade — fato que encontrará sua resolução parcial no toyotismo (FIGARO, 2007). Com esse exemplo, vemos uma outra aproximação dialética e triádica entre as formas da consciência, estrutura e superestrutura social, em que comparece a função do trabalho de comunicação e das técnicas coletivas e comunitárias de linguagem na ontologia social dessas esferas (FIGARO, 2007).

Gramsci destacou que a finalidade do fordismo consistiu na transformação psicofísica do conjunto das classes sociais e de suas formas de satisfazer as necessidades sociais, sobretudo das classes subalternas, em direção à adaptabilidade cognitiva e subjetiva aos tempos da máquina e do consumo massivo. Aqui, observamos a combinação da coerção por meio do tempo da fábrica, com o consenso conseguido pelos altos salários — salário que permitiu a uma parcela da classe possuir um padrão de consumo capaz de reintegrar as forças desgastadas pelo novo tipo de esforço, constituindo uma forma de satisfação das necessidades sociais ligadas às formas mercantis e de produção massiva. (GRAMSCI, 2012).

A relevância dos aspectos precognitivos observada por Gramsci na ontologia desse novo ser humano permite enriquecer o debate, pois articula sociedade, produção e cultura, que só podem existir em sua relação recíproca. Nesse aspecto, Gramsci comenta que uma das características fortes da fase industrial do fordismo é, justamente, sua universalização enquanto cultura.

O que significa “cultura” neste caso? Significa indubitavelmente uma coerente, unitária, e nacionalmente difundida “concepção de vida e do homem”; uma religião “leiga”, uma filosofia que se tenha tornado exatamente “cultura”, ou seja, tenha gerado uma ética, um modo de viver, uma conduta civil e individual. (GRAMSCI, 2012, p. 63).

Dentre os exemplos do autor sobre a *cultura*, ele destaca o interesse dos industriais pela vida íntima dos operários, como referido sobre o controle das relações sexuais dos trabalhadores. Tal fato estava ligado à necessidade tanto de um disciplinamento físico orientado a uma intensificação do trabalho, quanto a uma composição específica de família, e para os

quais foram mobilizados conteúdos como educação sexual, patriotismo, alimentação e religião (GRAMSCI, 2012).

Na modificação de formas de vida, a religião e o patriotismo são conteúdos mobilizados e que buscam organizar um sentido de *continuidade* diante da vivência da *descontinuidade* provocada pelas transformações produtivas. Esse equilíbrio para ser eficiente deve ser

vivido como interioridade, interioridade que significa, em última instância, a **absorção subjetiva dessa objetivação social**. Significa assim a introjeção da hegemonia: o atuar segundo normas conformes a esse ambiente produtivo. Essa interioridade é o índice da hegemonia em processo. (DIAS, 1999, p. 106, grifo nosso).

Este é o conteúdo síntese da forma de expressão objetivada no *American Way Of Life* do capitalismo monopolista nos EUA. E será difundido com vigor pela nascente Indústria Cultural global, apoiado pelos estudos à época em behaviorismo, pesquisa de consumo e de opinião e o chamado *Mass Communication Research*. Isto resultará em fenômenos massivos de comunicação social como Walt Disney e Hollywood, e as agências de publicidade que eclodem nesta época.

Janet Wasko (2003) destaca que, na perspectiva das tecnologias da comunicação, essa fase é marcada pelo desenvolvimento do *broadcast* e de ferramentas de transmissão de mensagens massivas de cunho persuasivo, que objetivaram tornar as mensagens cada vez mais massificadas, para com isso, realizar o consumo das mercadorias de maneira cada vez mais veloz.

Para isto, foi necessário um longo processo que modificou as condições sociais, dos costumes, dos hábitos, dos modos de vida, e das formas de satisfação das necessidades sociais por meio da instauração de um novo padrão de vida sócio-técnico com as devidas condições financeiras para realizá-lo. Técnicas coletivas e comunitárias de linguagem utilizadas são mobilizadas tanto no processo de organização do trabalho, quanto do modo de vida, com ênfase destacada para a organização do consenso social, do consumo e das aprendizagens técnicas necessárias ao fordismo.

Na perspectiva da fábrica, foi instaurando um processo comunicacional altamente controlado e vigiado, que objetivou a máxima produtividade às custas da degradação do aspecto psicofísico do trabalhador. Ao mesmo tempo, na perspectiva do modo de vida, foi posto em prática um processo massivo de comunicação *broadcast*, composto sobretudo pelos meios de comunicação de massa (FIGARO, 2007; DANTAS, 2018).

Outra autora que também reflete sobre a imbricada relação entre comunicação e fordismo, entre modos de vida e modos de produção, é Isleide Fontenelle (2002, 2007). Seu trabalho realiza uma aproximação da temática trazendo a reflexão sobre o consumo, tema que desde então passa a ser fundamental para a análise do capitalismo monopolista.

Fontenelle (2002, 2007) relaciona a constituição do fordismo com a necessidade da estetização das formas de consumo individual, demonstrando que, neste momento, se consolida uma forma de autoexpressão por meio das mercadorias. Com isto, ela explica que as formas de satisfação das necessidades sociais passam a estar imbricadas com a lógica da produção fordista.

Seu exemplo versa sobre o tema da comida e a introdução de alimentos rápidos na cultura alimentar dos EUA. É ilustrativo para pensarmos a relação entre modos de vida e modos de produção no contexto da comensalidade — tema desta tese. A pesquisa demonstra que a introdução de alimentos rápidos, como o McDonald's, no modo de vida da população está ligada à necessidade da padronização alimentar, à criação da indústria fordista e, em especial, à indústria automobilística. A autora reitera nossa perspectiva, articulando o ritmo veloz da fábrica, a popularização dos automóveis que essas mesmas fábricas produziam e o surgimento do *drive-in* e da comida rápida.

Ligando-se ao conceito de eficiência, esse conjunto de fatores da vida produtiva explica a formação de meios para a satisfação de necessidades sociais do alimento rápido e ultraprocessado.

Era preciso que o avanço da técnica oferecesse possibilidades de eficiência em todas as esferas da vida, para além de no interior da fábrica. O McDonald's apresentou o negócio certo e na hora certa para uma América cada vez mais rápida e móvel [...]. Emergindo de um tempo industrial já profundamente marcado pela busca da racionalização e pela necessidade de controlar tempos e movimentos, o carro era o modelo perfeito para que um sistema de alimentação pudesse desenvolver a fábrica de comida rápida. (FONTENELLE, 2007, p. 62).

Com isso, podemos observar a construção de formas de satisfação das necessidades que são funcionais, ao momento e que se irradiam do modo de produção e criam estilos de vida que valorizam as mercadorias da indústria capitalista. Automóveis, plástico, velocidade, padronização e homogeneização alimentar são algumas das formas produtivas e dos conteúdos culturais do capitalismo nessa fase histórica do americanismo-fordismo¹⁰.

¹⁰ Uma mirada antropológica e uma observação para a produção animal e de trigo no contexto dos EUA complexifica a compreensão explicando o porquê do *sanduíche e da carne* terem sido os alimentos dessa estratégia.

Sobre a criação de estilos de vida e sua centralidade no capitalismo contemporâneo, a autora destaca a existência de uma “consciência crescente”, por parte das pesquisas de mercado, em relação à influência dos elementos socioculturais na determinação e realização do consumo das mercadorias. Ela afirma que isto veio acompanhado da perspectiva sobre o ato de consumo como forma de autoexpressão, tendo constituído uma forma de comunicação interpessoal.

A pesquisadora destaca o fenômeno da fusão entre publicidade e cultura e a conversão da natureza sensível humana às exigências de valorização do capital, configurando uma forma de satisfazer as necessidades sociais a partir da expressão estética das mercadorias (FONTELLE, 2002). Pelas observações dos autores, é possível analisar que isto se realiza por múltiplas estratégias, desde aquelas simbólicas, como o *American Way of Life* presentes nos filmes de Hollywood, e também mediante formas conceituais de organização do trabalho e da chamada estrutura de produção e de consumo.

2.2 Trabalho de Comunicação na Luta de Classes Latino-Americana: Reencantar o Mundo

O aspecto particular destacado por Gramsci, ao olhar fenômenos como a Revolução Russa e a própria Itália, principalmente na chamada Questão Meridional, é que em alguns países, não é o grau de desenvolvimento do capitalismo que caracteriza a luta de classes. Em uma conhecida publicação dos escritos pré-carcerários, publicada em 1917 na revista socialista *Avanti!*, intitulada *Revolução contra o Capital*, Gramsci (2012) analisa o tema apontando, dentre outras coisas, o fato de que na Rússia não havia a forma desenvolvida do capitalismo e que, apesar disso, a revolução ocorreu naquele país.

Deste texto, é destacada a ênfase dada pelo autor na questão da vontade e do voluntarismo do ato revolucionário, em detrimento das relações sociais de produção e de vida que realmente configuraram a vontade. No entanto, ao longo de sua obra, é possível observar que a síntese está na dialética entre reforma moral e econômica, vista a explicitação da simultaneidade do aspecto ético, estético e técnico da existência humana.

Essa observação do autor será melhor desenvolvida por um conjunto de lutadores sociais que analisam as revoluções na periferia do capitalismo, por intermédio dos quais tem sido possível debater o tema do campesinato, classe social que não pode ser deixada de fora da análise dos processos revolucionários dos continentes africano, asiático e latino-americano, e

que culmina em reflexões sobre o marxismo e as tradições revolucionárias locais (SHANIN, 2017).

O trabalho de comunicação na luta das classes subalternas no contexto latino-americano ganha ainda mais relevo. Em razão da complexa formação social do continente, caracterizada, sobretudo, por uma tradição religiosa, pelo racismo estrutural, por grandes grupos de populações agrárias, pela prévia existência de modos de produção de comunidades indígenas e pela cultura afrobrasileira decorrente de um dos maiores crimes da humanidade, a escravidão moderna, a cultura nacional e popular latino-americana têm grande complexidade (FREIRE, 1983; MARIÁTEGUI, 2005; CUSICANQUI, 2018).

Mariátegui, assim como Gramsci (2012), reflete sobre o tema. Sua análise é considerada uma das primeiras reflexões a partir da formação econômico-social de uma realidade. O autor peruano reivindica o uso da forma estética do mito e a tradição indígena para pensar a revolução socialista e indica a capacidade do organismo político de articular a teoria revolucionária por meio de ideias e imagens, alinhando inteligência e emoção. Ele recupera a tradição camponesa para centralizar a importância das práticas de ajuda mútua, solidariedade e propriedade coletiva em oposição à lógica individual e da propriedade privada do capitalismo (COUTINHO, 2020).

O autor peruano afirma o valor da vontade nos processos históricos e a paixão como elemento da política. Em seu trabalho, comparece a noção de política como filosofia, uma atividade ética orientada a estimular a ação. Mariátegui caracteriza isso como força religiosa não confessional. Em seus escritos, a revolução é afirmada por meio da ciência e do mito, uma representação coletiva que mobiliza sensações, fé e vontade. Para pensar uma filosofia da revolução, ele dirá que é preciso assumir uma concepção de socialismo como reencantamento do mundo (COUTINHO, 2020).

Mariátegui recusa o racionalismo decadente da burguesia e afirma a importância em articular razão, emoção e imaginação. Nesse sentido, ele reflete sobre a vontade socialista que tem fundamento racional, mas não prescinde de um “*pathos*” revolucionário socialista – como exemplos, os hinos e os gritos de combate, em que “toda emoção de uma época está nele contida”. (MARIÁTEGUI, 2005, p. 61).

Mariátegui (2005) comenta que no mundo do pós-guerra o conjunto de ilusões do progresso, que vinha acompanhada de uma estratégia de concessões para com as classes subalternas e que dava alguma coesão às classes em luta, desabou. Com isso, se instaurou um clima de eletricidade, e “a Europa, conflagrada, dilacerada, mudou de mentalidade e psicologia”. (MARIÁTEGUI, 2005, p. 53).

Para ilustrar o sentimento que se instaura e as estratégias que as classes dirigentes passam a mobilizar para organizar as classes subalternas, Mariátegui (2005, p. 53) recupera uma fala de Mussolini, em que ele dizia “*Viva perigosamente*. Gostaria que esta fosse a palavra de ordem do jovem fascismo italiano: viver perigosamente”. Com isso, afirma que o ditador concebia a contrarrevolução como um ato heroico e épico.

Diante das formas de controle que se instauram após a Primeira Guerra Mundial, Mariátegui observa a mobilização dos afetos e, portanto, destaca esse elemento que ficara “abandonado” pelo marxismo economicista, mas que agora era apropriado com toda a eficácia pelo fascismo. Contra isso, o autor peruano não nega o aspecto mítico, mas reforça que isto é um elemento próprio da humanidade: “o homem contemporâneo tem necessidade de fé. E a única fé que pode ocupar seu eu profundo é uma fé combativa”. (MARIÁTEGUI, 2005, p. 55).

Analisando um conjunto de experiências da luta de classes, Mariátegui (2005, p. 57) observa que “os povos capazes de vencer foram os povos capazes de um mito para as multidões”. Se observamos essa reflexão pelo aspecto materialista, damo-nos conta de que não foram as classes dirigentes que inventaram a forma mítica de comunicação e o “introduziram na cabeça das pessoas”. Aqui, comparece a importância de um trabalho de comunicação na luta de classes que mobilize não apenas conceitos discursivos e argumentativos, mas combine-os às estratégias sensíveis, formas de vínculo e interação que mobilizem as emoções e os sentimentos.

Ao contrário, o que podemos depreender é o aspecto propriamente ontológico das formas simbólicas do humano. Olhando para a tradição incaica e toda sua cosmovisão, Mariátegui pode afirmar, com toda a convicção, que a atividade simbólica que produz signos e símbolos é ontológica e, sobretudo, destacável na formação social latino-americana. O autor está envolto na reflexão acerca de como irá suscitar as classes subalternas a engajar-se na revolução, ao mesmo tempo em que critica as formas tradicionais e hegemônicas do marxismo tradicional. Sua posição fica evidente no trecho abaixo:

A força dos revolucionários não está na sua ciência; está na sua fé, na sua paixão, na sua vontade. É uma força religiosa, mítica, espiritual. É a força do mito. A emoção revolucionária, como escrevi num artigo sobre Ghandi, é uma emoção religiosa. Os motivos religiosos se deslocaram do céu para a terra. Não são divinos, são humanos e sociáveis. (MARIÁTEGUI, 2005, p. 60).

Mariátegui caracteriza ainda mais seu argumento. Ele destaca que o mito organiza a finalidade da humanidade, adicionando a possibilidade desta imagética aproximar os sujeitos da meta requerida, permitindo *ilusionar* e imaginar outra forma de organização social. É interessante o destaque para o verbo *ilusionar* que, em português, significa iludir ou enganar,

mas que, em espanhol¹¹, está ligado à imaginação, sonho, ânimo, empolgação e emoção. A capacidade de imaginar e ilusionar outra forma de vida, entendo, contém um aspecto mítico e semiótico.

A posição de Mariátegui será refutada como idealista por alguns, metafísica para outros. Aqui, compreendemos que sua força está em recuperar as formas e os conteúdos da comunicação pensando a luta de classes na formação social latino-americana, uma luta que não pode se dar somente por frias exposições conceituais.

Silvia Cusicanqui (2018), intelectual indígena *aymara*, acrescenta outro elemento importante para nosso debate, fazendo também a crítica à forma como o marxismo “tradicional” mobilizou historicamente para as lutas. Ela destaca que as estratégias que utilizam o mito e o simbólico são a forma por meio da qual, historicamente, as populações do continente organizam seus conteúdos e formas de expressão, uma vez que sua experiência é anterior à ciência moderna, e que a ciência sempre lhes foi negada. Por esse motivo, ao refletir sobre o trabalho de comunicação na luta política no continente latino-americano, a dimensão simbólica deve ser reforçada.

Ela observa que no cotidiano da resistência, as ações reivindicatórias dos grupos em luta não ocorrem somente por meio de exposições racionais, mas por uma prática política que tem nas performances (como atos, banquetas, místicas e outras formas expressivas) suas formas de comunicação e revindicação, seja com o Estado, com a Sociedade Civil e com outros membros das classes subalternas.

A autora destaca que essas táticas expositivas afetam níveis psicofísicos, permitindo combinar argumentação racional com experiência e vivência, e produzir a percepção dos efeitos do capitalismo e da modernidade na produção de hierarquias de poder. Trata-se de insurgências populares e cotidianas que incorporam a noção de conflito no espaço de realização da vida comum, combinando “uma sorte de luta psicológica e mensagem política”. (CUSICANQUI, 2018, p. 132). Para Silvia Cusicanqui (2018, p. 139), esses atos performáticos “permitem vislumbrar uma emancipação futura, sobre a base de ações corporais e recursos simbólicos adquiridos na luta”. Analisando outras experiências de luta e performance das mulheres negras e indígenas, a autora *aymara* informa que, nessas performances, são ativadas uma corporeidade memoriosa, e que “Detrás do gesto corporal há uma compreensão teórica e uma ética

¹¹Informação disponível em <https://context.reverso.net/traducao/espanhol-portugues/ilusionado>. Acesso em: 20 nov. 2022.

comunitária que enfrenta a doxa miserável da classe dominante". (CUSICANQUI, 2018, p. 132). Nesta perspectiva, Cusicanqui entende que tais práticas "partem do intento de compreender as vivências e as emoções que acompanham o ato de pensar". (CUSICANQUI, 2018, p. 121).

Nesse sentido, trata-se da combinação de uma argumentação racional com um gesto corporal, que combina compreensão teórica e uma ética epistemológica "desde abajo". A utilização dessas táticas de exposição, segundo a autora, é um recurso que desestabiliza as construções mentais duradouras e estáveis que operam a colonialidade do poder e põe em xeque as formas universais com as quais a racionalidade instrumental — que permeia também as classes subalternas — tem operado. Seu vigor consiste em combinar análise teórica com uma dimensão psicofísica.

Outro intelectual revolucionário que acresce importantes contribuições para essa reflexão é Ernesto Che Guevara, sobretudo no conteúdo presente em uma carta enviada à Carlos Quijano, do semanário Marcha, de Montevidéu, intitulada *O Socialismo e o Homem em Cuba* (1965). Trago este exemplo, pois diferente dos dois acima referidos, as contribuições de Che refletem sobre a sociedade cubana, onde vige a construção do socialismo, "esse estranho e apaixonante drama". (GUEVARA, 1965, p. 7).

Refletindo sobre a relação entre o indivíduo e a sociedade socialista recém-criada, ele destaca que reside na consciência individual do povo cubano as "taras do passado" (o individualismo, o valor da mercadoria), e que é necessário erradicá-las por meio da construção do homem e da mulher novos. Uma construção que se forja nas lutas cotidianas e na educação revolucionária que são próprias da construção do socialismo.

Notamos aqui uma nítida percepção acerca da ontologia do humano pelo aspecto materialista, em que é indicada a necessidade de fortificar as condições subjetivas da revolução por um processo de luta e que, além do exército, demanda também do indivíduo, entusiasmo, uma revolução nos hábitos e nas mentes. Ele aventa a necessidade de um trabalho contínuo de educação revolucionária, somada às formas econômicas novas que instituem outra base material. É uma concepção ética, estética e técnico-científica. "A teoria resultante dará maior importância aos dois pilares da construção: a formação do homem novo¹² e o desenvolvimento da técnica". (GUEVARA, 1965, p. 16).

¹² Na URSS Alexander Bogdánov e outros lançaram um programa conhecido por "Proletkultur" que tinha objetivos similares. Para ver mais: COSTA, Iná Camargo. **Dialética do Marxismo Cultural**. São Paulo, Ed. Expressão Popular, 2019.

Podemos observar que ao refletir sobre a experiência cubana, Che também coloca as questões que temos colocado aqui. A dimensão subjetiva e simbólica — bem como o aspecto técnico e científico — do povo cubano e, portanto, da própria vanguarda revolucionária devem ser pensados a partir de novas formas e de novos conteúdos. Vejamos com suas palavras:

O socialismo é jovem e comete erros. Nós, os revolucionários, carecemos dos conhecimentos e da audácia intelectual necessários para encarar a tarefa do desenvolvimento de um novo homem por métodos diferentes dos convencionais, e os métodos convencionais sofrem a influência da sociedade que os criou (mais uma vez se coloca o tema da relação entre forma e conteúdo). (GUEVARA, 1965, p. 18).

Neste capítulo, meu objetivo foi articular o tema da comunicação no contexto das lutas políticas e econômicas do capitalismo. Ao mostrar a imbricada relação entre os modos de vida e os modos de produção, busquei demonstrar a dimensão da hegemonia e da formação do bloco histórico que envolve elementos da estrutura produtiva e da superestrutura simbólica.

Na perspectiva das classes dirigentes, o processo de comunicação busca ampliar a valorização do valor no interior do mundo do trabalho per si. Também é a síntese das necessidades de comunicação no mundo da vida — a exemplo da estetização da política pelo fascismo italiano, ou da configuração da propaganda e da publicidade nos EUA, que provocam adesão ao modo de vida e também organizam o consumo.

Na perspectiva das classes subalternas, observei que a luta política tem que ser travada no âmbito do que Gramsci identificou como uma reforma moral, intelectual e econômica e, portanto, envolve esforços em todas as esferas da atividade social, aquela ligada à estrutura produtiva e também aquela ligada às expressões superestruturais e simbólicas. Nesse aspecto, ao fazer um balanço das lutas de sua época histórica, o autor trouxe uma contribuição acerca das formas de comunicação entre o organismo político e as classes subalternas.

Também por meio dos escritos latino-americanos (MARIÁTEGUI, 2005; CUSICANQUI, 2018; GUEVARA, 1965) concluímos que, em sua práxis política, as classes subalternas têm que enfrentar um robusto bloco social das classes hegemônicas. Precisa, assim, mobilizar diferentes formas de expressão no contexto efetivo de suas relações sociais para, deste modo, implementar um projeto de organização produtiva, política e popular.

O horizonte apontado por Gramsci é provocar o espírito de cisão em relação à ordem vigente, constituindo, pela práxis, uma vontade prática e racional, que sedimente as formas e os conteúdos em direção à ruptura do modo de produção capitalista, ampliando a capacidade de comunicação entre os organismos políticos e o conjunto da sociedade.

Para avançar na reflexão sobre o aspecto específico da comunicação, que, como temos dito, envolve a reflexão entre subjetividade e objetividade, no próximo capítulo faço uma revisão de literatura entre Comunicação, Trabalho e Linguagem, buscando melhor compreender esse elemento ligado à subjetividade e sua constituição. Conforme vimos, esse tema ora foi abordado de maneira mecanicista, ora abordado de maneira idealista. Entendemos que, na síntese dialética entre Comunicação, Trabalho e Linguagem, ele pode ser melhor explicado.

3 COMUNICAÇÃO, TRABALHO E LINGUAGEM

É pela mediação de uma complexa interação social — cujo território do trabalho e as determinações da produção de cada fase histórica têm acentuada importância — que uma classe exerce sua hegemonia numa determinada realidade nacional e particular, e que são constituídas a linguagem, os signos e as formas ideais e da consciência social, e as representações que permitem a cooperação, a comunicação e a troca social.

Conforme destaquei acima, na práxis da luta de classes isso não é realizado de modo aleatório, mas sim finalístico, por meio de um trabalho de comunicação que mobiliza tanto dimensões estéticas e simbólicas, quanto visões de mundo úteis ao modo produtivo. No léxico de Gramsci (2012), é possível destacar que esse é um trabalho desenvolvido, principalmente, pela categoria de intelectuais profissionais e orgânicos de uma classe social, e pela mediação dos diversos aparelhos privados de hegemonia.

Para avançar na abordagem materialista dessa compreensão, acompanho a abordagem da semiótica e da filosofia da linguagem para compreender a ontologia do psiquismo, das formas da consciência social e dos signos (LEONTIEV, 2004; BAHKTIN, 2006; ROSSILANDI, 1985; DANTAS, 2018; FIGARO, 2007; SODRÉ, 2014; WILDEN, 2001). Nesse escopo, a comunicação é observada na ontologia do ser social, é uma “condição objetiva que congrega o particular (ser histórico) e o geral das circunstâncias sociais em que o ser histórico se desenvolve”. (FIGARO, 2007, p. 179).

A partir dessa concepção, apresento uma abordagem metodológica para caracterizar e descrever o trabalho de comunicação observado na relação triádica entre o aspecto estrutural, superestrutural e as formas da consciência social do sistema capitalista. Com isso, destaco o problema da comunicação que envolve a reflexão sobre o trabalho de comunicação, a construção da linguagem e de um sistema de signos que realiza a cooperação e a troca social desse modo de produção.

Roseli Figaro (2007) define que comunicação e trabalho é um binômio que deve ser observado de maneira homóloga, pois ambos são fundantes do ser social, e constituem atividades fundamentais na dinâmica da interação social. Abordado na perspectiva da ontologia social, esse binômio explica a constituição da linguagem. Deste modo,

linguagem e trabalho estão ligados desde a origem à atividade produtiva, à “comunicação material dos homens”. Ou seja, a atividade para a sobrevivência, no enfrentamento das ‘infidelidades do meio’, requer a comunicação entre os seres para que haja cooperação e, por conseguinte,

superação das dificuldades. Dessa forma, a linguagem não é só um meio de comunicação entre os homens, ela é **um meio e uma forma da consciência e do pensamento.** (FIGARO, 2007, p. 19, grifo nosso).

As formas da consciência são expressas e se constituem mediante a linguagem e, por sua vez, a linguagem se constitui e é constituída por diferentes formas de expressão e pela mediação de diferentes artefatos, técnicas e tecnologias. A interação e a comunicação entre os seres humanos são constituídas em função do aspecto social e gregário próprio da humanidade, aspecto que requer a organização coletiva das atividades de trabalho para a garantia da sobrevivência.

Nesse contexto, vemos que as formas da consciência e do pensamento humano são um desenvolvimento histórico da humanidade que, ao longo de milhares de anos, e em decorrência da forma gregária requerida para o desenvolvimento da atividade produtiva, constituiu a linguagem e um conjunto de técnicas coletivas e comunitárias de comunicação que permitem a organização dos sistemas de signos que medeiam a interação social (FIGARO, 2007; MARX; ENGELS, 2007; LEONTIEV, 2004; ROSSI-LANDI, 1985).

Seu desenvolvimento permitiu a aquisição e apreensão cognoscitiva da realidade e a transmissão dos conhecimentos constituídos e mediados pela atividade de trabalho (LEONTIEV, 2004). O trabalho é uma atividade que ocorre em uma relação dupla, no sentido de que é sempre um ato realizado na cooperação de vários indivíduos, sejam quais forem as condições, o modo e a finalidade. Na Ideologia Alemã, Marx e Engels (2007, p. 34) prosseguem a reflexão que nos ajuda na análise sobre comunicação, trabalho e linguagem, pois destacam que

Mostra-se, portanto, desde o princípio, uma conexão materialista dos homens entre si, conexão que depende das necessidades e do modo de produção e que é tão antiga quanto os próprios homens – uma conexão que assume sempre novas formas e que apresenta, assim, uma “história” sem que precise existir qualquer absurdo político ou religioso que também mantenha os homens unidos (MARX; ENGELS, 2007, p. 34).

Hoje vivemos a forma produtiva da atividade capitalista, porém as conexões realizadas nos modos de produção e associativos da humanidade têm se modificado ao longo da existência da espécie humana. Seu fundamento externo mais geral determina tanto a sua forma, quanto seu conteúdo e deve ser analisado pelas formas hegemônicas da cooperação social, do modo de produção e do trabalho de uma sociedade determinada.

Marx (2010) destaca quatro pontos para refletir sobre o trabalho: i) independente da sua qualidade, o trabalho é sempre dispêndio de energias e músculos; ii) há uma distinção entre *quantidade* e *qualidade* do trabalho; iii) a quantidade de tempo despendida para produção de um objeto é sempre um ponto de interesse para as sociedades; iv) tão logo os homens trabalham uns para os outros, o trabalho assume uma forma social.

Nessa compreensão, o trabalho é uma atividade de interagir socialmente, produzir e reproduzir a vida na relação da humanidade com a natureza. Nessa compreensão, o trabalho é:

um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para a sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX, 2017, p. 258).

Na citação marxiana, observamos o aspecto ontológico do trabalho e sua centralidade na formação psicofísica do sujeito *que, ao modificar a natureza, modifica, ao mesmo tempo, a si próprio*. Aqui comparece a tensão dialética entre a objetividade sócio-histórica, a formação da consciência e o aspecto superestrutural e, portanto, comparece a questão do trabalho de comunicação na relação da humanidade com a natureza, e na dialética entre a subjetividade e objetividade social.

Com essa explicação, é possível observar o caráter ontológico do trabalho e da linguagem e seu papel na formação do sujeito, tanto no processo histórico e biológico de hominização da espécie, quanto em todas as gerações subsequentes.

Toda relação comunicacional (e toda relação é comunicacional) consiste em transmitir reciprocamente informação e só é possível, por definição, se presidida por códigos previamente dados, biológica ou socialmente. A comunicação é transmissão de signos já conhecidos. A própria significação, por isso, já está codificada, antes de comunicada, ainda que em diversos graus de contextos e circunstâncias.

O aspecto linguístico do trabalho humano está relacionado à capacidade desenvolvida de fixar metacognitivamente a consciência, constituir a forma da linguagem e conformar, no pensamento, uma expressão mediatizada, conceitual, representacional, das relações sociais existentes. Deste modo, “a linguagem revela ser a técnica fundamental, a técnica da técnica, aquela sem a qual nenhuma outra haveria”. (PINTO, 2005, p. 183).

Aqui comparece o aspecto semiótico da atividade social, pois observamos que a constituição da linguagem é expressa em um sistema de signos que, embora comporte o aleatório de toda e qualquer atividade humana, tende sempre a uma formalização. Uma vez constituído e desenvolvido, ele é difundido pelo trabalho linguístico, semiótico e intelectual que todo ser humano desenvolve ao se comunicar, o que constitui as técnicas coletivas e comunitárias de linguagem que satisfazem as necessidades sociais de expressão e comunicação.

Ao longo da complexificação do capitalismo, e da centralidade da comunicação no processo produtivo, esse trabalho de comunicação se torna cada vez mais especializado, planejado e desenvolvido com finalidades específicas ligadas à ampliação e valorização do capital (ROSSI-LANDI, 1985; DANTAS, 2018).

3.1 Linguagem, Consciência e Reflexo Psíquico

Na homologia entre trabalho e linguagem, a comunicação não é apenas o procedimento racional e consciente do ato de transmitir uma mensagem ou compreender um significado — este seria o trabalho de comunicação, a forma de expressão mais desenvolvida da interação social. Ela é também analisada em seu nível de atividade, dimensão ontológica de vincular-se. Nesse aspecto, é uma atividade relacional e obrigatória que se dá na materialidade em que os seres humanos cooperam e desenvolvem as relações sociais que necessitam para sobreviver (SODRÉ, 2014; WILDEN, 2001).

Apesar da hegemonia da compreensão idealista e religiosa acerca das formas e dos conteúdos da consciência social — que tenta ocultar o aspecto humano e definir essa dimensão como algo espiritual ou suprassensível — Marx e Engels (2007, p. 34-35, grifo nosso) destacam que o

“espírito” sofre desde o início, a maldição de estar “contaminado” pela matéria, que, aqui se manifesta sob a forma de camadas de ar em movimento, de sons, em suma, sob a forma de linguagem. A linguagem é tão antiga quanto a consciência — a linguagem é a consciência real, prática, que existe para os outros homens e que, portanto, também existe para mim mesmo; e a linguagem nasce, tal como a consciência, do carecimento, da necessidade de intercâmbio com outros homens. Desde o início, portanto, **a consciência já é um produto social**, e continuará sendo enquanto existirem homens.

Como podemos observar, o desenvolvimento histórico e homólogo entre trabalho e comunicação constitui a linguagem e a consciência. Uma existe e se desenvolve com a outra,

por isso “a linguagem é a consciência real dos homens”. (MARX; ENGELS, 2007, p. 34). É por mediação da linguagem, suas técnicas, artefatos, signos, conteúdos e formas de expressão, que a humanidade se relaciona. E assim são constituídas a consciência e a subjetividade, fruto da necessidade do intercâmbio social.

Para melhor compreender a determinação materialista do surgimento das formas de consciência e pensamento provocadas pela atividade de trabalho e de comunicação, os estudos acerca da ontologia social desenvolvidos por Engels (2020) e pelo psicólogo soviético Leontiev (2004) são profícuos. Os autores explicam a homologia entre as atividades de trabalho e de comunicação e destacam que o momento de surgimento da linguagem e da consciência coincide com o desenvolvimento de novas habilidades para a mão e também do desenvolvimento do aparelho fonador.

Esse desenvolvimento foi sendo transmitido por herança genética e social, sendo adaptado e aperfeiçoado ao longo das gerações, o que permitiu a complexificação da comunicação e do trabalho entre a humanidade.

Em face de cada novo progresso, o domínio sobre a natureza, que tivera início com o desenvolvimento da mão, com o trabalho, ia ampliando os horizontes do homem, levando-o a descobrir constantemente nos objetos novas propriedades até então desconhecidas. **Por outro lado, o desenvolvimento do trabalho, ao multiplicar os casos de ajuda mútua e de atividade conjunta, e ao mostrar assim as vantagens dessa atividade conjunta para cada indivíduo, tinha que contribuir forçosamente para agrupar ainda mais os membros da sociedade. Em resumo, os homens em formação chegaram a um ponto em que tiveram necessidade de dizer algo uns aos outros.** A necessidade criou o órgão: a laringe pouco desenvolvida do macaco foi-se transformando, lenta, mas firmemente, mediante modulações que produziam por sua vez modulações mais perfeitas, enquanto os órgãos da boca aprendiam pouco a pouco a pronunciar um som articulado após outro. A comparação com os animais mostra-nos que essa explicação da origem da linguagem a partir do trabalho e pelo trabalho é a única acertada. (ENGELS, 2020, p. 358, grifo nosso).

Na dialética entre trabalho, vida comum e comunicação foram sendo desenvolvidas, ao longo de milhares de séculos, funções cada vez mais variadas para os diversos tipos de trabalho os quais o ser humano está apto a desenvolver. Engels (2020) ressalta que o salto ontológico que diferencia os seres humanos dos demais animais vem, inicialmente, com o trabalho e “depois dele e com ele a palavra articulada, [que] foram os dois estímulos principais sob cuja influência o cérebro do macaco foi-se transformando gradualmente em cérebro humano”. (ENGELS, 2020, p. 364).

O processo de desenvolvimento que se inicia desde então é bastante complexo, envolve a introdução de novos alimentos, instrumentos e técnicas — como o uso da carne e do fogo para a alimentação —, bem como a correlação do cérebro com a formação do sistema nervoso e dos sentidos humanos, tais como a relação entre linguagem e audição, percepção e olfato. Essas determinações desenvolvem formas complexas de comunicação, produção de sentidos e significados sobre a realidade, constituindo também atos de vontade e definição de finalidades. Vejamos na oposição com os animais não humanos:

A vista da águia tem um alcance muito maior que a do homem, mas o olho humano percebe nas coisas muitos mais detalhes que o olho da águia. O cão tem um olfato muito mais fino que o do homem, mas não pode captar nem a centésima parte dos odores que servem ao homem como sinais para distinguir coisas diversas. E o sentido do tato, que o macaco possui a duras penas na forma mais tosca e primitiva, foi-se desenvolvendo unicamente com o desenvolvimento da própria mão do homem, através do trabalho. (ENGELS, 2020, p. 365).

Aqui, comparece um vislumbre acerca do trabalho de comunicação em que podemos ver a produção de significados que a humanidade vai atribuindo à sua experiência social. Apresentado por Engels (2020) na distinção de outros animais, o “olho humano” passa a agrupar conteúdos da realidade atribuindo-lhes diferentes significados, com finalidades distintas e ligadas à produção social. Os sinais informam acerca de um dado da realidade, dado apreendido na atividade prática de trabalho e que se configura em um signo com um conteúdo que importa ser passado, reproduzido e comunicado.

Ao longo da evolução da humanidade, ocorre uma ampliação das capacidades cognitivas da forma humana da consciência, tais como o pensamento abstrato e conceitual. Esse é um aspecto comunicativo e que está ligado aos diálogos e às formas de comunicação existentes nas atividades de produção e reprodução da vida social. A interação dessas habilidades sobre os processos de trabalho e sobre a linguagem, a palavra e o reflexo psíquico, agora formados, estimulam novos desenvolvimentos em um movimento que não cessa de modo algum (ENGELS, 2020; LEONTIEV 2004).

Um outro argumento que também nos ajuda a dissipar o aspecto idealista das formas de consciências é trazido pelo psicólogo e filósofo soviético Alexei Leontiev (2004). Ele dimensionou a importância da existência de condições de vida *comum* como elementos que preparam o aparecimento da consciência e da psique humana. Ao realizar as atividades conjuntas, os seres humanos precisaram dizer coisas uns aos outros, e foi esse fato que culminou

em um longo processo que constituiu a linguagem articulada na relação com o reflexo psíquico do indivíduo.

O trabalho se efetua em condições de atividade comum coletiva, de modo que o homem no seio desse processo não entra apenas numa relação determinada com a natureza, mas com outros homens, membros de uma dada sociedade [...] é uma atividade originariamente social, assente na cooperação entre indivíduos que pressupõe uma divisão técnica embrionária que seja das funções do trabalho: assim, o trabalho é uma ação sobre a natureza **ligando entre si os participantes, mediatizando a sua comunicação** (LEONTIEV, 2004, p. 80-81, grifo nosso).

O psicólogo soviético explica que a atividade de trabalho põe os homens em diálogo no seu processo de transformar a natureza para sobreviver. Na evolução social, este acontecimento é atribuído ao processo necessário de divisão do trabalho na atividade produtiva, divisão que demanda o desenvolvimento de um trabalho de comunicação. A divisão social do trabalho é explicada pela distinção entre a *ação individual* de uma *etapa* do trabalho e a *atividade total* que o constitui.

Ele explica que, com a divisão social do trabalho, o indivíduo passou a realizar apenas uma *parte* do processo total da atividade produtiva. Assim, aquilo para o qual esteve orientada a finalidade da sua ação efetiva e imediata não coincide diretamente com o *motivo* da atividade total. Esse fato provoca a necessidade/capacidade de abstração e, com isso, o surgimento da linguagem e da interação o que constitui as formas psíquicas e as formas da consciência da consciência social.

O exemplo do autor está ligado à divisão do trabalho entre caçadores que cooperam e se comunicam para satisfazer as necessidades da alimentação. Vejamos: na atividade da caçada, um indivíduo assusta a caça para, em seguida, o outro golpeá-la. A finalidade da ação *assustar a caça* não coincide com o motivo golpear o animal e *satisfazer a necessidade de comer a caça*, a não ser num quadro de relações sociais que se interligam. A finalidade *golpear a caça* se distingue da finalidade *consumir a caça*.

Leontiev (2004) distingue tal processo chamando de *atividade* a caçada total e de *ação* as distintas etapas que são necessárias para realizar a atividade total. A separação do *objeto da atividade* do seu *motivo* é a separação entre a *ação* e a *motivação*, e configura um salto ontológico conceituado ligado à capacidade de associação da humanidade. Sendo isto o que permite a capacidade de o ser humano projetar, adquirir e desenvolver a forma psíquica do pensamento e da finalidade de suas ações (LEONTIEV, 2004).

Aqui, também ROSSI-LANDI (1985) nos dá uma contribuição. Ele observa que a distinção entre trabalho e atividade é que trabalho é toda atividade movida por um objetivo que gera algo externo a ele mesmo, ou seja, algum produto. Atividade seria alguma ação espontânea, obrigatória, inerente às necessidades da vida, mas que não resulte em algum produto consciente. O exemplo mais curioso que Rossi-Landi nos dá de uma atividade que não é trabalho é defecar.

A caçada, assim, conforme a descrição de LEONTIEV (2004), seria uma atividade “a meio caminho” (transição) entre mera atividade e trabalho, pois o produto ainda é algo já dado, não criado, mas o processo é conscientemente movido por um objetivo. Já a produção dos instrumentos de caça, mesmo que meros ossos adaptados a essa finalidade, configurariam trabalho. Obviamente, plantar, pastorear, já são trabalhos.

É interessante notar no exemplo de LEONTIEV (2004) que a capacidade teleológica de projetar o resultado antes de executar a ação está justamente relacionada ao alimento. Em efeito, a primeira de todas as atividades de trabalho é aquela que está ligada à necessidade do ser humano permanecer vivo, necessidade cuja aquisição do alimento tem papel preponderante. Caça, pesca e agricultura — bem como a invenção do fogo e de instrumentos de trabalho como o machado e a lança — explicam o desenvolvimento físico-químico do cérebro e suas formas complexas de produção linguística efetivam a interação e a cooperação social.

Sociobiologicamente, o desenvolvimento do reflexo psíquico e da consciência é o resultado do parcelamento de diferentes operações que, em outro momento, compunham uma atividade complexa e polifásica, mas inicialmente única. Quando tal divisão ocorre, o conteúdo total da atividade do indivíduo transforma-se para ele numa ação independente, embora seja sabido que se trata de uma ação que compõe um dos numerosos elos de um processo coletivo e global.

Na perspectiva da ontologia do ser social, a percepção humana da ligação da ação individual com a atividade coletiva “é a causa imediata que dá origem à forma especificamente humana do reflexo da realidade, a consciência humana”. (LEONTIEV, 2004, p. 84). O sujeito que age reflete psiquicamente a relação social existente entre sua ação e a atividade total realizada pelo conjunto dos outros indivíduos. Vejamos com as palavras do autor:

A decomposição de uma ação supõe que o sujeito que age tem a possibilidade de **refletir psiquicamente a relação que existe entre o motivo objetivo da relação e o seu objeto**. Senão, a ação é impossível, é vazia de sentido para o sujeito. Assim, se retomarmos o nosso exemplo do batedor, é evidente que a sua ação só é possível desde que **reflita as ligações que existem** entre o resultado que ele goza antecipadamente da ação que realiza pessoalmente e o resultado final do processo da caçada completa, isto é, o ataque do animal em

fuga, a sua matança, e por fim o seu consumo. **Na origem, esta ligação é percebida pelo homem sob a sua forma sensível, sob a forma de ações reais efetuadas pelos outros participantes do trabalho.** As suas ações comunicam um sentido ao objeto da ação do batedor. O inverso é igualmente verdadeiro: só as ações do batedor justificam as ações do homem que espreita o animal e lhe dão um sentido; sem a ação do batedor, a espera seria desprovida de sentido e injustificada. (LEONTIEV, 2004, p. 84-85, grifo nosso).

Em termos semióticos, podemos destacar que a forma psíquica está em oposição ao *vazio de sentidos*. Vazio que, por sua vez, não poderia existir na relação entre indivíduos que cooperam para desenvolver uma atividade efetiva de trabalho e, portanto, precisam se comunicar.

O desenvolvimento da atividade de trabalho demandou um trabalho de comunicação organizativo da experiência social, atividade que tem como resultado a produção de sentidos, que, por sua vez, imbui finalidade às ações realizadas. Conforme destacou Leontiev (2014), isto provocou uma mudança qualitativa nas formas filogenéticas, momento em que se anota na história o aparecimento da construção da representação consciente da realidade no psiquismo humano. Assim, ele explica a forma sócio-histórica do pensamento e da consciência.

Este desenvolvimento não é mais regido apenas pelas leis naturais, mas por leis sócio-históricas, leis fundamentalmente novas. Considerando a própria descrição da caçada, pode-se também dizer que a ação humana *construiu* uma realidade, moldou o ambiente às suas necessidades, ao mesmo tempo em que, nessa ação, também o "psiquismo" se ajusta à realidade circunstancial, nela aplicando sua experiência acumulada ao mesmo tempo em que absorve novas experiências. A relação não é "reflexa", mas dialética.

Com isso, o ser humano desenvolveu a capacidade de refletir psiquicamente sobre a experiência social, produzir e projetar finalidades, assim como associar um significado ao ato projetado ou realizado. Nesse aspecto, o nascimento da linguagem só pode ser compreendido em relação com a necessidade que a humanidade tem de, atuando de maneira social, dizer alguma coisa entre si, coisas que permitam o desenvolvimento efetivo de uma atividade produtiva coletiva e que tem, portanto, uma finalidade.

É por estes argumentos que Leontiev (2004) explica a condição geral que permite o aparecimento da forma psíquica e explica a natureza material e sócio-histórica da consciência e das formas do pensamento, que se cria no seio de uma atividade coletiva e não poderia existir fora dela. Em sua ontogênese, o processo de hominização da espécie fora orientado tanto por leis biológicas quanto por leis sociais e, na medida que se desenvolve, o ritmo do

desenvolvimento social do homem se autonomiza gerando formas complexas de comunicação, linguagem e trabalho, o que culmina num complexo trabalho de comunicação.

A premissa é a de que a experiência é simbolizada e semantizada em formas de expressão diversificadas e heterogêneas, constituindo, na totalidade, o sistema de signos que permitem a realização de ações práticas da comunicação social de um grupo específico (SODRÉ, 2014; BAKHTIN, 1997, 2006).

3.1.1 Comunicação e vínculo

A conformação da linguagem, do psiquismo e da consciência social, conforme demonstraram os autores do materialismo histórico e dialético, é um acontecimento observado no desenvolvimento histórico da humanidade e é fruto da exigência em cooperar, inicialmente, mas não somente, no âmbito das atividades de trabalho.

Ao estudar a comunicação na dimensão do vínculo, Muniz Sodré (2014) avança na noção de atividade simbólica que é inerente ao estudo da comunicação. O argumento do autor é que, ao partilhar um *comum* para poder existir e se reproduzir, os seres humanos demandam se comunicar, e assim estabelecem um vínculo social. Esse vínculo medeia o processo de ontogênese do ser social e expressa o que poderia ser a especificidade da episteme comunicacional. No livro *A Ciência do Comum*, ele afirma que

quando se aventa a hipótese da comunicação como constitutiva do processo social, **o que se tem em vista é um processo de troca** que transcorre tanto no nível do visível das atividades vitais concretas (produção ou elaboração do movimento social) quanto no nível do invisível e do abstrato das trocas estruturais que compõem o processo simbólico e asseguram a formação de um comum (portanto a possibilidade de circulação social do que se produz como concreto). (SODRÉ, 2014, p. 277, grifo nosso).

Deste modo, o processo de cooperação se dá pela interação social, e está pressuposta uma atividade simbólica e semiótica que organiza a experiência em uma dimensão comum, permitindo a realização das trocas interpessoais por meio de signos, como os gestos e as palavras. A vinculação é vivenciada como um laço invisível e despercebido, permeia a experiência e o cotidiano do ser social, mas não depende de deliberação individual para ser efetivada, porque o indivíduo é inserido num sistema de relações culturais e semióticas prévio, e se comunica por meio de signos, técnicas e tecnologias de linguagem já existentes.

As reflexões sobre vínculo e comunicação também são realizadas pelo britânico Anthony Wilden (2001). Em seu escopo, o termo "vínculo" é empregado num sentido próximo a "determinações" em Marx (2017). O "vínculo" constitui um amplo conjunto de relações (sociais, biológicas etc.) em muitos níveis que "estreitam", por assim dizer, os limites de decisão de um grupo ou mesmo de um indivíduo.

O lugar de trabalho que uma pessoa ocupa, por exemplo, tem um conjunto de condições que determinam suas possibilidades e limites: para começar, seus próprios objetivos, mas também as exigências do local, a relação com os colegas, a própria experiência de vida (gênero, idade, grupos que participa, etc). Portanto, no sentido de Wilden (2001), a humanidade está necessariamente vinculada. Os vínculos são uma condição estrutural (gênero, idade, etnia), mas também contextual e até circunstancial.

Ao analisar os vínculos, observando a existência de hierarquia entre eles, o autor também demonstra a existência de um aspecto dinâmico presente nessas determinações, dinamicidade devida à existência de uma flexibilidade adaptativa, que é própria dos sistemas humanos. Ele conceitua essa flexibilidade como liberdade semiótica, liberdade que é explicada por ser o sistema humano um sistema aberto e autorregulável, que pode produzir finalidades e respostas distintas das que estão pressupostas.

Isto porque o ecossistema biosocial é adaptativo e implica uma comunicação multidimensional, que está sempre em movimento e transformação, “a matéria é sempre enformada e continuamente reorganizada”. (WILDEN, 2001, p. 129). O autor define que existe uma capacidade adaptativa de produção de respostas distintas, o que permite reorganizar a lógica do sistema, constituindo a existência de uma liberdade semiótica.

Uma vez que a existência da liberdade semiótica permite a adaptabilidade e a transformação das relações sociais, o autor considera a existência de respostas distintas às que estão relacionadas às determinações provocadas pelos vínculos. A *liberdade semiótica* pode ser relacionada ao trabalho de comunicação e concerne à capacidade adaptativa e de transformação. O seu desenvolvimento está relacionado a aspectos de aprendizagens cognitivas do grupo social, ou seja, à forma como uma sociedade e os indivíduos organizam sua compreensão, seu pensamento e conhecimento, no contexto das ações concretas no desenvolvimento da vida.

Para o autor, aqui está pressuposta uma resposta ao “antigo problema epistemológico e político da relação entre determinismo e o chamado livre arbítrio”. (WILDEN, 2001, p. 131) e que também permite tensionar a imediaticidade entre as formas de consciência em relação às formas produtivas ou superestruturais. Dentre as capacidades cognitivas destacadas para

radicalizar a possibilidade de liberdade semiótica, o autor ressalta quatro: i) capacidade de armazenamento e arquivos de memória; ii) reprodução de respostas já criadas, possibilitadas pela capacidade de sistematizar e compartilhar); iii) capacidade de simulação e de representação (permitindo a emulação de novas experiências); iv) capacidade para traçar um mapa do ambiente interno e externo (análise de conjuntura).

Um sistema que redefine os códigos constitui uma nova ordem organizativa, sofre uma modificação e uma (r)evolução. Deste modo, qualquer que seja o vínculo, a forma e o conteúdo da atividade humana, existe a possibilidade de sua transformação e uma dimensão criativa das renormalizações que se dá mediante habilidades como planejamento, aprendizagem e memorização (WILDEN, 2001). Nesse aspecto, o conceito de vínculo explica também a exigência da comunicação entre o indivíduo e uma exterioridade, fato que torna necessário tornar comum a percepção para realizar a comunicação. Nesse sentido, todo ato humano é atravessado pelo signo, pois um ato realizado é um ato constitutivamente ligado à dimensão linguística.

Desse modo, “onde haja trocas ou substituições em qualquer nível do organismo social — econômico, linguístico e psíquico — está presente o processo simbólico, que é metabolizado pela socialização”. (SODRÉ, 2014, p. 262). Aqui, o autor observa que a comunicação está presente tanto no nível visível da troca verbal, quanto no nível do invisível e subjetivo das atividades humanas.

Ele complexifica a análise sobre o objeto da comunicação destacando mais um elemento: a faculdade de simbolizar. É a faculdade de simbolização que permite ao sujeito a operação de pôr em comum a experiência social, por meio da organização de significados e organizando o reflexo psíquico e as formas de consciência. Isso consiste na simbolização do *pathos* e organização de um *ethos* (SODRÉ, 2014).

Para avançar nessa reflexão, na próxima sessão observo o momento da simbolização da experiência social, experiência que se objetiva na linguagem e, portanto, nas formas de expressão e conteúdos que constituem o sistema de signos. A descrição da transformação qualitativa do “primeiro momento” que configura a atividade simbólica e, em seguida, do trabalho de comunicação só pode ser reproduzida — ainda que de maneira bastante limitada — por uma operação do pensamento, visto que estão correlacionadas na vida prática. Afinal, a consciência é a linguagem da vida real (MARX; ENGELS, 2007) e, portanto, esse *momento* não pode ser captado realmente, a não ser por uma abstração filosófica.

Nos termos usuais dos filósofos e, também, dos marxistas, formamos nossas "ideias" a partir da *percepção*, que, por sua vez, é fornecida pelos sentidos provocados pelos vínculos. Em termos semióticos, as "ideias" são signos que se formam na mente e sua constituição é realizada por um trabalho de comunicação, daí remetendo para diferentes níveis de códigos, significados e significações. Quase sempre, o nível básico (percepção) remete à *palavra*, a forma mais conspícuia e universal de signo (DANTAS, 2018; ECO, 2004; ROSSI-LANDI, 1985).

3.1.2 Da atividade simbólica ao trabalho de comunicação

A faculdade de simbolizar é possível em razão da capacidade humana de realizar abstrações, mimetizar, imitar e equivaler coisas, ideias e objetos que, de modo natural, não estão relacionados. A realização de tais abstrações permite que uma percepção seja simbolizada e representada em conteúdos e formas de expressão que são distintos da coisa em *si*. Deste modo, Muniz Sodré (2014, p. 285, grifo nosso) define que a comunicação é “o processo simbólico de **organização ou codificação** das trocas vitais no plano da elaboração do comum humano”.

A abstração da vivência imediata e sua simbolização em uma forma de expressão que contém um significado comum se dá mediada não apenas pela palavra e pelo sistema de signos organizado — síntese primordial da comunicação. Ela ocorre também de maneira psicofísica no sujeito, por dimensões menos explícitas do que os códigos linguageiros, mediados por tecnologias de comunicação que estão na totalidade do nosso cotidiano, mobilizando sentimentos, as sensações, gostos, os valores de uso e as formas de fruição que satisfazem as necessidades sociais, os valores ético-políticos e as visões de mundo que orientam a conduta social e, sobretudo, as formas de aprendizagem técnico-científicas que permitem a reprodução efetiva do trabalho.

Deste modo,

o processo de simbolização está assim, em todos os níveis e com diferentes tipos de trocas — políticas, psíquicas, sexuais — e **em todas elas as forças vivas comunicam-se em função de uma medida abstrata, um comum**, que é a condição de todo sistema diferencial e que engendra expressões também abstratas e universais das atividades vitais. (SODRÉ, 2014, p. 278).

Nesta tese, considero que podemos agrupar o conjunto dos conteúdos sociais nessas três qualidades: conteúdo estético, conteúdo ético-político e conteúdo técnico-científico. Para explicar o processo de simbolização, Sodré (2014) mobiliza um conjunto de ideias, dentre as

quais destaco uma visão marxiana apresentada por ele que relaciona o requerimento da atividade de simbolização para a ocorrência da troca social: “a atualidade do materialismo histórico para a epistemologia comunicacional revela-se no exame da **lógica do processo de simbolização**, que aponta para a radicalidade ou a originariedade do processo de troca”. (SODRÉ, 2014, p. 265, grifo nosso).

Para o autor, o fato inevitável de que a humanidade precisa *trocar* para existir é o que explica a necessidade de tornar comum a experiência social e, portanto, realizar a comunicação. Ao longo da complexificação da interação social, a atividade simbólica possibilitou objetivar a compreensão da experiência social em signos, permitindo a efetivação da troca e do compartilhamento de informações e instruções para o desenvolvimento das ações e das atividades efetivas da vida.

A atividade de simbolizar é uma forma cognitiva de apreensão da experiência social e consiste em mimetizar e produzir equivalências entre coisas diferentes, tendo como resultado a constituição da linguagem e da produção de signos que transmitem informações e realizam as atividades coletivas da humanidade.

Sodré (2014) analisa a relevância da faculdade simbólica na interação social, destacando que ela se dá pela confrontação entre o que é pessoal e o que é alheio, e ocorre no diálogo da vida. A percepção e a interação com o Outro são a premissa da atividade de simbolização. É neste processo de “relacionar o que viveu ao outro” que a experiência é simbolizada, constituindo as formas do pensamento e os conteúdos que se destacam do contínuo amorfo da vivência e são acrescidos de significados.

Já Bakhtin (1997) observa que o homem enquanto fenômeno natural é vivenciado apenas na mediação com o outro. O outro é o espaço do acontecimento vivo, estético, esteticamente finito e circunscrito. Nesse sentido, o homem tem uma necessidade estética absoluta do outro, da sua visão e da sua memória, o que lhe proporciona um acabamento estético. “É através do outro que tentamos dar-nos vida e forma. Trata-se de uma distinção fundamental não só para a estética, como também para a ética.” (BAKHTIN, 1997, p. 55). Esse fato é sempre um momento do acontecimento vivo, não podendo ser entendido de maneira mecanicista nem determinista.

A experiência social é simbolizada pela mediação desse *outro* enquanto fundamento externo, e é expressa por um conjunto vasto de conteúdos e formas de expressão que realiza a troca e a interação social. A atividade de simbolizar demanda sempre um sistema semiótico prévio, que tanto permite a compreensão individual da experiência, quanto a sua comunicação.

Esse sistema prévio é formado por equivalentes gerais conhecidos pelo grupo que se vincula, sendo esta uma condição de qualquer sistema diferencial de sociabilidade, uma lei de circulação/substituição de equivalentes que funda a compreensão de determinada comunidade e agrupamento social acerca das suas experiências (SODRÉ, 2014; BAKHTIN, 1997).

Deste modo, podemos observar a comunicação em uma perspectiva ontológica, momento de formação e constituição da consciência social, e que é explicada pela faculdade de simbolizar e de tornar comum a experiência social para realizar a comunicação. Nesse sentido, Sodré (2014, p. 260) diferenciará o “signo como valor linguístico e a simbolização como estrutura do organismo social”, destacando a existência de uma distinção entre a atividade simbólica e àquela ação de construção de significados (semantização). A experiência adquire sentido para o ser humano mediante a significação e da simbolização e é objetivada pelo trabalho de comunicação em um sistema de signos, pelo qual podem ser constituídas as relações sociais.

Por esta perspectiva, todo ato humano deve ser compreendido dentro do signo que o expressa, ou seja, pelo emaranhado de significações e motivações que constituem a finalidade da ação. É apenas pela mediação desse universo semiótico preexistente que a percepção da experiência é compreendida e simbolizada (BAKHTIN, 2006; SODRÉ, 2014).

Ao longo do desenvolvimento humano, a comunicação como uma atividade simbólica e o trabalho linguístico e semiótico de produção de significados e organização dos conteúdos sociais não cessam de ocorrer. Toda atividade simbólica é trabalho de comunicação, ao mesmo tempo em que o trabalho de comunicação é uma forma desenvolvida da atividade simbólica. A atividade compreende o trabalho, uma vez que é inerente ao ser vivo e, ao mesmo tempo, o trabalho está nela contida, sempre que o ser vivo age em função de algum objetivo e objeto.

Quando dizemos que o homem tem, entre outras necessidades, também a de expressar-se e de comunicar, estamos descrevendo um fato concreto relacionado com a presente situação ou, de qualquer maneira, com uma situação já desenvolvida, em que os homens já existem com aquela medida de acabamento que a evolução concedeu. **Remontando a necessidade para o passado, acaba-se encontrando uma zona em que as mesmas expressões adquirem um caráter dialético especial, a que chamaria de prolepses lógica.** Uma vez tendo-se ultrapassado a fase das primeiras formas, animaiscas e instintivas, de apropriação imediata de objetos existentes na natureza, apenas o trabalho humano pode satisfazer uma necessidade humana; apenas um trabalho complexo como o linguístico pode satisfazer a complexa necessidade humana de expressão e de comunicação. (ROSSI-LANDI, 1985, p. 66, grifo nosso).

O salto entre a atividade simbólica imediata e o trabalho de comunicação mediado pelas relações sociais e pelos produtos da comunicação só pode ser apreendido por um processo de abstração, o qual o autor chama de prolepses lógica, e que passa a configurar a distinção entre atividade e trabalho. Ele reforça essa distinção informando que a segunda nos dá produtos e a primeira deixa traços.

O trabalho distingue-se de uma atividade em geral, pois por definição ele é apreendido e realizado com uma finalidade, sendo sempre a busca da satisfação da necessidade de um modo mediado. Já a atividade não é fundamentada em aprendizados, estando ligada de maneira imediata à sobrevivência da espécie e suas funções biológicas. “Para que o homem se forme, é necessário que a imediatez se rompa: que o trabalho se insira entre a necessidade e a satisfação.” (ROSSI-LANDI, 1985, p. 66).

As nossas percepções são de algum modo, ou muitos modos, elaboradas na nossa mente pelos significados que atribuímos a elas nos contextos e circunstâncias. E esses significados, por sua vez, estão dados (são aprendidos) pelas condições socioculturais nas quais estamos imersos, ou seja, expressam mediações presentes nas nossas relações sociais em função dos objetivos ou finalidades circunstanciais da ação que conduziu a percepção inicial (DANTAS, 2018).

Com isso, observamos a existência da forma semiótica da atividade humana, uma forma desenvolvida de interação social baseada na linguagem, que se realiza pela mediação de um sistema de signos que efetiva a comunicação interpessoal e a troca social, sistema que, por sua vez, é produzido por um tipo de trabalho específico: o trabalho de comunicação, — tema que analisaremos no próximo item.

A produção dos diversos signos se configura como um trabalho concreto, que produz um resultado concreto — as palavras, o sistema, as formas de expressão e os conteúdos que articulam os modos de vida e os modos de produção —, organizando o referido bloco histórico que fundamenta a hegemonia de um grupo social. Palavras e enunciados não existem em estado natural, são produzidas pela humanidade, portanto são produto do trabalho. Com o desenvolvimento das relações sociais de produção capitalista, essa função se complexifica e o trabalho e os produtos da comunicação estão cada vez mais subsumidos ao signo da mercadoria.

Nessa perspectiva, o trabalho de comunicação consiste na organização de signos que produz significados sobre os processos sociais, constituindo formas de conteúdo e formas de expressão que permitem a ocorrência da interação social. É qualquer ação de intercomunicação entre agentes sociais, e é organicamente vinculado com o modo hegemônico de produção.

Dentre as suas finalidades, está, tanto a organização desse sistema, como também a construção de técnicas coletivas e comunitárias de linguagem por meio da qual a sociedade pode efetivamente se comunicar (DANTAS, 2018; ROSSI-LANDI, 1985; FIGARO, 2007).

3.2 Trabalho de Comunicação e Técnicas Coletivas e Comunitárias de Linguagem

Rossi-Landi (1985) observa a linguagem em sua dimensão de técnica, tecnologia e de trabalho, demonstrando que sua finalidade é a produção e a circulação de palavras e de enunciados que permitem a interação social e a realização do modo de produção, bem como a utilização e produção de técnicas coletivas e comunitárias de linguagem que efetivamente possibilitam a comunicação social.

Isso está ligado à faculdade semiótica da produção humana, e pode ser observado e analisado por meio das diversas técnicas coletivas e comunitárias de linguagem existentes, e dos diversos produtos desse trabalho – tais como os enunciados, as palavras, os textos, os discursos, os gêneros literários, e outros artefatos de comunicação que satisfazem as necessidades de produção e expressão sociais.

“Para instituir relações de trabalho e de produção, o homem tinha que falar, comunicar, coisa que aconteceu no decorrer daquela relação, de modo inextricável e solidário, uma vez que o homem só poderia falar e comunicar pela instituição daquelas relações.” (ROSSI-LANDI, 1985, p. 74).

Marcos Dantas (2018) explica isso afirmando que a atividade semiótica e o aspecto sínico são inerentes a qualquer tipo de trabalho, uma vez que essa atividade é o “processo no qual sentidos, nervos, músculos, mas sobretudo a mente, são usados em associação de significantes e significados, segundo um contexto e seus códigos”. (DANTAS, 2018, p.145).

A imagem que se forma na sua mente pode se transferir diretamente ao ato de dar forma a alguma matéria por meio de seus braços, mãos e ferramentas simples; como pode, antes, traduzir-se em desenhos no papel, modelos tridimensionais, textos, fórmulas matemáticas, códigos informáticos, materiais semióticos a partir dos quais, e por eles aparentemente determinados, dar-se-á a transformação material. (DANTAS, 2018, p. 145).

Nesse contexto, o aspecto semiótico do trabalho diz respeito à organização de um conjunto de informações, que por sua vez ocorre pela mediação da atividade produtiva. Toda atividade de trabalho comporta um aspecto semiótico, que envolve as funções de busca e

processamento de dados da realidade e supõe a coleta, a compilação ou a reunião de variáveis, além do ato de relacionar dados para a obtenção de algo novo, seja no nível do produto, do processo ou até mesmo do conteúdo. A homologia entre trabalho e linguagem é também identificada por Álvaro Vieira Pinto (2005):

A não ser assim, a locução humana, já então ligada a processos de ação e organização relativamente complexos, seria ininteligível, incomunicável, dando em resultado que o outro, o trabalhador, a quem são dirigidas as ordens, não executaria os atos produtivos prescritos [...] a técnica, primordialmente qualidade do ato útil produtor da existência, em consequência da nova translação, começa a aplicar-se à linguagem, que, sendo o conjunto de sinais, indica aos operários os procedimentos e as condições de trabalho. (PINTO, 2005, p. 183).

Ao longo do desenvolvimento biocultural da humanidade, trabalho e técnicas de comunicação se complexificam e podemos ver sistemas de comunicação cada vez mais complexos e possibilitados a partir de formas comunicativas bastante heterogêneas e fragmentadas pelo conjunto da atividade social. Inclusive isso é exercido por todos os falantes e ouvintes, sem que seja possível dar atenção devida às técnicas empregadas. O uso delas é feito de maneira espontânea na conversação e a fim de realizar a comunicação.

Umberto ECO (2004) observa que esse trabalho consiste na organização de formas de conteúdo e de formas de expressão, donde as formas do conteúdo são as unidades culturais e os significados objetivados da experiência social pela mediação das relações sociais e dos signos já existentes, e as formas de expressão são os diferentes recursos de linguagem e gêneros que expressam esse conteúdo (o signo em geral e, portanto, os enunciados, a palavra, os gêneros discursivos etc.). Um signo é um terceiro elemento que relaciona à forma do conteúdo e à forma da expressão, e tem um significado e uma representação em uma cultura, assim permitindo a comunicação e a interação social de um modo de produção particular.

Ele é produto do trabalho de comunicação da humanidade e corresponde à organização, seleção e transmissão de informações para a ocorrência da interação social e do modo de produção (ECO, 2004; ROSSI-LANDI, 1985; DANTAS, 2018). Como demonstramos, aqui está presente a dimensão ontológica do psiquismo e da consciência social. “A comunicação é o elo que permite o sujeito **trabalhar e expressar-se** como ser social.” (FIGARO, 2018, p. 179, grifo nosso).

Em termos cognitivos, as técnicas e o trabalho de comunicação permitem vincular a experiência particular de uma pessoa com o aspecto geral das circunstâncias sociais em que o indivíduo atua e se desenvolve. Sua existência está relacionada às atividades produtivas e

concretas de uma realidade dada. Portanto, é a objetivação expressiva da forma de organização social de um grupo. Ele tem seu fundamento mais predominante na finalidade produtiva concebida pelo grupo dirigente. (DANTAS, 2018).

Em um contexto já desenvolvido do capitalismo, o trabalho, bem como as técnicas coletivas e comunitárias de linguagens, assume finalidades, prescrições e especializações definidas, e passa a ser realizado pela mediação de um sistema de signos anteriores já existente, e que media o conjunto da atividade social da humanidade. Os artefatos, os enunciados e os signos por meio dos quais a consciência/indivíduo podem se comunicar são fruto de um trabalho anterior, e já se encontram disponíveis na sociedade antes do sujeito nascer (ROSSI-LANDI, 1985).

Nesse aspecto, o trabalho e as técnicas de comunicação se distanciam da percepção “inicial” de uma ação ou coisa involuntária, provocada na interação social espontânea, e passa a figurar em sua relação de subsunção às finalidades e objetivos definidos. Eles são o “conjunto de técnicas sociais, às quais o indivíduo não pode deixar de recorrer se quiser falar e se comunicar, e sobre as quais se apoiam todos os desenvolvimentos linguísticos especializados”. (ROSSI-LANDI, 1985, p. 72).

Está certo que o próprio trabalho, em certas circunstâncias, pode também modificar, transformar e enriquecer o sistema de signos, mas isso também se dá, quando se dá, pela própria mediação semiótica pressuposta (DANTAS, 2018; WILDEN, 2001).

No contexto do capitalismo, o trabalho e as técnicas coletivas de comunicação estão organicamente vinculados ao contexto da luta de classes, e cumpre funções sistêmicas no processo de acumulação do capital. Pela mediação do trabalho de comunicação e da forma da expressão são constituídas as visões de mundo (o conteúdo ético-político), as aprendizagens técnicas (o conteúdo técnico-científico) e os valores de uso social (o conteúdo estético) subsumidos (em sua forma de expressão e de conteúdo) ao signo da mercadoria. Essa radical subsunção do modo de vida ao modo de produção explica a relação triádica entre consciência, estrutura e superestrutura social (GRAMSCI, 2012; ROSSI-LANDI, 1985; DANTAS, 2018).

Roseli Figaro (2007) destaca que a forma hegemônica como a comunicação está organizada no mundo do trabalho tem importância na conformação subjetiva de toda a sociedade. Isto porque o território do mundo do trabalho é um dos locais privilegiados da ontologia social e, portanto, as técnicas coletivas e comunitárias de linguagem utilizadas nessa esfera mediam nossa apreensão e percepção da realidade que nos cerca.

Isto ocorre tanto na perspectiva macrossocial, envolvendo a aplicação de técnicas coletivas e comunitárias e de linguagem pelo trabalho de comunicação de uma época determinada — podemos falar de fenômenos como o Pão e Circo em Roma, das estratégias estéticas do fascismo italiano, dos discursos trabalhistas da Era Vargas, do discurso do ódio da fase bolsonarista, da Sociedade do Espetáculo dos anos 1950, ou o atual fenômeno da algoritmização —, quanto nas atividades microssociais do trabalho e do cotidiano, ambas subsumidas às exigências da acumulação capitalista.

Aqui, fica evidente a função de artefato que cumpre a linguagem e os signos, bem como a centralidade da forma da expressão e da comunicação na constituição das formas do conteúdo social. “É fruto de um exercício bastante longo por parte do indivíduo e de uma tradição bastante longa da vivência social. Trata-se de uma pseudo-naturalidade social.” (ROSSI-LANDI, 1985, p. 74).

Isso nos ajuda a pensar sobre o trabalho de comunicação e as técnicas comunitárias de linguagem em sua vinculação com a hegemonia social e política, argumento que permite compreender de maneira materialista, porém não determinista, a formação da consciência social pela mediação da estrutura e da superestrutura. Na luta pela hegemonia, importa controlar o código, as modalidades de codificações, os canais e as modalidades de circulação de mensagens, além de suas formas de descodificação e interpretação (ROSSI-LANDI, 1985).

Deste modo, a premissa é a de que o estudo do trabalho de comunicação e das técnicas coletivas e comunitárias de linguagem não pode ser feito descolado do “resto da produção”, também não se trata de estudar “junto com a linguagem, as outras coisas que o homem produz”. “O que se recomenda é ter em mente algumas estruturas da ação humana em geral quando se quer compreender as estruturas fundamentais da ação linguística.” (ROSSI-LANDI, 1985, p. 176).

É necessária uma “consideração unitária do logos”. O argumento consiste na afirmação de que é a *humanidade* que trabalha e que produz, sendo, portanto, necessário desmistificar a dimensão dualista da ontologia e reafirmar o problema nos termos de “uma raiz antropogênica e unitária do produzir”. (ROSSI-LANDI, 1985, p. 176). A humanidade nunca produziu artefatos linguísticos sem, ao mesmo tempo, produzir artefatos materiais e vice-versa. Sempre se encontram juntos. “Uma civilização apenas material ou apenas linguística não existe. Essa é uma razão factual e histórica. É assim que se passam as coisas, não é absolutamente possível provar algo diferente.” (ROSSI-LANDI, 1985, p. 183-184).

Com a complexidade do capitalismo, trabalho, técnica e tecnologias de comunicação se tornam cada vez mais especializadas e codificadas, e assumem funções específicas e definidas dentre as quais eu destaco a formalização do conteúdo social em três qualidades: o conteúdo ético-político, que está ligado à produção de visões de mundo e do consenso social, do conteúdo técnico-científico, que são as aprendizagens específicas do mundo do trabalho, e do conteúdo estético, que é aquele relacionado aos valores de uso das mercadorias, ao consumo e às formas de satisfação das necessidades sociais.

Esses elementos são constituídos pelo trabalho de comunicação pela mediação de técnicas coletivas de linguagem de modo finalístico no contexto da produção e da luta de classes, e é realizado por meio dos diversos aparelhos privados de hegemonia, e por diversos profissionais intelectuais e de comunicação. Dentre seus resultados, está a organização dos processos de significação, identificação e uso do sistema de signos e de técnicas coletivas e comunitárias de comunicação.

Ele não ocorre somente na perspectiva da classe dirigente, e também as classes subalternas organizam técnicas, tecnologias e processos produtivos combinados ao trabalho de comunicação que visam fortificar sua hegemonia, tema que veremos na parte analítica desta tese, e cuja experiência do Movimento dos Pequenos Agricultores é ilustrativa.

3.2.1 O trabalho de comunicação e seus produtos

Avançando mais um ponto analítico acerca do trabalho linguístico e de comunicação, ROSSI-LANDI (1985) observa a existência dos produtos desse trabalho. Aquele mais destacável é a própria linguagem em si, e a invenção das diversas línguas e dos sistemas de signos e, em um grau menor, as técnicas coletivas comunitárias de linguagem, os enunciados e as palavras. Fruto do trabalho humano, esses são materiais e instrumentos por meio dos quais se promove a circulação das mensagens. Nesse aspecto, esses produtos têm função de artefatos de comunicação e foram constituídos por um longo processo de desenvolvimento histórico e socialização da humanidade.

Para conduzir sua reflexão, o autor propõe ampliar/redescrever o conceito de artefato. Em sua perspectiva, esse conceito é referido a “qualquer produto do trabalho humano, **algo que para existir requer (ou requereu) a intervenção do homem**”. (ROSSI-LANDI, 1985, p. 176, grifo nosso). Para o autor, o conceito refere-se ao mais profundo de todos os problemas da

epistemologia: a relação–distinção entre homem e natureza. Um artefato é uma forma objetivada do trabalho humano, fruto da atividade de transformação da realidade, e tanto constitui, quanto é constitutiva do ser social.

Poderíamos dizer, no sentido inverso que a natureza é tudo aquilo que não é artefato, e que, portanto, o homem, na medida em que não é artefato, é natureza; entretanto, na medida em que o homem é produto de seu próprio trabalho, ele não é natureza, mas sim ele próprio é o mais importante dos artefatos. (ROSSI-LANDI, 1985, p. 176).

O autor aponta que o pressuposto metodológico do estudo deve considerar que todo artefato é uma produção humana, devendo ser considerado na perspectiva da sua finalidade. Assim, não deriva da atividade social em geral, mas sim, da realização de um trabalho específico e planejado. O contato e a intervenção do artefato no objeto promovem uma transformação entre um “antes” e um “depois”, onde o antes não possui as modificações realizadas pelo homem. A diferença reside na modificação introduzida, que é desejada, planejada e intencional. A consolidação de um artefato pertence a um processo que pode ser descrito e rearticulado em partes.

O ser humano forja objetos com finalidades específicas e assim constitui os artefatos. Conforme observa o autor, eles são, ao mesmo tempo, comunicativos e produtivos. A produção dos dois tipos de artefatos está na origem social da humanidade e é aquilo que o distingue de outros animais. Não é possível instituir um antes e um depois entre os dois tipos de trabalho: aquele que produz objetos físicos — que satisfazem necessidades de nutrição e proteção, e aquele que satisfaz necessidades de expressão e comunicação, o objeto sínico e linguístico. O processo é sempre unitário. Portanto, é inexata a divisão entre artefato material e linguístico. Tudo é matéria e todo material precisa ser descrito.

Entre os artefatos materiais como madeira, calçados ou automóveis, e os artefatos linguísticos como palavras, enunciados ou discursos, existe e não pode deixar de existir uma homologia profunda e constitutiva que, numa expressão braquiológica, pode ser batizado com o nome de “homologia do produzir”. Trata-se de uma homologia *interna ao ato de produzir*, geralmente entendido e, portanto, presente, *entre* os dois tipos ou ramos de produção que foram aqui diferenciados. (ROSSI-LANDI, 1985, p. 181, grifo do autor).

O que caracteriza um artefato é que ele foi feito para servir a algo, tem uma maneira específica de como deve ser empregado, e é algo constitutivamente social. Por esses motivos, Rossi-Landi (1985) afirma que entende ser o ponto principal da sua reflexão o fato de que, entre os artefatos de madeira ou os artefatos linguísticos — palavra, enunciado, discurso —, existe

uma homologia profunda e constituinte. Na raiz do desenvolvimento delas, há uma raiz antropogênica comum, tanto em sentido filogenético, quanto ontogenético. Para compreender esse pressuposto básico é necessário afirmar “a total e indivisível unidade do homem e de qualquer produção sua”. (ROSSI-LANDI, 1985, p. 182).

Em seguida, o autor comenta que, caso não consideremos tal elemento, surgem problemas que têm sua busca de soluções em causas extra-humanas, permanecendo excluído o processo de autogeração do homem (ontologia). Em termos ético-políticos, “trata-se do velho preconceito, ou ilusão, ou perversão do dualismo ontológico de alma e de corpo, na qual expressa, ultimamente a subdivisão da humanidade, em pelo menos uma classe dominante e uma classe subalterna”. (ROSSI-LANDI, 1985, p. 182).

Pela necessidade de expressão e comunicação entre os seres humanos, signos e enunciados são constituídos pelo trabalho e pelas técnicas de comunicação, sendo organizados em gêneros os mais diversos, mediando os modos de vida e de associação. O sistema de signos é um artefato produzido socialmente e medeia a comunicação social das classes entre si, em seu processo de luta que perpassa a organização do consenso social (visões de mundo), das aprendizagens técnicas para o trabalho, e dos valores de uso e consumo social.

No capitalismo, isso se dá no contexto das atividades sociais dos grupos, pelo trabalho de exegetas da burguesia, e pelos diversos trabalhadores intelectuais, informacionais e culturais que vendem sua força de trabalho nas diversas esferas das indústrias (ROSSI-LANDI, 1985; DANTAS, 2012; BOLAÑO, 2000).

3.2.3 Sistema de signos

O trabalho de comunicação tem como resultado o sistema de signos que opera a mediação das relações sociais em toda comunidade humana, expondo a relação triádica da mediação entre signo, estrutura e superestrutura. Signos são fragmentos materiais, e sua realidade é totalmente objetiva e passível de um estudo metodológico e unitário, ele é a unidade dialética entre formas do conteúdo e as formas de expressão.

“O signo é um objeto físico, o qual, sem deixar de fazer parte da realidade material, passa a refletir e a refratar, numa certa medida, uma outra realidade.” (BAKHTIN, 2006, p. 29). Ele pode ser expresso em diversos gêneros como os conceitos científicos, os mitos, as imagens e os discursos, os gestos, as insígnias políticas, as palavras de ordem, os manuais, a publicidade,

os filmes, as cartilhas, dentre muitas outras formas de expressão (DANTAS, 2018; BAKHTIN, 2006).

O fundamento do signo é algo existente na realidade associado às ideias e conceitos relacionados a essa realidade, ou seja, um recorte, uma unidade cultural que possui um significado que é possível de apreender. É uma unidade “que merece ser identificada (significada) na cultura ou em uma subcultura por algum nome ou imagem que lhe seja própria [...] o signo em suma é um objeto material que a sociedade, dada sua cultura, reconhece como expressão de algo na sua realidade ou em suas relações”. (DANTAS, 2018, p. 143).

A produção e o uso dos signos pressupõem um sistema semiótico socializado e reconhecido e tem função de relacionar uma forma de expressão a uma forma de conteúdo, correspondendo a um destaque significativo e delimitado da experiência social. O ato de correlacionar formas de conteúdos com formas de expressão e objetivá-los em um terceiro elemento é o que explica o aspecto semiótico da atividade social (DANTAS, 2018; ECO, 2004).

A efetuação prática do signo se dá no seu uso. É no contexto que a significação se realiza, e por esse motivo (vide a infinidade de contextos possíveis), é pressuposta a existência de uma multiplicidade de significações virtuais. O sistema de signos de um agrupamento social é diversificado, heterogêneo, aberto e regulável, e envolve a totalidade das relações sociais de um grupo.

Os hábitos, os ritos, as modas, os sistemas de etiqueta, os códigos como o de trânsito, a cozinha, todas as instituições sociais, políticas, jurídicas, o mercado econômico e assim por diante, são todos — entre outras coisas — sistemas de signos que se colocam como possíveis objetos de estudo de uma semiótica (ou semiologia) geral e, ao mesmo tempo, de uma teoria geral da sociedade. É com sua inteira organização social que o homem comunica. (ROSSI-LANDI, 1985, p. 108).

Rossi-Landi (1985) demonstra esse elemento propriamente humano da sociedade, que é a invenção de objetos significantes que satisfazem as necessidades de comunicação e de expressões sociais, é feito pelo trabalho de comunicação pela mediação das técnicas coletivas e comunitárias de linguagem existentes. Seja o semáforo que organiza o trânsito da sociedade dos automóveis, seja o mercado econômico que cria fetiches simbólicos como a mão invisível para justificar a autonomização da economia, sejam os ritos de povos e comunidades tradicionais que simbolizam suas formas produtivas em entes da natureza, relacionando animais e alimentos, estações do ano e deidades.

Para compreender como os indivíduos mobilizam, constituem e organizam esses conteúdos e suas formas de expressão em sistemas significantes, é possível adotar algumas premissas e caminhos metodológicos para a análise. Uma delas é que todo ato realizado por um sujeito em uma cultura está impregnado de sua intencionalidade e do seu significado para aquele sujeito que o realiza. A análise do ato não pode ser compreendida fora do signo (ROSSI-LANDI, 1985; DANTAS, 2018).

Nesse sentido, tanto a compreensão individual ou coletiva de um ato e de um acontecimento, bem como a definição de suas finalidades, são expressas por meio de uma cadeia semiótica — prévia e definida, embora flexível — de significados sociais. Cada forma de gênero e discurso social corresponde a um grupo de temas, existindo uma unidade orgânica conflituosa e em disputa entre as formas de enunciação, as formas de comunicação e os conteúdos.

“Conseqüentemente [sic], em todo signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditórios. O signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes. Esta plurivalência social do signo ideológico é um traço da maior importância.” (BAKHTIN, 2006, p. 45). O autor relembra que todo signo resulta em um consenso, que, por sua vez, é determinado por condições conflituosas de organização e interação. O signo é sempre uma arena da luta de classes onde os significados, os valores de uso, as aprendizagens e as visões de mundo são construídas, difundidas e tensionadas. Em todo signo há o confronto de interesses políticos, e a classe dominante esforça-se por esvaziar este conflito.

A classe dominante tende a conferir ao signo ideológico um caráter intangível e acima das diferenças de classe, a fim de abafar ou de ocultar a luta dos índices sociais de valor que aí se trava, a fim de tornar o signo monovalente. (BAKHTIN, 2006, p. 46).

O caráter intangível do signo se expressa na concepção fetichizada de que ele seria uma forma fenomênica desvinculada do sujeito que o utiliza e que o produz — alguma coisa que surge de maneira mistificadora na mente das pessoas. Conforme demonstramos, ele é fruto de um trabalho de comunicação realizado pela mediação de técnicas coletivas e comunitárias existentes e disponíveis socialmente.

Além disso, nenhum signo cultural dotado de sentido, que pode ser compreendido e interpretado, permanece isolado. Ele sempre refrata e reflete outros fenômenos discursivos. O fundamento do signo, ou seja, o seu conteúdo, pode ser tanto uma ideia a ele associada, quanto um objeto em si, “existente na realidade dos fatos sociais”. Sua utilidade pressupõe uma unidade

cultural que opera a socialização dos significados, tornando o objeto sínico um algo cognoscível e, assim, permitindo a um terceiro identificá-lo significativamente. Tal sistema gera efeitos, ações, reações, e novos signos aparecem na experiência ulterior.

3.2.5 Enunciados e Palavras

Na homologia entre trabalho e linguagem, os enunciados são homólogos aos utensílios e, nesse aspecto, seu uso depende do conhecimento e da aprendizagem prévia e coletiva, e individual e adquirida. Um utensílio é algo que pode ser reconstruído segundo um projeto de repetição e tem uma estrutura interna que pode ser remontada, uma vez que é composto por regras e modalidades operacionais conhecidas.

Por exemplo, as palavras e outras “unidades” lingüísticas são homólogas às partes ou às peças que constituem um utensílio. Compondo aqueles pedaços de acordo com determinadas regras e modalidades operacionais, obtém-se o utensílio, da mesma forma que compondo as palavras se obtém o enunciado (uma frase completa ou significativa, a unidade principal do discurso). As peças e as palavras existem em função dos utensílios e dos enunciados, não vice-versa, é claro. O enunciado ocupa, na produção lingüística, a mesma posição central ocupada pelo utensílio na produção material. (ROSSI-LANDI, 1985, p. 173-174).

O significado do enunciado depende do seu contexto de utilização e está sempre dentro de um jogo linguístico. Nesse aspecto, para além do seu conteúdo, ele é entendido no nível da forma, como um produto objetivado do trabalho linguístico. ROSSI-LANDI (1985) observa que o enunciado é um tipo de fala coletiva que se cria no processo homólogo da produção; é usado por intermédio de regras comuns e está ligado aos modos de comportamento social; e pode ter dimensão sínica verbal e não verbal. Ele é uma frase completa e significativa, sendo a unidade principal de um discurso.

Já *palavra* tem função inteiramente de signo e é “o modo mais puro e sensível de relação social”. (BAKHTIN, 2006, p. 34). Ele destaca que a palavra deve estar em primeiro plano no estudo semiótico. A palavra é um indicador das transformações sociais, antecipa sistemas mais estruturados e organizados que não tomaram forma e registra fases transitórias e efêmeras das mudanças sociais. “É na palavra que se revela a forma ideológica geral da comunicação semiótica [...]. Ela é ubíqua e está em toda e qualquer relação social.” (BAKHTIN, 2006, p. 34).

Álvaro Vieira Pinto (2005) em seu estudo sobre a *Semântica da técnica. A técnica como adjetivo* faz uma alusão à palavra.

A palavra constitui a mediação essencial na comunicação entre os homens, aquela pela qual se torna possível fazê-los participar em conjunto de uma finalidade produtiva comum e de interesse igual para todos, na fase da produção elementar, fase praticamente desarmada de engenhos de eficácia maior, peculiar às sociedades primitivas. Com o advento das sociedades internamente divididas, no entanto, agora capazes de maior rendimento, a palavra falada continua a desempenhar o mesmo papel no processo produtivo (PINTO, 2005, p.183).

Para Bakhtin (2006), a palavra enquanto exterioridade é uma forma de expressão semiótica que deve ser analisada a partir da integração da realidade com os conteúdos e significados. Assim, ele reafirma que “o centro organizador e formador [da consciência] não se situa no interior, mas no exterior. **Não é a atividade mental que organiza a expressão**, mas ao contrário, é a expressão que organiza a atividade mental, que a modela e determina sua orientação”. (BAKHTIN, 2006, p. 114, grifo nosso).

3.2.6 A premissa teórica

Ao apresentar a formulação teórica dos autores acima referidos, meu intuito foi apresentar uma reflexão dialética sobre o trabalho de comunicação e seus produtos, compreendendo a interação recíproca entre trabalho e linguagem na luta pela hegemonia social. Hegemonia que envolve um sistema de signos e técnicas coletivas e comunitárias de linguagem que mediam as relações sociais realmente existentes, e tem relação com os conteúdos ético-políticos, técnico-científicos e estéticos e com suas formas de expressão.

Esse escopo analítico permitiu observar, de maneira dialética e não idealista, as mediações que constituem as formas da consciência social, aspectos superestruturais e subjetivos do ser social, assim configurando a totalidade dos aspectos psicofísicos do ser humano — seu corpo e sua mente, seu modo de vida e de produção. Indiquei que são três formas do conteúdo social que organizam essa experiência: ético-político, ligado à visão de mundo e ao consenso; técnico-científico, ligado às aprendizagens do mundo do trabalho; e estético, ligado aos valores de uso e ao consumo social.

Com isto, foi possível desenvolver a premissa sobre o aspecto histórico, social e não mágico que explica a ontologia das formas da consciência social por meio de sua objetivação

mais evidente: os produtos do trabalho de comunicação, sobretudo as palavras, os enunciados, enfim, o sistema de signos, observado de maneira materialista.

Na perspectiva da difusão e circulação, o sistema de signos é propagado tanto por intelectuais orgânicos que o fazem por interesses de classe, quanto pelos trabalhadores intelectual e cultural, empregados nas diversas indústrias da comunicação, da cultura, da educação e da informação. No interior da classe dominante existe uma divisão do trabalho material e espiritual, existindo ideólogos ativos e criadores de conceitos, cuja subsistência disso depende (GRAMSCI, 2012; ROSSI-LANDI, 1985; DANTAS, 2018).

4 A SEMIÓTICA DO CAPITALISMO

4.1 A Semiótica do Capitalismo: Signo e Simbolização no Contexto do Capital

Para compreender a conformação do sistema de signos a partir do materialismo histórico e dialético, demonstrei a homologia entre trabalho e linguagem, destacando o processo unitário de desenvolvimento de objetos físicos e linguísticos que satisfazem às necessidades sociais e humanas — tanto as de nutrição e proteção, quanto as de expressão e comunicação. Por meio dessa estratégia metodológica, observei a vinculação orgânica entre os modos de vida e os modos de produção, apontando a existência de um trabalho e técnicas coletivas e comunitárias de linguagem que o constitui.

Antes de analisarmos a especificidade semiótica da economia capitalista, retomemos um aspecto teórico sobre o conceito de economia, para que esta compreensão possa ser incorporada de maneira dialética, e não economicista. O trabalho e a linguagem estão relacionados à economia, porém aqui a compreendemos em seu sentido substantivo — e não adjetivo —, uma vez que nenhuma motivação é “econômica” em si (POLANYI, 2012).

No capitalismo, seu fundamento é a forma do trabalho social caracterizado pela propriedade privada, pela mercadoria e pela acumulação de capital. Sua efetivação é observada nos conteúdos que organizam a interação recíproca, a cultura, o consumo, assim constituindo as diversas formas de expressão ideais, espirituais ou superestruturais, os valores de uso e as formas de satisfação das necessidades sociais da sociedade capitalista (GRAMSCI, 2012; MARX, ENGELS, 2007).

4.1.1 O conceito de economia

Karl Polanyi (2012) destaca que o conceito substantivo de economia está relacionado à forma de interação do homem com a natureza e com seus semelhantes para garantir a subsistência. Nesse sentido, ele expressa o sentido substantivo do conceito de economia.

O significado substantivo de econômico decorre da **dependência que o ser humano tem da natureza e dos semelhantes para sobreviver**. Refere-se ao seu intercâmbio com o meio natural e social, na medida em que isso resulta em lhe fornecer os meios para satisfazer suas necessidades materiais. (POLANYI, 2012, p. 63, grifo nosso).

A antropologia econômica sistematizou um conjunto diverso de situações sociológicas possíveis para a organização da troca social, sendo a economia capitalista apenas *uma* daquelas vivenciadas pelas civilizações ao longo da história. Nesse ponto, em seus estudos sobre as formas de subsistência do homem, o autor observa uma *inversão na praxe* secular das relações sociais, quando as relações de produção da vida subsume todos os outros modos de relação social, ocupando a maior parte do tempo da vida humana. Há, em diversas épocas históricas, “uma enorme variedade de outras instituições que não os mercados, nas quais se enraíza a subsistência do homem”. (POLANIY, 2012, p. 295).

Em relação à atividade efetiva do trabalho, o autor destaca que, em formações sociais anteriores, nem sempre o trabalho esteve relacionado com os meios de produção como sua propriedade, não sendo a força de trabalho uma mercadoria que precisa ser comercializada para garantir a existência singular do indivíduo. Aliás, conforme destacou Marx (2017, p. 686), seria uma “ilusão acreditar que em todas as condições de produção, a produção e, em consequência, a sociedade, se baseiam na troca de simples trabalho por trabalho”.

Wilden (2001) explica que as propriedades sistêmicas da organização da produção econômica e das relações sociais gerais da humanidade podem ser tipificadas de duas formas na estrutura profunda do sistema: cooperação (quer/quer) e competição (ou/ou). Por essa explicação, o autor tipifica os vínculos econômicos em dois tipos lógicos gerais: cooperação e competição. Ele ressalta, contudo, que tanto a cooperação entre os subsistemas pode estar mediada pela exigência em competir, quanto o oposto, relações de competição podem ocorrer em relações hierárquicas de natureza cooperada.

Já Polanyi (2012) define três principais padrões observados historicamente nos vínculos econômicos: reciprocidade, redistribuição e troca mercantil. Um elemento comum destacado pelo autor nas economias de reciprocidade e redistribuição é que bens essenciais à vida, como o alimento, não eram restringidos. Também nem sempre o desejo de lucro ou ganho orientaram a finalidade da produção.

Polanyi (2012) refere-se às experiências das civilizações de Daomé (sociedade existente entre os anos de 1600-1904, atual Benin) e da Babilônia (sociedade existente entre os anos de 2.300 a 539 a.c., suas ruínas encontram-se no atual Iraque) que constituíram formas econômicas baseadas em vínculos de *redistribuição, reciprocidade e troca* fundidos em um todo orgânico que não esteve vinculado a relações de competição, nem ao *lócus* do mercado.

Em outras organizações sociais, *terra, trabalho e alimento* não assumiram função de mercadoria. Ele lembra ainda que a mudança para a economia de mercado não foi gradual, sendo um processo de mudança qualitativa realizado de forma abrupta e violenta.

Nenhuma comunidade firmemente decidida a proteger a fonte de solidariedade entre seus membros pode permitir que se desenvolva uma hostilidade latente em torno de uma questão tão vital para a existência física — e, por conseguinte, capaz de despertar angústias tão desgastantes — quanto é o alimento. Daí a proibição universal de transações de natureza lucrativa com a comida e os gêneros alimentícios na sociedade primitiva e arcaica. A proibição do regateio em torno do alimento, largamente difundida, retira automaticamente os mercados formadores de preço do campo das instituições primitivas. (POLANYI, 2012, p.215).

Não tendo sido, *desde sempre*, motivadas pela finalidade do lucro, do medo da fome ou da escassez, o autor demonstra que não são o *ganho* nem a *subsistência* as motivações principais de toda e qualquer organização econômica. Com isso, Polanyi (2012) recupera a reflexão de Aristóteles — e que subjaz todo o pensamento marxiano — de que o ser humano é um ser social, e que as formas econômicas com as quais a humanidade *entra em relação e coopera* para sobreviver se objetiva de formas distintas ao longo da história, sendo o capital apenas o momento de uma fase histórica da produção humana.

Ele destaca outras motivações humanas que realizaram a cooperação interpessoal e social, tais como a produção da beleza e da estética e fins de receptividade social. Ao contrário do que se pode imaginar — de que as trocas são motivadas apenas para manter-se vivo (embora válido para esta sociedade) — as motivações e finalidades produtivas possíveis são infinitas (POLANYI, 2012). Polanyi (2012) comenta que no século XX, sob a égide das economias de trocas mercantis e sob uma economia de guerra, o princípio da reciprocidade foi reintroduzido em larga escala, porém sob o nome de “empréstimo–arrendamento”. Atualmente, no momento da financeirização total da economia, outras práticas de reciprocidade também são amalgamadas pela lógica mercantil, sendo possível até mesmo falar em uma mudança antropológica dos vínculos, a exemplo da relação entre ajuda/solidariedade que se transforma, cada vez mais, em uma relação de dívida social.

Esse padrão de integração, embora tenha ou pareça ter uma dimensão individual, ou ainda pareça corresponder a formas de comportamento no nível pessoal, não produzem por si só essas estruturas e arranjos institucionais. O autor chama atenção que não é correto pressupor que o padrão decorre de um acúmulo de comportamentos pessoais, mas sim de que o padrão está em relação dialética com pré-condições institucionais definidas.

Dentre essas instituições, Polanyi destaca o mercado, indicando que ele modula até mesmo as capacidades imaginativas sociais e individuais, e atrofia as visões de mundo que vislumbram outras formas de organizar a sociedade, que não a mercantil. No entanto, o autor nos lembra que “nunca se concebeu uma ficção tão eficaz”. (POLANYI, 2012, p. 211).

Só a partir do momento em que se permitiu que o mercado triturasse o tecido social do homem reduzindo-o à uniformidade insípida da erosão lunar, é que a criatividade institucional do ser humano ficou em suspenso. **Não é de admirar que sua imaginação social dê sinais de fadiga.** Corre-se o risco, até mesmo, de perder o seu poder imaginativo. (POLANYI, 2012, p. 222, grifo nosso).

Ele enfatiza a dimensão industrial dessa relação, chamando o momento contemporâneo de “Idade da Máquina”.

Transformamos a economia humana em um sistema autorregulado de mercado e moldamos nossos **pensamentos e valores** com base nessa inovação singular [...] nossa filosofia prática foi maciçamente moldada por esse episódio espetacular [...]. Descobrimo-nos embrutecidos pela herança de uma economia de mercado que **nos legou ideias ultrassimplificadas sobre a função e o papel do sistema econômico na sociedade.** (POLANYI, 2012, p. 210, grifo nosso).

Ele rememora que o industrialismo é um excerto muito recente na história milenar da humanidade, sendo necessário produzir uma resposta inteiramente nova ao desafio da máquina. Dentre as visões de mundo que a filosofia do industrialismo produziu estão alguns conteúdos que se pretendem universais, como a afirmativa de que o ser humano organiza a vida cotidiana apenas por motivações materiais, de que “o homem é o lobo do próprio homem”, ou de que a propriedade privada é uma condição *natural* do desenvolvimento histórico da humanidade.

O autor demonstra que tais afirmações podem ser válidas para a sociedade de mercado, porém não são observadas em outros contextos societais, sendo uma forma de expressão particular da economia capitalista. Esta “é uma lógica degradante que paralisa nossa imaginação social, ao preço de empobrecer o indivíduo e enriquecer a sociedade”. (POLANYI, 2012, p. 211). O autor aponta que, diante disso, é importante e necessário fazer uma “adaptação criativa” de aspectos fundamentais do meio industrial, redefinindo os requisitos da existência humana.

Ao demonstrar que outras sociedades se organizam com outras lógicas, o autor demonstra o aspecto histórico da lógica mercantil, que se universalizou, influencia e é reforçada pela ciência hegemônica, por escolas de pensamentos e pela religião. Porém, ele recorda que é um “fenômeno estritamente limitado no tempo”. (POLANYI, 2012, p. 211).

O passo crucial que efetiva a economia capitalista é a conversão da terra, do alimento e do trabalho em mercadorias¹³. Estes que são mercantilizados passam a ser produzidos para a venda e, com isso, concebe-se um preço para a força de trabalho — o salário —, e um preço para a terra — a renda. O autor chama atenção do alcance desse passo, lembrando que trabalho, alimento e terra são respectivamente humanidade e natureza.

Karl Polanyi (2012) caracteriza o conteúdo dessa forma: de um lado, a motivação de evitar a fome e, do outro, o desejo de obter o ganho. Ambos se tornam incentivos para participar do processo produtivo: “na sua essência, a fome e o ganho não são mais econômicos que o amor e o ódio, o orgulho ou o preconceito”. (POLANYI, 2012, p. 213).

Com o mecanismo de mercado determinante para o conjunto da sociedade, o indivíduo calca seus atos nele, de modo a permanecer vivo e poder se reproduzir socialmente. Isto configura uma conversão forçada da sociabilidade à perspectiva utilitarista e distorce até mesmo a compreensão do homem sobre si (POLANYI, 2012). Na fase capitalista da atividade produtiva, todos os rendimentos derivam de vendas, e estas contribuem com a produção. É preciso que haja “uma razão” para os indivíduos se vincularem a ela. Fome e lucro são essas razões nesta sociedade.

Conforme destacado, o autor demonstra que é falsa a visão de mundo de que estas razões são universais a qualquer sistema econômico, pois em outras sociedades outras motivações influenciaram a produção. Este descritor configura apenas um fato particular da sociedade humana, a sociedade capitalista, que tem como suas principais características a existência da mercadoria e do dinheiro como mediação das relações sociais, a propriedade privada e uma particular forma de divisão social do trabalho. Características que, por sua vez, foram se desenvolvendo ao longo das formações históricas humanas e que correspondem ao afastamento do trabalho dos meios de produção como sua propriedade, o surgimento e a generalização da forma mercantil, e a invenção do dinheiro como mercadoria universal associada à dimensão abstrata do trabalho, fatores que permitem a permutabilidade de todas as coisas.

¹³ O autor destaca que a reforma da legislação fundiária e a revogação das Leis dos Cereais (1848) foram atos importantes na conversão da forma capitalista de produção, uma vez que criou um cartel mundial de cereais, o que “deixou desprotegido o camponês da Europa continental sujeito aos caprichos do mercado”. (POLANYI, 2012, p. 218). Medidas que estavam ocorrendo em todo o mundo, como é também ilustrativa a instituição da Lei de Terras (1850) no Brasil, que prepara o contexto para a consolidação da relação propriamente capitalista de propriedade privada da terra no país.

4.1.2 Propriedade privada, mercadoria e trabalho estranhado

No contexto do capitalismo, a simbolização tem sua forma de expressão mais universal no signo da mercadoria, que ao longo do desenvolvimento histórico se constituiu como forma da representação das trocas sociais interpessoais do capitalismo. A forma do capital é a mediação que organiza a totalidade das relações sociais, uma forma de externalidade propriamente humana (MARX; ENGELS, 2010).

Na atual fase do sistema, a mercadoria é uma forma simbólica aplicável a qualquer objeto e relação, sendo, portanto, uma lei regulatória imanente aos vínculos sociais do capitalismo. É uma força coletiva de simbolização que se impõe na organização primária da vida social, refratando a consciência humana pela mediação dessa lei, estendendo-se à produção do pensamento e das ideias, destinada a completar o ciclo de mercantilização do espírito (SODRÉ, 2014; DANTAS, 2018).

A noção de fetiche da mercadoria é certamente a forma de expressão mais acabada do conteúdo capitalista e atesta a vinculação hegemônica entre os modos de vida e os modos de produção nesse sistema, bem como torna oculta a dimensão do trabalho, o que explica a sua constituição. Ela foi descrita por Marx (2011) no capítulo primeiro do livro *O Capital*.

Lá, o autor define que este é o ponto de partida para a análise da forma econômica do capitalismo, uma vez que o signo da mercadoria é a forma de expressão mais geral da relação entre as classes sociais nesse sistema. Nesse contexto, “O produto não é mais uma mesa, uma casa, um fio ou qualquer outra coisa útil. Todas as suas qualidades sensíveis foram apagadas. Também já não é mais o produto do carpinteiro, do pedreiro, do fiaudeiro ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado.” (MARX, 2011, p. 98). Nessa reflexão, o autor conclui que a mercadoria, enquanto objeto, se autonomiza das relações sociais específicas e particulares — torna-se signo virtual — passando a configurar a lógica simbólica do vínculo social, ancorada na entificação do dinheiro como objeto mercantil por excelência e tendo como finalidade a valorização do valor e a acumulação de excedentes (MARX, 2011; DANTAS, 2012, 2018).

A mercadoria tem como forma de expressão, segundo Marx (2011) a prosopopeia, uma figura de linguagem que significa a *personificação de coisas inanimadas*, que por oposição e antagonismo explicita a coisificação do sujeito. A mercadoria como forma da estrutura simbólica da sociedade capitalista é uma matriz que prismatiza a linguagem e a consciência, criando um tipo de caráter ensimesmado e fragmentado, que tem o individualismo como seu conteúdo e a reificação como forma de consciência (GOLDMAN, 1979).

A mercadoria, observada como um signo, contém uma representação triádica da produção social: a de objeto como coisa útil e valor de uso, que tem propriedades físicas que satisfazem necessidades sociais; a de objeto como valor de troca, que representa o tempo de trabalho específico para sua produção, o que permite quantificá-la; e a sua função de represente do valor, o que permite expressar a categoria genérica do trabalho abstrato, e assim promover a equivalência que realiza a troca social (DANTAS, 2018).

Como observamos, o trabalho e o modo de produção de um grupo social é homólogo às suas formas de linguagem, ideais e de representação; tem influência nas formas de objetivação do ser social no mundo efetivo, criando formas de expressão que explicam, organizam e satisfazem as necessidades de produção e comunicação de um grupo social.

4.1.3 O signo da mercadoria: valor, valor de uso e valor de troca

Na forma capitalista da atividade social, os objetos que satisfazem as necessidades sociais “ganham vida” e se autonomizam em relação ao trabalho do indivíduo singular, uma vez que a atividade efetiva de produção consiste em produzir algo — a mercadoria — que não pertence àquele que o produz, com meios de produção que também não são de sua propriedade. A autonomização da mercadoria como signo, portanto, como uma externalidade da atividade social, torna-se a forma universal das trocas, mediando o consumo e o trabalho da humanidade no contexto do capitalismo.

Marcos Dantas (2012, 2018) explica que a teoria do valor pode ser vista como uma teoria semiótica, uma vez que o valor está ligado à produção de um significado contido na relação social do trabalho que, por sua vez, produz uma mercadoria. Nesse aspecto, “a mercadoria, antes de ser produto de relações econômicas, é produto de relações culturais e só pode cumprir as funções econômicas que cumpre, porque antes cumpre funções culturais”. (DANTAS, 2018, p. 141).

A mercadoria é representada pela tríade *valor de uso*, *valor de troca* e *valor*, donde o valor de uso expressa a utilidade do objeto no consumo social. O valor de uso, em sua existência, é atribuição de significados aos objetos sociais. Já o valor de troca expressa o tempo de trabalho objetivado e necessário à produção de um objeto, sendo também resultado de um aspecto cultural ligado à atribuição do significado e quantificação do tempo de trabalho. Valor de uso, valor de troca e valor aparecem correlacionados em um sistema culturalmente complexo

que demanda a apreensão coletiva e comum de significados para ocorrer (DANTAS, 2012, 2018).

Essa relação social configura dois atributos aparentemente diferentes do objeto: seu valor de uso e seu valor de troca. O primeiro é próprio de cada objeto, já o segundo é idêntico em todas as mercadorias, é “o que permite sua comparação e sua troca no mercado”. (GOLDMAN, 1979, p. 116).

Dantas (2018, 2012) observa que, nesse parâmetro, pode ser feito um destaque para o aspecto semiótico do trabalho em geral, e do trabalho de produção de mercadorias em específico, que consiste tanto em representar o trabalho como forma de expressão do *valor*, quanto produzir e atribuir significados diversos para **os valores de uso produzidos**. Nesta explicação, observamos a compreensão dialética do aspecto estrutural e superestrutural do trabalho, ambas como formas de externalização da atividade humana, e que é fruto do trabalho humano em geral, e do trabalho de comunicação em específico.

O significado do trabalho social no contexto da sociedade das mercadorias, portanto, é expresso pela forma do valor, e sua natureza humana é ocultada. Esse contexto só é possível no momento em que a forma mercadoria se generaliza, e a relação social dominante é a relação dos homens entre si como produtores e compradores de mercadorias. Aqui, todos os trabalhos se expressam como trabalho humano indistinto. O trabalho abstrato como uma relação social torna-se uma forma de vínculo que permite a permutabilidade das relações sociais (DANTAS, 2018; MARX, 2011). Na relação capitalista, o conteúdo do valor de uso está subsumido à forma mercadoria do valor de troca, que passa a constituir a forma de expressão fenomênica no trabalho individual no capitalismo (DANTAS, 2018; MARX, 2011).

Essa forma segmenta a percepção acerca do trabalho em dois aspectos distintos: o trabalho individual e concreto, que realiza a intervenção na matéria-prima adaptando-a às utilidades sociais; e o trabalho abstrato, aquele que, enquanto relação social, importa pela sua quantidade, e permite o processo de equivalência dos objetos úteis entre as pessoas do conjunto da sociedade (MARX, 2011; DANTAS, 2012, 2018).

A relação desses dois sistemas significantes é histórica e ocasional. Nessa relação, o trabalho humano aparece como uma objetividade fantasmagórica e, com isso, nos objetos produzidos, “desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados e, portanto, também as diferentes formas concretas desses trabalhos, que não mais se distinguem uns dos outros, sendo todos reduzidos a trabalho humano igual, a trabalho humano abstrato”. (MARX, 2011, p. 98-99).

O caráter misterioso da forma—mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela **reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas** e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existente à margem dos produtores. É por meio desse quiproquó que os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sensíveis—suprassensíveis ou sociais. (MARX, 2017, p. 122, grifo nosso).

A progressiva equivalência do trabalho individual e concreto à medida de expressão do valor, do trabalho humano em geral, do trabalho *abstrato*, explica o enigma da autonomização da mercadoria, pois a atividade humana de trabalho é ocultada, sendo expressa de maneira genérica na forma *valor* dos objetos do trabalho. Deste modo, embora se trate de uma relação diretamente social entre pessoas e seus próprios trabalhos, o conteúdo do trabalho subsumido ao signo da mercadoria expressa uma relação fetichizada entre as pessoas. Na relação triádica do signo da mercadoria, o *valor* aparece como imanente e intrínseco ao objeto. Nessa relação social,

o trabalho vivo relaciona-se com a objetivação do seu trabalho como propriedade alheia [...] o comportamento do trabalho em relação as suas condições objetivas e, por essa razão, com a objetividade criada pelo próprio trabalho — é como propriedade alheia: a alienação do trabalho. (MARX, 2011, p. 686).

Neste caso, o trabalhador se defronta com o produto do trabalho como um poder externo, alheio e alienado de si, o produto do seu trabalho é uma mercadoria que pertence a *outrem* e não a ele próprio. A forma mercadoria configura uma inversão nas relações sociais da atividade produtiva do ser humano ao longo do processo histórico da humanidade.

Por ter se tornado a lógica social geral e *a priori* das relações de produção e reprodução da vida do capitalismo, essa forma atravessa todo o conjunto de conteúdos superestruturais que daí derivam — em nosso destaque, os conteúdos éticos-políticos, técnicos-científicos e estéticos. Como exemplo, a Economia Política, que é capaz de explicar o fenômeno econômico de maneira apartada, a força de trabalho e natureza aparecem como *coisas* (GOLDMAN, 1979).

A mercadoria é a forma da interação da humanidade entre si no processo de produção de seus produtos de trabalho e é, portanto, a relação de alteridade dos seres humanos entre si. Com a naturalização jurídica da propriedade privada, essa relação se torna uma lei regulatória entre as pessoas, tendo expressão de maneira sensível no indivíduo singular (MARX, 2011).

Toda relação na qual o homem está diante de si mesmo é sua relação efetiva com os outros homens. A relação do homem consigo mesmo lhe é primeiramente objetiva, efetiva, pela sua relação com o outro homem [...] se

expressa na relação em que o homem está para com outro homem [...] o que medeia a minha vida para mim, medeia-me também a existência de outro homem para mim. (MARX, 2011, p. 157).

É na determinação de que o ser humano está em relação com o produto do seu trabalho como uma mercadoria que não lhe pertence que, conforme destacado por Marx (2011), estão todas as consequências. Afinal, “a relação imediata do trabalho com os seus produtos é a relação do trabalhador com os objetos da sua produção [...]. Se perguntamos qual a relação essencial do trabalho, então perguntamos pela relação do trabalhador **com** a produção”. (MARX, 2011, p. 82, grifo nosso). Nesse contexto, o problema do valor é relativo à natureza de estrutura profunda do sistema humano no interior da vida social e influencia a produção e a distribuição dos frutos do trabalho coletivo e da apropriação do excedente socialmente produzido.

A característica que distingue a sociedade capitalista das sociedades anteriores é que, nesta forma de organizar a produção, o caráter humano e social que permite organizar a produção está sempre oculto, enquanto que, nas outras formas de organizar a produção, a inexorabilidade do fator humano e social é algo sempre cristalino. Fatores que desaparecem com a extensão da economia mercantil.

Desse quiproquó, como dirá Marx (2017), a relação social mercantil e alienada aparece de maneira naturalizada, como se fosse apenas uma simples troca de equivalentes — a troca de trabalho individual (força de trabalho) por dinheiro, e do dinheiro por mercadorias que satisfazem as necessidades sociais.

4.1.4 Mercadoria dinheiro e a generalização da troca como mediação histórica

Ao longo do desenvolvimento histórico de surgimento e transformação do capitalismo, a mercadoria — e especificamente a mercadoria dinheiro — passa a organizar a interação social, e a finalidade produtiva do sistema transforma-se na acumulação de capital. Marx dirá que a mudança qualitativa consiste em que, por meio do hábito social, a forma da permutabilidade no contexto da cooperação passa a ser mediada pela mercadoria e pelo dinheiro.

Afinal,

Se o *dinheiro* é o vínculo que me liga à vida *humana*, que liga a sociedade a mim, que me liga à natureza e ao homem, não é o dinheiro o vínculo de todos os *vínculos*? Não pode ele atar e desatar todos os laços? Não é ele, por isso, também o meio universal de *separação*? Ele é a verdadeira // *moeda divisionária* (*Scheidemunze*), bem como o verdadeiro *meio de união*, a força

galvano-química (*galvanochemicsche*) da sociedade. (MARX, 2011, p. 159, grifos do autor).

É quando se generaliza o uso do dinheiro que o *valor*, como forma de expressão do trabalho social, assume a função da relação social total do capitalismo. Nesse contexto, observamos que o vínculo pela mercadoria e pelo dinheiro organiza as atividades de comunicação e de trabalho entre os seres humanos e constitui, de modo dialético, uma expressão ideal da relação social capitalista. “O próprio dinheiro é a comunidade e não pode tolerar nenhuma outra superior a ele”. (MARX, 2011, p. 166). Assim, é possível explicar como a forma capitalista da produção constitui os conteúdos sociais que permitem a circulação de mercadorias, das informações e das mensagens, satisfazendo as necessidades de produção, reprodução, comunicação e expressão sociais (MARX, 2011; ROSSI-LANDI, 1985; DANTAS, 2018).

Enquanto forma universal da troca social, a mercadoria dinheiro tem atributo de mediar a relação entre a necessidade e o objeto, transmutando as propriedades humanas e naturais no seu contrário, uma vez que inverte as dimensões da necessidade, das carências e do poder de compra. Marx (2010) dirá que isto é possível, pois o dinheiro possibilita que os desejos da mente humana se tornem efetivos, uma vez que é apenas pela mediação do dinheiro que se torna possível traduzir uma existência *pensada e representada* em existência *sensível e efetiva*.

Enquanto tal mediação, o dinheiro é a força *verdadeiramente criadora*. [...] A diferença da demanda efetiva, baseada no dinheiro, e da carente de efeito, baseada na minha carência, paixão e desejo, etc., é a diferença entre ser e pensar, entre a pura representação existindo em mim e a representação tal como ela é para mim enquanto objeto efetivo fora de mim. (MARX, 2011, p. 160, grifo do autor).

O dinheiro tornou-se conceito existente e atuante da teoria do valor. Ele é permutado por uma qualidade indeterminada, e realiza, na vida efetiva, as permutabilidades de coisas de diferentes qualidades. É uma forma simbólica, também uma *categoría*, no sentido marxiano, e torna-se signo universal e equivalente geral da sociedade do capital. É um fundamento externo que medeia as atividades de produção e reprodução da vida, tornando-se uma matriz de simbolização da cultura, uma forma com solidez objetiva e validade social universal. Seu atributo é de ser *genérico* e, portanto, estranho ao homem, que inclusive o criou (MARX, 2017).

Com a generalização da propriedade privada, o trabalho e as atividades vitais dos seres humanos passam a ser cada vez mais, e de maneira mais generalizada, mediadas pela lógica do

dinheiro. A forma de exteriorização do homem mediada pela mercadoria explica conceitualmente o fenômeno do estranhamento (MARX, 2011).

Uma vez conformada essa forma de consciência social, Marx destaca que ela tem como conteúdo uma “forma particular de pulsão”, observada na *mania* de enriquecimento e acumulação de dinheiro dos indivíduos. Mania que organiza um modo de vida organicamente vinculado ao modo de produção do capital. A partir da premissa, de que “as *sensações*, paixões etc., do homem não são apenas determinações antropológicas em sentido próprio, mas sim verdadeiramente afirmações ontológicas do ser (natureza) — e se elas só se afirmam efetivamente pelo fato de o seu *objeto* ser para elas *sensível*” (MARX, 2011, p. 157). No capital, a essência ontológica das sensações é constituída pela mediação do dinheiro.

Aqui comparece uma reflexão semiótica e comunicacional da forma econômica do capitalismo, pois é possível observar que as categorias mercadoria e dinheiro são a forma de expressão de uma lei de representação simbólica, que organiza as formas da consciência e do vínculo social deste modo de produção. E, com isso, media as relações sociais e media as atividades de comunicação e de trabalho entre os indivíduos.

Com a generalização da propriedade privada, este signo torna-se o fundamento externo e o vínculo universal das relações sociais de produção e reprodução da vida, sendo, portanto, a forma de expressão superestrutural mais orgânica ao modo de produção capitalista (DANTAS, 2018; SODRÉ, 2014; ROSSI-LANDI, 1985). Observo que, em termos epistemológicos, aqui contém outras pistas para a explicação dialética para a superação mecanicista da metáfora da estrutura e superestrutura social, ou seja, da relação dialética entre os sistemas de signos, os modos de vida e os modos de produção.

4.1.5 Estranhamento e reificação

Acompanhando a metodologia aqui proposta, podemos observar que a estrutura produtiva, baseada na propriedade privada e na mercadoria/dinheiro como signo e forma de expressão dos aspectos superestruturais, tem como correspondência uma forma de consciência social que é caracterizada pela reificação e pelo estranhamento (GOLDMAN, 1979; MARX, 2011). Deste modo, o signo mercantil e a apropriação privada dos meios de satisfação das necessidades sociais têm como ocorrência o processo de estranhamento do ser humano (MARX, 2011).

O conceito foi se transformando ao longo da literatura marxiana e, aqui, trabalharemos com a noção presente nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, em que o jovem Marx reflete sobre a exteriorização do ser humano no contexto do capitalismo, identificando o fenômeno do estranhamento como forma *ideal* — representativa, simbólica, semiótica — da sociedade do capital.

No escopo marxiano, o conceito de *exteriorização* refere-se à *passagem* de um *estado a outro* qualitativamente distinto da consciência humana, uma forma de objetivação do ser pela mediação das formas objetivadas e externalizadas da atividade social. Isso constitui uma forma psíquica, uma consciência, uma expressão *ideal* da relação social (MARX, 2011; GOLDMAN, 1979).

No interior do sistema teórico do marxismo, o estudo do estranhamento e da reificação permite compreender os textos marxistas que versam sobre estrutura e superestrutura (GOLDMAN, 1979). E quando trazemos tal tema, estamos também trazendo o debate sobre o papel ativo da consciência ou seu caráter simplesmente reflexo. Na síntese do autor, a posição de Marx seria a seguinte:

o indivíduo, assim como os grupos humanos, constitui totalidades nas quais não se poderia, a não ser arbitrariamente, seccionar alguns setores e deles fazer realidades autônomas. Assim, não há comportamento independente do pensamento ou da afetividade, nem comportamento independente da consciência, etc. Em última instância, o pensamento, a afetividade e o comportamento de um indivíduo constituem uma unidade coerente e significativa. (GOLDMAN, 1979, p. 110).

Aqui, as formas da consciência são entendidas em seu aspecto humano e ontológico, como sendo constituídas no processo social da vida, negando, ao mesmo tempo, o aspecto místico ou reflexo. Ora, se é na relação da humanidade com a sua própria vida que tais formas se constituem, o que a define é a *forma* real e efetiva por meio da qual a humanidade entra em relação consigo e com a natureza.

Nesse contexto, quando pensamos na dicotomia que deriva de tais análises (consciência ativa x consciência reflexa) é preciso complexificar a compreensão e entendê-la de modo contraditório. A consciência reflexa não é um fato universal da sociedade humana, apesar de exprimir um aspecto socialmente verificável da subjetividade coletiva, caracterizada, justamente pelo fenômeno da reificação e do estranhamento (fragmentação, individualismo etc.). Nesse aspecto, o método materialista nos permite compreender que,

Longe de ser uma simples percepção do espírito, essa distorção é uma **realidade psíquica** profunda que se exprime inclusive na linguagem. Usamos

correntemente expressões em si absurdas, mas que todo o mundo comprehende, como: “a empresa vai bem”, “o cobre sobe”, “as mercadorias não chegaram”. (GOLDMAN, 1979, p. 123, grifo nosso).

O autor destaca que disto expressa um psiquismo baseado no fator puramente quantitativo do valor de troca, abstraindo as qualidades sensíveis e humanas na relação social, e configurando um “sujeito intercambiável e anônimo”. Esse fato se expressa na totalidade da vida social — afinal, o que é o homem, senão sua atividade? — e tem como característica o predomínio de uma forma psíquica que organiza a significação social baseada em qualidades gerais e abstratas em detrimento das reais e efetivas.¹⁴

A funcionalidade do fenômeno no contexto da sociabilidade das mercadorias está na conformação de princípios gerais, quantitativos, formais e abstratos que regulam — de maneira abstrata — as tensões diante das desigualdades de apropriação da sociedade de classes do capitalismo.

A atividade humana que cria, cria não um objeto específico, mas sim uma medida abstrata do *valor* ou da riqueza (expressa no signo do dinheiro), e assim engendra o aspecto indeterminado e quantitativo das relações sociais. Essa forma tem como conteúdo ético os princípios gerais de igualdade, individualismo, liberdade, enfim a própria noção de Estado de Direito (GOLDMAN, 1979).

Após observar tal realidade, o autor comenta a importância em observar a dimensão psicológica da vida econômica nas economias de mercado — que consiste na inexistência de um mecanismo planificador e regulador, e onde existe uma regulação pelos preços e pelo mercado. “O que nos interessa, para compreender o fenômeno da reificação é o mecanismo psíquico através do qual se desenvolve todo o processo.” (GOLDMAN, 1979, p. 118).

Aqui, trago de maneira bastante simplificada, o que o jovem Marx (2010) descreve como sendo as consequências dessa forma social, que ele caracteriza como estranhamento. O estranhamento é a caracterização de uma forma particular da exteriorização humana, um tipo de consciência relativa à objeção socioeconômica do fenômeno do capitalismo (RANIERI, 2010). Na perspectiva da abordagem semiótica que temos trabalhado, a consciência reificada é a forma de expressão e forma do conteúdo da atividade social e configura uma das pontas de uma relação triádica mediada pelo signo da mercadoria, como aspecto semiótico e superestrutural, e pela propriedade privada, como aspecto produtivo.

¹⁴ Os números da fome impressionam mais do que vermos crianças morrendo de fome.

A forma social do estranhamento do *ser* ocorre em quatro dimensões da vida humana e que explicam essa forma da consciência social: i) seu corpo e sua mente são vivenciados como estando alheios de si, uma vez que a finalidade de sua atividade está subsumida nas relações sociais de produção de um processo produtivo sobre o qual o indivíduo não tem controle; ii) o produto que produz não lhe pertence; iii) os meios de produção não lhe pertencem; iv) estando alheio de si e alheio de sua produção, o homem entra em contato com outro homem também por meio dessa alienação das coisas, o que provoca a relação entre estranhamento e alteridade.

A explicação permite melhor compreender *como* o trabalho efetivado enquanto objeto alheio promove a conversibilidade da integralidade do *ser* ao aspecto mercantil, incluindo seu corpo, suas pulsões e seus sentidos que estão subsumidos à lógica da mercadoria, do dinheiro e do capital. Nessa forma de interação, a efetivação do trabalho comparece na mercadoria como “deseftivação” do trabalhador.

É a relação do trabalhador com a sua própria atividade como uma [atividade] estranha, não pertencente a ele, a atividade como miséria, a força como impotência, a procriação como castração. A energia espiritual e física *própria* do trabalhador, a sua vida pessoal — **pois o que é vida senão atividade** — como uma atividade voltada contra ele mesmo, independente dele, não pertencente a ele. O *estranhamento-de-si* (*Selbstentfremdung*), *tal qual acima o estranhamento da coisa*. (MARX, 2011, p. 83, grifos do autor).

O descritor marxiano organiza e critica as atividades de trabalho no capitalismo, momento em que a relação entre o homem e a natureza se dá mediada pela propriedade privada e que toda sociedade se decompõe nas duas classes principais: a de proprietários e a dos trabalhadores sem propriedade. Nessa experiência, estão presentes a percepção e o significado verdadeiro de que a troca social não é governada pelos indivíduos, uma vez que eles estão alheios em relação ao que produzem, a si próprios e entre si, e não possuem efetivamente controle ou domínio nem dos meios de produção, nem de seus atos no momento da produção, nem tampouco do produto final.

Disto, Marx deduz que o trabalho no capitalismo alheia o ser humano da natureza e de sua atividade genérica, constituindo uma forma de consciência estranhada, caracterizada pelo alheamento do homem em relação ao seu próprio corpo. Uma consequência de o homem estar alheio de si e da natureza, é que ele se torna alheio dos outros homens. Todo o estranhamento aparece na relação prático-efetivas com os outros homens. Nesse sentido, o trabalho estranhado “engendra também a relação na qual outros homens estão para a sua produção e o seu produto, e a relação na qual ele está para com estes outros homens”. (MARX, 2011, p. 87). Quando o ser

humano está estranhado de seu ser genérico, quer dizer que o ser humano está estranhado do outro homem.

Ao mediar a relação de si consigo mesmo e com o outro, o trabalho estranhado constitui uma forma psíquica baseada no fator puramente quantitativo do valor de troca, que conforme destacamos expressa o trabalho apenas em termos gerais, abstraindo as qualidades sensíveis e humanas da troca social (GOLDMAN, 1979). Nessa compreensão ontológica, o trabalhador que produz mercadorias também produz a si mesmo e, nessa relação, produz a si mesmo — seu corpo e suas formas de consciência — como mercadoria.

“E isto, apenas, na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral”. (MARX, 2011, p. 80). Na atividade produtiva do capitalismo, o fenômeno do estranhamento “mortifica sua *physis* e arruína o seu espírito.” (MARX, 2011, p. 82). Marx (2011, p. 83) destaca que a propriedade privada se constitui como elemento orientador do conjunto das relações humanas e, com isso, “a atividade do trabalhador não é sua autoatividade. Ela pertence a outro, é a perda de si mesmo”. A externalidade do trabalho aparece como uma atividade alheia e não pertencente ao indivíduo, mas a um *outro*.

a exteriorização (*Entäusserung*) do trabalhador em seu produto tem o significado não somente de que seu trabalho se torna um objeto, uma existência externa (*aussern*), mas, bem além disso, [que se torna uma existência] que existe *fora dele* (*ausser ihm*), **independente dele e estranha a ele**, tornando-se uma potência (*Macht*) autônoma diante dele, que a vida que ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha. (MARX, 2011, p. 81, grifo nosso).

No decorrer das ações humanas, a relação entre estranhamento e propriedade privada transforma-se em ação recíproca. A propriedade privada é o meio pelo qual o trabalho se exterioriza no contexto do capital. A propriedade privada é, “por um lado, o *produto* do trabalho exteriorizado e, em segundo lugar, é o meio através do qual o trabalho se exterioriza, a *realização* desta exteriorização”. (MARX, 2011, p. 88, grifo nosso). Nesse aspecto, a consciência e a manifestação de vida aparecem como atividade estranha ao homem. “A natureza e, por conseguinte, a consciência e a manifestação da vida (*Lebenssauserung*) também como atividade estranha.” (MARX, 2011, p. 93).

Nisto, o sujeito se relaciona com sua reprodução social de maneira apartada, gerando fenômenos sociais como o estranhamento, que passa a caracterizar a vida social. Será por intermédio da troca de coisas pela mediação do dinheiro que essa sociedade constitui suas formas de vínculo e interação social.

A tônica não recai sobre o *ser-objetivado*, mas sobre o *ser-estranhado*, *ser-alienado*, *ser-vernalizado* [*Entfremdet* — Entaussert — Veraussertsein] — o não pertencer-ao-trabalhador, mas **às condições de produção personificadas**, *i.e.* ao capital, o enorme poder objetivado que o próprio trabalho social contrapôs a si mesmo como um de seus momentos. (MARX, 2011, p. 705, grifo nosso).

No âmbito da sociedade capitalista, Karl Marx demonstrará que, a partir de 1860, a subsunção real do trabalho é o fundamento das relações de poder da classe dirigente do capitalismo, que deste modo apropria-se das forças do conjunto da população. Por intermédio da subsunção do trabalho, e pela mediação do signo da mercadoria, provoca transformações cognitivas e subjetivas subordinadas à totalidade do modo de vida e do modo de produção da economia capitalista¹⁵.

Nesse contexto, o significado do trabalho não está associado ao âmbito da satisfação das carências humanas, tornando-se um meio de adquirir dinheiro para satisfazer as necessidades fora dele. Por esta relação, o homem estabelece uma relação estranhada com a natureza e, por isso, uma relação estranhada com o gênero humano — e, portanto, com sua atividade vital.

Pois, primeiramente, o trabalho, a atividade vital, a vida produtiva mesma aparecem ao homem apenas como um meio para a satisfação de uma carência, a necessidade de manutenção da existência física. A vida produtiva é, porém, a vida genérica. É a vida engendradora de vida. No modo (*Art*) da atividade vital encontra-se o caráter inteiro de uma *species*, seu caráter genérico, e a atividade consciente livre é o caráter genérico do homem. (MARX, 2011, p. 84).

Apesar de corresponder a um fato total da sociabilidade do capital, meu esforço nesta exposição consistiu em observar o que determina a forma da consciência estranhada: uma interação dialética entre um tipo específico de atividade produtiva — baseada na propriedade privada e no trabalho estranhado — e que se expressa por formas determinadas de mercadoria, valor e dinheiro.

¹⁵ Aqui podem ser estudados temas diversos ligados à organização dos conteúdos éticos-políticos, técnicos-científicos e estéticos que se constituem na experiência concreta e efetiva do trabalhador no momento da atividade efetiva de trabalho.

4.1.6 Para concluir

Conforme pudemos destacar, o processo de reificação e estranhamento não é um fato metafísico, mas sim ligado à formação da consciência e do psiquismo que, em linhas gerais, em razão da existência da propriedade privada, promove o alheamento de si, e impõe à atividade humana uma relação desprovida de finalidade direta. Aqui, conforme destacamos, comparece um aspecto sínico e semiótico da atividade social, que está ligado às formas hegemônicas de simbolização da atividade produtiva e que, no desenvolvimento do capitalismo, assume formas desenvolvidas de trabalho.

Para concluir a observação sobre o trabalho de comunicação, gostaria de avançar no último elemento da análise, para, com isso, concluir a proposta metodológica que apresento nesta tese. Para seguir, portanto, retomo a observação anteriormente destacada de que as formas de consciência se constituem e são constituídas pelo elemento material da linguagem que, por sua vez, tem sua objetivação em um sistema de signos que agrupa diferentes formas de conteúdo e formas de expressão (ECO, 2004; DANTAS, 2018, 2012).

Ao observar tal fenômeno na práxis social, observei a ocorrência de três formas e qualidades de conteúdo que constituem o sistema de signos no contexto da forma mercantil e organizam a totalidade das relações sociais: os conteúdos ético-políticos, que são as visões de mundo e os juízos de valor acerca das experiências sociais; os conteúdos técnico-científicos, que são os conteúdos científicos e as aprendizagens para o desenvolvimento da atividade efetiva de trabalho; e os conteúdos estéticos, que são os valores de uso sociais ligados à fruição e à forma de satisfação das necessidades sociais de um grupo. Vejamos.

4.2 As Formas do Conteúdo: Conteúdo Estético, Conteúdo Técnico-Científico e Conteúdo Ético-Político nas Relações Mercantis

É pela refração do signo mercantil que são constituídas as formas do conteúdo social. Essas formas do conteúdo são comunicadas e constituídas por formas de expressão, ocorrem no âmbito da linguagem e correspondem ao conjunto de signos que a sociedade constitui por meio do trabalho de comunicação que ocorre na interação social. Sua síntese complexa é um sistema de signos que é difundido por técnicas coletivas e comunitárias de linguagem. Isso envolve palavras e enunciados que satisfazem as necessidades de expressão e comunicação para a cooperação dos indivíduos.

Esse sistema é criado e produzido a partir de um tipo específico de trabalho – o trabalho de comunicação e também decorre das atividades de interação que ocorrem no âmbito da produção e reprodução da vida social, com destaque para a forma com a qual os procedimentos, técnicas e tecnologias de comunicação estão organizadas nas relações hegemônicas de trabalho (ROSSI-LANDI, 1985; DANTAS, 2018; FIGARO, 2007).

No contexto do capitalismo, a problemática é aprofundada, pois são generalizadas técnicas e tecnologias de comunicação que são também ferramentas de trabalho, de controle e de consumo de mercadorias. E, de um modo total, observamos a refração mercantil na imbricação entre trabalho, vida e consumo. Com isso, o capitalismo contemporâneo constitui rotinas de vida, trabalho e dinâmicas do cotidiano flexíveis e dispersas que subsumem as técnicas e tecnologias coletivas de comunicação *realmente* e não apenas *formalmente* em processos de valorização (DANTAS, 2012; FIGARO, 2007).

O valor de uso da força de trabalho de comunicação, na perspectiva da valorização do capital, ocorre de diversas formas — seja acelerando o consumo de mercadorias, seja instruindo formas de utilização de tecnologias que são úteis à organização do trabalho contemporâneos, como é notória a relação entre aplicativos de mensagem e a modalidade *home-office*, seja criando formas de pensamento, conhecimento e sentimento que valorizam o valor. Com o suporte de softwares e das Tecnologias de Informação e Comunicação, cada vez mais o vínculo e a interação que organizam o trabalho e o consumo social ocorrem pela mediação do signo mercantil (DANTAS, 2012; FIGARO, 2007; ROSSI-LANDI, 1985).

O esforço analítico busca melhor compreender a estratégia geral do capital no âmbito da comunicação, estratégia que consiste em configurar um trabalho comunicativo que tem duas principais características: i) é adequado ao processo de trabalho como processo de valorização do capital, e está ligado às condições de produção e consumo de cada fase sociotécnica do sistema; ii) a própria atividade da comunicação social torna-se meio de valorização do capital, uma vez que é mediada por técnicas, tecnologias e artefatos de comunicação subsumidos à lógica mercantil.

Isso configura a imbricada relação entre modo de vida e modo de produção e constitui o referido bloco histórico — que é formado, ao mesmo tempo, por expressões simbólicas e formas produtivas —, formas e conteúdos sociais que se imbricam na luta e na construção da hegemonia política do capitalismo. Isso envolve a totalidade da vida psíquica e social, com influência na forma por meio da qual são desenvolvidas formas de fruição, consumo, valoração

ética, satisfação das necessidades, aprendizagens para o trabalho, visões de mundo que orientam a conduta, entre outras.

No próximo item, busco compreender as dimensões concretas que sobredeterminam as formas do conteúdo da sociedade do capitalismo. Antes de passar para a análise, recupero aqui novamente a referência que me aproprio para pensar o conceito.

Acompanhando a leitura de Dantas (2018), nos referenciamos pelo trabalho de Umberto Eco (2004), justamente no livro chamado *As Formas do Conteúdo*. Segundo o autor, em relação ao gesto de pesquisa, o estudo semiótico privilegiou as formas da expressão. Porém, nesse trabalho, ele destaca a importância em analisarmos também a formalização de conteúdos.

Ele observa que, diferente do aspecto propriamente sínico da expressão, a formalização de qualidades de conteúdo ocorre em uma dimensão prática da vida, subordinada aos tipos de relações sociais que o grupo desenvolve. Nesse sentido, em relação ao estudo, se trata de uma passagem “do universo dos significados culturalizados ao da *experiência*”, na interação entre as formas do mundo e as formas significantes (ECO, 2004, p. 122). Uma externalidade da atividade humana.

No caso do capitalismo, a lógica geral da mercadoria prescinde a codificação significativa das formas do conteúdo. Por sua vez, as formas e os conteúdos realmente existentes na consciência se constituem e são constituídos na interação social por meio da linguagem verbal, do pensamento representativo e da forma simbólica de organização da experiência social. Isso constitui um sistema de signos que, junto às outras técnicas coletivas e comunitárias de linguagem inventadas pelos seres humanos e desenvolvidas pelo aspecto linguístico da atividade de trabalho, organizam o significado, a finalidade, os aprendizados, as visões de mundo e outras formas do conteúdo se constituem na experiência social, individual e coletiva.

Para investigar esse problema de pesquisa, e para fins de análise, observei a existência de três formas de conteúdos ligados ao sistema de signos do capitalismo: a) conteúdo estético; b) conteúdo técnico-científico; c) conteúdo ético-político. A partir disso, busco nas categorias do materialismo histórico-dialético, principalmente pela abordagem semiótica, enriquecer o estudo acerca do trabalho de comunicação.

4.2.1 Conteúdos estéticos: valor de uso e a dialética entre produção e consumo

Toda sociedade realiza a fruição e a satisfação de suas necessidades sociais e vitais (comer, beber, vestir, amar, rezar etc.) de uma forma mais ou menos organizada e, portanto, comparece sempre a produção de objetos úteis, que buscam satisfazer as necessidades sociais ligadas ao contexto dos modos de vida e de produção de uma específica realidade social. Esse tema está relacionado à ontologia dos valores de uso da sociedade em geral e, portanto, é um tema relacionado a *como* e por meio de *quais* objetos esta sociedade satisfaz suas necessidades sociais.

Na vida efetiva, isso tem como forma de expressão o gosto por esta ou aquela comida, no valor de uso que se dá a este ou aquele objeto, nas formas de fruição da atividade social, nos hábitos de consumo de um grupo, entre outras. É conhecida a afirmação de Marx (2017) acerca da indiferença em relação ao aspecto físico ou fantasioso do produto que satisfaz uma necessidade humana.

Nesse sentido, embora no aspecto formal, esse tema seja identificado como algo de caráter *pessoal* — vista a famosa frase “*gosto não se discute*” —, o que aventamos é que essa dimensão deve ser investigada “fora” do psiquismo humano na interação das formas concretas de organização do aspecto produtivo e simbólico da sociedade na interação dos sujeitos entre si, ou seja, como uma forma de expressão das formas do conteúdo social.

Como uma coisa torna-se útil em uma sociedade? Quais têm sido as formas capitalistas de construção de utilidades? Como se constitui a forma de satisfação das necessidades sociais de um grupo? Como se forma um *gosto* particular por certos objetos? Como é organizado o consumo social? Esses são alguns problemas de pesquisa que podem ser ligados à produção de formas de conteúdo estético.

No capitalismo, a forma hegemônica de fruir a atividade social ocorre pela mediação do signo da mercadoria. A efetivação do valor de uso das coisas, portanto, ocorre por meio da função fetichizada da produção social em sua expressão abstrata de valor, provocando a experiência psíquica do estranhamento, fato acima relatado.

A subsunção dos diversos valores de uso ao valor de troca das mercadorias tem logrado constituir até mesmo uma bioprogramação do gosto alimentar subsumida às ofertas alimentares dos mercados monopolistas. Os grandes *players* do setor da comida organizam o consumo alimentar do conjunto da sociedade — sobretudo o das classes subalternas — com a finalidade de gerar lucro, o que resulta na oferta e no consumo do que os movimentos sociais têm chamado

de “imitação do alimento”. (KRAUSER; LEAL, 2017).

Esse aspecto está subsumido ao padrão de produção baseado em monoculturas de *commodities* de milho, soja e trigo — vide que a maioria dos alimentos ultraprocessados contém esses itens em seu processo produtivo —, e visa ainda rebaixar o padrão de vida das classes trabalhadoras, para com isso rebaixar o custo geral da força de trabalho.

Apesar da luta de classes e das resistências sociais a tais modelos — que promovem e realizam a negação dessa lógica cultural bio-psico-física — não é simples se “desvincular” dessas leis imanentes e gerais, pois são condições de vida existentes antes e depois do indivíduo singular, e atravessam, por isso, mesmo as experiências de resistência social.

4.2.1.1 A subsunção do valor de uso ao valor de troca

Conforme destacamos, a forma de satisfação das necessidades sociais não é algo inerente e interno ao ser humano, mas sim constituído no contexto da troca social, nas atividades de produção e reprodução da vida, tendo trabalhos especializados em organizar tal dimensão. Para melhor investigar este tema, se torna fundamental ampliar a percepção acerca da dialética entre produção e consumo, compreendendo os valores de uso a partir da explicitação das relações concretas de produção, e que estão implicadas na expressão do valor de troca.

Marx (2011) demonstra que a existência de utilidade para os objetos é um fato observável ao longo da história humana, uma vez que a humanidade, em seu processo de hominização, produziu um conjunto diverso de objetos úteis para garantir a sobrevivência. São objetos com valores de uso sociais, e o valor de uso é algo histórico e fruto do trabalho humano.

Ele destaca que a produção de coisas úteis e suas qualidades é um fato observável ao longo da história humana. O que marca e distingue a sociedade das mercadorias é que, somente nessa sociedade, o trabalho necessário à produção de *objetos de uso* tem o *valor* como sua forma de expressão, e os objetos de uso que satisfazem as necessidades sociais estão imbricadas numa relação de acumulação de capital baseada na forma–mercadoria (MARX, 2017).

Nesse sentido, no signo da mercadoria está posta a relação entre as utilidades sociais, sua forma de expressão no valor de troca e a forma valor como expressão do trabalho geral. Deste modo, o valor de uso só pode ser acessado por um valor de troca e, por sua vez, o valor de troca da mercadoria só se realiza se possuir um valor de uso para alguém em uma cultura específica (DANTAS, 2018, 2012).

Desta relação, podemos aferir que os valores de uso de uma sociedade em geral, e das pessoas singularmente, são constituídos em uma interação dialética que está ligada à produção de significados que cumprem função de ampliar o signo da mercadoria para áreas cada vez mais espreiadas das relações sociais.

Toda mercadoria expressa a unidade dialética entre valor de uso e valor de troca. Apesar da centralidade da produção e da explícita vinculação hierárquica entre o valor de troca e o valor de uso — sendo o primeiro um tipo lógico superior em relação ao segundo — trata-se de uma relação dialética que se sobre determina (POLANYI, 2012; WILDEN, 2001; DANTAS, 2018).

Desta forma, o trabalho consiste não apenas na produção de objetos do consumo, mas também em um trabalho de produzir os modos subjetivos do consumo. Deste modo, constitui simultaneamente um sujeito para o objeto e um objeto para o sujeito. A produção “gera como necessidade no consumidor os produtos por ela própria postos primeiramente como objeto [...]”; a necessidade que o consumo sente do objeto é criada pela própria percepção do objeto”. (MARX, 2011, p. 47). Nesse trecho é possível observar a existência de um trabalho de comunicação, uma vez que a relação entre consumo e produção se dá no plano da linguagem, pela produção de significados acerca do uso do objeto.

São dois momentos distintos, porém vinculados e que devem ser concebidos em unidade. A produção é imediatamente consumo, e o consumo é imediatamente produção. Marx (2011, 2017) afirma a existência de uma dependência recíproca entre produção e consumo, um mediado pelo outro, mas ainda sim distintos entre si, cada qual criando e constituindo o outro na medida em que se constitui.

A produção medeia o consumo, cujo material cria, consumo sem o qual faltaria-lhe o objeto. Mas o consumo também medeia a produção ao criar para os produtos o sujeito para o qual são produtos. Somente no consumo o produto recebe seu último acabamento [...]. O consumo cria o estímulo da produção; cria também o objeto que funciona na produção como determinante da finalidade. Se é claro que a produção oferece exteriormente o objeto do consumo, é igualmente claro que o consumo *põe idealmente* o objeto da produção como imagem interior, como necessidade, como impulso e como finalidade. Cria os objetos da produção em uma forma ainda subjetiva (MARX, 2011, p. 77, grifo nosso).

Nessas páginas dos *Grundrises*, Marx (2011) destaca que se trata de um duplo consumo — subjetivo e objetivo — e, ao mesmo tempo, de uma dupla produção — tanto do produto em si, quanto do sujeito que o produz e que consome, portanto, da ontologia dos valores de usos sociais que justificam tanto produção quanto consumo.

Aqui está contida a afirmativa ontológica da constituição dos valores de uso, por onde podemos observar a constituição materialista das formas de fruição da atividade social, das formas com as quais uma sociedade satisfaz suas necessidades sociais. Na sociedade do capital, essa relação é mediada pela mercadoria e pelo dinheiro, signos que medeiam as relações sociais de produção e consumo no mundo contemporâneo, em que vigora a subsunção dos valores de uso qualitativos à dimensão quantitativa dos valores de troca.

A valorização do valor só se realiza quando a etapa do consumo é concretizada e, portanto, um produto só devém produto quando é consumido, momento em que ocorre a concretização da retroalimentação do capital. Por essa característica do processo produtivo, o trabalho, para acelerar o consumo e fomentar valores de uso diversos e adequados às mercadorias existentes, será cada vez mais espraiado e diverso. Ele será realizado por um trabalho de comunicação específico, e também por meio de técnicas e tecnologias comunitárias que mediam a comunicação social.

Nesse aspecto, Dantas (2018) observa que existe um trabalho semiótico que constitui a utilidade e o significado no consumo social, e isto é o fundamento da relação cultural que o enseja. Funções especializadas em promover o consumo como forma de autoexpressão, identidade, estilos de vida e distinção são diversas e, em um quadro geral de profissionais de comunicação, este elemento é desenvolvido nos campos da publicidade e do *marketing* (DANTAS, 2018; ARRUDA, 1985).

Os elementos implicados no trabalho de comunicação envolvem a organização da *forma* da expressão, sendo a produção de valores de uso das mercadorias não um fato natural ou meramente casuístico, mas sim o produto de um processo de trabalho, que tem uma utilidade efetiva na vida prática das pessoas (DANTAS, 2018, 2012).

Com isso, podemos dizer que o trabalho de comunicação está também relacionado à formação do consumo e sua dinâmica. “Produção e consumo relacionam-se imediatamente como processos imbricados em uma mesma cultura, logo processos nascidos dos significados e significações dessa cultura.” (DANTAS, 2018, p. 155).

A rigor, no capitalismo avançado (e isto desde os primórdios do século XX), todo o processo de produção industrial, seja de automóveis, roupas, pílulas de remédios ou outro produto material qualquer, isto é, todo o trabalho combinado de cientistas, engenheiros, técnicos, operários, visa, essencialmente, projetar, desenhar, construir os moldes que, **adjudicados às máquinas**, comandarão os seus movimentos na **fabricação do valor de uso desejado**. (DANTAS, 2018, p. 6, grifo nosso).

Isto permite observar que a construção dos valores de uso é um mecanismo deliberado e realizado pelo trabalho humano. O trabalho de comunicação efetua os processos de identificação, produção de sentidos e usos sociais dos objetos/ideias em contextos específicos, produz valores de uso de maneira teleológica e vinculada à produção dos valores de troca das mercadorias. Sendo o valor de uso o fundamento do valor de troca, e estando o primeiro subsumido ao segundo, podemos concluir que a forma de organizar o consumo e satisfazer as necessidades sociais decorre de mediações complexas, cuja forma está subsumida ao signo da mercadoria pela mediação de um tipo específico de trabalho.

O consumo finalizou a produção, mas nas formas de expressão e de conteúdo (“modos de consumo”) que a produção lhe ofereceu concretamente. **Por isso, a produção não apenas satisfaz uma necessidade, mas também produz as formas de expressar essa satisfação.** A relação produção–consumo mostra-se ela também uma relação que apenas se efetua pragmaticamente se ambos os polos podem se encontrar em algum sistema de signos que lhes organiza e interpreta uma cultura comum. (DANTAS, 2018, p. 156-157, grifo nosso).

Deste modo, observamos que a produção não apenas oferece o produto para ser consumido, mas também precisa antecipar o sujeito que o consome. Assim, o “valor de troca confirma-se como forma de expressão do valor. O valor só pode remeter ao valor de uso expressando-se pelo valor de troca numa relação que é, porém semioticamente arbitrária” (DANTAS, 2018, p. 153).

As implicações éticos-políticas da subsunção do trabalho de comunicação a esse conjunto geral mercantil envolvem a decodificação do ecossistema e da natureza humana a valores de troca infinitos. Essas relações se vinculam a múltiplas determinações, dentre as quais podemos citar o acesso aos mercados; a renda familiar; os níveis de instrução social; a finalidade da acumulação produtiva, que transforma cada vez mais dimensões em mercadoria; entre outras. (WILDEN, 2001).

Com o desenvolvimento do capitalismo, o trabalho de comunicação de organização do consumo e dos conteúdos estéticos, feito por um conjunto diverso de técnicos e intelectuais, é cada vez maior e mais espraiado. Reafirmamos, contudo, que é preciso destacar que existe uma complexidade na organização do consumo e da formação de valores de usos sociais, afastando a ideia simplificadora da imposição da produção sobre os hábitos das populações e saturando de contradições o movimento pelo qual ocorre a chamada “educação dos sentidos” citada por Marx (2010).

Já destaquei que, na relação dialética entre produção e consumo, há uma determinação de uma esfera sobre a outra, constituindo uma influência recíproca. É evidente que não é possível *consumir* algo que não é *produzido*, assim como é válido destacar que não há processo produtivo se o *produto* não devém *consumo*. “A mercadoria, antes de ser produto de relações econômicas, é produto de relações culturais e **só pode cumprir as funções econômicas que cumpre, porque antes cumpre funções culturais.**” (DANTAS, 2018, p. 141, grifo nosso).

Dentre essas funções culturais do valor de uso, Marx (2011) identificou um conjunto de outros contextos em que esse sistema de representação (valor, valor de uso e valor de troca) não estiveram relacionados. Vejamos:

Uma coisa pode ser valor de uso sem ser valor. É esse o caso quando sua utilidade para o homem não é mediada pelo trabalho. Assim é o ar, a terra virgem, os campos naturais, a madeira bruta, etc.

Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano sem ser mercadoria. Quem, por meio de seu produto, satisfaçõa sua própria necessidade, cria certamente valor de uso, mas não mercadoria.

Para produzir mercadoria, ele tem de produzir não apenas valor de uso, mas valor de uso para outrem, valor de uso social.

E não somente para outrem. O camponês medieval produzia a talha para o senhor feudal, o dízimo para o padre, mas nem por isso a talha ou o dízimo se tornavam mercadorias. Para se tornar mercadoria, é preciso que o produto, por meio da troca, seja transferido a outrem, **a quem vai servir como valor de uso.**

Por último, nenhuma coisa pode ser valor sem ser objeto de uso. Se ela é inútil, também o é o trabalho nela contido, não conta como trabalho e não cria, por isso, nenhum valor (MARX, 2011, p. 100-101, grifo nosso).

Ele reitera que o valor de uso se refere tanto ao uso de algo essencial à sobrevivência física, quanto ao uso cultural e estético, que as diversas comunidades e agrupamentos humanos foram inventando ao longo de seu processo de civilização e atribuindo aos objetos. Ao refletir sobre o aspecto da utilidade e do uso, Dantas (2018) destaca a dimensão do componente cultural e de trabalho presente no conceito de valor de uso. Deste modo, observamos que a delimitação do que é útil e necessário em uma sociedade corresponde também à síntese de um significado atribuído a bem em uma cultura.

Esse complexo de formas e conteúdos de comunicação configura um sistema de signos, que é produzido pela mediação do trabalho contratado por alguma empresa para realizar essa função específica, como é o caso do trabalho publicitário das agências que organizam o

consumo do mercado e dos milhares de trabalhadores *online* que desenvolvem sistemas complexos de recomendação de conteúdos e compras.

4.2.1.2 Relações entre publicidade e organização do consumo

O contexto da urbanização é um exemplo marcante por meio do qual podemos observar o trabalho de comunicação na organização do consumo social. É quando a publicidade se empenha — graças aos meios massivos de comunicação — em *ensinar o uso* de um conjunto diverso de bens de consumo para uma população que estava em processo de urbanização, população que estava deixando, sobretudo, uma vida ligada aos territórios rurais (ARRUDA, 1985).

No Brasil, eles são criados no momento da transição para o capitalismo monopolista, em meados dos anos 1930, quando são necessárias transformações no modo de vida social, sobretudo com a implantação da urbanização, do rádio, da democracia de massas e do trabalho industrial no país. Nessa época, e ainda hoje, a publicidade cumpre a função de dinamizar o mercado consumidor e urbano e a de abreviar o tempo necessário à realização dessas “novas” mercadorias (ARRUDA, 1985).

A publicidade, juntamente com a extensão dos instrumentos creditícios aos consumidores, contribui para abreviar o tempo de circulação das mercadorias, acelerar a rotação do capital e reforçar as necessidades de consumo. Dessa forma, ela se converte em porta-voz da produção e o crédito torna viável a passagem da “necessidade” à “satisfação”. (ARRUDA, 1985, p. 47).

Dentre as funções que cumpre, está também aquela ligada à difusão do consentimento em torno dos modos de vida das populações. Um modo que seja capaz de garantir a reprodução econômica das empresas do capitalismo, a partir da criação de valores de uso adequados às suas necessidades. Isto visa constituir o modo de vida organicamente vinculado ao modo de produção.

A chamada Indústria Cultural é a tecnologia e o aparelho privado de hegemonia por excelência, e todos os seus conteúdos e formas de expressão — peças publicitárias, novelas, redes sociais, *reality shows* — foram constituídos pela apropriação dos diversos conteúdos e formas de expressão das classes populares, bem como pela mediação do trabalho cultural de diversos artistas e intelectuais, que passam a compor a “matéria-prima” da programação e dos bens culturais da Indústria Cultural brasileira (BOLAÑO, 2000; TÁVORA, 2015).

Com os dispositivos tecnológicos de informação e comunicação espalhados, esses modos de construção de valores de uso se ampliam e se diversificam, radicalizando a hierarquização do valor de troca em relação ao valor de uso, assim configurando formas de conteúdo e de expressão sociais sempre mais complexas e subsumidas à simbolização da relação mercantil. Os estudos psicométricos, as modulações algorítmicas, as ferramentas de recomendação de conteúdo e interação social e até mesmo o crescente interesse no estudo da neurolinguística são alguns exemplos do interesse e da exploração do tema.

Por fim, concluímos que a forma como uma sociedade satisfaz suas necessidades sociais tem relação orgânica com as estruturas produtivas que permitem a produção e a reprodução da vida humana e também com as formas superestruturais que definem e organizam as formas de fruição e constituem seus valores de uso.

4.2.2 Conteúdos técnicos-científicos: aprendizagem, trabalho e renda informacional

Conceituo como conteúdos técnico-científicos as aprendizagens e os conhecimentos práticos ligados e constituídos na atividade prática de trabalho. Os principais aparelhos privados de hegemonia que mobilizam tais conteúdos são as escolas de formação e instrução técnica, tais como o SESI e Senai; e as diversas universidades e escolas de formação, sejam elas as públicas ou as ligadas a empresas propriamente privadas. Suas principais formas de expressão são os manuais, cartilhas e as prescrições para o trabalho, e outros artefatos, técnicas e tecnologias, dentre as quais aquelas ligadas à organização da comunicação no mundo do trabalho.

Conteúdos técnicos também estão relacionados a uma dimensão ético-política e eles também são expressos em enunciados, tais como “*o trabalho significa o homem*”, ou “*brasileiro é criativo, sabe empreender para sair da crise*”, para citar apenas algumas mais conhecidas. A objetivação das formas do conteúdo técnico-científico consistem em conhecimentos ligados à capacidade de atuar no modo de produção realmente existente e, por isso, está relacionada com as diversas aprendizagens, competências profissionais, técnicas e tecnologias de uma sociedade (PINTO, 2005).

Por sua vez, esses artefatos criados passam a mediar as atividades de trabalho *ad infinitum*. Os processos do trabalho medeiam os processos de aprendizagem em um movimento de conversão do saber empírico em pensamento codificado, objetivando o aprendizado em conceitos que organizam e relacionam as atividades de trabalho da sociedade.

Na sociedade do capital, a forma do conteúdo técnico tem um importante valor de uso para as empresas capitalistas em geral, e para a vida das pessoas em específico – posto que é o que permite a reprodução social e econômica da vida para o sujeito que trabalha, e a reprodução da forma mercantil da atividade social total. “Aqui fica patente o caráter operatório, portanto o sentido de mediação, que o nome técnica transporta invariavelmente.” (PINTO, 2005, p. 182).

4.2.2.1 Capitalismo e formação dos conteúdos técnicos

Na sociedade do capital, os conteúdos técnicos-científicos e as aprendizagens, técnicas e tecnologias usadas nos modos de produção são constituídas pela mediação da propriedade privada, da mercadoria e da valorização do valor. Por esse motivo, podemos observar que seus conteúdos estruturam e expressam o signo da mercadoria e a lógica da propriedade privada em seu conjunto. Esses conteúdos são produzidos e difundidos mediante técnicas coletivas e comunitárias de linguagem, havendo grupos de intelectuais específicos em sua difusão, que estão inseridos nas “fábricas” ou em outro *lócus* da produção e do consumo e por meios cada vez mais dispersos no cotidiano por meio das tecnologias de informação e comunicação (ROSSI-LANDI, 1985; DANTAS, 2018).

É possível entrever que se trata de uma relação recíproca entre formas de organizar a vida e a produção que incidem nos conhecimentos e nas aprendizagens técnicas, envolvendo ainda as relações do que Celso Furtado (2008) chamou de “sistemas globais de cultura”. Esta lógica vale-se da propriedade privada da terra e do progresso técnico para garantir sua sustentação e permeia os âmbitos da ação humana, organizando o conhecimento de tal forma que a finalidade do ato produtivo é reproduzir o sistema em suas hierarquias, o que configura, portanto, uma razão instrumental (FURTADO, 2008).

Autores como Celso Furtado (2008) e Álvaro Vieira Pinto (2005) destacaram que, no contexto dos países de economia periférica, como a brasileira, tem hegemonia um tipo de conteúdo técnico que torna medíocre a sabedoria individual e coletiva dos grandes grupos da população trabalhadora, gerando danos à criatividade humana e restringindo inovações e aprendizagens técnicas acerca de arranjos produtivos alternativos.

Um problema deste contexto é que isto restringe os processos de aprendizagens protagonizados pelos movimentos sociais, limitando inovações institucionais produzidas pelas

classes subalternas em seus modos de organização do trabalho (FURTADO, 2008; PINTO, 2005).

4.2.2.2 Conteúdo técnico e renda informacional

A capacidade de gerar aprendizado, ou de internalizar um aprendizado dado exogenousamente a um processo produtivo qualquer, garante a constituição de novas competências frente à dinâmica concorrencial, viabilizando a renovação de mercadorias e a inovação de produtos, processos e serviços e, portanto, respondendo às disputas do mercado na constante luta pela concorrência (LUNDVAL; BIGJORN, 2015).

No capitalismo, a organização da atividade social na forma de um conteúdo técnico ocorre no interior do processo de trabalho que envolve a circulação, produção, distribuição e consumo das mercadorias e nas escolas de formação e instrução especializadas. Ao longo da história econômica, é documentada a larga expropriação de diversos saberes e práticas de um conjunto de civilizações, fato que marca a ontogênese das formas produtivas do capital (SHIVA, 2002; PINTO, 2005).

Os meios que garantem a apropriação privada do conteúdo técnico das populações combinam concentração de meios de produção e tecnologia com formas jurídicas que provocam uma escassez artificial desses conteúdos. Essas formas jurídicas são caracterizadas pela propriedade privada como hierárquica em relação a outros usos comunitários e regulamentados desses conhecimentos. Com isso, garante que seu acesso e uso ocorram vinculados à mercadoria (DANTAS, 2008).

Os ganhos econômicos derivados da escassez artificial desse bem, tornado mercadoria, são caracterizados por Dantas (2008) como renda informacional. As rendas informacionais sobre os conhecimentos comuns ou sociais derivam da objetivação de conhecimentos tradicionais, comuns e empíricos em formatos, moldes ou matrizes. Deste modo, favorecendo o empresariado que monopoliza economicamente o setor. A renda informacional é uma forma de realizar a função mercadoria sobre um conteúdo técnico, a partir de seu cercamento e da privatização de seu uso.

É aquilo que será *útil* para acumulação de excedentes por meio da renda informacional que será cercado como propriedade, codificado e modelado. Buscando reduzir a incerteza da valorização desses rendimentos, a lógica mercantil será orientada pela máxima objetivação

desses conteúdos em suportes de propriedade intelectual (códigos, patentes, *softwares*, processos gerenciais, etc.). A objetivação desse conteúdo pode se expressar ainda em um *software*, em uma forma particular de fazer um determinado processo de trabalho, em uma fórmula farmacêutica, dentre outros.

A receita é gerada pela conversão da escassez e do monopólio sobre esse bem. A renda informacional vincula o conteúdo técnico a uma forma mercantil — a patente, o *software*, a propriedade sobre um processo de trabalho, entre outras —, portanto, medeia a constituição de aprendizagens, de modo subsumido à lógica da mercadoria. Assim, ocorre a determinação recíproca entre os conteúdos técnicos e sua forma de expressão por meio de patentes e propriedades intelectuais (DANTAS, 2008).

A propriedade intelectual consiste em um trabalho de codificar um conhecimento em um suporte comercializável — sobretudo em patentes e direitos autorais — e mercantilizar seu uso e acesso. Isso se dá expropriando o conhecimento produtivo acumulado pelas sociedades ao longo da história ou por um processo específico de inovação. Depende também de uma operação semiótica e jurídica de convertê-lo em propriedade. O objetivo da propriedade intelectual é “fixar a informação em seus devidos suportes materiais, assim completando o processo de produção de valores de uso”. (DANTAS, 2008, p. 11).

A renda informacional gerada pelas patentes, ao mesmo tempo, constitui a patente como uma forma de expressão do conteúdo técnico socialmente constituído. Com isso, observamos que a lógica da renda informacional instaura mecanismos de gestão do conhecimento comum e produtivo, vinculando sua codificação às exigências da acumulação mercantil e, portanto, a subsunção das aprendizagens à dinâmica do capitalismo.

4.2.2.3 Renda informacional e biopirataria

O conhecimento técnico objetivado em uma propriedade intelectual é passível de reprodução e de comercialização e torna-se relativamente independente do conjunto de pessoas que o constituiu. Ele é objetivado pela mediação de um trabalho intelectual, pode ser um conteúdo organizado em um processo *tout court* de exploração desse trabalho, como também pode se dar pela captura de dados e informações expropriados de atividades diversas realizadas cotidianamente pelas pessoas em seus modos de vida e de produção.

Na perspectiva do campesinato e seus conteúdos técnicos, são diversos os relatos de apropriação de conhecimentos práticos e saberes tradicionais dessas populações, que, objetivados em patentes e propriedades intelectuais, são introduzidos em dinâmicas de acumulação de capital da forma capitalista da agricultura. Tornam-se modelos, produtos, fórmulas ou matrizes de organização de processos mercantilizáveis. Tem como uma de suas consequências mais significativas o cercamento desses conteúdos e a destruição da natureza, limitando o uso, inclusive dos grupos que o criaram (SHIVA, 2001).

Nos termos de Vandana Shiva (2001), se trata de biopirataria, e decorre da ação de pilhagem da natureza e do conhecimento, legalizando o roubo por meio de mecanismos jurídicos. A autora nos apresenta um percurso histórico que permite observar que tal fato teve início nos processos de colonização e se perpetua até hoje.

Uma versão secular do mesmo projeto de colonização está em andamento por meio das patentes e dos direitos de propriedade intelectual (DPI). A Bula Papal foi substituída pelo Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (General Agreement on Tariffs and Trade, GATT). O princípio da ocupação efetiva pelos príncipes cristãos foi substituído pela ocupação efetiva por empresas transnacionais, apoiadas pelos governantes contemporâneos. A vacância das terras foi substituída pela vacância de formas de vida e espécies, modificadas pelas novas biotecnologias. O dever de incorporar selvagens ao cristianismo foi substituído pelo dever de incorporar economias locais e nacionais ao mercado global, e incorporar os sistemas não ocidentais de conhecimento ao reducionismo da ciência e da tecnologia Mercantilizadas do mundo ocidental. (SHIVA, 2001, p. 12).

As consequências desse tipo de vínculo são desastrosas. Envolvem a expropriação de práticas e conhecimentos tradicionais, a transformação do sistema de signos dos grupos, implementando técnicas e tecnologias de produção e comunicação, que tem a finalidade de fragilizar a autonomia das comunidades em relação aos seus territórios. Isso se dá a partir da organização de um processo produtivo que, na totalidade, torna obsoletas suas formas de produção e reprodução econômica, além da destruição deliberada e do genocídio de populações que possuem modos de vida que implicam uma relação não mercantil entre sociedade e natureza.

O *ETC Group*, organização da sociedade civil que atua na defesa da diversidade biológica e monitora as estratégias das grandes *players* do setor, tem observado e publicado um conjunto de pesquisas sobre a propriedade intelectual da natureza e dos conhecimentos tradicionais, tais como a coleta de dados por meio da mediação de processos de trabalho que se dão por *software* (GPS) e por *hardware* (tratores).

A indústria de fertilizantes reconhece que, se não agir rapidamente para aproveitar seus dados biológicos, pode perder para as empresas de maquinário agrícola, que têm total capacidade de coletar informações do campo e combiná-las com dados climáticos e de mercado. A John Deere, por exemplo, começou a investir em novas tecnologias de *big data* em 2001, quando empresas agrícolas uniram forças com empresas de telecomunicações e energia para pressionar o governo dos Estados Unidos a suspender seus bloqueios em satélites comerciais e permitir o mapeamento metro por metro. Com seus tratores registrando dados com Sistemas de Posicionamento Geográfico (GPS) desde a virada do século, a John Deere começou a fazer negócios com todos os fabricantes de sementes e pesticidas — começando com a Syngenta em 2007, agora uma subsidiária da ChemChina, e em 2015 expandindo para a Dow e DuPont, Bayer e Monsanto e BASF. (MOONEY, 2019, p. 16).

O processo combina um trabalho de expropriação de conhecimentos coletivos e a conversão deles em patentes, com a captura de dados geomorfológicos do solo e do clima, conhecimentos, sementes, formas de manejo, que ligados às estratégias de alteração genética de plantas, animais, sementes e germoplasmas, constituem a propriedade privada da natureza. Os exemplos de acumulação por renda informacional sobre a natureza estão ligados às estratégias de propriedade intelectual e registro de patentes de diversos bens comuns (MOONEY, 2019; SHIVA, 2001).

Patentes, *softwares* e leis de propriedade intelectual operacionalizam a mercantilização de conteúdos técnicos expropriados de povos e comunidades tradicionais, convededores há milênios de formas de manejo, domesticação, uso e cuidado da biodiversidade. Isso é observado na indústria de fertilizantes e insumos agrícolas e baseia-se em pacotes de agrotóxicos e transgenia (SHIVA, 2001).

Acompanhando as reflexões de Furtado (2003, 2008), podemos afirmar que isso provoca obsolescência de conhecimentos e práticas que são fundamentais à subsistência e soberania das famílias camponesas. A propriedade intelectual impõe o acesso a esses bens comuns somente mediante o poder de compra — seja de compra da terra, seja na compra da patente ou do acesso que, a partir de então, entram no processo produtivo como meios de produção (DANTAS, 2018).

A “propriedade intelectual confere ao seu detentor uma renda, ou seja, uma receita ou riqueza, que se origina, não do intercâmbio de trabalho, mas da posse exclusiva de algum bem que é, por algum motivo, também necessário a terceiros ou à sociedade”. (DANTAS, 2008, p. 8). O valor de uso do registro codificado consiste em fornecer algum procedimento informacional ou alguma vantagem competitiva a quem o possui, que garanta criar novas

mercadorias, ou encurtar a circulação das que já existem, ampliando a acumulação de excedentes.

Para reter e, se possível, ampliar suas rendas informacionais, cada unidade de capital se entregará a um conjunto de estratégias que, em última análise, visam **assegurar e expandir o monopólio sobre o conhecimento que deu origem a essas rendas**. Essas estratégias incluem desde o investimento em bens montados, laboratórios de pesquisa e contratação de trabalhadores qualificados, até o esforço consciente para impedir, por meios jurídicos, ou outros menos elegantes, que potenciais concorrentes possam afirmar direitos de propriedade sobre conhecimentos similares. (DANTAS, 2008, p. 9, grifo nosso).

O esforço consiste em produzir conteúdos técnicos e tecnologias que possibilitem a objetivação do conhecimento social em suportes comercializáveis, gerando meios cada vez mais sofisticados de captura e valorização dessas aprendizagens, subsumidas em atividades gerais de comunicação. Trata-se da apropriação de um *general intellect*, nos termos marxianos, realizada pela instauração de uma forma comunicativa por meio de tecnologias acopladas ao cotidiano e ao trabalho, que coletam informações e conhecimentos que, rapidamente, são incluídos em meios de valorização do capital (DANTAS, 2018). O conteúdo do trabalho social é objetivado em uma forma de expressão e em um suporte apropriável, mercantilizado.

A ciência hegemônica instaura um trabalho de comunicação e utiliza artefatos que permitem a apropriação desse conhecimento tácito e dessas aprendizagens, sobretudo no momento contemporâneo de crise do capital. Nesse contexto, as tecnologias da informação e da comunicação inventadas pelas *players* do setor mediam o conjunto das relações sociais, o que permite ampliar e intensificar a acumulação capitalista para áreas cada vez mais diversas (DANTAS, 2018; PINTO, 2005).

Isso consiste em expandir a propriedade privada de bens comuns como a natureza e o conhecimento social, o aumento da pobreza, a perda da capacidade de sobrevivência em territórios rurais e a desigualdade social. Uma vez configurada a propriedade intelectual, os conteúdos técnicos produzidos socialmente são internalizados em dinâmicas e padrões de produção privatizadas (DANTAS, 2008; SHIVA, 2001; DANTAS, 2008). As TICs são o artefato das técnicas coletivas e comunitárias de linguagem contemporâneas e, subsumidas ao signo da mercadoria, possibilitam a exploração em escala global de informações, saberes e conhecimento sociais, por meio dos regimes monopolistas de produção, circulação e consumo desses artefatos.

4.2.3 O conteúdo ético-político

Em nossa perspectiva, as formas dos conteúdos éticos-políticos estão relacionadas aos juízos de valor e às *visões de mundo* que um grupo social possui acerca da experiência efetiva da vida. Consiste na organização de um significado da experiência social acerca dos conflitos e das tensões próprias de uma sociedade desigual e dividida em classes subalternas e dirigentes, e sua consolidação pode tender ao consenso ou a uma espécie de confusão e desinformação, ambas funcionais ao modo de produção vigente.

Uma visão de mundo é experienciada como individual, porém em nossa abordagem ela interessa como conteúdo da mediação social entre as classes e, portanto, está ligada à dimensão coletiva que envolve o trabalho de comunicação de produzi-la, bem como a construção de um contexto em que a atividade simbólica vivenciada individualmente e coletivamente tem como resultado essas formas de conteúdo. São as formas e os conteúdos hegemônicos que estão presentes nas escolhas associativas dos indivíduos e grupos, em seus modos de conduta, entre outros.

De maneira mais dispersiva, os conteúdos éticos estão nas diversas formas da atividade social e pressupõem a valoração — e, portanto, os significados — ligados ao conjunto de relações sociais, sendo o modo de vida a esfera à qual ele está identificado mais diretamente. Sua forma de expressão é discursiva e afetiva, e seu conteúdo versa sobre os valores e as posições éticas de uma comunidade organizada.

Antônio Gramsci (2012) destaca que as visões de mundo têm diferentes formas de expressão entre as classes subalternas e dirigentes. No mundo capitalista, a visão de mundo está em relação dialética com a formação do consenso ou da confusão e desinformação social, da organização da cultura capitalista e à forma como ocorre a circulação das ideias em um contexto particular. Sua finalidade é organizar um bloco histórico, portanto, produtivo e simbólico e produzir o tipo psicofísico funcional à sociedade de produtos e mercadorias (GRAMSCI, 2012).

Outras de suas formas de expressão são a literatura, a religião, a cosmovisão, as palavras de ordem, as obras de arte, enfim, todo o conjunto de produtos de comunicação que a humanidade cria e simboliza nas atividades da vida e que, justamente por estar contida na totalidade, constitui uma simbolização acerca da experiência. A forma do conteúdo ético-político é uma síntese objetivada, que simboliza as interações que ocorrem na experiência da troca social.

O autor também reforça que a visão de mundo é uma produção humana, é uma mensagem produzida e um conjunto coerente de ideias. Nos termos gramscianos, são os intelectuais orgânicos de uma classe que efetivam esse trabalho e que organizam o significado acerca da realidade, produzindo formas diversas de discursos. Essas ideias são difundidas pelos aparelhos privados de hegemonia — e aqui contém a acepção mais recorrente de hegemonia, conforme observamos nos estudos em comunicação.

Por meio da sociedade civil, os intelectuais orgânicos da classe dirigente realizam um trabalho de comunicação que consiste em mediar a atividade simbólica das experiências, com a finalidade de objetivá-la em visões de mundo difundidas massivamente, no sentido de construir o convencimento e a coesão social por meio do consenso ou da coerção. A construção de uma visão de mundo pressupõe tanto um trabalho de comunicação, como também diz respeito à atividade simbólica por meio da qual são produzidos os signos e sua circulação. Nesse sentido, a finalidade do trabalho de comunicação é promover a simbolização dos sentidos sociais, com o objetivo de produzir e difundir uma perspectiva unitária de orientação ética e política da relação social.

Ela é produzida no conjunto das atividades sociais e são destacados os aparelhos privados de hegemonia, tais quais a mídia, a escola e as igrejas são mediações fundamentais de organização dessas formas de conteúdo. Atualmente, somam-se aos grandes conglomerados de comunicação, um conjunto de influenciadores que estão na internet, mas também nas escolas, nas igrejas, nas agremiações esportivas e em toda instituição social em que se agrupam pessoas nas mais diversas áreas da vida.

Individualismo, meritocracia, racismo, machismo e xenofobia são alguns dos outros conteúdos éticos que são mobilizados na luta de classes, e conformam visões de mundo que, atualmente, são absolutamente funcionais para um conjunto diverso de objetivos: rebaixamento do valor da força de trabalho, organização do consenso para a integração social, estímulo à confusão e desinformação para ampliar a violência social, entre outros. Cada um deles poderia ser estudado em sua função vinculante com os processos de mercantilização da vida social, pois cumpre funções sistêmicas no modo de produção capitalista.

4.2.3.1 *Enunciados sobre o capital para o trabalho*

No caso brasileiro, são diversos os exemplos acerca das estratégias de hegemonia das classes dirigentes em relação à construção de visões de mundo para dirigir as classes subalternas. A estratégia hegemônica tem sua culminância, no caso brasileiro, na Era Vargas, momento da resposta do Estado Brasileiro às movimentações políticas que vinham ocorrendo desde a primeira república. Nessa fase, dentre os conteúdos mobilizados, destacam-se o trabalhismo, a afirmação da pátria e da cultura nacional unificada a partir de elementos simbólicos das classes trabalhadoras, sobretudo das populações negras que, em parte, seriam introduzidas nas novas relações de trabalho das fábricas. Dentre as suas formas de expressão, a utilização do samba, do cinema e do carnaval são destacadas. É dessa fase também a construção do sujeito tipo Jeca Tatu, apresentado como atrasado, num esforço massivo em transformar as relações sociais do campo, ampliando a presença do latifúndio e combatendo as Ligas Camponesas. Esse tema será retomado na Parte II do trabalho.

Assim, se difunde — pelo rádio, pela televisão, pelos jornais, pela escola, pelas universidades — um sistema de signos ligados à identidade nacional, que para sua consolidação se apropria de elementos simbólicos das populações de maneira seletiva. Esse sistema de signos conformado, além de atender à incorporação do trabalho a um novo modelo de acumulação produtiva, possibilitou, ao mesmo tempo, dinamizar o consumo das indústrias de bens assalariados e culturais que se implantavam.

No decorrer das relações de hegemonia do Brasil, são diversas as visões de mundo que buscam expressar as exigências produtivas do capitalismo, inclusive visões de mundo sobre o próprio trabalho e sobre o próprio trabalhador (TÁVORA, 2015). Na perspectiva do conteúdo, William Braga (2013, p. 91) observa que eles estão ligados à busca do “consentimento operário às novas estratégias do capital, oferecendo as condições políticas e ideológicas para o desenvolvimento da parceria entre capital e trabalho no campo da produção”.

Em minha dissertação de mestrado, demonstrei a evolução histórica de algumas visões de mundo em sua relação com as exigências produtivas do mundo do trabalho, identificando alguns discursos do capital para o trabalho no caso brasileiro. Lá, apresento três principais momentos: os anos 1930, em que podemos vincular a noção de identidade nacional e estímulo ao trabalho à recente industrialização; a fase que inicia com o golpe de 1964, em que são reforçadas as estratégias coercitivas combinadas a visões de mundo sobre a integração nacional e a identidade nacional; e os anos 2000, em que são observados enunciados sobre

empreendedorismo e o estímulo à criatividade do brasileiro como forma de geração de renda, enunciados vinculados às novas exigências flexíveis que vige, sobretudo, na fase democrático-popular.

4.2.3.2 Discurso de ódio e crise do capital

Um outro exemplo ligado ao conteúdo ético pode ser observado por meio do discurso do ódio como forma de expressão da sociabilidade contemporânea e que passa a vigorar em um momento de crise do capital.

A funcionalidade do discurso do ódio está ligada ao momento de crise da atividade produtiva do capitalismo, que não oferece nem emprego e nem renda para o conjunto geral da população (fator que nunca foi alcançado no contexto do capitalismo dependente). Esse conteúdo ético-político conforma um tipo de sociabilidade e subjetividade que emerge em fases de crise do capital, configurando efetivamente uma sociedade incivil (SODRÉ, 2018).

Momento em que observamos uma espécie de “modo lúmpen de produção” (DANTAS, 2020), que se caracteriza por um modo decadente de vida, quando a maior parte da população não encontra trabalho nos processos de produção e realização do valor e, cada vez mais, obtém seus rendimentos a partir de bicos, biscates e trabalhos por aplicativo.

No capitalismo moderno, serão aqueles que não conseguem ocupação em algum elo do processo de produção e realização de valor. São inúteis para a sociedade capitalista, mas ela não pode deixar de os produzir, também não pode deles se livrar e, mesmo, prefere empregá-los e mobilizá-los a serviço de suas patologias. (DANTAS, 2020, p. 4).

A estratégia da classe dirigente com essa população é mediada por um sistema de signos baseado em discurso do ódio, em que a aversão ao *outro* assume formas de conteúdo como a discriminação e o preconceito social, racial, de gênero e classe. Por meio disso, a classe dirigente mobiliza um sentimento que está vinculado à experiência de recalque e ressentimento derivados de um modo de vida que só pode ser efetivado pelo dinheiro, em uma sociedade cada vez mais sem acesso a empregos e salários. O contexto social é de perda do vínculo com um projeto de futuro, em um modelo de sociedade que nada mais tem a oferecer para o conjunto da população (DANTAS, 2020; SODRÉ, 2018).

Na perspectiva da vivência prática das classes populares, a observação é de um aprofundamento da carestia e uma decadência no modo de vida em razão do desemprego e da

perda do poder de compra, na falta de perspectiva de um projeto de desenvolvimento pessoal e profissional e na decadência do acesso a serviços básicos como saúde, educação, moradia e alimentação (SODRÉ, 2018; DANTAS, 2020).

O discurso do ódio é um conteúdo ético difundido por um trabalho de comunicação que envolve o cotidiano dos sujeitos, que é organizado e difundido de maneira profissionalizada. As interações provocadas pelo discurso do ódio são mediadas não apenas pela racionalidade, mas por meio de vínculos metacomunicativos, interacionais, afetivos, simbólicos e estratégias sensíveis, cujo papel do trabalho sínico em sua produção e difusão, sobretudo na internet, é bastante notável (SODRÉ, 2018; DANTAS, 2020).

Gerar confusões, criar mecanismos de distração ou fazer “cortina de fumaça” garantem a produção e consolidação da forma e do conteúdo odioso, tendo o espaço da internet como *lócus* privilegiado. Por esse motivo, podemos afirmar que é um trabalho semiótico de produção e difusão de significados da vida social que canaliza a raiva e frustração em um *Outro* genérico — que se particulariza e se expressa nos atos de violência e genocídio diante nas minorias sociais e da população negra e periférica.

Fake news, disparos massivos de mensagens via aplicativos, embaralhamento da realidade, discursos ambíguos e anti-científicos são algumas das técnicas coletivas e comunitárias de linguagem usadas para difundir essa visão de mundo — propriamente ideológica — serve ao Estado no momento de crise do capital, momento em que se expandem as formas de acumulação primitiva, não tendo, as classes dirigentes, nenhuma estratégia de concessão a fazer para as classes subalternas. Vemos os agentes do Estado aprofundarem a violência e coerção como estratégia na gestão das populações (MENEGAT, 2019).

A produção de *fake news* como trabalho comunicacional gera receitas tanto por explorarem o trabalho comunicativo e semiótico que a produz, quanto por criarem uma forma da comunicação social necessária à contenção das crises. Novamente aqui observamos tanto um processo comunicativo que é processo de valorização do capital, quanto um processo comunicativo adequado ao processo de trabalho e de consumo — como processo de valorização do capital.

Para as plataformas, importa o dado que possa ser extraído de uma mensagem qualquer, não o conteúdo da mensagem. Para ela, é indiferente que se trate de mensagem de amor ou ódio, puritana ou pornográfica, de esquerda ou direita, anti-racista ou racista — tudo é fonte de dados. O único filtro é o algoritmo que busca as conexões entre mensagens que possam gerar receitas e aumentar os lucros a serem pagos aos sócios e demais instituições financeiras que investem no negócio. Foi o que Breitbart, Bannon e alguns outros descobriram: poderiam contar com os próprios algoritmos para "impulsionar"

suas mensagens de recalque e ódio, localizar seguidores e novos "influenciadores", mobilizar o lumpensinato proletário ou empresarial para as causas do "povo". (DANTAS, 2020, p. 20).

Trago esse exemplo, pois ele permite que observemos a dimensão do trabalho e das técnicas de comunicação (e não apenas dos meios digitais de comunicação), uma vez que a explicação sobre o discurso do ódio permite explicitar que não se trata apenas de um procedimento racional e consciente de eficácia na transmissão de mensagens. Mas sim de uma forma expressiva e semiótica que organiza o significado e a compreensão acerca dos problemas sociais vivenciados pelas classes subalternas.

Ela é efetivada por um trabalho intelectual de produção de sentidos — que simboliza as vivências e as percepções em signos comunicáveis — e é distribuída e socializada por um conjunto de estratégias. Seu conteúdo “naturaliza a sonegação quase como um ‘direito’. A partir daí, o seu individualismo naturalizará muitas outras infrações e desvios sociais”. (DANTAS, 2020, p. 11, grifo do autor).

NOTAS PARA CONCLUIR PARTE I

Observada como uma atividade, a comunicação possui um papel existencial (organizativo) na relação entre humanidade e natureza, tendo influência no processo global de conhecimento social. Trata-se de uma relação que possibilita a aquisição de dados cognoscitivos sobre a realidade, dados que orientam a prática social e a existência humana (ROSSI-LANDI, 1985; FIGARO, 2007; SODRÉ, 2014; DANTAS, 2012, 2018; LEONTIEV, 1994).

Observada como um trabalho, destacamos que o desenvolvimento da necessidade de comunicação configurou um conjunto de produtos, técnicas coletivas e comunitárias de linguagem, que na totalidade pode ser analisado por um sistema de signos. Tal sistema, como demonstramos, é composto por formas de conteúdo — temas e dados destacados pela humanidade em relação à sua existência social e de formas de expressão (ROSSI-LANDI, 1985; BAKHTIN, 1997, 2006).

Nesta tese, identifico três principais formas do conteúdo. O conteúdo estético, que está ligado à forma como uma sociedade satisfaz suas necessidades sociais, configurando os valores de uso e organizando o consumo das mercadorias. O conteúdo técnico-científico, que está ligado às aprendizagens e aos conhecimentos efetivos do trabalho, permitindo que a sociedade desenvolva produtos e processos que garantem a sobrevivência. E o conteúdo ético-político, que está ligado ao universo de valores sociais, da conduta humana e das visões de mundo que orientam o comportamento, na busca pelo consenso ou pela desinformação.

No curso da organização social, a humanidade produziu diversas formas de exteriorização da sua atividade e, atualmente, no modo de vida e de produção do capital, destacamos dois vínculos sem os quais não é possível o desenvolvimento humano: o vínculo com as estruturas produtivas e com as superestruturas simbólicas. Todo sujeito, sendo sujeito, está imbricado em ambas as formas externas da atividade social (MARX, 2011; MARX; ENGELS, 2007).

Analisamos criticamente que, nos estudos sobre o tema, a superestrutura fora identificada como *imediatamente* igual às formas da consciência social, e as formas estruturais foram observadas como *sujeitos* que determinam a superestrutura e, portanto, que determinam as formas da consciência social. Destacamos que, para complexificar essa análise, é necessário observar que tipo de artefato realiza o vínculo entre ambas as esferas, momento em que identificamos que a linguagem e o sistema de signos, fruto da atividade e do trabalho linguísticos, realizam tal mediação. Aqui comparece a relação triádica e mediada entre

linguagem e formas da consciência, superestrutura simbólica e estrutura produtiva (ROSSI-LANDI, 1985; BAKHTIN, 1997, 2006). Destacamos ainda que, com a complexificação das relações sociais, a linguagem e os signos tornam-se a forma conceitual de objetivação do vínculo coletivo, devendo ser analisadas no contexto de um modo de vida e de um modo de produção realmente existentes, sendo fruto de uma forma de organizar um processo específico de trabalho e de consumo social.

Na sociedade das mercadorias, em razão da existência da apropriação privada dos meios coletivos de produção, ocorre um tensionamento acerca da organização do trabalho e do consumo social, existindo uma relação de conflito entre as classes sociais. O grupo que detém a maior parte da riqueza e a propriedade dos meios de produção e comunicação — as classes dirigentes — explora o trabalho e organiza o consumo das classes subalternas, de modo a garantir a produção de riqueza e a acumulação privada do excedente social, constituindo um modo de vida degradante para o conjunto da população.

Nesta análise, enfatizei o aspecto simbólico dessa relação, observando que a estrutura produtiva baseada na propriedade privada tem como sua forma de expressão o signo da mercadoria, que reflete e refrata o conjunto das relações sociais. Uma forma simbólica que, apesar de desejarmos e sonharmos outros futuros, não é possível se desvincular, a não ser de forma esporádica (MARX, 2011; DANTAS, 2012, 2018).

O signo da mercadoria, como mediação da lógica produtiva e simbólica da atividade social, constitui uma forma de consciência caracterizada como estranhamento e reificação, marcada pela fragmentação da experiência individual e pelo dinheiro como vínculo universal das relações sociais entre as pessoas (MARX, 2011; GOLDMAN, 1979). Nessa experiência concreta, constituem-se formas simbólicas de interação social que têm como formas de expressão a experiência da individualidade alheia de si e do outro, a experiência de igualdade e liberdade a partir da forma mercadoria que determina nossa atividade no mundo, seja no mundo da produção ou no mundo do consumo (DANTAS, 2012, 2018).

Esse aspecto total da vida é identificado por Antônio Gramsci (2012) como uma forma de organizar a cultura e o trabalho e a existência de um exercício de poder, explicado pelo conceito de hegemonia. A hegemonia se realiza nas diversas esferas do modo de vida e de produção e, conforme destacamos, tem na forma de organização do trabalho social o seu fundamento (DEL ROIO, 2018; DIAS, 1999).

Observamos, contudo, que essa realidade se configurou deste modo por um processo histórico, e que as classes subalternas têm mobilizado — desde o início da sua constituição

enquanto classe que vive do trabalho — formas de confronto e tensionamento, direcionadas à ruptura da forma capitalista da produção. Por esse motivo, analisei o aspecto comunicacional presente na luta de classes, destacando as análises sobre o conceito de hegemonia, demonstrando suas reflexões acerca das formas e dos conteúdos de comunicação que os grupos subalternos e dirigentes mobilizam na organização do trabalho e da cultura das sociedades.

Distingui a existência de uma dualidade de perspectivas sobre o tema, que ainda hoje pode ser observada. A dualidade entre grupos das classes subalternas que mobilizam o diálogo a partir de frias exposições conceituais *versus* outros grupos que mobilizam o aspecto simbólico, lançando mão de formas de expressão míticas e simbólicas. Uma vez tendo observado que o ser humano apreende a realidade a partir de ambas as formas de comunicação — e que, sobretudo, as classes dirigentes mobilizam a totalidade dessas formas —, destacamos que é preciso que nos apropriemos de ambas as técnicas coletivas e comunitárias da linguagem social.

Para observar isso de maneira empírica, parti da observação do conjunto de estratégias de comunicação desenvolvidas pelo Movimento dos Pequenos Agricultores, com os grupos de diálogo com os quais estabelece vínculos — o campesinato, a sociedade civil em geral e o Estado. Nessa primeira parte, observei a importância do trabalho de comunicação que ocorre nos processos políticos-econômicos desenvolvidos pelo movimento em torno do processo de organização da produção alimentar. E identifiquei alguns elementos propriamente semióticos, que estão ligados à afirmação da palavra campesinato, ou à organização do conceito de Sistema de Abastecimento Alimentar (SAAP).

Partindo do concreto aparente, retorno, na Parte II, à observação sobre o tema para retomar a análise a partir do concreto pensado, e observo o aspecto comunicacional e semiótico presente na luta de classes que envolve o campesinato e as classes dirigentes brasileiras. E, sobretudo, partindo do surgimento e perseguição das Ligas Camponesas e o processo de modernização conservadora no Brasil, culminando na organização de uma nova palavra política, o agronegócio (BRUNO, 2010).

Minha ênfase recai sobre as formas do conteúdo e de expressão que são mobilizadas no contexto da luta de classes. Procuro demonstrar o sistema de signos como forma de expressão da dialética entre as estruturas produtivas e simbólicas da questão, demonstrando tanto as formas com as quais as classes dirigentes o constituem, quanto como as classes subalternas resistem, fazendo existir outros modos de produção e de vida, promovendo outras formas de organização do trabalho e da cultura, estabelecendo atividades de comunicação no mundo da

vida e no mundo da produção, dando ênfase àquelas que ocorrem, sobretudo, no mundo do trabalho, entendido como o fundamento último por onde a hegemonia se concretiza.

PARTE II

ENTRE A COVA E O BERÇO: HEGEMONIA E TRABALHO DE COMUNICAÇÃO NA LUTA DE CLASSES DO CAMPO

ANDANÇAS E ENSINANÇAS

A metáfora *entre a cova e o berço* presente no título da Parte II desta tese é uma referência a uma visita à roça de um agricultor experimentador¹⁶ no agreste de Sergipe, na região nordeste do Brasil. Foi no ano de 2010 que visitei o Sistema Agroflorestal (SAF) de Seu Negão, como é conhecido Sr. Ivanilson Leal Santos, assentado do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no assentamento Paulo Freire II, na cidade de Salgado. Ele nos apresentou seu SAF conquistado na luta pela terra e pela reforma agrária do MST, SAF que ele conceituou como Roça do Futuro.

Para chegar na *Roça do Futuro* do Seu Negão, cruzamos o litoral da pacata capital de Aracaju, em Sergipe, passamos pela rodovia Chico Mendes, cruzamos o território ao mesmo tempo rural e urbano da comunidade de Areia Branca e seguimos navegando por uma ponte sobre o rio Vaza Barris, que tem nome de comunicador, ponte Joel Silveira, que fazia a comunicação entre um lado e o outro daquela zona de manguezal.

A paisagem ia se modificando, até vermos ficar para trás o asfalto cinza e surgir o chão amarelinho da piçarra. Um sol brilhava em um céu azul limpo. Fomos em direção ao Seu Negão, porque ele tinha um tipo particular de laranja que remetia a vários significados da memória afetiva da minha madrinha Meroca. Era a laranja de umbigo. Uma variedade da espécie *Citrus sinensis*, praticamente extinta na região em razão da prática predatória da monocultura do agronegócio, que logrou impor nas áreas agricultáveis dos laranjais uma única variedade de laranja, a laranja péra¹⁷.

O cheiro do mar começava a se misturar com o cheiro da roça, enquanto íamos penetrando cada vez mais na estrada verde-alaranjada que nos levaria até o quintal do Seu Negão. Na beira do caminho que adentrávamos, a paisagem ia se transformando. Barraquinhas

¹⁶ O conceito de agricultor experimentador pressupõe o reconhecimento do aspecto inventivo e inovador dos saberes, técnicas e tecnologias existentes nas atividades de trabalho do campesinato. Trata-se de um termo bastante utilizado no campo da agroecologia, com ocorrência de eventos e simpósios sobre tal tema. Para aprofundamento, ALVES, N. SOUZA, N. **REDE DE AGRICULTORES-EXPERIMENTADORES: a transição agroecológica como tema gerador da pesquisa-ação.** Área Temática - Abordagem Sistêmica em Processos Produtivos. In: Relatório de atividades do (Edital CT-Agro/MCT/MDA/CNPq nº 022/2004 de Apoio a Projetos de Tecnologias Apropriadas à Agricultura Familiar).

¹⁷ CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz; SOUZA, Fernanda. Alternativas de organizações nas comunidades rurais. In: **Observatório Geográfico América Latina.** Disponível em: <http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Geografiasocioeconomica/Geografiarural/12.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2021.

de frutas da restinga e da Mata Atlântica, como a mangaba, o murici, o cambuí e o cambucá, substituía as casas de veraneio que ia ficando longe.

Chegando lá, ouvimos histórias sobre a vida e o trabalho contadas pelo Seu Negão: como fazer o controle de pragas com extrato de neem, o tipo adequado de material para fazer o enxerto da laranja, como plantar a melancia protegida pela manipueira, o caldo restante da prensa da mandioca usada pra fazer farinha. Me lembro de estar sentada no quintal produtivo do Sistema Agroflorestal (SAF) do Seu Negão, ajustando uma câmara de filmar ainda analógica para enquadrá-lo (se é que é possível enquadrar tanta biodiversidade) e ouvi-lo comunicar suas atividades de trabalho.

Aquela que me chamou mais atenção foi a relação de oposição que Seu Negão fez entre o *berço* e a *cova*. A afirmação enfática de que o espaço feito para o plantio de uma planta não deveria ser nomeado com a palavra *cova*, e sim com a palavra *berço* era justificada pela razão de o que estava sendo plantado ali geraria abundância e vida e, portanto, melhor não usar a palavra *cova*. “*Cova é pra enterrar defunto*”, explicou Seu Negão. “*Se a gente está plantando, a gente quer vida, então vamos chamar de berço*”, concluiu com um sorriso.

Quase 10 anos depois, a relação metafórica entre a *cova* e o *berço* emergiu em minha memória durante o estudo coletivo que fazíamos do livro *O Conceito de Tecnologia* (PINTO, 2005) realizado no grupo de pesquisa Commarx, coordenado pelo professor Marcos Dantas. Estudávamos a seção *A semântica da técnica. A técnica como adjetivo* (PINTO, 2005, p. 174-185). As reflexões de Vieira Pinto em torno da articulação entre técnica, comunicação e palavra arrancou da minha memória a oposição entre *berço* e *cova* que o Seu Negão dera naquela visita ao Assentamento Paulo Freire II.

O projeto semântico-técnico do Seu Negão (e não somente dele, mas construção social das experiências do movimento camponês) se opunha à técnica que vem sendo empregada há séculos nos processos de dominação social do campesinato. O procedimento de antagonizar as palavras *berço* e *cova* foi um artefato de comunicação utilizado pelo agricultor para indicar a prescrição ética e técnica de seu trabalho. Uma expressão da unidade dialética entre os artefatos linguísticos e produtivos, entre as atividades de linguagem e de trabalho.

A escolha da palavra que comunica o sentido ético, estético e técnico sobre o ato de plantar é um trabalho de comunicação e sintetiza e resume a minha perspectiva nesta tese. Seu Negão, ao selecionar as palavras que usa para conceituar seu trabalho, se opõe à fetichização da técnica e da linguagem.

Quando uma família tem um filho, ela não compra um berço bem bonito, e deixa ele bem arrumadinho? O carinho da planta é o berço, que chamam de cova. Mas a cova é pra enterrar defunto... se a gente tá plantando, a gente quer vida, então vamos chamar de berço... o importante de tudo é o berço, que chamam de cova, mas é berço. (ROÇA do Futuro, 2010).

A história do Seu Negão sobre a cova e o berço ficou como registro em minha mente e transformou-se até em um documentário¹⁸ (bastante amador). Com o passar do tempo, comprehendi que aquela oposição linguística e aquele trabalho de comunicação não haviam sido inventados pelo Seu Negão. O conteúdo expresso por aquele agricultor experimentador falava sobre a *forma movimento* (CARVALHO, 2018) do MST, falava sobre uma síntese coletiva da percepção em relação ao manejo da terra sob a perspectiva técnica, estética e ética do movimento camponês, uma oposição às relações predatórias do agronegócio produtoras de monoculturas da mente (SHIVA, 2002).

Cova e Berço, procedimento de antagonismo de conteúdos que expõe a oposição ao latifúndio/agronegócio. Na práxis do trabalho junto ao campesinato, observei ainda que esse antagonismo carrega outras tensões, a exemplo de uma negação por parte de alguns camponeses acerca do conceito de berço, uma vez que "os mais velhos" – adjetivo que está contextualizado como "os mais sábios" – e "os tradicionais" entendem e praticam com mais frequência o uso da palavra cova. Também ouvi relatos de situações de subordinação do sujeito camponês efetivadas por intelectuais ou assessores técnicos, que criticavam aqueles que ainda usam a palavra *cova*.

Esse breve exemplo busca ilustrar um pouco da minha abordagem comunicacional, observando a homologia existente entre linguagem e trabalho, bem como os conflitos que se expressam no trabalho de comunicação que produz palavras e signos, nesses artefatos que usamos para estabelecer a comunicação. Nesta Parte II deste trabalho, enfatizo o trabalho de comunicação que observei no contexto da luta de classes do campo, observando o sistema de signos como a forma de expressão que media as esferas estruturais e superestruturais.

Minha abordagem apresenta uma breve reflexão sobre a renda fundiária e o papel da agricultura no capitalismo. Em seguida, a partir da chamada Revolução Verde, observo algumas particularidades desse fato no Brasil e demonstro alguns aspectos semióticos ligados ao

¹⁸ A ROÇA do Futuro. Direção: Bruna Távora, Marcos Duarte e Mary Barreto. Salgado (SE), 2010. 15 min. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=1m2oncZWoHo&fbclid=IwAR3DKKnMmq1FrOsIwkcwlW0bmN_3PKvBF5w7KembJdFA3eb6TlBghzdt38. Acesso em: 19 set. 2020

fenômeno. Por fim, com ênfase na práxis do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), situo o contexto das economias populares para, em seguida, demonstrar o trabalho de comunicação e seus resultados, que foram observados no contexto da experiência intitulada Sistema de Abastecimento Alimentar Popular (SAAP) do MPA que ocorre no estado do Rio de Janeiro. Essa observação foi realizada em dois momentos: de 2018 a 2020 e entre 2020 e 2022.

5 A LUTA CONTRA A ECONOMIA NATURAL E AS ORIGENS AGRÁRIAS DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

A expropriação das populações camponesas está na gênese do fenômeno que instaura a atividade capitalista da produção social. Primeiro dos camponeses ingleses e, em seguida e ao mesmo tempo, dos indígenas, povos nativos, aborígenes etc. dos países colonizados. Desde então, figura no processo de acumulação do capital a expropriação de pessoas de suas terras e territórios, uma ação que garante os processos de reprodução ampliada do sistema capitalista (LUXEMBURGO, 1979; WOOD, 2000; MARX, 2017).

A expropriação e o desenvolvimento desse sistema, no início da chamada acumulação primitiva, foram feitos de modo bastante heterogêneo ao redor do globo. Sua instauração configura uma relação dialética entre estrutura e superestrutura social, provocando uma ligação orgânica entre o modo de vida e de produção e a fusão de estratégias coercitivas, consensuais, patriarcais, violentas, comunicacionais e culturais em um robusto modo de produção que fortifica a hegemonia das classes dirigentes (GRAMSCI, 2012; WOOD, 2000).

Nesse contexto, e dentre a diversidade de características, está a expulsão de massas de camponeses de seus territórios, a transformação nas formas culturais de produção, a difusão do modo de vida urbano e do progresso, além da apropriação privada das terras comunais (LUXEMBURGO, 1979; MARX, 2017; FEDERICI, 2019; WOOD, 2000).

O mecanismo inicial consistiu em converter a população do campo em trabalhadores livres de meios de subsistência, constituindo assim um contingente populacional que já não tinha acesso aos meios de produção que lhes garantissem a vida. Esses grupos migram e são expulsos para os centros urbanos em processos de industrialização. Ao analisar esse fenômeno, Marx (2017; 1974) observa que tanto a renda sobre essas terras, quanto a apropriação da mais-valia do trabalho que começa a se proletarizar serão finalidades da lógica da acumulação capitalista que se estrutura.

Os métodos citados pelos autores envolvem violência política, como as revoluções burguesas e a pressão fiscal do Estado; estratégias religiosas, como a Inquisição e a caça às bruxas; conversão do papel da mulher à função privada da reprodução social. Conta ainda com a combinação desse tipo de violência com fatores estritamente econômicos, como embargos e boicotes às nações que não aderem aos países hegemônicos e com fatores comunicacionais, como a difusão de palavras e a organização de conceitos que melhor se adaptavam à fase capitalista da produção social (FEDERICI, 2019; MARX, 2017; WOOD, 2000).

Em um texto analítico acerca das origens agrárias do capitalismo, Ellen Wood (2000) faz uma ampla observação acerca das modificações da sociedade rural inglesa, destacando a introdução de inovações que modificaram formas milenares e imemoriais de cultivo e a alteração das relações sociais de propriedade sobre as terras. Nesse aspecto, ela faz um destaque para a difusão e a etimologia da palavra *melhoramento*, que no contexto inglês foi largamente utilizada no âmbito jurídico para promover e justificar a legalização da propriedade privada. No contexto utilizado, melhorar a produção incluía aumentar e concentrar a propriedade privada, eliminando antigos costumes e práticas, e sua raiz está ligada ao lucro monetário e à produtividade da agricultura.

Ela explica que as práticas tradicionais e o uso costumeiro e coletivo das terras eram confrontados mediante o conceito de melhoramento da produção. Uma larga literatura foi produzida para difundir e explicar o conceito de melhoramento, sempre contextualizada para explicar e consolidar novas formas e concepções sobre propriedade privada da terra (WOOD, 2000).

As pressões para transformar a natureza da propriedade manifestaram-se de diversas maneiras, na teoria e na prática. Elas são detectáveis nos casos surgidos nos tribunais, nos conflitos a propósito de direitos específicos de apropriação de parcelas das terras comunais ou de alguma terra particular sobre a qual mais de uma pessoa tinha direito de uso. Nesses casos, as práticas costumeiras e a posse frequentemente eram confrontadas com os princípios dos "melhoramentos" – e os magistrados muitas vezes davam ganho de causa às reclamações baseadas no argumento do "melhoramento", considerando-as legítimas contra direitos costumeiros que existiam há mais tempo do que a memória alcança. [...] Um proprietário (ou senhor de terra) empenhado em realizar "melhoramentos" fundamenta seu direito à propriedade não pelo trabalho direto, mas pela exploração produtiva da sua terra pelo trabalho de outras pessoas. Terras sem "melhoramentos", terra que não se torna produtiva e lucrativa (como, por exemplo, as terras indígenas nas Américas) constituem desperdício, e como tal, estabelecem o direito e até mesmo o dever de aqueles decididos a melhorá-las se apropriem dela. A mesma ética dos melhoramentos podia ser usada para justificar certos tipos de expropriação não apenas nas colônias, mas na metrópole inglesa. (WOOD, 2000, p. 21-22).

Por meio desse conjunto de estratégias, proprietários antigos e novos lograram converter as terras comunais em propriedades privadas, realizando os cercamentos por meio coercitivo e jurídico, assim coroando o domínio burguês e a subsunção das terras ao novo modo de produção.

No livro terceiro d'O Capital, *O processo global de produção capitalista*, Marx (1974) realiza uma reflexão sobre a renda da terra e demonstra, na gênese do capitalismo, as tendências

e elementos concretos da apropriação privada da condição fundiária. Vejamos uma citação em que ele observa que a condição prévia do capital é a conversão de agricultores em trabalhadores agrícolas e a exploração da agricultura por pelo menos duas classes: o capitalista arrendatário e o proprietário da terra.

A condição prévia do modo capitalista de produção, portanto, é esta: os agricultores efetivos são trabalhadores agrícolas, empregados por um capitalista, o arrendatário, que explora a agricultura como campo particular de aplicação de capital, como investimento de seu capital numa esfera particular de produção. Esse capitalista arrendatário paga ao proprietário das terras, ao dono do solo que explora, em prazos fixados, digamos, por ano quantia contratualmente estipulada (como o prestatário de capital dinheiro paga determinado juro) pelo consentimento de empregar seu capital nesse campo especial de produção. **Chama-se essa quantia de renda fundiária, e tanto faz que seja paga por terra lavradia, ou por terreno de construção, mina, pesca, florestas, etc.** Esse pagamento se efetua durante todo o período em que o proprietário contratualmente emprestou, alugou o solo ao arrendatário. Assim, a renda fundiária é a forma em que se realiza economicamente, se valoriza a propriedade fundiária. Demais, temos aí reunidas e em confronte, as três classes que constituem o quadro da sociedade moderna – o trabalhador assalariado, o capitalista industrial e o proprietário da terra. (MARX, 1974, p. 710, grifo meu).

Nesse trecho, podemos observar a configuração dessa classe de proprietários de terra que passa a extrair renda da terra e dos bens naturais comuns, a partir do aluguel a um terceiro que organiza a exploração da natureza e da força de trabalho daquele local. Desde então, pois, refratada pelo signo da mercadoria, terra e recursos naturais são cada vez mais significadas como *matéria-prima industrial*, indivíduos como força de trabalho, e ambos subsumidos à relação social hegemonizada pelo capitalista. “Capital-lucro (lucro do empresário + juro), terra-renda fundiária, trabalho-salário, esta é a fórmula trinitária em que se encerram todos os mistérios do processo social de produção.” (MARX, 1974, p. 935). As reflexões do autor deixam entrever a tendência da reprodução capitalista, que consiste em transformar e expropriar os camponeses e populações de seus territórios, tornando-os trabalhadores assalariados ou exército de reserva industrial ao longo do processo de configuração dessas relações econômicas.

Rosa Luxemburgo (1979; 1990) ampliou a percepção marxiana sobre esse tema ao observar que a chamada acumulação primitiva não era um fenômeno do início do capitalismo, mas um fenômeno que consiste na essência desse modo de produção, sendo, portanto, uma ação contínua e constante no modo de existência do capital. Nos termos da autora, as relações capitalistas instauram uma luta contra a economia natural, luta que ocorre em diferentes locais e em distintas fases da consolidação desse sistema.

Sua principal característica consiste na destruição de formas não capitalistas da atividade social e na ampliação da função da mercadoria e da reprodução do mais-valor para áreas cada vez mais distintas do planeta e da vida. De forma geral, Luxemburgo (1979) destaca que esse processo se dá por meio da violência, pela destruição da unidade formal da entidade político-social existente no território, por um notável militarismo ascendente e pela conversão de terras comunais em terras privadas.

Como exemplo, ela destaca o capital inglês que converteu a Índia em capitalista, a partir da combinação da violência com arbitrariedades jurídicas — como a nomeação de dirigentes políticos como proprietários de terras coletivas. Ela também destaca a instauração de um clima de confusão social e política, a legalização judicial do roubo das terras comunais e a fragmentação das unidades locais. “Na confusão e anarquia que seguem, os capitalistas ingleses souberam fazer parar em suas mãos parte apreciável de terras.” (LUXEMBURGO, 1979, p. 256). A operação ocorreu por meio de falcatrusas e falsificações, que deixaram a população na miséria, e foi acompanhada de empréstimos a juros impagáveis com o consequente endividamento.

O capital europeu assumiu o roubo de terras e o saque generalizado nas colônias asiáticas, latino-americanas e africanas. Como resultados, Luxemburgo (1979) destaca a decadência das plantações de alimentos e de outros itens para a subsistência, o aumento da pressão fiscal sobre os Estados locais e a imposição de indenizações impagáveis de guerra. Ao analisar a conjuntura de sua época, a autora observa que, não apenas em sua gênese, mas sobretudo no momento em que vige a forma imperialista da acumulação, a lógica consiste em provocar a decadência de formas não mercantis ainda existentes e em centralizar e concentrar aquelas já subsumidas, assim efetivando a reprodução ampliada do capitalismo.

A cada nova crise, está presente a ação de avançar em territórios e setores ainda não subsumidos aos ramos ou empresas hegemônicas do sistema capitalista, estas em constante movimento de acumular excedente e concentrar novos ramos de capitais.

A acumulação de capital como um todo, como processo histórico concreto, apresenta, pois, dois aspectos distintos. Um deles desenvolve-se nos **centros produtivos** da mais valia — nas fábricas, nas minas, nas propriedades agrícolas — e no mercado. Vista sob esse ângulo, a acumulação é um processo puramente econômico — cuja fase mais importante se realiza entre os capitalistas e os trabalhadores assalariados e cujas duas fases (no espaço fabril e no mercado) desenvolvem-se exclusivamente dentro dos limites estabelecidos pela troca de mercadorias e pela troca de equivalentes. Nesse nível, a paz, a propriedade e a igualdade reinam como formas e se faz necessária a dialética apurada de uma análise científica para descobrir como, por meio da acumulação, o direito de propriedade se transforma em

apropriação da propriedade alheia, a troca em exploração e a igualdade em dominação de classe. **O outro aspecto da acumulação do capital é o que se verifica entre o capital e as formas de produção não capitalistas. Seu palco é o cenário mundial. Como métodos das políticas coloniais reinam o sistema de empréstimos internacionais, a política das esferas de influência e as guerras.** Aí a violência aberta, a fraude, a repressão e o saque aparecem sem disfarces, dificultando a descoberta, sob esse emaranhado de atos de violência e provas de força, do desenho das leis severas do processo econômico. [...] [Assim] ambos os aspectos da reprodução do capital encontram-se interligados organicamente, resultando dessa união a trajetória histórica do capital. (LUXEMBURGO, 1979, p. 308-309, grifo meu).

Pela citação, podemos observar a distinção entre mecanismos de acumulação que se dão nos centros produtivos do capitalismo e nas "outras regiões", em que ainda são observadas formas de produção não capitalistas. No exemplo, ela se refere à expansão colonial e à ação dos países colonizadores nos continentes africano, asiático e latino-americano.

Ela analisa que, quando Marx está refletindo sobre o conceito de reprodução ampliada, ele não se refere apenas a uma relação entre setores (de produção e distribuição), mas também a uma relação de setores capitalistas e não capitalistas no quadro de uma economia mundializada. Nesse sentido, para a autora, a acumulação de capital é o “processo de troca de elementos que se realiza entre os modos de produção capitalista e não capitalista”. (LUXEMBURGO, 1979, p. 285). Para Rosa, aqui se inaugura a fase imperialista de acumulação de capital, com a concorrência internacional.

Segundo a autora, a acumulação e a reprodução ampliada se desenvolvem autonomamente, se interligam a partir da concorrência e dos empréstimos internacionais e se concretizam com a formalização jurídica das dívidas públicas nacionais. Assim, ocorre o que ela chama de um “estranho comércio” que corresponde ao mesmo país conceder empréstimos a outros Estados nacionais para que estes paguem por mercadorias que esses mesmos países comercializavam. Ela explica que isso é um procedimento que permanece e continua caracterizando o período de expansão e acumulação do capital, “essa relação estranha constitui um dos fundamentos mais importantes da acumulação [...] repete-se regularmente antes de cada crise”. (LUXEMBURGO, 1979, p. 290). Os exemplos dados são desde bens de consumo, mas também bens de produção como ferro, máquinas e carvão.

Os empréstimos públicos vinculados à construção de ferrovias e ao equipamento militar acompanham todos os estágios da acumulação de capital: introdução da economia mercantil, industrialização dos países e a revolução capitalista da agricultura, bem como a emancipação dos novos estados capitalistas. As funções do empréstimo na acumulação de capital são múltiplas. Serve para: transformação (em capital) do dinheiro de camadas

não-capitalistas, de dinheiro em equivalente de mercadorias (economia da pequena classe média), de dinheiro em fundo de consumo dos dependentes da classe capitalista, transformação do capital dinheiro em capital produtivo (ferrovias e armamento), ou para a transferência de capital acumulado das antigas nações capitalistas para as novas. (LUXEMBURGO, 1979, p. 288).

Rosa descreve o seguinte esquema: a mais-valia produzida nos países centrais, e que não pode ser capitalizada naqueles países, é redirecionada para países dependentes por meio de ferrovias, centrais hidráulicas, indústria de mineração. Para isso, máquinas e material necessário são comprados e pagos nos próprios países. Essa mais-valia “tem que materializar-se neles antes de entrar em ação”. (LUXEMBURGO, 1979, p. 293). A mais-valia compra novos meios de produção para reiniciar *ad infinitum* o processo de extração de mais-valor.

O capital ocioso não tivera nenhuma possibilidade de acumulação no país de origem, já que lá não havia a necessidade de produtos excedentes. Nas relações imperialistas, contudo, onde ainda não havia produção capitalista desenvolvida, surge uma nova demanda em camadas não capitalistas – ou ela se cria de forma violenta. E é exatamente isso, ou seja, a transferência do usufruto e produtos para outros, que é decisivo para o capital. A autora afirma que, com isso, há o súbito surgimento de um comércio intenso. Empréstimos externos e investimentos de capital feitos em sociedades anônimas estrangeiras nas ferrovias ou mineradoras são a melhor ilustração crítica do esquema marxista de acumulação. [...] Apenas o aparecimento de novas regiões e culturas pré-capitalistas poderia criar, para o capital, um círculo mais amplo de consumo e a possibilidade de uma reprodução ampliada, ou de acumulação, em outras palavras. (LUXEMBURGO, 1979, p. 293-294).

5.1 Destrução, Resistência e Recriação do Campesinato: A Subsunção da Agricultura à Indústria

Rosa (1979, p. 271) destaca e comenta o caso dos Estados Unidos da América, que configurou o “capítulo final” na luta contra a economia natural, processo que será reproduzido e ampliado para os países colonizados e dependentes, permitindo consolidar a “separação que se processa entre a agricultura e a indústria, da exclusão da indústria rural da economia camponesa”. Com o desenvolvimento da produção industrial, a ocupação agrícola é subsumida a ela como produtora exclusiva de matéria-prima, passando a estar sob hegemonia do empresariado urbano-industrial. Com isso, o tempo dedicado pelas famílias camponesas à produção do artesanato de subsistência é cada vez menor. O procedimento padrão do capital, que é converter todos os cidadãos em compradores de mercadorias, reduziu a economia camponesa ao ramo *stricto senso* da agricultura, acabando com a produção artesanal de

subsistência e impondo uma superioridade técnica da produção fabril que torna inviável a produção agrícola na estrutura da chamada economia natural.

Nesse sentido, as aprendizagens técnicas que permitiam a produção de utensílios para o uso das famílias e, assim, dispensavam a compra de mercadorias, foram sendo abandonadas, ao mesmo tempo em que eram deixadas (expropriadas) também as terras. A instalação de fábricas de transformação de matérias-primas acelerou a expropriação de saberes e terras dos povos que viviam na economia natural.

Ao analisar sua expressão mais desenvolvida, o caso norte-americano, Luxemburgo (1979) afirma que se trata de uma segunda fase do desenvolvimento da acumulação. Isso veio acompanhado de aumento exorbitante dos impostos, de um alto processo de mecanização do campo, da ampliação de ferrovias e do desenvolvimento de meios de transporte que, somados à política alfandegária, aos protecionismos e aos impostos, ampliaram a especulação sobre a renda da terra. Com isso, fez surgir grandes patrimônios privados, relações ultra-flexíveis de trabalho e um tipo de concorrência assimétrica, “forçava-se a abandonar a produção de subsistência e produzir exclusivamente para o mercado”. (LUXEMBURGO, 1979, p. 281). A estratégia é comprar o máximo de terras comunais, concentrando e centralizando a propriedade da terra.¹⁹

Isso arruinou também o artesanato autônomo, destruiu meios de subsistência, converteu a natureza em matéria-prima e as populações em força de trabalho. Nesse momento, Rosa (1979, p. 285) conclui que o capital vive de formas econômicas não-capitalistas, necessitando obrigatoriamente do meio não-capitalista para a acumulação, “dele carece como meio nutriente, à custa do qual a acumulação realiza-se por absorção”.

Nesse ponto, Rosa (1979) elabora uma interlocução com Karl Marx. Ela recupera a hipótese sobre o esquema de acumulação sintetizado pelo autor comunista — a de que o capitalismo levará ao absoluto domínio de todos os povos e ramos produtivos — e diz que esta não é uma hipótese geral, mas sim uma “tendência histórica e objetiva do movimento de acumulação”. É também uma síntese, um “resultado teórico final”.

Rosa (1979) destaca que, em decorrência do avanço para todas as formas não capitalistas de reprodução social, chegará o momento em que não haverá mais para onde

¹⁹ No caso brasileiro, isso é observado na disputa de hegemonia entre Portugal e Inglaterra, no processo que tem expressão na Lei de Terras de 1850, que prepara a propriedade privada burguesa da terra no Brasil e culmina com a extinção formal do trabalho escravo em 1888. No país, a exploração do setor agrário integrado à acumulação de capital tem sua primeira expressão nos latifundiários, interessados na mineração, na produção do leite, do café, na extração da madeira (DELGADO, 2005).

avançar. Não havendo a possibilidade de acumulação – condição básica para a existência do capitalismo – está posto o fim da produção capitalista, momento em que ela afirma a célebre frase: *"Socialismo ou Barbárie"*. Trata-se, para a autora, de um movimento contraditório da fase imperialista “um período final da trajetória histórica do capital”.

A partir da observação da totalidade da expansão do modo de produção capitalista, Löwy (2009) destaca que ao radicalizar a apropriação da categoria marxiana da totalidade, Rosa Luxemburgo observa o desenvolvimento contraditório das relações capitalistas que cria e recria relações não capitalistas de produção, e tende à barbárie. Na obra da autora, todavia, essas relações não aparecem alheias ao capitalismo, mas se inserem de modo total e contraditório nos processos de produção e reprodução ampliada do capital.

No interior de cada país industrial europeu, a produção capitalista reprime constantemente a pequena produção camponesa e artesanal. Ao mesmo tempo, ela integra todos os países menos desenvolvidos da Europa, todos os países da América, da Ásia, da África, da Austrália, à economia mundial. Tal integração ocorre de duas maneiras: pelo comércio mundial e pelas conquistas coloniais. Ambos começaram juntos, desde a descoberta da América, no final do século XV, e se expandiram ao longo dos séculos posteriores. O apogeu desses processos ocorre, sobretudo, no século XIX e continua a se desenvolver. Comércio mundial e conquistas coloniais agem conjuntamente e colocam os países capitalistas industriais da Europa em contato com toda a sorte de formas de sociedade de outras partes do mundo, com formas de economia e de civilização mais antigas, economias escravagistas rurais, economias feudais e principalmente economias comunistas primitivas. (LUXEMBURGO, 1990, p. 345).

Nesse aspecto, essa imbricada relação entre estruturas capitalistas e não-capitalistas de produção não pode ser observada como uma debilidade do processo produtivo do capital, mas sim como uma particularidade da reprodução ampliada desse sistema. Deste modo, observamos que, tanto na gênese, quanto de maneira reatualizada, a lógica da reprodução – e sobretudo na fase imperialista – consiste em uma busca incessante por valores de uso, territórios, técnicas e tecnologias ainda não subsumidas ao valor de troca, os quais estabelecem relações de expansão e destruição violenta de formas existentes de relações não mercantis.

Por este prisma, o que explica a recriação e a resistência de formas não capitalistas de produção, incluindo as camponesas, é, contraditoriamente, a necessidade da reprodução ampliada do capital. De maneira contraditória, ao mesmo tempo que expropria e destrói esses modos de vida e de produção, faz com que por diversos motivos – incluindo a total falta da assistência social – essas relações sejam recriadas pela absoluta necessidade de permanecer vivos, mantendo processos de trabalho que têm como finalidade a produção de alimentos e do

artesanato que garantem o acesso a bens que mantêm a reprodução da vida camponesa. Além disso, ocorre também a resistência camponesa vinculada a um processo de luta política anticapitalista, sempre destacando o conjunto de limitações estruturais para que isso ocorra, e enfatizando a barbárie por meio da qual isso se realiza.

Löwy (2009; 2000) observa que, ao refletir sobre esses elementos, Rosa possibilita uma articulação entre as lutas e resistências anticolonialistas e anti-imperialistas como potencialmente lutas anticapitalistas, fato que será comprovado ao longo do século XX diante da eclosão de um conjunto de resistências e movimentos de libertação nacional. O autor destaca que, com isso, Rosa elabora uma crítica à noção linear de progresso que esteve presente na chamada II Internacional, que aventava o fim gradual do capitalismo e a inexorabilidade do progresso em direção ao socialismo.

Na perspectiva da luta socialista, essa noção linear culminou em táticas políticas que aventavam a extinção radical de formas “não-capitalistas” de produção e de trabalho (sobretudo as camponesas), difundindo a necessidade de transformar um conjunto diverso de populações e culturas – principalmente dos países da periferia – em proletários, para em seguida realizar a revolução social. Tais elementos serão analisados nos chamados escritos tardios de Marx, sobretudo acerca de sua análise sobre o processo revolucionário russo (SHANIN, 2017).

Acerca dessa temática, os autores do Sul Global têm importantes contribuições. Em linhas gerais, observam a resistência ao processo de proletarização como uma marca da conformação do capitalismo na periferia do sistema, destacando os movimentos de libertação nacional contra o imperialismo – e cuja presença camponesa é marcante – observados em Cuba, China e Vietnã; além dos movimentos de independência na Argélia e no Congo, as lutas socialistas em Angola e Moçambique (PRASHAD, 2022). E, no caso latino-americano, as Ligas Camponesas, os seringueiros na Amazônia brasileira, o zapatismo mexicano ou as recentes lutas contra a privatização da água e do gás na Bolívia.

Esse destaque é fundamental para pensarmos o caso brasileiro, pois a América Latina e o Brasil se encontram nessa posição geopolítica, em que ainda são observadas – sobretudo na permanência do campesinato latino-americano e toda sua diversidade: os indígenas, os quilombolas, os ribeirinhos, entre outros – terras públicas comunais e grupos e comunidades que, ainda que de maneira limitada, se põe em luta contra o avanço do capitalismo, organizando diversos tipos de resistências e subsistências. Nesse contexto, o campesinato ocupa uma função de classe social (SHANIN, 2017).

A particularidade da expansão capitalista em formações sociais como a brasileira se dá

de forma bastante complexa, tendo consequências devastadoras para as populações camponesas, indígenas e outros povos do campo, das águas e da floresta, com um acentuado racismo ambiental e estrutural.

Ao analisar o capitalismo dos países dependentes, Jaime Osório (2012) observa a existência de um padrão de reprodução do capital em que a América Latina assume o padrão exportador de especialização produtiva. Sua característica consiste em processos industriais frágeis ou de baixa intensidade tecnológica – como enlatar peixes ou embalar frutas, processar grãos e matérias-primas para óleos e uma incipiente produção automobilística – e apoia-se sobre a extração de matérias-primas agrícolas, minerais ou de energia e alimentos.

A região permanece um grande abastecedor de matérias-primas e alimentos para o mercado mundial. Por fim, é notório o peso, entre os principais bens de exportação, dos produtos com vantagens naturais, como petróleo, minérios e bens agrícolas, aos quais se agregam bens provenientes das atividades de montagem da produção de automóveis e eletrônica, todas com uma débil incorporação tecnológica. [...] Esses novos eixos constituem, em geral, segmentos de grandes cadeias produtivas globais, sob direção do capital transnacional, que já não obedecem a projetos nacionais de desenvolvimento, sendo o capital mundial, ao contrário, o que define que nichos privilegiar, e impulsionar nas economias específicas. Nas novas condições, **até o imaginário despertado com a industrialização em torno da produção sob direção local e com respostas a necessidades nacionais acabou por ser derrubado.** (OSÓRIO, 2012, p. 115, grifo meu).

Observamos na citação do autor a centralidade da exploração do capital em minérios e bens agrícolas, bens encontrados nos territórios onde vive e mora o campesinato do Brasil e que são extraídos de modo subsumidos às cadeias transnacionais e globais. Esse aspecto impõe uma intensa mercantilização da natureza e é realizado por meio de formas coercitivas que envolve estratégias jurídicas, violentas e até mesmo comunicacionais. Notemos que, ao analisar esse contexto, o autor também se refere ao aspecto superestrutural da luta política, demonstrando que até mesmo o imaginário em torno de uma direção local – que expressou os interesses das classes dirigentes de outrora e foi fruto de um trabalho de comunicação que teve como finalidade a constituição da noção de identidade nacional – “acabou por ser derrubado”.

O autor também caracteriza a força de trabalho nesse contexto, informando que, em países dependentes, o rebaixamento do valor da força de trabalho cumpre a função de ampliar os processos de acumulação dos países imperialistas, uma vez que a produção de mercadorias pode ser realizada com ampliação da extração da mais valia. Nesse aspecto, ele caracteriza o contexto com a ocorrência de uma superexploração da força de trabalho (OSÓRIO, 2012).

Acompanhando as reflexões dos autores da teoria da dependência, Borja (2022)

apresenta que a superexploração da força de trabalho está ligada ao modo de vida e da cultura e, no contexto da América Latina, será realizada também por meio da degradação das formas de vida e da cultura popular das classes subalternas. No Brasil, a configuração de um particular modo de vida está vinculada com a estruturação de um tipo de racismo estrutural, com função de rebaixar o valor da força de trabalho, fortificando a hegemonia desse padrão de reprodução do capital.

No contexto do campesinato brasileiro, a articulação do signo do atraso ao seu modo de vida e de produção, o fortalecimento da imagem do Jeca Tatu para se referir ao conjunto dos povos do campo, além da instauração de um modo de produção que provoca a obsolescência de seus conhecimentos são importantes estratégias na perspectiva semiótica que cumprem a função referida por Borja (2022). No próximo item, veremos como a articulação entre formas de conteúdos e formas de expressão foi sendo organizada e difundida no desenvolvimento desse padrão de reprodução no Brasil.

6 REVOLUÇÃO VERDE E MONOCULTURAS DA MENTE: UMA ANÁLISE SEMIÓTICA

Muitas são as estratégias de hegemonia da classe dirigente para com o conjunto da população que compõe a classe subalterna nas periferias e centros do capitalismo. Certamente, cada área do conhecimento tem um inventário a fazer acerca do tema, e eu não tenho pretensão de esgotar as diversas formas por intermédio das quais a burguesia imperialista realiza essa dominação. Minha abordagem terá enfoque na análise e caracterização do trabalho semiótico que é posto em prática para o desenvolvimento da Revolução Verde, de modo que seja possível caracterizar a expressão hegemônica desse setor, para em seguida apresentar a estratégia política do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) que antagoniza com a estratégia mais geral do capital.

No aspecto semiótico, a metáfora da Monocultura da Mente, cunhada pela ativista ambiental e autora indiana Vandana Shiva (2002), é uma forma de expressão do vínculo hegemônico que a burguesia capitalista impõe ao campesinato. Já em seu conceito, *Revolução Verde*, é possível fazer um destaque sínico, uma vez que o uso da cor verde está em oposição à cor vermelha, signo dos movimentos comunistas e independentistas que vinham agitando países como Cuba, China e Vietnã, com soluções radicalmente diferentes para as populações do campo que, no Brasil, se agitavam por meio da bandeira da reforma agrária e contra os latifúndios.

A Revolução Verde representa o processo de radicalização da subsunção da agricultura à indústria, sobretudo nos países dependentes. Em uma perspectiva semiótica, destaco que a estratégia combinou uma comunicação cotidiana do mundo do trabalho de produção agrícola, discursos sobre o trabalho nos meios de comunicação e a significação e conceituação da natureza como matéria-prima. Esse conjunto de conteúdos e formas de expressão efetivaram o signo da mercadoria sobre a natureza, buscando conformar conteúdos técnico-científicos (aprendizagens), conteúdos éticos (visões de mundo) e conteúdos estéticos (valores de uso e formas de satisfação de necessidades sociais) úteis ao projeto capitalista para as áreas rurais.

Na perspectiva do trabalho linguístico, Shiva (2002, p. 28) destaca o esforço na difusão de “categorias fragmentadas [que] faz com que os olhos se fechem para espaços inteiros que o saber local comprehende”.

Segundo a perspectiva monocultural da mente, a produtividade e as safras parecem aumentar quando a diversidade é eliminada e substituída pela uniformidade. Porém, segundo a perspectiva da diversidade, as monoculturas

levam ao declínio da safra e da produtividade. São sistemas empobrecidos qualitativamente e quantitativamente. Também são sistemas instáveis e carentes de sustentabilidade. As monoculturas disseminam-se não por aumentar a produção, mas por aumentar o controle. (SHIVA, 2002, p.17-18).

Na perspectiva do processo produtivo, a Revolução Verde se ancorou na substituição de rotação de culturas de cereais, sementes oleaginosas e legumes produzidos para a subsistência alimentar e energética, pela produção e extração extensiva da madeira, plantio de milho, de arroz e de trigo produzidos com insumos intensivos, irrigação em larga escala, produtos químicos e pesticida (SHIVA, 2002). Na perspectiva das relações políticas, figura a perseguição aos movimentos camponeses resistentes e o consequente processo de urbanização e industrialização em todo o mundo.

Vandana Shiva (2002) elabora uma crítica aos conteúdos produzidos nesse contexto, demonstrando que se tratou da generalização e massificação do conhecimento industrial, apresentado por empresas e Estados nacionais, como algo acima da cultura e da política. Essa lógica de produção estimulou técnicas poupadouras de força de trabalho e canalizou a criatividade humana para a lógica da agricultura capitalista. Seu sistema de signos é caracterizado pela homogeneização dos padrões de consumo e de trabalho. O trabalho linguístico e de comunicação realizado consiste em uma argumentação lógica que exclui e subjuga os saberes de povos e comunidades tradicionais, culminando com a erosão da biodiversidade cultural e ecológica da natureza e do conhecimento do campesinato expropriado (SHIVA, 2002).

As estratégias da Revolução Verde envolveram acordos de cooperação entre governos e organismos internacionais, além da violência a partir da expropriação de terras e o genocídio das populações do campo. Ao mesmo tempo, a forma e o conteúdo do saber prático e cotidiano do campesinato foram experienciados como inadequados e atrasados, pois, em relação aos meios de produção hegemônicos da racionalidade instrumental para o campo, realmente passaram a figurar dessa forma (SHIVA, 2003; FURTADO, 2008).

Apesar do poder econômico e político do empresariado latifundiário, são destacáveis os processos de resistência do campesinato – seja diretamente, seja mantendo vivas as formas milenares de produção. Em termos do campesinato mundial, Shiva (2002) dá como exemplo a manutenção das sementes crioulas, ação que atualmente veio culminar em uma importante bandeira de luta como forma de antagonismo das sementes transgênicas. Ela destaca que as sementes crioulas carregam “em si” significados críticos para pensar a natureza e produzir socialmente os alimentos e outras matérias-primas essenciais à vida.

Nos termos da autora, se trata da insurreição do saber que vem sendo subjugado por uma colonização intelectual e cultural, que combina poderosos meios de comunicação com formas de organização até mesmo do gosto alimentar, numa escalada que envolve a construção da formação cognitiva e biológica do conjunto da sociedade.

Nesse contexto, a autora aponta o imperativo ético de uma democratização do conhecimento, que redefina o sentido de *local* e de *diversidade* vinculando-os a valores que subsidiam outra proposta societária, no sentido de liberar “o saber da dependência de formas estabelecidas do pensamento, tornando-o simultaneamente mais autônomo e autêntico” (SHIVA, 2002, p. 81).

A Revolução Verde, na perspectiva semiótica, consistiu na associação do ambiente rural e do campesinato ao signo do atraso, e na significação de comidas e insumos tradicionais como “cereais inferiores” ou “ervas daninhas”. No modo de produção monocultural, o aumento da safra está vinculado à uniformidade da produção. Por seu turno, essa uniformidade degrada os ecossistemas e o gênero humano, uma vez que provoca a erosão da biosfera e de conhecimentos que têm vínculo não mercantil com a natureza.

Por este motivo, podemos destacar que a autora entende que monoculturas são fontes de escassez e pobreza produtiva e comunicacional, uma vez que sua lógica de produção está imbricada no contexto de devastação, da colonização e da expropriação de territórios e conhecimentos. Dentre os resultados, está o desaparecimento de sistemas locais de trabalho, de conhecimento, de produção e de consumo. Nesse aspecto, a expressão dessa modernização conservadora e violenta direcionada aos grupos camponeses influenciou não apenas o êxodo e a migração para as cidades, mas também constituiu aprendizagens técnicas de produção alimentar e energética, baseadas em pacotes tecnológicos de sementes modificadas, insumos e agrotóxicos.

O sistema de signos dominante da Revolução Verde expressa e consolida a subsunção do valor de uso da natureza ao seu valor de troca e provoca o apagamento de um espaço cognitivo, que dentre as consequências resulta no ocultamento da utilidade da natureza e da terra para a produção de alimentos, moradia e itens de subsistência. Deste modo, “os sistemas de saber que nasceram da capacidade que a floresta tem de fornecer alimento são, por conseguinte, eclipsados e finalmente destruídos, tanto pelo descaso quanto pela agressão” (SHIVA, 2002, p. 28).

Em seu início, o conteúdo dessa propaganda esteve ligado à rentabilidade da silvicultura industrial, requerida pela demanda industrial do uso da polpa do eucalipto para a produção de

papel, a biomassa de seu tronco para produção de carvão, além de usos diversos na construção civil. Também envolveu a introdução de conhecimentos técnicos de uso de sementes transgênicas de Variedade de Alto Rendimento (VAR) de trigo, milho e outros cereais fundamentais nas práticas alimentares, influenciando a dependência da produção associada com agrotóxicos (SHIVA, 2002; BELTRAN, 1971).

Ainda na perspectiva do trabalho semiótico, podemos destacar a observação de Shiva (2002) acerca da existência e utilização de “afirmações científicas bombásticas” sobre fatores bióticos e climáticos, com o intuito de realizar a conversão produtiva de ricas florestas naturais em monoculturas de eucalipto e outras plantas. Um conjunto vasto de profissionais e trabalhadores foram formados para a atuação nessa lógica produtiva. Engenheiros, trabalhadores intelectuais da indústria dos diversos ramos e dos diversos cursos universitários, assessores técnicos de diversas áreas, além de profissionais da televisão, do rádio e da publicidade estiveram empenhados em organizar, de maneira recíproca, um sistema de signos correspondente.

Na perspectiva da organização de um sistema de significações em relação à natureza, o produto comunicacional e linguístico desse trabalho vinculou a floresta e os espaços agricultáveis de produção de alimentos à dicotomia artificial entre “silvicultura” e “agricultura”. Nesse sistema de significações, árvore passou a ser significada como carvão e como madeira, apesar de que, para as comunidades que vivem nesses territórios, a árvore tem sido utilizada como biomassa, tem fins religiosos (como lugar de habitação e culto místico), e é utilizada na produção de forragens, medicação e bioinssumos (SHIVA, 2002).

Assim, os conteúdos ético-políticos e técnico-científicos ligados ao vínculo com a natureza pelo seu valor de uso são, ao mesmo tempo, tornados obsoletos e expropriados. O padrão de produção hegemônico se baseia na apropriação privada desses saberes e terá sua forma de expressão em um sistema de signos e uma racionalidade antagônica a esses conhecimentos, que, apesar disso, serão apropriados e reinseridos em lógicas produtivas privadas e expropriadas via mecanismos jurídicos de propriedade intelectual e/ou renda informacional (SHIVA, 2002; DANTAS, 2008).

Também no caso brasileiro, este é o mecanismo que caracteriza o projeto das classes dirigentes para o campesinato. Celso Furtado (2008) nos lembra que a modernização conservadora operou uma verdadeira mediocrização da sabedoria das classes subalternas dos países periféricos. E, acrescento, terá como forma de expressão um reforço robusto do signo do atraso vinculado ao campesinato.

Positivismo, verificacionismo e falsificacionismo caracterizam as formas do conteúdo científico da estratégia disseminada por técnicas coletivas e comunitárias de linguagem complexas, como a difusão de *broadcasts*, a instauração da comunicação direta com as famílias camponesas por meio das assessorias técnicas e a difusão da visão de mundo de que o “saber científico” das classes dirigentes é superior e que o conhecimento do camponês é atrasado (FREIRE, 1983).

Outro conteúdo fortemente mobilizado na imposição da Revolução Verde foi sua suposta capacidade de solucionar a problemática da fome, ainda que – de maneira hipócrita – operava, ao mesmo tempo, a expulsão de populações inteiras de seus territórios, empobrecendo e expropriando sistematicamente o campesinato, até ser impossível permanecer naqueles locais (SHIVA, 2002). O trabalho de organização semiótica dos apologetas mobilizou frases como “introduzir ordem no caos” e converteu em “ervas daninha” muitos dos alimentos e matérias-primas utilizadas na confecção de itens com valores de usos comunitários, ampliando e justificando o modo de produção extensivo baseado em agrotóxicos e venenos.

Quando o que é útil e o que não é útil é algo determinado unilateralmente, todos os outros sistemas de determinação de valores são derrubados. **Declarar que uma espécie útil em nível local é uma erva-daninha é outro aspecto da política de extinção, pelo qual o espaço do saber local definha até desaparecer.** O campo de visão unidimensional do sistema dominante percebe somente um valor, aquele baseado no mercado e essa percepção gera práticas de silvicultura e agricultura que tem por objetivo maximizar esse valor. Relacionado com a destruição da diversidade como algo sem valor temos a inevitabilidade da monocultura como único sistema produtivo e de rendimento elevado. (SHIVA, 2002, p. 42, grifo nosso).

Na citação da autora, é elucidativa a estratégia semiótica e linguística que está organicamente vinculada ao modo de produção da Revolução Verde. Quando ela observa a estratégia em transformar a utilidade social de um alimento com valor de uso local em uma *erva daninha*, podemos destacar a relação imbricada em produção e consumo, elucidando o aspecto orgânico entre modo de vida e modo de produção, que corresponde à definição dos valores de uso dos bens disponíveis na sociedade.

Ao extinguir – por um processo concreto e produtivo da relação social – alguns valores de uso e realizar a constituição de outros, a lógica monocultural reordena o conhecimento sobre a terra, a vida, o alimento e o campesinato. Shiva (2003) apresenta um conjunto de exemplos, dentre os quais destaco o trabalho linguístico e produtivo de tornar obsoleto o uso da semente de painço cultivado por mulheres de Garhwal, território indiano localizado no estado de Uttarakhand. Essa cultura teve seu sentido atribuído como praga e, paulatinamente, foi sendo

combatida com a importação de agrotóxicos e herbicidas. Na perspectiva do consumo, a diminuição das áreas plantadas para subsistência veio acompanhada do estímulo a um padrão alimentar monocultural, baseado na introdução de alimentos industrializados no hábito cultural das populações.

6.1 A Revolução Verde no Brasil

A instauração da Revolução Verde no Brasil — e em toda América Latina — veio acompanhada de forte amparo dos meios de comunicação e educação em geral, tendo sido mobilizados o rádio e a televisão tanto para a difusão publicitária quanto propagandista. Com a mensagem combinada entre acabar com a fome, aumentar a produtividade e perseguir os comunistas — discursos que são recorrentemente atualizados —, ocorreu a associação do modo de vida do campo com o atraso, e do modo de vida urbano ao progresso, mobilizando conceitos como produtividade, melhoramento e desenvolvimento tecnológico (FURTADO, 2008; FREIRE, 1983). Aqui observamos uma forma brasileira de introdução simultânea de um modo de vida e de um modo de produção, tal qual Gramsci (2012) observou na constituição do Americanismo-Fordismo, em que se dá a modernização da agricultura e a consolidação do modo de vida e de produção do capitalismo dependente.

Nessa seção, destaco a funcionalidade do trabalho linguístico e de comunicação na mobilização e ontologia do sujeito rural e urbano adequado a essa modernização conservadora. Paulo Freire (1983) e Sônia Mendonça (2010) observam que a estratégia brasileira é baseada em assistência técnica, financeira e extensão rural, e tem forte presença dos aparelhos privados de hegemonia do patronato rural. Contou ainda com a força dos meios de comunicação *broadcast*, que foram fundamentais na difusão da publicidade para a aceleração dos alimentos tornados mercadoria e na promoção de um modo de vida subsumido a esse padrão técnico, estético e ético (FONTENELLE, 2002; KRAUSER, 2019). Sua constituição definitiva é o padrão de exportação de especialização produtiva no contexto da América Latina (OSÓRIO, 2012).

O padrão pressupõe a modernização e importação do consumo privado e público do Estado, das elites e das classes médias, a transformação e importação de técnicas de produção e de bens de consumo produtivos, com ênfase em agropecuária (soja, milho, carne bovina), extrativismo de ferro e minérios e bens processados a base de petróleo, soja, café, cana-de-

açúcar, trigo e milho (FURTADO, 2008; OSÓRIO, 2012). Isso ocorreu combinando com uma forma de comunicação no contexto do trabalho que foi caracterizada por Paulo Freire (1983) como comunicação bancária. Aqui podemos destacar tanto aquelas implementadas pela nascente Indústria Cultural – com notável uso do rádio –, quanto as interações face a face e a comunicação do mundo do trabalho realizadas pelas assessorias técnicas e cooperativas empresariais junto às famílias campesinas.

Ainda na perspectiva comunicacional, fez parte da estratégia da Revolução Verde enfraquecer os vínculos de comunicação existentes entre os diversos movimentos sociais²⁰ e campesinos que vinham se organizando no campo e subsumir essa comunicação aos aparelhos privados de hegemonia que as classes dirigentes organizavam, tendo à época a hegemonia da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e a Sociedade Rural Brasileira (MENDONÇA, 2010). Acompanhando as reflexões de Rossi-Landi (1985), observo que são técnicas coletivas e comunitárias de linguagem implementadas por um trabalho linguístico que, dentre as finalidades, consta aquela de associar o campesinato ao signo do atraso.

Na arena de lutas que é a constituição do sistema de signos e significações de uma sociedade, o grupo com maior poder econômico tem maior possibilidade de tornar universais os meios de produção e de expressão, bem como suas formas de conteúdo e suas formas de expressão. Assim, logra conformar um sistema de signos coeso – apesar de sempre conflituoso – que medeia as relações entre os modos de vida e os modos de produção.

Considerando o sistema de signos como uma arena de lutas, é importante enfatizar que o contexto foi permeado de conflitos e tensões, e uma delas que ilustra esse fato é a consolidação da imagem do pássaro carcará, apresentada na música homônima de João do Vale, cantada no show Opinião 1964, realizado pelo grupo *Teatro de Arena*. Para intelectuais da época, como Mário Pedrosa, esse seria o verdadeiro hino da revolução camponesa nordestina (RIDENTI, 2014).

Carcará
 Lá no Sertão
 É um bicho que avoa que nem avião
 É um pássaro malvado
 Tem o bico volteado que nem gavião

²⁰ São exemplos as Ligas Camponesas, Associações da Boa Morte e um conjunto diverso de movimentos da Sociedade Civil, como a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab), além de formas de educação e comunicação popular, realizada, por exemplo, pelos Centros Populares de Cultura, ligados à União Nacional dos Estudantes.

Carcará quando vê roça queimada
 Sai voando e cantando
 Carcará

Vai fazer sua caçada
 Carcará
 Come inté cobra queimada
 Mas quando chega o tempo da invernada
 No sertão não tem mais roça queimada
 Carcará mesmo assim não passa fome
 Os burrego que nasce na baixada

Carcará
 Pega, mata e come
 Carcará
 Não vai morrer de fome
 Carcará
 Mais coragem do que homem
 Carcará
 Pega, mata e come

Carcará é malvado, é valentão
 É a águia de lá do meu sertão
 Os burrego novinho num pode andar
 Ele puxa no imbigo inté matar

Carcará
 Pega, mata e come
 Carcará
 Não vai morrer de fome
 Carcará
 Mais coragem do que homem
 Carcará
 Pega, mata e come

Carcará
 Carcará
 Carcará
 Pega, mata e come
 Carcará
 Não vai morrer de fome
 Carcará
 Mais coragem do que homem
 Carcará
 Pega, mata e come

Compositores: João Do Vale / José Cândido

Com a forma estética de um hino, e com um conteúdo que denuncia as mazelas vividas pelo campesinato que migra para a cidade, a música *Carcará* se constituiu como uma forma de expressão que denunciou a dureza e a resistência da experiência do êxodo rural, tendo ficado imortalizada na voz de Maria Bethânia, uma mulher nordestina, ela mesma também uma

migrante.

Por sua vez, Luís Ramiro Beltrán (1993) também observa que os movimentos sociais latino-americanos, principalmente ligados aos movimentos camponeses, organizaram formas complexas de comunicação popular, lançando mão de estratégias culturais que dimensionavam as particularidades das formações nacionais, organizando processos educativos de enfrentamento ao processo da Revolução Verde.

No caso do Brasil, os Centros Populares de Cultura (CPCs) da União Nacional dos Estudantes (UNE) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), além do trabalho religioso dos padres da Teologia da Libertação, promoveram formas de comunicação e expressão que se opunham à centralidade da “ciência verde”, assim mobilizaram técnicas de comunicação popular que envolviam a dimensão simbólica e mítica, conforme consta no léxico de Mariátegui (2005).

Paulo Freire (1983) também foi um importante intelectual que organizou críticas à estratégia produtiva e cultural que estava sendo difundida nas zonas rurais brasileiras, sobrepondo justamente a noção de comunicação à ideia modernizadora de extensão e elucidando o aspecto ontológico e formativo do humano que estava vinculado ao trabalho de comunicação presente nos processos de assistência e extensão técnica que provocaria as transformações. Em seu clássico livro “*Comunicação ou Extensão*” (1983), publicado originalmente em 1969 pelo Instituto de Capacitación e Investigación en Reforma Agraria, em Santiago de Chile, ele caracteriza o modelo de comunicação e de educação que se estabelecem nessas atividades de trabalho como educação bancária, elaborando a crítica à estratégia que consistia na constituição e criação – em uma perspectiva ontológica – de novos sujeitos sociais, de um novo modo de vida e de produção.

Segundo o autor, o objetivo consistia em uma mudança de mentalidade por meio da interação que se dava entre os agrônomos e os camponeses. O conteúdo dessa comunicação foi marcado pela substituição de habilidades e conhecimentos empíricos dos camponeses por técnicas e tecnologias de produção agrícola baseada nos pacotes tecnológicos que anunciam “melhorar” as safras. Para ilustrar seu argumento, Paulo Freire recupera um texto presente na comunicação *Planejamento do trabalho de extensão agrícola*, do Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, Brasil – 1954, que dava orientações sobre como a assessoria técnica deveria ser realizada.

É preciso persuadir as populações rurais a aceitar nossa propaganda e aplicar estas possibilidades [técnicas e econômicas] – é uma tarefa das mais difíceis e esta tarefa é justamente a do extensionista que deve manter contato

permanente com as populações rurais. (MINISTÉRIO *apud* FREIRE, 1983, p. 16).

Aqui observamos a intencionalidade no trabalho de comunicação existente e realizado pelo extensionista e pelo assessor técnico, e seu profundo sentido formativo e ontológico, uma vez que pressupõe a exigência de um contato e uma comunicação permanente, com a finalidade explícita de organizar as relações de trabalho e aplicar os conhecimentos subsumidos à lógica hegemônica da agricultura.

Em seguida, ele reflete sobre a semântica da palavra extensão. Freire (1983) nos lembra que as palavras conceituam e expressam uma visão de mundo e, por meio delas, é possível conhecer os conteúdos dos projetos político-econômico implementados pelos grupos que a utilizam. Sua ênfase, contudo, não está nos significados possíveis das palavras, mas em demonstrar o vínculo real e existente com relações associativas que se desdobram em campos de significados da vida concreta da palavra utilizada.

Por meio dessa análise, ele observa que a palavra extensão, no contexto do projeto da Revolução Verde, é empregada na pragmática da modernização conservadora, e está ligada a uma

Invasão cultural (através do conteúdo levado, que reflete a visão do mundo daqueles que levam, que se superpõe à daqueles que passivamente recebem). Parece-nos, entretanto, que a ação extensionista envolve, qualquer que seja o setor em que se realize, a necessidade que sentem aqueles que a fazem, de ir até a “outra parte do mundo”, considerada inferior, para, à sua maneira, “normalizá-la”. Para fazê-la mais ou menos semelhante a seu mundo. **Daí que, em seu “campo associativo”, o termo extensão se encontre em relação significativa com transmissão, entrega, doação, messianismo, mecanicismo, invasão cultural, manipulação, etc.** E todos estes termos envolvem ações que, transformando o homem em quase “coisa”, o negam como um ser de transformação do mundo. Além de negar, como veremos, a formação e a constituição do conhecimento autênticos. Além de negar a ação e a reflexão verdadeiras àqueles que são objetos de tais ações. (FREIRE, 1983, p. 13, grifo meu).

Em oposição, o educador observa a exigência em manter o vínculo e a comunicação entre as e os camponeses, problematizando a situação concreta, para que, captando-a criticamente, seja possível que o camponês intervenha sobre ela. “Não lhe cabe persuadir nem fazer dos camponeses o papel em branco para sua propaganda. Como educador, se recusa a ‘domesticação’ dos homens, sua tarefa corresponde ao conceito de comunicação, não ao de extensão.” (FREIRE, 1983, p. 14).

Aqui, comparece a noção de comunicação como trabalho e linguagem, ligado à ontologia de um sujeito individual e coletivo, dimensão que tem que ser a diretriz de um processo entre o educador-agrônomo e o campesinato. “No desenvolvimento deste estudo o desastre que é não perceber que, das relações homem-natureza, se constitui o mundo propriamente humano, exclusivo do homem, o mundo da cultura e da história.” (FREIRE, 1983, p. 14).

Assim, a simultaneidade entre cultura e trabalho, modo de vida e modo de produção pode ser apresentada de maneira bastante didática. A relação de trabalho entre o camponês e sua produção, bem como seu convívio com a natureza como fonte de alimento, conhecimento e riqueza é eclipsado em relação às aprendizagens efetivas para o trabalho e aos conteúdos técnico-científicos da ciência hegemônica. Voltemos à reflexão de Vandana Shiva (2003, p. 21):

O desaparecimento do saber local por meio de sua interação com o saber ocidental dominante acontece em muitos planos, por meio de muitos processos. Primeiro fazem o saber local desaparecer simplesmente não o vendo, negando sua existência. Isso é muito fácil para o olhar distante do sistema dominante de globalização.

É preciso destacar, contudo, que não aventamos que o campesinato vivia em condições idílicas. Conforme demonstramos por meio de Rosa Luxemburgo (1979), o processo que culmina no imperialismo é forjado na violência, na expropriação e na pauperização dos grupos camponeses. A Revolução Verde é implementada sob a visão de mundo de “solucionar” as limitações técnicas do campesinato, sistematicamente empobrecido. É uma resposta às mobilizações dos movimentos de trabalhadores e lavradores que resistiam ao modelo de agricultura industrial intensiva e reivindicavam reforma agrária.

Valter Silva (2014), intelectual orgânico do MPA, em seu livro *Classe camponesa: modo de ser, de viver e de produzir* observa o impacto dessa estratégia no campesinato brasileiro.

Nos anos 70, com o advento da chamada “Revolução Verde”, houve todo um processo de propaganda, crédito, assistência técnica, ensino técnico, dias de campo, etc., com o objetivo de “ensinar” os camponeses a serem “modernos”, a assumirem novas técnicas. Este processo fez com que as famílias camponesas fossem perdendo sua identidade e autonomia, tornando-se cada vez mais dependente de crédito, de insumos, de assistência técnica e dos mercados. (SILVA, 2014, p. 15)

Deste modo, observamos que o sistema de signos da monocultura é exclusivista, violento e degrada o saber tradicional que é, historicamente, conhecedor de estratégias de

sobrevivência não mercantis. Com isso, faz desaparecer as aprendizagens que permitem o uso integral da terra e a obtenção do alimento, item tão vital para a existência, assim fazendo desaparecer o modo de vida do campesinato.

6.1.1 Trabalho de comunicação e revolução verde

Na perspectiva das técnicas coletivas e comunitárias de linguagem e nas formas da comunicação das classes dirigentes com as classes subalternas, observamos que o momento da Revolução Verde no Brasil coincide com o surgimento da chamada Indústria Cultural e ocorre na consolidação do capitalismo monopolista no país. Nesse contexto, os mecanismos superestruturais ligados à “batalha de ideias”, em termos gramscianos, passam a ser implementados pela mediação das empresas privadas de informação, comunicação e cultura (TÁVORA, 2015; BOLAÑO, 2000).

A Indústria Cultural se empenhou em difundir visões de mundo para implementar a organização de uma cultura capaz de reorganizar os modos de vida das classes subalternas, buscando a adesão e a conformação das classes trabalhadoras ao modo de vida urbano. Isso contou com a mobilização e a apropriação de trabalhadores culturais e das culturas populares, e teve como intuito elaborar uma “formação humana para o capital” capaz de integrar, de modo cada vez menos problemático, ex-campões e ex-escravizados ao processo produtivo do trabalho urbano (COUTINHO, 2011; TÁVORA, 2015; BOLAÑO, 2000).

No país, a Indústria Cultural tem sua culminância e monopolização – com forte apoio da ditadura militar – no momento de consolidação da televisão em meados dos anos 60. Anteriormente, rádio, imprensa de massa e até mesmo o cinema já vinham cumprindo a função da mediação social. A principal empresa privada de mídia que mais se destaca no cumprimento dessa função foi a Rede Globo de Televisão, que se tornou propriamente um partido político, mediando e organizando as funções de Publicidade e de Propaganda (ORTIZ, 2006; BOLAÑO, 2004; TÁVORA, 2015).

O esforço do governo militar em garantir a chegada da televisão nas cidades rurais é outro exemplo da centralidade da comunicação nessa estratégia. Em 1968, com a implantação estatal do Sistema Nacional de Telecomunicações, da Rede Nacional de Micro-ondas da Embratel e do sistema de transmissão via satélite, é nacionalizada uma programação televisiva, e constitui-se uma sofisticada estrutura de comunicação e diálogo, “consolidando” o papel da

empresa privada de mídia na função da mediação social (BOLAÑO, 2004; ORTIZ, 2006; TÁVORA, 2015).

Marcados pela ideologia da integração e da segurança nacional, são exemplos tanto as empresas estatais, a Embratur (1966) e a Embrafilme (1969), quanto o crescimento acelerado de empresas privadas de mídia, como a editora Abril e a TV Globo.

64 inaugura um período de enorme repressão política e ideológica, mas significa também a emergência de um mercado que incorpora em seu seio tanto as empresas privadas como as instituições governamentais. Durante o período 64-80 ocorre uma formidável expansão, a nível da produção, da distribuição e do consumo de bens culturais. É nesta fase que se dá a consolidação dos grandes conglomerados que controlam os meios de comunicação de massa no país. (ORTIZ, 2006, p. 84).

Essa política possibilitou a constituição de um mercado cultural de dimensão nacionalizada, responsável por um projeto cultural capitaneado pelas empresas culturais de comunicação e cultura (televisão, disco etc.) e favorecido pelo apoio do Estado, investidor da indústria de telecomunicações e transportes.

Sob muitos e fundamentais aspectos, o golpe de 1964 – e a nova situação que ele instaurou no país – marcou um divisor de águas também na esfera da vida cultural. O ingresso do Brasil na época do capitalismo monopolista de Estado (CME) – ingresso facilitado e impulsionado pelo regime militar – trouxe alterações importantes na esfera da superestrutura, tanto no Estado em sentido restrito quanto no conjunto dos organismos da sociedade civil; e isso não poderia deixar de ter consequências no terreno da produção cultural. (COUTINHO, 1992, p. 53).

No aspecto da relação entre a Indústria Cultural e a alimentação, a transição do modo de vida urbano gerou um conjunto de transformações que foi impactado pela demanda pelo fogão a gás e pela eletricidade nos ambientes domésticos. Débora Oliveira (2010) documenta um conjunto de modificações feitas pela indústria alimentar para transformar os hábitos de consumo e introduzir eletrodomésticos e novos utensílios na dinâmica do modo de vida urbano. Ela destaca, inclusive, a mobilização da visão de mundo em torno do “atraso rural”, vejamos:

Hábitos alimentares formados desde o início da colonização sofrem alterações significativas nesse novo cenário urbano. Alterações sutis em um primeiro momento, sobretudo por pertencerem à esfera doméstica, mas que atingem uma dimensão maior quando olhamos o crescimento da indústria de alimentos **e todo o arsenal de serviços de marketing criados para conquistar seus consumidores.** O modo como o conhecimento culinário era transmitido e praticado sofreu rupturas com a introdução do fogão a gás, dos alimentos industrializados e de eletrodomésticos, dentre outros. Estes novos produtos e equipamentos, por sua vez, desencadearam uma gama de atividades propostas pelos fabricantes para que o público consumidor urbano valorizasse e

dominasse esse novo estilo de vida proposto, com o apelo do moderno e do tecnológico, em contraponto ao “atraso rural”. (OLIVEIRA, 2010, p. 74, grifo meu).

A autora relata transformações, principalmente na produção e confecção de doces caseiros. Um dos exemplos dado por ela é a difusão de livros de receitas e a organização de redes de comunicação entre donas de casa. Esse item teve grande influência de indústrias como Nestlé, e a estratégia nesse âmbito integrou a necessidade do escoamento do leite condensando, a utilização de novos eletrodomésticos e o início do fornecimento do gás de cozinha (OLIVEIRA, 2010). Um destaque é a criação de uma *medida* para se referir à quantidade de alimentos em receitas, baseada no tamanho da lata de leite condensado, que passou a ser indicada como medida para a adição de outros ingredientes.

Figura 9 - Publicidade de Leite Moça, 1970.



Fonte: (OLIVEIRA, 2010, p. 114).

A publicidade se refere aos hábitos alimentares do campesinato, uma vez que os festejos juninos são oriundos da cultura popular desse grupo. Vemos, deste modo, o esforço combinado entre modo de vida, modo de produção e um trabalho de comunicação que busca articular ambas as esferas.

Outro exemplo da relação entre Indústria Cultural e o sistema agroalimentar, modo de vida, signos e modo de produção é a difusão do produto margarina e do óleo industrializado produzidos à base de soja. Alimentos que foram comercializados como um substituto da graxa, da manteiga e da banha de porco e geralmente utilizados para frituras ou preparos de bolo. O exemplo envolve a organização combinada entre a substituição de hábitos alimentares, a

urbanização das cidades e a migração das áreas rurais — onde era possível produzir a gordura animal —, ampliação das áreas produtoras de soja, o êxodo rural e a função da publicidade e dos meios de comunicação de massa.

Sílvio Porto (2022, p. 14), professor e pesquisador da questão alimentar, relata que

o consumo da margarina passou a ser mais estimulado, em termos de saúde pública, do que o consumo de manteiga. Foi comprada a ideia de que a gordura animal gerava problemas de colesterol, um trabalho de pesquisa feito pelos Estados Unidos e encampado pela Associação Médica de Cardiologia, que acabou definindo uma série de tomadas de decisão por parte da Agência Nacional de Alimentação, nos Estados Unidos, com desdobramentos para o mundo inteiro. Aqui no Brasil não foi diferente, se buscarmos na história veremos os trabalhos que foram feitos pela indústria, apoiados pela academia, endossados por pesquisa, por associações médicas, com os próprios médicos sugerindo o uso de margarina em detrimento da gordura animal. Então a população, claro, deixa de comer banha de porco, deixa de comer manteiga oriunda do leite de vaca e passa a comer margarina.

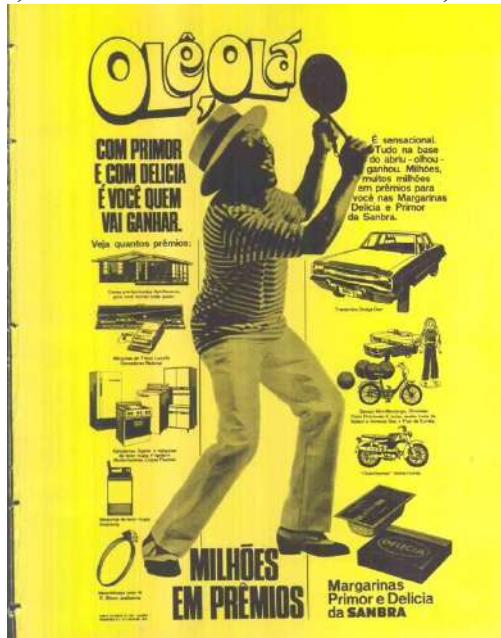
Ele explica o consumo da margarina vinculado à ampliação das plantações de soja. Com o estímulo da política do governo getulista dos anos 1950 e, posteriormente, no quadro de intervenção do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, são ampliadas rodovias, estradas, infraestrutura de energia e comunicação, que promovem a expansão das fronteiras agrícolas. Na época, também são constituídas cooperativas industriais com um corpo técnico que incentivava o uso da soja combinado aos fertilizantes químicos para aumentar a escala e a rentabilidade da terra, sobretudo na época do verão.

Com o reforço do projeto ditatorial nacionalista, é construído o Parque Industrial de Processamento de Óleo existente em São Paulo e no Rio Grande do Sul, é então quando a área plantada de soja ultrapassa a área de trigo. O autor destaca o surgimento da Empresa Brasileira de Agropecuária, em 1973, e da Empresa Brasileira de Assistência Técnica Rural, em 1975, como entidades estatais que mediam o diálogo com a sociedade civil na ampliação da plantação do grão.

A ampliação dessas áreas plantadas da soja tem impacto na introdução alimentar do uso do óleo industrializado e da margarina como gorduras na produção de alimentos, sendo elucidativa a substituição da gordura animal pela gordura vegetal, promovendo a substituição da manteiga e da banha de porco pelo uso da margarina (PORTO, 2022). Além disso, a associação da margarina a um contexto urbano e familiar se tornou tão significativa e popular — tanto que foi cunhada a metáfora “comercial de margarina”, que se refere a uma perfeição inalcançável no contexto doméstico.

Muitos foram os investimentos em publicidade na divulgação desse consumo que, a um só tempo, integrou o abandono de um tipo específico de hábito – a produção e o uso da banha de porco para o cozimento e da manteiga derivada do leite – com a aquisição de um novo item de consumo – a margarina, associada ao contexto urbano. Vejamos numa publicidade promocional de 1969, que mobilizou a referência cultural do samba e o ator Grande Otelo na introdução desse hábito alimentar.

Figura 10: Publicidade Olê, Olá! Com Primor e Com delícia, é você quem vai Ganhar, 1969.



Fonte: Bunge (2011).

Utilizando a roupa de um sambista, simulando o toque em um tamborim representado por uma frigideira e utilizando parte de um samba, *o slogan Olé, Olá! Com Primor e Com delícia, é você que vai ganhar*, é associado ao ator negro Grande Otelo. O alimento foi introduzido por meio de estratégias publicitárias, como as promoções, que forneceram um conjunto de prêmios ligados ao modo de vida urbano-industrial, tais como automóveis e eletrodomésticos, assim ampliando o vínculo da recém sociedade urbano-consumidora com a indústria de alimentos.

A estratégia da introdução da margarina é também relatada em um livro chamado *Caderno de Pesquisa Linha Primor*, um compilado de publicidades da empresa de margarina Primor, organizado pelo Centro de Memória Bunge (2011). O centro abriga um museu que contém a organização da narrativa e das atividades da empresa Sambra, posteriormente adquirida pela Bunge. Nesse material, eles afirmam que a peça publicitária foi:

Inovadora à época, a promoção distribuía “milhões em prêmios” – incluindo casas pré-fabricadas, carros, motocicletas, máquinas de tricô, joias – por meio de vales colocados dentro das embalagens das margarinas. “É tudo na base do abriu, olhou, ganhou”, afirmava o ator Grande Otelo nos comerciais de TV. Para receber os prêmios, o consumidor deveria dirigir-se ao escritório central da Sambra ou a uma das filiais, com o vale em mãos. (BUNGE, 2011, p. 14).²¹

Observando esse aspecto comunicacional da Revolução Verde no Brasil, é elucidativa a reflexão de Vandana Shiva (2003) sobre o estabelecimento de uma ordem e de uma definição acerca dos alimentos que traduzem e ordenam uma visão de mundo, estabelecendo princípios de acesso, modificação e uso alimentar. A escolha e o consumo de alimentos determinados mediam a relação da humanidade com a natureza, em sua forma mais fundamental. A associação de significados dos alimentos e dos conhecimentos de uso não mercantil da natureza a conceitos como “ervas daninhas”, “atrasado”, “folclórico” tem o objetivo de apagá-los do sistema de signos das populações, completando o ciclo da subsunção da totalidade da vida no campo à lógica mercantil, industrial e urbana.

Já na perspectiva da transformação dos modos de consumo e de vida do campesinato, uma rica documentação é organizada por Antônio Cândido em seu trabalho de tese de doutorado em Ciências Sociais apresentado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, intitulada *Os Parceiros do Rio Bonito* (1975). Em linhas gerais, podemos observar a imbricação entre os conteúdos técnico-científico e estéticos, combinados ao conteúdo ético, que é permeado por ideias e visões de mundo que associam o modo de produção camponês ao atraso, assim fomentando formas de satisfação das necessidades que envolvem adotar novos e recorrentes hábitos de consumo modernos, apenas satisfeitos pela mediação da mercadoria de bens industrializados.

A característica mais marcante consistiu em declinar o consumo de itens feitos artesanalmente e produzidos para subsistência, ampliando, por outro lado, o consumo de itens tornados mercadoria. Vejamos nas palavras de Antônio Cândido em sua observação sobre o fumo.

Um exemplo concreto talvez esclareça melhor: o do fumo, que antigamente era cultivado com frequência na horta. Colhido, secavam-se as folhas em jiraus, tiravam-se os talos, enrolava-se e guardava-se para o gasto. A restrição geral imposta às atividades não-comercializáveis atingiu essa prática e poderia servir para explicar o seu desaparecimento. Mas, na verdade é preciso levar em conta um **fator psíquico**. Com efeito, mesmo nos casos em que sabe que

²¹ BUNGE, Centro de Memória. *Caderno de Pesquisa da Primor*. Fundação Bunge, 2011.

poderia obter fumo desta forma, **vemos com frequência o caipira não apenas deixar de repará-lo, como desprezar os que se vendem em lojas, preferindo cigarros de fábrica.** Temos aí a substituição do traço anterior, não apenas pela mudança no ritmo de trabalho e perda de habilitação técnica, mas também por **influxo da relativa importância conferida** pela adoção do novo traço. (CANDIDO, 1975, p. 181, grifo nosso).

O que ele caracteriza como fato psíquico, podemos observar, trata-se da dimensão relativa à construção de valores de uso de objetos que satisfazem necessidades, que combinando modificação no processo produtivo, restrição às atividades não comercializáveis e a atribuição de uma hierarquia de importância a objetos industriais, logra constituir novas formas de satisfação das necessidades sociais e fruição. Neste contexto, o ato de fumar passa a ser efetivado e fruído pela mediação da mercadoria e o valor de uso subsume-se ao valor de troca.

Conforme observamos na citação, esse fato está em relação dialética com a transformação do ritmo de trabalho – e a consequente diminuição do tempo da atividade de trabalho para a produção de objetos úteis à subsistência, assim, “disponibilizando” os trabalhadores para o recente mercado em industrialização, impondo a migração para centros urbanos.

Abaixo, uma publicidade do Cigarro Continental, que vincula o ato de fumar à transformação arquitetônica da cidade.

Figura 11: Panfleto publicitário do Cigarro Continental, 1950.



Fonte: Blog Anos Dourados.

Buscando dialogar com as transformações da cidade, a introdução do hábito de fumar é situada na peça publicitária como algo vinculado ao contexto moderno da urbanização. Vejamos outra peça publicitária da mesma época.

Figura 12: Publicidade Cigarro Lincoln em 1948.



Fonte: Leal (2011).

Nessa publicidade de 1948²², cujo slogan é “*Cigarros Lincoln De ponta a ponta o melhor!*” vemos a expressão da estratégia no conteúdo publicitário e também novamente a contratação de artistas e mediadores culturais das classes populares para estabelecer o vínculo e realizar o trabalho de comunicação com suas audiências. O jogador pernambucano do Vasco, Ademir de Menezes, foi artilheiro da copa de 1950 e campeão do campeonato carioca de 1946-1947. Na imagem, ele aparece fumando o cigarro com uma frase atribuída a ele “*Agora, também fumo Lincoln*”.

A tendência em contratar e incorporar referências e mediadores da cultura popular será uma marca fundamental da Indústria Cultural Brasileira, que desde seu início contará com um conjunto diversificado de trabalhadores da cultura e da comunicação (sambistas, artistas, trabalhadores do circo, dentre outros da cultura popular), numa estratégia que teve sua expressão *broadcast* mais recente no Programa de TV Esquenta (2011-2017), comandado por Regina Casé e transmitido aos domingos na TV Globo (TÁVORA, 2015).

Outro exemplo, este ligado à alimentação, é o uso/apagamento da Taioba (*Xanthosoma sagittifolium Schott*), uma hortaliça que tem textura semelhante à couve e que, neste mesmo

²² LEAL, Bruno. Ascensão e queda da Propaganda Tabagista. In: Blog Café e História. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/ascencao-e-queda-da-propaganda-tabagista/>. Acesso em: 20 dez. 2022.

processo, foi sendo extinta dos mercados, das feiras e das plantações do Brasil. Recentemente, seu uso tem sido estimulado, e assim também o uso de outras plantas, que têm sido denominadas Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs) (PACHECO, 2022), embora o próprio nome venha sendo questionado, uma vez que são plantas tradicionalmente e milenarmente utilizadas pelo campesinato como alimentação. Historicamente, a extinção de plantas e alimentos é, ao mesmo tempo, a extinção de técnicas e tecnologias comunitárias de produção e amplia a subsunção do modo de vida aos mercados monopolistas.

Retomemos a reflexão de Antônio Cândido (1975) para observarmos por uma perspectiva ainda mais cotidiana, vendo o contexto de uma casa e dos objetos e utensílios que compõe a vida doméstica do camponês. Ele observa que as transformações no modo de produção não

poderia deixar de repercutir na esfera da cultura, onde podemos notar a reelaboração de técnicas, práticas e conceitos. [...] Se considerarmos, por exemplo, o equipamento caseiro, não veremos mais as gamelas de raiz de figueira, as vasilhas de porunga, os potes de barro, as colheres de pau, feitas *in loco*. A folha-de-flandres, o ferro, a ágata, o alumínio e a louça começaram a lhes fazer concorrência, até as expulsarem de todo. Até os chapéus e as peneiras de palha, tão fáceis de fabricar, agora são comprados. No domínio da manipulação dos gêneros, é espantosa a rapidez com que vão desaparecendo os recursos locais. Os monjolos d'água são excepcionais; rareiam as prensas e pilões de pé; **desapareceu completamente o fabrico da farinha de mandioca e todo o equipamento correspondente, corriqueiro há meio século e, hoje, desconhecido pela maioria dos caipiras na área estudada [...]. O momento atual se presta, muito bem, para observar como vai minguando determinado equipamento, em face um estádio mais avançado da técnica e dos hábitos criados pela dependência econômica. (CANDIDO, 1975, p. 179, grifo nosso).**

Observamos, na citação do autor, a expressão da relação dialética entre signos, modos de vida e modos de produção, sendo essa uma forma ilustrativa de apresentar a relação entre as transformações das rotinas de trabalho, a introdução de mercadorias e a substituição da produção artesanal vinculada aos valores de uso de itens acessados por meio da compra. Deste modo, identificamos as alterações das relações sociais de produção e reprodução dos territórios rurais e, cada vez mais, a subsunção de unidades camponesas familiares e autônomas à lógica hegemônica da agricultura e da produção capitalistas.

[O] aumento de dependência econômica condiciona um novo ritmo de trabalho: ambos condicionam uma reorganização ecológica, que transforma as relações com o meio e abre caminho para novos ajustes; **este fato provoca alteração no equipamento material e no sistema de crenças e valores**, antes condicionados pela manipulação do meio físico imediato e pelo apego às normas tradicionais. (CANDIDO, 1975, p. 199, grifo nosso).

De modo mais drástico, em um dos muitos trabalhos sobre o tema da fome, Josué de Castro (1966) destaca sua impressão sobre as áreas monoculturais do nordeste. Sua observação, contudo, está enfocada na população que migrou para se instalar no Recife dessa época. Vejamos:

Pensei a princípio que era um triste privilégio desta área onde eu vivo – a área dos mangues. Depois verifiquei que, no cenário de fome do Nordeste, os mangues eram uma verdadeira terra da promissão, que atraía homens vindos de outras áreas de mais fome ainda – das áreas da seca e da monocultura da cana-de-açúcar, **onde a indústria açucareira esmagava, com a mesma indiferença, a cana e o homem, reduzindo tudo a bagaço.** (CASTRO, 1966, s/p., grifo nosso).

O que aqui podemos observar é a articulação entre o aspecto violento e coercitivo ligado à degradação da vida no campo e a expressão disso em um complexo sistema de signos que foi/é difundido por meio do trabalho semiótico e comunicacional que se realiza no conjunto de aparelhos privados de hegemonia, tais como o rádio e a televisão, e também nas escolas de educação, pelas assessorias técnicas e de extensão rural, por intermédio de um amplo processo de comunicação e organização da cultura e dos conteúdos sociais, em sua dimensão ético-política, técnico-científica e estética.

A articulação do campesinato ao signo do atraso se tornou um artefato de comunicação que é uma forma de expressão funcional a esse modelo. A associação do significado do atraso se deu a partir de um trabalho linguístico e semiótico que organizou um sistema de significações mediadoras da dimensão do modo de vida e de produção no contexto da modernização da agricultura brasileira. Acompanhando a proposta epistemológica que apresento nesta tese, essa análise está relacionada ao aspecto dialético entre a dimensão estrutural e superestrutural.

Duas peças publicitárias do produto *Ankilostomina Fontoura* ajudam a ilustrar tal articulação, permitindo que observemos como o campesinato despossado foi recebido pelas modernas cidades, bem como o tipo de persuasão para o consumo dos modernos bens.

Figura 13: Trabalho de comunicação publicitário associava o camponês ao Jeca Tatu atrasado.



Fonte: Blog Propagandas Históricas.

O Jeca Tatu é apresentado como uma pessoa triste e preguiçosa, alguém com potencial de ter doenças, um sujeito sujo e cabisbaixo. Aqui observamos a mobilização de um tipo de racismo étnico-racial como propaganda útil e funcional à função de Publicidade e Propaganda realizada no contexto das recentes Indústrias Culturais. Conforme destacamos, é também nessa época que a publicidade cumprirá um importante papel na reorganização dos modos de vida, seja pela difusão de visões de mundo, seja na introdução de novos produtos a serem consumidos (ARRUDA, 1985).

Figura 14: Trabalho de comunicação publicitário associava o camponês ao Jeca Tatu atrasado.



Fonte: Blog: Propagandas Históricas

O Jeca Tatu é um personagem emblemático na configuração do camponês atrasado. Em razão da utilização desse recurso semiótico no contexto do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), retomarei sua reflexão no próximo capítulo.

Outro exemplo no escopo da Indústria Cultural, esse no âmbito jornalístico, pode ser observado no suplemento semanal da Singra (ed. 2481), do ano de 1969, publicado no Correio da Manhã no Rio de Janeiro sempre às sextas²³. Nessa edição, salta aos olhos a seguinte chamada na capa: “*Técnica vai acabar com a História do Jeca Tatu*”.

²³ Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_07&pagfis=4525&url=http://memoria.bn.br/docreader#. Acesso em: 20 dez. 2022.

Figura 15: Recorte de Jornal do Correio da Manhã, suplemento Singra (1969).



Fonte: Acervo do Museu Nacional.

Na pequena matéria de uma página de dentro do jornal constam 3 fotos. Uma de um casebre feito de pau a pique ou estuque, com a legenda “*Casa nova e confortável para substituir o casebre*”; outra de uma aula de campo em que observamos um técnico conversando com camponeses, com a legenda “*Aprender fazendo, o melhor jeito de ensinar*”; e uma terceira em que vemos pessoas em uma horta, com a legenda “*Aula de horticultura em um Clube 4s em Minas Gerais*”. Pela disposição das imagens, podemos ver primeiro o signo do atraso – a casa de estuque, seguida por uma imagem de produção de alimentos e que se concretiza com uma roda de conversa entre camponeses e agricultores, narrando uma história que começa na foto do atraso e se concretiza no “apoio” das assessorias ao camponês.

No conteúdo do texto noticioso, a defesa da substituição dos modos de vida tradicionais pelas técnicas da modernização conservadora, incluindo a forma de cultivo do café, apoiadas ainda por empréstimos feitos à época pela Caixa Econômica, dão o tom dos benefícios da nova configuração do campo. A identificação de distintos estados (Pernambuco, Minas Gerais, Santa Catarina) deixa entrever que a finalidade está em demonstrar o aspecto nacionalizado da ação. E, ainda, a foto em que observamos um assessor técnico conversando com os camponeses

confirma a dimensão comunicativa empregada na estratégia. Vejamos uma breve citação da matéria:

Em Pernambuco, Santa Catarina e outros Estados, as Associações de Assistência Rural local já estão desenvolvendo atividades junto aos agricultores e pecuaristas, num trabalho de assistência econômica e difusão de ensinamentos. No estado do Espírito Santo, o ACARES está promovendo a feitura de campos demonstrativos de adubação racionais, além da adubação de culturas piloto de café, visando modificar os hábitos empíricos de plantio e o cultivo da rubiácea [...]. Do plano elaborado, consta a organização de núcleo de agricultores e aquisição e manutenção de reprodutores selecionados e da inseminação artificial [...]; os empréstimos feitos por intermédio aos pequenos e médios agricultores, são financiados pela Caixa Econômica Estadual e pelo Banco do Brasil, para pagamentos em prazos dilatados e juros razoáveis. (CORREIO DA MANHÃ, 1969).

Como podemos observar, a modernização conservadora efetuada pela Revolução Verde demandou uma estrutura comunicacional e informativa em escala nacional, implantada por um tipo de trabalho comunicacional entre técnicos e camponeses, e também com o apoio da Indústria Cultural.

O atraso atribuído ao camponês se difunde com vigor não só no Brasil e não apenas entre as classes dirigentes. Como demonstramos na Parte I do trabalho, o próprio Gramsci observa, em relação à questão meridional italiana, que grupos políticos da esquerda e da direita conceituaram o camponês como uma “bola de chumbo” que impedia o desenvolvimento daquele país. Essa associação será reforçada de diversos modos, mobilizando inclusive a metáfora do “saco de batatas”, utilizada por Karl Marx ao analisar a conjuntura específica do golpe dos 18 do Brumário na França.

Na perspectiva das classes dirigentes, a associação do camponês ao signo do atraso tem sua funcionalidade ligada à modernização conservadora da agricultura. Isto está no contexto da subsunção da agricultura à indústria, realizando a reprodução ampliada do capital pela expansão da função mercadoria, da subsunção da lógica da acumulação ao padrão de exportação e especialização produtiva, e a instituição de um consumo produtivo para a agricultura baseado na compra de insumos externos, veneno e sementes modificadas.

Estratégia ligada a constituir o bloco histórico que expressa a estrutura e a superestrutura social e faz parte do processo de urbanização brasileira. Por um lado, o esforço consistiu em organizar o consumo e o modo de vida urbano nas cidades – tanto das elites, quanto da recém-constituída classe trabalhadora e urbana – e, por outro, a subsunção da população do campo ao signo do atraso, para logo em seguida condicionar um tipo de consumo produtivo e de trabalho

que se dão baseados nos pacotes tecnológicos da Revolução Verde, promovendo transformações e adaptações do modo de vida do campo e da cidade.

Além disso, a organização semiótica de um sujeito atrasado reforça a dimensão do racismo, o que permite o rebaixamento do valor da força de trabalho e a naturalização desse sujeito como um sujeito despossuído de direitos.

6.2 Para Além da Porteira: O Agronegócio como Palavra Política

Na perspectiva do modo de produção dominante, as modificações no padrão de produção técnica, articuladas ao fim da ditadura militar no Brasil, conformam um outro bloco histórico, caracterizado pelo chamado neoliberalismo (OSÓRIO, 2012). Altera-se, por um lado, a relação capital/trabalho, impondo-se a lógica da acumulação flexível, ao passo que novas exigências são feitas às classes subalternas, centradas nesta fase na cultura e na criatividade, vistos como meios para a obtenção de competitividade das empresas, provocando uma intelectualização geral dos processos produtivos e uma “culturalização da economia”. (BRAGA, 2013, p. 2). Assim, fazendo

emergir uma nova racionalização, imanente às novas tecnologias, cujas exigências são o conhecimento, a qualidade e a diferenciação dos produtos na concorrência do mercado, ao mesmo tempo que se impõe a formação de trabalhadores com uma melhor Educação básica, conhecimentos mais abrangentes do processo produtivo e domínio da organização. (BRAGA, 2013, p. 2).

As mudanças no padrão de reprodução do capital exigirão integrar, o mais rápido possível, o conjunto das classes subalternas que haviam sido formados no padrão fordista de produção aos quais se impunha exigências bem distintas das que se impõe hoje (ANTUNES, 2010). Para organizar as transformações no mundo do trabalho, o Estado e as empresas implementam estratégias que vão desde a expansão do ensino superior e técnico, até o financiamento da formação dos trabalhadores a partir dos sistemas SESI, Senai e Senac. Iniciativas que, em essência, objetivam o consentimento dos trabalhadores para que se articulem rapidamente a essa dinâmica (BRAGA, 2013; FRIGOTTO, 2010).

As mudanças no padrão produtivo têm como características a introdução da microeletrônica e a expansão das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) para o conjunto de atividades produtivas, e implica na combinação da produção tradicional com os

setores de serviços e da inovação. Na agricultura capitalista, a dimensão do latifúndio improdutivo será, cada vez mais, substituída pela grande empresa agrícola que culminará no agronegócio (MENDONÇA, 2010).

Em relação ao campesinato, a tendência de automação dos processos produtivos do setor e a concentração de propriedades rurais sob controle dos *global players*, provoca novas modificações no modo de vida e de produção do ambiente rural. A representação do sujeito do campo que, uma vez tendo sido representado como atrasado e, portanto, tendo sido expulso e expropriado, restam os donos das empresas agrícolas que, cada vez mais, terão sua representação ancorada na imagem do *agroboy*.

As forças produtivas da agroindústria são organizadas em modelos informatizados e conectados com sistemas de informação de captura de conhecimentos comuns e dados, convertendo tudo o que capturam em informações comercializáveis. Com isso, cresce ainda mais o monopólio industrial e privado dos bens comuns, e também o aumento da pobreza dos territórios, garantindo ainda as barreiras à entrada de pequenos negócios camponeses, que não dispõem desses meios de produção, comunicação e circulação (MOONEY, 2019).

Embora essa represente a tendência global das relações sociais do capitalismo, no caso do Brasil, país de economia dependente e periférica, essas formas modernas de agricultura são combinadas às formas diversas e arcaicas de integração produtiva, em que trabalho escravo ainda figura nas estatísticas. Até 2018, no Brasil, a atividade econômica que mais registrou casos de trabalho escravo foi a pecuária, seguida da indústria de carvão vegetal e lavouras temporárias. Ou seja, todas ligadas ao campesinato (SANTOS; GLASS, 2018).

A lógica técnico-científica, estética e ética das monoculturas ameaça a soberania das famílias camponesas, tanto do ponto de vista de sua existência física, quanto do ponto de vista de seus conhecimentos e saberes. É nesse sentido que Furtado (2008) define que a subordinação do conjunto da população à lógica da acumulação do capital e à racionalidade instrumental mediocritziza as formas de racionalidade e pensamento.

Outro fato ligado aos processos de crise e acumulação está relacionado à descarbonização da economia, difundida de modo combinado entre discursos verdes e a necessidade do sistema em colapsar e inovar modos produtivos para manter os níveis de acumulação. A ampliação da busca por metais como lítio, cobre e níquel reconfigura o papel da mineração – cada vez mais combinada como mineração de dados e de minérios *stricto sensu* – o que acarreta ampliação da especulação sobre as áreas de comunidades tradicionais onde moram, vivem, plantam e conservam as diversas comunidades campesinas do Brasil.

Assumindo posições subalternas no capitalismo global, o Brasil combina exploração de antigos e novos minérios com trabalho escravo e genocídio.

Dentre os aparelhos privados de hegemonia que protagonizam essas atividades estão a Associação Brasileira de Agronegócio (ABAG) e um conjunto bastante diverso de associações de produtores de leite, soja, madeira e tudo quanto é recurso natural imaginado que se tornou mercadoria. O contexto é ainda fortalecido pelo estímulo da chamada agricultura 4.0, que incorpora cada vez mais *softwares* e Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) que combinam a territorialização do capital com a capitalização do território, gerando rendas informacionais a partir da coleta de dados, patentes de sementes, plantas, conhecimentos e saberes sobre o uso da natureza.

Outro exemplo, este agora de caráter propriamente midiático e bastante conhecido, é a campanha “*O Agro é Pop*”, produzida pelo Grupo Globo, membro ativo da ABAG. Na campanha, alimentos, fibras e madeiras são apresentados como matéria-prima das grandes indústrias, reforçando a associação entre natureza e mercadoria. O *slogan* atualiza e expressa o conteúdo da forma de vinculação massiva utilizada pelas empresas agrícolas hegemônicas para construir o sistema de signos eficaz na realização do seu projeto.

Uma outra estratégia de comunicação bastante visível é a intensificação da criminalização aos movimentos sociais de luta pela terra, que é endossada fortemente por comunicadores, eles próprios também ruralistas. No escopo dessa estratégia, sobressaem as emissoras SBT e Band e comunicadores como Ratinho. O conceito de coronelismo eletrônico, cunhado pela professora Suzy Santos, fornece caminho profícuo para uma análise mais detalhada das estratégias das classes ruralistas²⁴.

As associações ligadas ao agronegócio têm promovido atividades diversas para ampliar as relações de comunicação, sendo esta identificada como um dos grandes desafios do setor. No 18º Congresso Brasileiro do Agronegócio – realizado pela ABAG e parcerias – os aparelhos privados de hegemonia difundiram a máxima de que *melhorar a comunicação é o grande desafio do agro brasileiro*²⁵. A ação envolve a já conhecida publicidade da TV Globo, parceria

²⁴ Para aprofundamento, ver a obra completa da professora Suzy Santos, bem como textos de definição do tema. SANTOS, Suzy.; CAPPARELLI, Sérgio. Coronelismo, radiodifusão e voto: a nova face de um velho conceito. In: BRITTO, Valério Cruz; BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (Org.). *Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia*. São Paulo, 2005, v. 1, pp. 77-101.

²⁵ ESTADÃO, Jornal. Canal Agro. *Melhorar a comunicação é o grande desafio do agro brasileiro*. Disponível em: <https://summitagro.estadao.com.br/agro-no-brasil/agrocenarios/melhorar-a-comunicacao-e-o-grande-desafio-do-agro-brasileiro/> Acesso em: 7 set. 2021.

com organizações de jornalistas, tais como o Lab Agronegócio²⁶, desenvolvido em parceria com a Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (ABERJE), fórum permanente de debates em torno da comunicação no setor, dentre outras.

Regina Bruno (2010), estudiosa da questão agrária no Brasil, nos mostra o complexo processo de uso da linguagem na construção da dominação do agronegócio no país. Dentre estes, ela destaca o reforço e a difusão do neologismo *agronegócio* (e correlatos como “agrossociedade”). O projeto foi sintetizado em tal palavra, que foi construída e fortalecida no sentido de ser a forma de expressão de uma política de conciliação, uma “palavra política unificadora”, nas palavras da autora. Ela destaca que, entre o patronato rural, o agronegócio é indicado como uma palavra síntese da resposta patronal às lutas pela terra (BRUNO, 2010).

Hoje Agronegócio e trabalhadores rurais, Sem Terra, agricultor familiar, camponeses, comunidades quilombolas, povos da floresta e tantos outros mais unidos pelo questionamento de sua condição de subalternos, **são palavras políticas que se definem na relação que as negam**. Designam o lugar social de cada uma das classes e grupos sociais em questão e expressam a unidade política, ideológica e simbólica de suas respectivas situações de classe. (BRUNO, 2010, p. 17, grifo nosso).

Ela demonstra cinco conteúdos que são associados à palavra agronegócio: i) união, sucesso e geração de riqueza; ii) modernização que atende ao interesse de todos; iii) negação de alternativas históricas à questão da redistribuição da terra; iv) valorização de si e desqualificação do outro; v) ampliação de espaços de representação e institucionalidade para mediação de interesses.

Em relação ao campesinato que permaneceu no campo, Ana Manuela Chã (2018), militante e intelectual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), em sua pesquisa “*Agronegócio e Indústria Cultural: estratégia das empresas para a construção da Hegemonia*” realizada no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial da América Latina, parceria da UNESP com a Escola Nacional Florestan Fernandes, demonstra um conjunto de conteúdos e formas de expressão direcionadas para o campesinato. Estes têm como objetivo educar um tipo particular de força de trabalho e um tipo particular de consumidor que sejam vinculados às suas lógicas produtivas.

A lista contém cursos de formação técnica, edição de livros, investimento em circuitos musicais e festas de colheita e de sementes, financiamento para peças de teatro, concursos

²⁶Ver mais em: <https://www.aberje.com.br/aberje-labs/lab-agronegocio/>. Acesso em: 7 set. 2021.

infantis de redação em escolas públicas, passando por iniciativas no campo da memória e da preservação do patrimônio, edição de livros, infraestrutura para centros de produção audiovisual e organização de museus (CHÂ, 2018). Ela destaca ações em duas principais frentes: i) educação, instrução e formação técnica junto aos agricultores e/ou moradores dos territórios onde as empresas estão instaladas – com incidência em escolas públicas municipais (incluindo formação de professores) e junto ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); e ii) a representação estética e o discurso do agronegócio na mídia. Vejamos um quadro organizado pela autora e que destaca os principais projetos educacionais vinculando entidades da classe patronal e as empresas do agronegócio no país.

Quadro 2: Principais projetos educacionais vinculando entidades da classe patronal e as empresas do agronegócio no país.

Empresa / Projeto	Objetivos / Principais ações	Abrangência / Resultados	Executores Parceiros
ABAG / Agronegócio na Escola	Oferece cartilhas aos estudantes e um vídeo, que é utilizado nas aulas. Aborda temas como o surgimento da agricultura e sua modernização. Professores vão conhecer usinas e são capacitados. Concursos de redação.	Criado em 2001, 135 mil alunos, 8 mil professores.	ABAG, Secretarias estaduais de Educação.
CNA /Agrinho	O programa Agrinho desenvolve projetos pedagógicos em diversas áreas nas escolas, para contribuir com a criação de uma geração de cidadãos mais conscientes. O Senar capacita os professores e fornece material para a rede pública e particular.	Criado em 1995, 56.472 turmas, 1.447.406 alunos. Criado pelo Faep/Senar-PR, hoje em vários estados	Senar, Secretarias de Educação, rede particular de ensino.
Única – Projeto Agora	Os principais objetivos são a “geração de conhecimento e conscientização sobre as questões da indústria da cana-de-açúcar e a	Em 2013: 250 mil alunos, 1400 escolas, 105 municípios.	Empresas que compõem a Única, Editora Horizonte, Secretarias de Educação.

	sustentabilidade". Produção de materiais didáticos, como cadernos para professores, jogos educativos, concursos e desafios.		
Bunge - Comunidade Educativa	Programa de voluntariado corporativo. Objetivo: estimular a leitura em escolas e espaços comunitários. Estruturação de espaços de leitura com doação de livros e formação de mediadores de leitura; acompanhamento dos trabalhos pelo <i>blog</i> Semear Leitores e Facebook.	Nove estados: RS, SC, PR, SP, BA, MG, PI, PE, MT. 38 escolas, 10.254 alunos, 584 professores, 321 voluntários.	Fundação Bunge
Syngenta – Escola no campo	Contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades do campo. Os jovens são estimulados a transmitir o que aprendem para suas famílias e comunidade. Fornece capacitação aos professores e materiais didáticos sobre conservação ambiental; o papel das comunidades rurais e erradicação do trabalho infantil.	Criado em 1991. Em 2013: 22.599 alunos, 1.575 professores, 518 escolas, 118 voluntários, 189 municípios, 13 estados. Total: 420 mil alunos.	Fundação Abrinq, Secretarias de Educação, empresas locais de agronegócio (Cootrijui, Coocam, etc).
Dupont – Dupont na Escola	Destina-se a filhos de produtores rurais. O objetivo é promover os conceitos de crescimento sustentável da atividade agrícola, cidadania, preservação e segurança na aplicação de	Nos últimos 6 anos, cerca de 45 mil estudantes de 7 a 10 anos de 450 escolas de todo o Brasil.	Secretarias de Educação, empresas locais do agronegócio

	defensivos agrícolas, usando esse público como propagador de mensagem. Produção de textos e trabalhos artísticos sobre boas práticas agrícolas. Prêmio com tema: <i>Meu herói, o agricultor</i>		
Grupo JBS – Escola Germinare	Oferecer alta qualidade de ensino para jovens potenciais, com o propósito de formar administradores de empresas e gestores de negócios, que serão os líderes do futuro. A escola é regular e oferece, sem custo, Ensino Fundamental II e Ensino Médio. Busca conjugar a excelência acadêmica com uma preparação que coloque os jovens diante dos problemas reais.	Criada em 2009, faz parte da J&F Investimentos: JBS, Vigor, Flora, Eldorado, Banco Original, Oklahoma e Floresta, Agropecuária e Canal Rural. 360 alunos.	Instituto Germinare

Fonte: Chã (2018, p. 63-65).

Como pode ser observado no levantamento de Chã (2018), são vastas as estratégias que envolvem a dimensão do trabalho de comunicação, incluindo a difusão de conceitos e conteúdos ligados à atividade agrícola das empresas do agronegócio, o estímulo à transmissão de conteúdos apreendidos por jovens e direcionados às suas famílias, além de inúmeros materiais de comunicação e educação que são oferecidos em parceria com as secretarias municipais de educação. Esse trabalho de comunicação realizado pelas empresas permite destacar a relação orgânica entre estrutura e superestrutura que subsume as relações gerais de instrução, educação e cultura ao mercado, buscando constituir um sistema de signos adequado às formas de organizar o trabalho e o consumo sob a hegemonia do capital, e cujo artefato comunicacional ilustrado pela campanha “*O Agro é Pop, o Agro é Tech, o Agro é Tudo*” é bastante expressivo.

Em termos de tensionamento social na dimensão do trabalho de comunicação, são muitos os destaques que podem ser trazidos. A ampliação de escolas do campo, a centralidade das rádios comunitárias no contexto rural, além da organização de cartas, atos e revindicações

que possibilitaram a inclusão de políticas públicas como o Programa Nacional de Ensino da Reforma Agrária, dentre outros. No caso do MPA, o movimento combina um trabalho de comunicação ligado ao aspecto técnico-científico e ético, organizando cursos, formações e oficinas de capacitação técnica-produtivas e políticas que buscam implementar a transição agroecológica e diminuir a dependência do pequeno produtor em relação à cadeia do agronegócio. Participa também da *Campanha Permanente contra os Agrotóxicos*, dentre outros.

É possível observar também um trabalho de comunicação que busca fortificar a hegemonia do campesinato e está ligado à mobilização de emoções e da paixão (GRAMSCI, 2012), no sentido de organizar atividades que têm dimensão lúdica, como grupos de teatros e a Escola da Memória, uma metodologia de trabalho que permite recuperar as histórias de luta do campesinato, tendo enfoque na juventude e no desenvolvimento de linguagens artísticas. Nesse aspecto, tem centralidade e importância do Coletivo de Cultura, que tem como uma de suas referências o grupo de teatro Raízes Nordestinas, que contribui com o trabalho de comunicação popular do MPA no estado de Sergipe.

Figura 16: Panfleto digital de divulgação do grupo.

ASSOCIAÇÃO CULTURAL RAÍZES NORDESTINAS ACRANE

**A arte que produzimos
Não está no palco parado
Está na terra plantada
Brotando convicção...**



Fonte: Instagram @raizesnordestinas_oficial

Nesse aspecto, é possível observar que o trabalho de comunicação que o MPA desenvolve na luta pela hegemonia é diverso. Envolve tanto a organização de exposições científicas e conceituais, quanto um trabalho de comunicação que se realiza no cotidiano e no conjunto de suas atividades, seja por meio do exemplo acima referido, seja por meio de atos performativos que têm a finalidade de fortalecer o campesinato como classe social. Nessa

perspectiva, é uma estratégia que se vincula ao que Cusicanqui (2018), Mariátegui (2005) e Gramsci (2012) identificam como experiências míticas e simbólicas, um trabalho de comunicação que mobiliza paixão e razão e que é observado, sobretudo, no contexto do campesinato latino-americano.

Dentre estes, destaco os atos e as greves de fome/jejuns públicos, como procedimentos de comunicação e luta comumente utilizados no contexto do movimento. Tais estratégias de enfrentamento provocam interações por meio de formas de ocupação física dos espaços e, assim, organizam vivências e mobilizam emoções e sentimentos. A atividade simbólica que está presente na vivência dessa experiência constitui e organiza formas de conteúdo e formas de expressão, que refratam a vivência na luta e, portanto, constitui enunciados e signos que comunicam suas pautas.

Figura 17 - Ato do Tratorão realizado no contexto de surgimento do MPA, no ano de 1996.



Fonte: Acervo MPA.

Figura 18 - Greve de Fome pela Democracia realizada em Brasília diante da prisão de Luiz Inácio Lula da Silva no ano de 2018.



Fonte: Site do MPA.

Esse trabalho de comunicação é feito de maneira mais difusa e espontânea e se dá por meio de interações e vínculos, mobilizando a paixão e as emoções (GRAMSCI, 2012) e com finalidade e objetivos definidos, dentre eles, construir um espaço comum e provocar uma interação que busca organizar uma compreensão crítica às pautas, ampliando o diálogo com os setores da sociedade civil. Comparece aqui um trabalho de comunicação que não é uma “*teoria pura*” ou uma exposição racionalista, mas sim uma combinação teórica com uma ação prática, o que envolve ainda uma liberdade semiótica de invenção e criação de novos conteúdos e formas de expressão.

Para a indígena Silvia Cusicanqui (2018, p. 139), os atos performativos “permitem vislumbrar uma emancipação futura sobre a base de ações corporais e recursos simbólicos adquiridos na luta”. Ela destaca que essa tática de exposição afeta níveis psicofísicos, permitindo combinar argumentação racional com experiência, emoção e vivência. Aqui, é possível observar a mobilização de aspectos da vivência social que estão ligados à emoção e aos sentimentos, e que se converte em formas de conceitos e teorias por meio da vivência e da interação que se dá no cotidiano da luta de classes. Nessa perspectiva, a práxis do MPA se configura como forma de mediação da percepção individual e coletiva, organizando dimensões superestruturais e simbólicas dos grupos com os quais dialoga.

Esse trabalho de comunicação é fundamental na conquista da hegemonia política da luta de classes, uma vez que as classes dirigentes, sobretudo no momento contemporâneo de

aprofundamento das crises sociais, mobilizam estratégias estéticas e passionais em suas formas de dominação e governabilidade, estratégia visível no fascismo italiano e no bolsonarismo brasileiro (SODRÉ, 2018; COUTINHO, 2014; GRAMSCI, 2012).

Sobre as ações hegemônicas, e em um momento mais recente, podemos notar a centralidade do trabalho de comunicação realizado pela parcela da classe dirigente que vem ocupando o executivo brasileiro entre 2018 e 2022. Um exemplo em nosso escopo de estudo é a famosa frase proferida pelo, à época, ministro da Agricultura e do Meio Ambiente do governo Bolsonaro, Ricardo Sales, na reunião ministerial que ocorreu no Palácio do Planalto em 2020. A frase: “*Passar a boiada nas leis*” é a forma de expressão da fase contemporânea do capitalismo no Brasil e do seu projeto para a natureza.

Em termos contextuais, faz parte do trabalho de popularização do discurso do ódio como uma forma de comunicação do Estado brasileiro com as classes subalternas. Nesse sentido, o enunciado tem como conteúdo a expropriação sobre os povos do campo, da floresta e das águas, com acentuado destaque para os indígenas e os quilombolas, comunidades que integram o campesinato do país.

O discurso do ódio cumpre a função de organizar o consenso no contexto de um Estado de Exceção que já tem pouco ou nada para oferecer de concessão social às classes subalternas. Assim, acirrando a disputa, o racismo e a concorrência interindividual como forma de solucionar a degradação da vida cotidiana imposta pela ampliação da pobreza. Nesse sentido, é um trabalho de comunicação que visa ampliar os processos de acumulação por meio da mobilização das paixões e dos sentimentos e tem influência no rebaixamento do valor da força de trabalho das classes subalternas (TÁVORA, 2019; SODRÉ, 2018; MENEGAT, 2019).

O discurso do ódio degrada ética e moralmente os grupos aos quais são dirigidos esse sentimento, criando uma ambiência afetiva que busca naturalizar as distintas estratégias de extermínio a eles direcionadas: precarização de salários, assassinato de lideranças, perseguição às práticas religiosas, sucateamento dos sistemas públicos de saúde e educação, dentre outros.

Analizando essa estratégia de linguagem com os dados de julho de 2022 disponibilizados na *Nota Técnica da Balança Comercial Preliminar*²⁷ do Brasil e divulgada pelo Ministério da Economia, podemos ver uma relação entre esse trabalho de comunicação e as formas de acumulação do capital no território onde vive o campesinato brasileiro.

²⁷ Disponível em: https://balanca.economia.gov.br/balanca/pg_principal_bc/principais_resultados.html. Acesso em: 20 set. 2022.

A nota destaca as exportações de três setores, todos vinculados à extração e exploração de bens comuns da natureza: agropecuária, indústria extrativista e indústria de transformação de derivados de petróleo, soja e outros grãos. Na nota, a soja aparece como item mais exportado, representando 18% do comércio exterior total, seguida por 12% de óleos brutos de petróleos ou minerais betuminosos e 9% da exportação de minérios de ferro e concentrados.

Os três setores dependem da extração de recursos naturais: óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos; farelos de soja e outros alimentos para animais, farinhas de carnes e outros animais; carne bovina fresca, refrigerada ou congelada; lingotes e outras formas primárias de ferro ou aço; carnes de aves e suas miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas; açúcares e melaços; celulose, gorduras e óleos vegetais; grânulos e pó de ferro ou aço e ferro-ligas; veículos automóveis de passageiros; e outros.

Pelos dados dos itens de exportação, observamos que, em sua maioria, as fontes de riqueza e exploração para a realização do padrão de reprodução e acumulação do capitalismo dependente se concentram na exploração direta dos recursos naturais e demandam processos de ampliação e reprodução de capital que se dão, justamente, em áreas rurais onde vive o campesinato.

Discurso do ódio, flexibilização das leis de proteção aos povos e comunidades tradicionais e esvaziamento das políticas públicas que garantam a permanência dessas populações em seus territórios, constituem um ambiente de naturalização do avanço da acumulação do capital sobre a natureza. O trabalho de comunicação tem diversas finalidades, dentre elas a organização do consenso para a flexibilização dessas leis e a criação de um clima cultural que favorece a expropriação, a violência e o genocídio dessas populações.

Diante desse contexto, acentuamos o papel fundamental de iniciativas de movimentos sociais na luta político-econômica contra as relações sociais vinculadas à subalternização e subordinação realizadas pelo agronegócio. Por este motivo, esta tese tem sua ênfase analítica na observação do trabalho de comunicação vinculado à construção da hegemonia do MPA, buscando elaborar reflexões em torno das atividades econômicas e populares para contribuir com sistematizações das experiências implementadas por esses grupos. Nesse contexto, nas próximas seções, analisarei a especificidade do trabalho de comunicação realizado no âmbito de uma experiência econômica realizada pelo MPA no estado do Rio de Janeiro, intitulada Sistema de Abastecimento Alimentar Popular (SAAP). Antes de passar para a análise da experiência, caracterizo o contexto das economias populares, âmbito no qual a experiência que observo está situada. Vejamos.

7 ECONOMIAS POPULARES E A FUSÃO DO POLÍTICO E DO ECONÔMICO

Ao longo da história de organização das classes subalternas, um conjunto de vínculos econômicos foi desenvolvido, de modo a tentar esquivar-se dos processos de dominação social do capital. Assim, organizando autonomamente os processos de produção e reprodução social, construíram um acervo de experiências produtivas. Nem todas, por evidente, deixaram como legado aprendizagens que merecem ser replicadas e muitas delas, na realidade, deixaram como legado aquilo que *não deve ser reproduzido*.

Entre cooperativas, fábricas recuperadas, associações, economias de transição socialista, economia alternativa, economia solidária e, mais recentemente, com o aumento da crise social e a crise do capitalismo, coletivos e outras formas híbridas de organizar o trabalho e o consumo, são muitas as nuances que merecem ser analisadas com detalhe. O que identifica aquela que apresento neste trabalho, é que se trata de um tipo de economia implementada por um grupo político organizado, que tem a finalidade de superação e de alternativa à forma capitalista da atividade da produção social. Nesse aspecto, apresento o conceito de economia popular, que busca dar conta de uma oposição em relação à lógica capitalista que vincula-se à acumulação de excedente e exploração.

O estudo das economias populares no contexto do capitalismo é desafiador. O signo da mercadoria media o conjunto das nossas experiências sociais, transformando a totalidade das nossas vidas em formas de acumulação de excedente, tendo influência na simbolização das formas do conteúdo ético-político, técnico-científico e estético dos nossos gostos, dos valores de uso e das nossas formas de expressão e conhecimento científico.

Por esse motivo, um primeiro ponto que gostaria de destacar é que o pressuposto dessa análise é que as economias populares não são uma forma *alheia* ao capitalismo. Antes o contrário, essas economias são precisamente uma forma de organizar a produção e a reprodução social que está vinculada ao capitalismo. Ainda que, nesse caso analisado, seja uma vinculação que nega elementos dessa forma econômica, conserva outros e, assim, põe em experimentação uma forma alternativa de articulação da produção e da finalidade da organização social.

Dentre as contradições ou limites observados a partir dessa análise, destaco duas características que são fundamentais no modo de produção capitalista e que também são reproduzidas nas experiências da economia popular. A primeira é a permanência da forma mercadoria como mediação da relação social. A segunda é a permanência de formas de propriedade privada e de pequenos proprietários na estruturação desses sistemas.

Nesse sentido, a potencialidade alternativa dessas experiências econômicas enfrenta limites próprios da generalização da atividade produtiva do capitalismo, sendo também uma forma de expressar e reproduzir suas lógicas. “Alternativo a que?” É uma das perguntas que orientam as investigações e deve estar no horizonte cotidiano da prática da economia popular. Para refletir sobre esse tema, acompanho as reflexões de Gonzalo Vásquez (2017), sociólogo argentino; Aníbal Quijano (2007), sociólogo peruano crítico ao colonialismo; o nicaraguense vinculado à Frente Sandinista de Libertação Nacional daquele país, Orlando Nuñez (2007); e a historiadora marxista estadunidense Ellen Wood (2003).

Dos aspectos destacados pelos autores em relação à economia popular, ressalto quatro que podem ser observados como distintos da lógica hegemônica das relações econômicas do capitalismo: i) solidariedade consciente; ii) organização do processo de trabalho com base na necessidade integral do grupo que trabalha; iii) bem-estar como umas das finalidades que é considerada no gerenciamento da organização do trabalho; e iv) reconhecimento da atividade econômica como uma atividade política.

Os autores são cautelosos e destacam que não se deve analisar tais experiências sem apresentar as contradições a elas inerentes. E, nesse aspecto, nem toda experiência de economia popular hegemonizada pelas classes subalternas se converte em modelos e recursos alternativos à lógica hegemônica. Sendo assim, a dinâmica pressuposta é que é necessário “construir, a partir de sua lógica e de suas práticas concretas, outros projetos e formas de institucionalizar a economia”. (VÁZQUES, 2017, p. 107). Em razão da forma da sociabilidade capitalista, essas características demandam tempo, esforço e investimento financeiro para serem construídas.

A compreensão é a de que características e aprendizagens ligadas a elementos de cooperação e à ajuda mútua são recorrentes nas economias populares e que isso ocorre, pois há a necessidade de práticas solidárias, em razão do reduzido acesso aos recursos. Nesse contexto, a cooperação é uma necessidade contingencial, tem dimensão de “necessidade” e tem a finalidade de resolver as demandas de reprodução da vida. Sua emergência é bastante plural e tem um caráter de “estratégia de sobrevivência”.

Gonzalo Vásquez (2017) nos lembra que as práticas da cooperação são instauradas justamente em um contexto de crise do capital, quando amplos setores de trabalhadores precisam se associar para desenvolver relações econômicas necessárias para a manutenção da própria vida. Isso se dá para garantir o acesso às necessidades materiais necessárias para a existência do grupo.

Nesse aspecto, as condições materiais e contingenciais da economia popular culminam em uma organização produtiva que resulta da invenção de recursos/processos alternativos para o benefício comum de seus participantes, e coexiste em uma contradição com as dinâmicas da economia hegemônica. (VÁSQUEZ, 2017, p. 38).

Gonzalo Vásquez (2017) destaca que é o trabalhador – e não o capitalista – o sujeito organizador desses processos e que se tratam de híbridos entre o sistema capitalista e o chamado socialismo real, uma vez que neles coexistem características de ambos projetos econômicos.

Outro autor que também reflete sobre a temática é o nicaraguense Orlando Nuñez (2007). Ele destaca que essa forma econômica possibilita que os sujeitos envolvidos sejam inseridos economicamente no mercado e, assim, possam reproduzir economicamente sua vida. “É um esforço articulado para enfrentar a anarquia da competição capitalista, assim como suas tendências concentradoras e excludentes.” (NUÑEZ, 2007, p. 87, tradução nossa).

Sobre tal tema, Aníbal Quijano (2007) destaca que as aprendizagens em relação à associação, à cooperação e à reciprocidade não existem *a priori*. Elas são uma exigência para que essas experiências econômicas se realizem e, uma vez constituídas, são recursos e ativos que vão sendo incorporados ao repertório de conhecimento e aprendizagens dos grupos.

Na verdade, são as necessidades materiais produzidas pelas tendências atuais do capitalismo e o consequente comportamento da realidade, que levam os trabalhadores a descobrir que, apenas na medida em que saem e se libertam das regras do jogo do capitalismo e exercem práticas sociais que os levem a reapropriar-se do controle de seu trabalho, de seus recursos e de seus produtos, bem como das demais instâncias de sua existência social, poderão se defender melhor do capital e até mesmo tirar proveito das regras capitalistas de mercado. (QUIJANO, 2007, p. 154, tradução nossa).

Na concepção dos autores, a construção da economia popular é fruto de lutas organizadas que negaram a exploração do trabalho, buscando bem-estar para os pobres e despossuídos. Se trata de um conhecimento acumulado derivado de um acervo de reflexões e experiências alternativas ao sistema capitalista, tendo sido desenvolvido, principalmente, por meio de conteúdos técnico-científicos e ético-políticos ligados ao associativismo e à autogestão.

O objetivo que vincula as atividades de trabalho no interior da economia popular reside na reprodução ampliada e solidária da vida de seus membros. Sua forma antagoniza com as formas e os conteúdos ético-políticos da economia capitalista, pois constituem uma forma de expressão técnico-científica baseada em reprodução social, portanto, alternativa (VÁZQUES, 2017; QUIJANO, 2007). Solidariedade, processos baseados em reciprocidade e a noção de cooperação (em oposição ao individualismo) são formas desses conteúdos, que vinculam os

subsistemas das economias que os compõem e se configuram também como visões de mundo ético-políticas que medeiam as dinâmicas de organização do trabalho. Deste modo, observo que as classes subalternas que organizam experiências de economia popular esquivam-se das lógicas da economia capitalista, desenvolvendo competências e habilidades cooperadas, inovações institucionais e ações políticas aderentes à resolução de seus problemas.

Outro aspecto importante de ser considerado sobre as economias populares é o vínculo que operam entre o econômico e o político, fato que permite integrar dois elementos da vida social que são continuamente desassociados na lógica hegemônica do capital. A unidade entre a esfera política e a econômica antagoniza com a lógica própria do capital, que legou ao “econômico” uma aparência de autonomia. É essa cisão própria da economia do capital que justifica a apropriação privada do excedente social (WOOD, 2003).

Para explicar sua perspectiva, a autora retoma a categoria marxiana de modo de produção, lembrando que o conceito sintetiza a organização social da atividade produtiva que envolve as relações sociais gerais da sociedade. Enquanto na totalidade do processo do capital, as organizações econômicas controlam privadamente o conjunto da produção social da vida, organizam e intensificam a produção em favor do objetivo de acumulação, as economias populares constituem uma particularidade que se distingue pelas reflexões já citadas acima e também por vincular o aspecto econômico ao político. Afinal, “a base produtiva existe na forma de processos e relações sociais específicas e de formas jurídicas e políticas particulares” (WOOD, 2003, p. 31). Nesse aspecto, as esferas econômicas e políticas são homólogas e não apenas uma “mera interação”.

As formas de interação social produzidas pelos seres humanos tornam-se, elas próprias, forças materiais como o são as naturalmente dadas [...]. Se as formas de interação social, e não apenas as forças naturais ou tecnológicas devem ser tratadas como integrantes da base material, [...] onde se deve traçar a linha que separa as formas sociais que pertencem à base e as que podem ser relegadas à superestrutura? (WOOD, 2003, p. 32-33).

Pelo texto de Wood (2003), vemos que a reflexão que temos feito entre estrutura e superestrutura ganha ainda mais centralidade quando a análise do sujeito/objeto da pesquisa está enfocada em uma experiência econômica.

Esse fato torna-se relevante, principalmente quando contrastado com a lógica do capital. Ellen Wood (2003, p. 35) comenta que “em nenhum outro sistema, a produção social respondeu de forma tão imediata e universal às demandas do explorador”, fazendo surgir uma esfera de poder com fins unicamente privados. Isso, segundo a autora, é marca própria do capitalismo,

pois, em outras formas econômicas, os que detêm o controle dos meios de produção estão implicados no cumprimento de funções sociais, militares, administrativas e jurídicas. Atualmente, apropriadores não possuem nenhuma exigência em cumprir funções sociais e públicas.

A possibilidade de organizar a produção é um fator político, expresso em poder organizar a produção e apropriar-se do excedente, definindo sua função, utilidade e valor de uso. Isto expressa, simultaneamente, um aspecto econômico que garante um poder político e, ao mesmo tempo, um aspecto político de força e poder, que organiza o aspecto econômico (WOOD, 2003).

Nesse sentido, trata-se de um projeto que tem como finalidade a construção de um tipo de vínculo econômico que, ao mesmo tempo, esquiva-se das lógicas da economia capitalista e desenvolve conteúdos ético-políticos, técnico-científicos e estéticos subordinados à finalidade dos grupos que constroem a economia popular. As aprendizagens técnicas e habilidades como autogestão e cooperação nos processos de trabalho são as mais destacadas.

8 LUTA PELA HEGEMONIA E TRABALHO DE COMUNICAÇÃO NO SISTEMA DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR POPULAR (SAAP) DO MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES

Nesse capítulo apresento uma reflexão sobre o trabalho de comunicação que observei no SAAP/MPA, destacando a relação dialética e triádica existente entre a dimensão da estrutura, da superestrutura e do sistema de signos compartilhados, criados e difundidos pelo trabalho de comunicação que ocorre no contexto da experiência econômica analisada.

Parto da abordagem metodológica aqui proposta para refletir sobre a comunicação em sua dimensão de técnica e de tecnologia comunitária de linguagem, portanto, enquanto trabalho de comunicação, ato fundamental no cotidiano do trabalho político-econômico realizado entre a equipe do MPA e seus grupos de diálogo. Também considero a comunicação em sua perspectiva de atividade simbólica, ligada à ontologia social, presente em todo e qualquer ato humano, e que corresponde à organização dos sentimentos, emoções e experiências em signos comunicáveis.

Na análise aqui apresentada, observo o trabalho de comunicação realizado pela equipe de trabalho que gerencia o SAAP e sua interação com os diferentes grupos de diálogo que estão envolvidos no desenvolvimento total do sistema.

Figura 19 - Equipe de trabalho que gerenciou o Sistema de Abastecimento Alimentar Popular do MPA durante o período analisado.



Fonte: Instagram Raízes do Brasil RJ.

Atualmente, o SAAP é gerenciado diretamente por quinze pessoas, sendo que sete moram no Espaço Raízes do Brasil e oito moram externamente. Além disso, por este ser um espaço de formação no contexto nacional do movimento, recebe, de maneira temporária e rotativa, militantes de outros estados que compõem a equipe em momentos periódicos. Tal equipe está dividida em três frentes: uma chama-se SAAP e está relacionada ao conjunto de funções de gerenciamento do sistema; a segundo é “Casa”, onde estão listadas as atividades referentes à reprodução social da casa (limpeza, alimentação, organização do espaço); e a terceira chama-se Frente Política e Organizativa, que está vinculada aos espaços formativos da equipe.

As atividades de trabalhos desenvolvidas pela equipe envolvem a organização dos seguintes fluxos de trabalho: organização da oferta e da demanda da comercialização dos alimentos, visita às hortas e unidades produtivas para recolhimento dos alimentos, visita às hortas e unidades produtivas para realização de assessoria técnica, oficinas e formações com enfoque na transição agroecológica, mutirões, organização dos serviços e produtos ofertados no Espaço Raízes do Brasil, articulação com os Comitês Populares do Alimento da Campanha Mutirão contra a Fome e as cozinhas comunitárias, principalmente com o Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST) e o Movimento Nacional de Luta Por Moradia (MNLM).

Para fins de exposição, agrupei a comunicação entre a equipe de trabalho do SAAP com sete principais grupos de diálogo: i) o campesinato já organizado no MPA e o campesinato que se comunica com o MPA para a realização dos processos produtivos e de comercialização; ii) o Estado, por meio dos representantes institucionais ligados às instâncias estatais dos governos municipal, estadual e federal; iii) trabalhadores urbanos que desenvolvem funções de trabalho ligadas ao abastecimento alimentar; iv) grupos de consumidores conceituados como cestantes, que compram os produtos e serviços comercializados; v) outros movimentos sociais e população periférica que participam das ações da campanha Mutirão contra a Fome; vi) artistas, celebridades, influenciadores e personalidades públicas; e vii) profissionais e estudantes das universidades.

O conceito de grupo de diálogo é utilizado com o intuito de delimitar parcelas da sociedade com as quais a equipe do SAAP/MPA se comunica. Os grupos de diálogo foram agrupados a partir de uma escuta sobre a forma como a equipe do SAAP se refere a eles e também pela distinção dos conteúdos comunicados com cada um desses grupos. Na práxis e na interação dessas atividades, os grupos se sobrepõem, uma vez que membros do poder público

podem ser também consumidores, ou que consumidores podem ser também parte da base social do movimento.

Em seguida, observo a totalidade do sistema de signos que media a comunicação com esses grupos de diálogo e destaco as formas do conteúdo ético-políticos (visões de mundo), estéticos (valores de uso) e técnico-científicos (aprendizagens), bem como as suas formas de expressão. Observo os enunciados, os principais artefatos de comunicação utilizados, os signos mais referenciados, bem como os principais procedimentos e as técnicas coletivas e comunitárias de linguagem empregadas.

Para apresentar uma dimensão do tamanho da experiência, é possível observar os dados obtidos pela Escola de Engenharia de Produção da UNIRIO (NEPOMUCENO *et al.*, 2022), que organizou os números da comercialização do SAAP. Os empreendimentos que comercializam no sistema estão localizados em sete estados, incluindo o Rio de Janeiro e também: Goiás, Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul, Sergipe e Espírito Santo. Em geral, os itens fora do estado do Rio de Janeiro são os produtos secos, que possuem menor perecibilidade.

Figura 20: Malha logística dos alimentos comercializados pelo SAAP.



Fonte: Relatório 2022 (NEPOMUCENO *et al.*, 2022).

Já a comercialização e produção de alimentos *in natura* tem origem, principalmente, em 40 unidades camponesas do estado e envolve os seguintes territórios: Belford Roxo, Japeri, Mesquita, Nova Iguaçu, Magé, Mesquita, Queimados, Paracambi, Assentamento Terra Prometida (Duque de Caxias), Campos dos Goytacazes, Teresópolis, Petrópolis, Silva Jardim, Quilombo de Santa Justina e Santa Isabel (Mangaratiba), Cachoeira de Macacu, dentre outros. Além desses, diversos outros territórios já participaram do sistema, porém, uma vez que a escala da experiência é reduzida, é constante a rotatividade dos camponeses envolvidos no processo. Em uma perspectiva crítica, é possível observar que isto é um limitador da experiência, uma vez que a permanência de grupos permitiria o aprimoramento e o acúmulo do processo político-organizativo e técnico.

Atualmente, em relação ao volume de cultivos e sua diversidade, constam mais de 800 itens cadastrados no banco de dados, sendo que a disponibilidade e a oferta deles depende da sazonalidade e também da capacidade de produção das unidades, o que impõe um ritmo inconstante da oferta. Em relação aos consumidores, na região metropolitana, eles somam aproximadamente 4.000 compradores, e cerca de 200 famílias (aproximadamente 1.000 pessoas) que recebem mensalmente os alimentos por meio da Campanha Mutirão Contra a Fome (NEPOMUCENO *et al.*, 2022; MPA, 2022).

A equipe do SAAP também compõe outras instâncias político-organizativas do movimento, e está dividida nos seguintes coletivos: Coletivo de Cultura, Coletivo de Soberania Alimentar, Coletivo de Comunicação, Coletivo de Juventude, Coletivo de Gênero e Coletivo de Educação. Parte dela também integra instâncias nacionais do movimento, o que permite um fluxo de informação das instâncias políticas que perpassa o trabalho desenvolvido pela equipe que gerencia o processo.

8.1 Breve Histórico sobre a conformação do SAAP no Rio de Janeiro

Conforme destacamos na Parte I da tese, o SAAP é uma experiência de economia de luta do Movimento dos Pequenos Agricultores e também um artefato de comunicação que permite a interação e o vínculo do movimento com um conjunto diversificado de grupos de diálogo, especificamente na cidade do Rio de Janeiro. Ele é a síntese de um processo que teve início no ano de 2010, quando da chegada do MPA no Rio de Janeiro, e se consolidou no ano de 2020, na época inicial da crise da pandemia da Covid-19.

O início do movimento no Rio de Janeiro esteve marcado por um trabalho de comunicação do MPA com um grupo de diálogo formado por famílias camponesas que vivenciaram o conflito ambiental do Porto de Açu, um empreendimento encabeçado pelo empresário Eike Batista, na cidade de Campos dos Goytacazes. Dois outros momentos definem a cronologia do MPA no RJ: a participação dessa recente militância na *Festa da Semente Crioula*, realizada em 2012 na cidade de Anchieta, Rio Grande do Sul; e o início da turma Carlos Nelson Coutinho, do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), organizada no âmbito do Programa Nacional de Reforma Agrária (PRONERA), no ano de 2013.

A existência da turma, que continha membros do Movimento dos Pequenos Agricultores e de um conjunto de outros militantes de outros movimentos sociais, permitiu o estabelecimento do vínculo com um grupo de diálogo fundamental na trajetória do MPA no RJ, que são os trabalhadores, trabalhadoras e estudantes universitários. E principalmente por meio do Laboratório QADE, vinculado à Escola de Serviço Social da UFRJ, que desde então atua no trabalho de organização político-econômica do MPA no estado. O apoio institucional do QADE possibilitou a ampliação do número de pessoas no desenvolvimento do trabalho, bem como dos recursos destinados à implementação das ações.

O passo seguinte foi a intensificação do diálogo e a organização de um trabalho de comunicação entre a militância do MPA e os grupos camponeses de regiões produtoras de alimentos da Baixada Campista, no Norte Fluminense, na Baixada Fluminense e na Região Serrana. A mediação do diálogo se deu pela proposta político-econômica em fortalecer a já existente produção agrícola e agroecológica desses grupos camponeses, intensificando a comercialização e produção de alimentos. Ao mesmo tempo, pela mediação da experiência econômica, foi ampliada a interação e a comunicação entre o MPA e as famílias produtoras de alimentos, constituindo um espaço comum de troca, interação e comunicação.

Já em 2014, por meio da organização de uma barraca de feira – que foi conceituada como Barraca Camponesa de Alimentos Saudáveis –, instalada simultaneamente na Secretaria Municipal de Educação de Campos dos Goytacazes e no Campus da Praia Vermelha, da UFRJ, teve início um intenso trabalho de comunicação que começou a estreitar os vínculos entre agricultores produtores e consumidores da cidade (TEIXEIRA; MELO, 2018).

Dentre os conteúdos que animaram o diálogo do MPA com cerca de 25 famílias camponesas, figura a proposta da organização econômica. O trabalho de comunicação realizado pela militância do MPA e direcionado aos grupos camponeses teve a finalidade de organizar a

produção do campesinato para a comercialização e ampliar a base política de militantes vinculados ao movimento. Dentre os conteúdos do diálogo, destacam-se temas ligados à assistência social, como aposentadoria, troca de sementes crioulas, feminismo camponês e popular e debates de gênero, o debate sobre biodiversidade e variação de espécies, as dificuldades ligadas em efetivar a transição agroecológica e em acessar os mercados de comercialização e a falta de acesso aos consumidores urbanos (TEIXEIRA; MELO, 2018).

Também nesse momento, e ao mesmo tempo, teve início o diálogo com os grupos de consumidores na cidade. Essa estratégia não foi feita de modo aleatório, ao contrário, teve como finalidade política implementar uma das táticas de organização previstas no programa político do movimento, e que tem sua forma de expressão na palavra de ordem *Parceria Camponesa e Operária por Soberania Alimentar e Poder Popular*.

Em seu início, o trabalho de comunicação do movimento, tanto com os grupos camponeses, quanto com os grupos de consumidores, ocorreu pela mediação da comercialização e distribuição dos alimentos no espaço das feiras e no acompanhamento da produção e dos mutirões das roças. No entanto, em razão da instabilidade da comercialização em feiras, devido à vulnerabilidade aos fatores climáticos e conjunturais, foi observada a necessidade em organizar a comercialização também por meio de uma lista de compras e de encomenda de alimentos, o que permitiria que o alimento saísse da roça já com seu pagamento garantido.

Essa experiência econômica possibilitou maior estabilidade na comercialização, consolidando a experiência econômica intitulada *Cesta Camponesa de Alimentos Saudáveis*, o que fortaleceu o diálogo entre o MPA e os grupos camponeses, e entre os grupos camponeses do MPA e os grupos de consumidores das cidades. Nesse aspecto, entre 2014 e 2017 são estabelecidas duas experiências econômicas de abastecimento de alimentos no estado do RJ: a Cesta Camponesa de Alimentos Saudáveis e a Feira Camponesa. Essas experiências permitem e mediam a comunicação do MPA com um conjunto de grupos de diálogo, que cada vez mais se diversifica: os camponeses produtores de alimentos, os grupos de consumidores que passam a se organizar pela mediação da Cesta Camponesa de Alimentos Saudáveis, os trabalhadores e estudantes da Universidade, outros consumidores que passam a conhecer o MPA pela sua inserção na cena política do estado, organizações do terceiro setor, entre outros.

Em 2017, é aberto o espaço Raízes do Brasil, e entre 2017 e 2020 é um momento em que vemos uma ampliação do trabalho de comunicação do MPA com seus grupos de diálogo no estado do RJ, sendo introduzida um importante momento de interação que é a utilização do

espaço físico do Raízes do Brasil para a realização de eventos. Dentre eles, o serviço do Café da Manhã Camponês, que ocorre sempre aos sábados, as festas e eventos alusivos à cultura camponesa e latino-americana, as reuniões e os lançamentos de livros de editoras e organizações políticas, dentre outros.

Ao mesmo tempo, a ampliação do número de consumidores dos alimentos e serviços ofertados pelo MPA possibilitou a ampliação da capacidade de comercialização das famílias camponesas vinculadas às experiências econômicas. Em suma, é um momento de ampliação da comercialização de alimentos e da presença do MPA no ramo da economia popular da cidade do Rio de Janeiro (TEIXEIRA; PALMEIRA, 2020).

8.2 Crise da Pandemia da Covid-19 e a Resposta Camponesa

No contexto da catástrofe social que se instaurou (e se aprofunda) em razão da ausência de políticas públicas que pudessem dar respostas à crise de saúde, ética e humanitária, a estrutura de trabalho das experiências econômicas do MPA precisou ser alterada para dar respostas à problemática da pandemia. Isso se dá, principalmente, porque, dentre as suas principais atividades econômicas, constava a oferta de serviços e produtos nas feiras e no Espaço Raízes do Brasil, fato que teve que ser interrompido pela necessidade de isolamento social.

A restrição à circulação de pessoas e a necessidade de realizar o isolamento social para evitar o contágio e a contaminação pela Covid-19 provocaram múltiplos problemas em diversas esferas, dentre as quais aquelas ligadas à produção e ao abastecimento de comida. Dentre elas, estão a perda da produção de alimentos em hortas e feiras, em razão da restrição da circulação de pessoas, a ampliação do consumo de alimentos a partir dos sistemas de entregas a domicílio, a perda da ocupação profissional de alguns trabalhadores, a ampliação da fome e da carestia, dentre outros (TEIXEIRA; PALMEIRA, 2020).

Dentre as respostas construídas pelo MPA nesse contexto, destaco duas: i) a ampliação do processo organizativo de produção e escoamento de alimentos, por meio da reorganização da equipe (que atuava nas distintas funções já descritas) e sua concentração na organização da comercialização das cestas camponesas; e ii) a organização da Campanha Mutirão Contra a Fome, que ampliou o diálogo e o vínculo com os movimentos sociais de favela e urbanos e periféricos, organizações do terceiro setor, setores públicos e sindicatos para organização de

compra, garantindo a doação de alimentos para famílias em vulnerabilidade social das favelas do estado do Rio de Janeiro.

Na perspectiva do ponto i, Teixeira e Palmeira (2020, p. 44) destacam que

Somente foi possível aumentar em mais de 1.700% as vendas, e em 5.000% a entrega total de alimentos durante a pandemia, por já termos o circuito e a logística de entregas organizados. A experiência fez com que aprimorássemos processos, aperfeiçoássemos recursos e que saíssemos de um alcance de 1.500 famílias com condições de comprar os alimentos para 3.000 famílias pagantes, e que chegássemos a 9.775 famílias que teriam muita dificuldade de conseguir esse alimento de outra forma, especialmente por se tratar de comida agroecológica; destas, 267 estão organizadas nos Comitês Populares do Alimento (CPAs).

A ampliação da comercialização aproximou o MPA do conjunto de trabalhadores de taxistas da Santaxi, uma Cooperativa de Taxistas que tem ponto em Santa Teresa, na mesma rua em que fica localizado o Raízes do Brasil.

Figura 21 - Momento de entrega das Cestas Camponesas que são transportadas pela cooperativa de táxi Santaxi.



Fonte: Acervo da autora.

Nas oficinas de grupo focal que realizei com a equipe de trabalho do SAAP, Humberto Palmeira, coordenador do MPA do RJ e da equipe do SAAP, destacou como muito importante

o vínculo com a categoria de trabalhadores dos taxistas. Em suas palavras, ele relata que a ação tem um significado e que

demonstra a capacidade que os trabalhadores têm de recuperar as suas tradições organizativas para propor soluções aos seus problemas cotidianos, em meio às crises, dificuldades e desassistência do Estado. Trata-se de uma aliança entre os camponeses e os taxistas que vivem do seu próprio sustento, construindo uma economia dos trabalhadores. Com a parceria, conseguimos resolver uma demanda de logística dos camponeses e uma demanda de renda para os taxistas e suas famílias.²⁸

Na perspectiva do ponto ii, a organização da Campanha Mutirão Contra a Fome permitiu o crescimento e o aumento da inserção do MPA no trabalho político urbano, consolidando, por meio dos Comitês Populares do Alimento (CPAs), um grupo permanente de famílias que participa de ações de solidariedade de classe junto ao MPA, além do aumento do trabalho de comunicação e do vínculo com os movimentos urbanos, com destaque para o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), por meio das Cozinhas Solidárias. Nesse contexto, é no período de reorganização das atividades que a estrutura de trabalho que vinha sendo desenvolvida se concretiza, configurando, de modo conceitual, o SAAP. Entre março e setembro de 2020, é experimentado e posto em prática um conjunto diverso de experiências que culminam no conceito e na estrutura do sistema.

Na produção do conceito do SAAP, há uma dimensão comunicacional a ser descrita. Ao passo em que as atividades de trabalho para ocorrência do sistema eram desenvolvidas, a equipe de trabalho mantinha um esforço permanente de realizar um trabalho de comunicação de sistematizar as experiências, de modo que os conhecimentos fossem concretizados em relatórios e, assim, socializados e partilhados com o objetivo de a experiência ser reproduzida em outros estados. Essas sistematizações também eram transformadas em mensagens para envio aos grupos de *WhatsApp* dos cestantes. Uma delas, o *Informe Semanal do Sistema de Abastecimento Alimentar Popular*, era divulgada nos 23 grupos de *WhatsApp* que agrupavam os consumidores cadastrados no sistema da Cesta Camponesa, bem como no perfil do Facebook do MPA-RJ.

²⁸ Humberto Palmeira. Oficina e Roda de conversa: O Trabalho de Comunicação no SAAP/MPA. Depoimento em Roda de Conversa [jun. 2022]. Mediadora: Bruna Távora. Rio de Janeiro, 2018. 4 arquivos .mp3 (160 min.). Depoimento concedido em oficina com objetivo de compartilhar os resultados preliminares da tese.

Figura 22: Print da postagem do Informe Semanal do Sistema de Abastecimento Alimentar Popular do Movimento dos Pequenos Agricultores no RJ na página do Facebook do MPA/RJ. Maio de 2020



Fonte: Facebook do MPA/RJ.

Inicialmente, o SAAP foi chamado de SAP (Sistema de Abastecimento Popular). A forma de conceituar foi um tema debatido entre os militantes, tendo sido pauta das reuniões políticas do movimento. Este movimento dialético entre ação e reflexão identificou que a palavra *alimento* deveria constar no conceito do sistema, que desde então passou a ser definido como Sistema de Abastecimento Alimentar Popular (SAAP). Tal exemplo é uma ilustração da percepção do MPA em torno da importância do trabalho de comunicação na organização dos processos efetivos de trabalho.

Atualmente, esse conjunto de atividades, bem como o trabalho de comunicação no SAAP/MPA ocorre a partir de cinco principais experiências político-econômicas: o Espaço Raízes do Brasil, a Campanha Mutirão contra a Fome, a Cesta Camponesa de Alimentos Saudáveis, as Feiras Camponesas e a Escola Camponesa Agroecológica Ana Primavesi.

8.3 O SAAP como Artefato de Comunicação: Grupos de Diálogo e Experiências Político-Econômicas

8.3.1 O espaço Raízes do Brasil no Rio de Janeiro

O espaço Raízes do Brasil fica localizado no bairro de Santa Teresa, região central do Rio de Janeiro. Ele foi aberto em maio de 2017 e marca uma ampliação no trabalho de comunicação e de comercialização do MPA no RJ. Desde então, vem funcionando como local de interação e comunicação do movimento entre si e com os outros grupos de diálogo, tais como sindicatos, organizações do terceiro setor, mandatos políticos, partidos políticos e outros movimentos sociais.

A experiência integra ainda a vida e o cotidiano dos trabalhadores e da militância que organizam o sistema, pois parte deles reside no local. Lá, é um espaço de moradia e convívio comum de um conjunto de militantes que desenvolve periodicamente a iniciativa, e também espaço técnico-administrativo e estrutural para o gerenciamento do SAAP.

A existência do espaço é fruto da parceria com a Federação Única dos Petroleiros (FUP), e é mais comumente utilizado com grupos de diálogo ligados ao espectro político da esquerda partidária e dos movimentos sociais do campo e da cidade e de organismos internacionais, tais como a Via Campesina Internacional e a Confederação Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC).

Na perspectiva da comercialização, lá são ofertados os seguintes serviços: hospedagem; aluguel de espaço para eventos, reuniões e atividades políticas; mercado de alimentos agroecológicos; serviço de café da manhã, almoço e petiscos; serviços de *buffet*, dentre outros.

Desde 2017, o MPA vem desenvolvendo um conjunto de atividades no Raízes do Brasil, utilizando o espaço como momento do encontro comum de atividades políticas e culturais, tais como reuniões, saraus, lançamento de livros, eventos de música popular latino-americana e ligados à política, dentre outros (TEIXEIRA; PALMEIRA, 2020).

Um destaque importante a se fazer foram os eventos nomeados de “noites latino-americanas”. Ocorria da seguinte forma: em cada edição se escolhia um país da América Latina. A partir dos elementos da cultura desse país, diversas pessoas se revezavam para cantar, tocar, recitar poesias e cozinhar, proporcionando, assim, uma interação entre a diversidade da cultura que temos em *nuestra América* [...]. O espaço acolheu diversos eventos da esquerda, tais como os aniversários da revolução cubana, bazares Lula Livre, cafés pela democracia, constituindo-se como um ponto de apoio para outros movimentos sociais que precisam de espaço para reuniões e preparações de eventos, como foi o encontro nacional do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), que aconteceu em 2017. (TEIXEIRA; PALMEIRA, 2020, p. 40-41).

Dentre as atividades culturais que passaram, Teixeira e Palmeira (2020) destacam o café pela democracia; as rodas de viola caipira e de samba; as noites latino-americanas; os

lançamentos de livros, como o “*Atlas do Agronegócio*” (SANTOS; GLASS, 2018) e “*O Protegido: por que o país ignora as terras de FHC*” (CASTILHO, 2019); dentre outras com ênfase na articulação com outros organismos políticos que possuem pautas semelhantes. O lançamento dos livros culminou com a organização de uma Biblioteca Camponesa, que fica localizada no salão principal do Espaço.

Figura 23: Panfleto digital de divulgação da festa Noite da Rebeldia Cubana de 2022, que ocorre sempre no dia 26 de julho.



Fonte: Instagram @raizesdobrasil.rj.

As referências aos signos de luta dos movimentos latino-americanos perpassam também a ornamentação do espaço, que tem um conjunto de signos que expressam o vínculo do MPA com as lutas camponesas latino-americanas, tais como imagens. Esses símbolos constituem e consolidam o sistema de signos que medeia os modos de vida e de produção da resistência camponesa latino-americana.

Figura 24: Mural pintado na parede do Espaço Raízes do Brasil tem referência no muralismo mexicano e expressa a Aliança Camponesa e Operária por Soberania Alimentar e Poder Popular.



Foto: Acervo MPA/RJ.

No mural, pintado pelo companheiro Gabriel Amorim, um companheiro da luta organizada do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, vemos o campo e a cidade, representados pela aproximação entre uma Unidade de Produção de Alimentos, e casas que representam a favela, e em que trabalhadores e camponeses acessam e seguram alimentos, sementes e raízes, como a mandioca. O punho em riste do trabalhador ao fundo e à frente do sol expressam a estratégia do Poder Popular em direção ao socialismo. O mural fica localizado no salão do Raízes do Brasil, onde ocorrem as atividades e é ofertado o serviço de alimentação.

O espaço também é um território de formação para a própria equipe de trabalho. Na perspectiva do trabalho de comunicação que ocorre entre a equipe que vive no local, é notável a importância em morar em um mesmo lugar, o que permite a configuração de um espaço intensivo de formação técnico-política da equipe.

Figura 25: Roda de Conversa na atividade de 5 anos do Raízes do Brasil, com o mural ao fundo.



Fonte: Instagram @raizesdobrasil.rj.

8.3.2 Cesta Camponesa de Alimentos Saudáveis

A Cesta Camponesa de Alimentos Saudáveis surgiu em 2015 por meio da parceria do MPA com o Laboratório Questão Agrária em Debate, vinculado à Escola de Serviço Social da UFRJ. Ela é o resultado da organização da comunicação do MPA com três principais grupos de diálogo: as famílias camponesas, os estudantes, professores e técnicos da universidade e os grupos de consumidores urbanos. Atualmente, a comercialização da cesta funciona por meio da oferta de uma lista de produtos pelo [site www.cestacamponesa.com.br](http://www.cestacamponesa.com.br). Desde seu início, ela carrega a dimensão política ligada à participação ativa das pessoas que compram o alimento. Um exemplo destacável é o esforço do MPA em construir o conteúdo do neologismo *cestante* para caracterizar os consumidores da Cesta Camponesa, demarcando uma diferença conceitual em relação ao termo *consumidor*.

Essa dimensão conceitual derivou da forma organizativa, que consistia na organização de Núcleos Territoriais de Cestantes, que envolveu os consumidores de maneira ativa na organização e dos fluxos de trabalho do SAAP. Em seu início, esses núcleos foram formados por um cestante voluntário que auxiliou a organização dos fluxos de informação da entrega de

alimentos, tirando dúvidas, fazendo o controle de qualidade dos alimentos recebidos, dentre outras demandas comunicacionais ligadas ao funcionamento da comercialização. Atualmente, essa função foi profissionalizada e é realizada por uma função específica do organograma do SAAP, apoiada pelo Coletivo de Comunicação do MPA.

Figura 26: Processo de montagem da Cesta Camponesa no espaço Raízes do Brasil.



Fonte: Acervo da autora.

Na perspectiva de Marciano Silva, que também integrou a equipe do SAAP no período aqui analisado, e em entrevista concedida²⁹ para esta tese, há o destaque que a Cesta Camponesa está relacionada diretamente ao fortalecimento do diálogo com os consumidores, observando a necessidade de "formação" desse grupo de diálogo, possibilitando assim o conhecimento sobre as particularidades do consumo do alimento agroecológico de origem camponesa.

São destacados como importantes os seguintes enunciados: a apresentação de produtos; formas de armazenamento; utilização em pratos e receitas; sazonalidade; momento da colheita; acolhimento de reclamações e compartilhamento de informações, sobretudo nos grupos de *WhatsApp* utilizados no diálogo entre o MPA e os grupos de consumo.

²⁹ SILVA, Marciano. Entrevista concedida por e-mail no dia 20 de junho de 2022.

8.3.3 Campanha Mutirão Contra a Fome: frente urbana de organização política

A Campanha Mutirão Contra a Fome foi iniciada em abril de 2020, quando eclodiu a pandemia da Covid-19, e foi uma proposta de articulação da organização popular para mitigar os problemas da fome e da carestia agravadas pela pandemia. A metodologia de trabalho político-econômico consistiu na organização dos Comitês Populares do Alimento, que propõem vínculos com outros movimentos sociais e com lideranças de periferias locais, para a organização de pequenas experiências de abastecimento alimentar popular por meio da comunicação entre o MPA e esses grupos. A utilização de campanhas de mobilização é uma técnica comunitária de linguagem recorrente do MPA com seus grupos de diálogo.

Figura 27: Atividade do Comitê Popular do Alimento do Morro dos Macacos, realizada em articulação com Vive Pré-Vestibular Comunitário e Sindicato dos Petroleiros, em março de 2021.



Fonte: Acervo da autora.

A Campanha emula uma forma de política pública que organiza o abastecimento alimentar por meio da comunicação entre o campesinato e as populações e os movimentos sociais das periferias das cidades. Um de seus objetivos é fortalecer o vínculo político

organizativo com as famílias que vivem nos contextos urbanos (TEIXEIRA; PALMEIRA, 2020).

O trabalho de comunicação da militância do MPA com os grupos de diálogo prioritários da Campanha Mutirão Contra a Fome se dá pela mediação dos Comitês Populares do Alimento e tem o objetivo de vincular famílias em situação de insegurança alimentar junto ao MPA. Um dos enunciados difundidos no contexto da Campanha é: *Agricultura Camponesa para o Brasil não passar fome.*

Figura 28: Atividade do Comitê Popular do Alimento do Morro dos Prazeres em março de 2022.



Fonte: Fonte: Instagram MPA/RJ.

Um dos resultados observados por meio dessa forma de vínculo é que, pela mediação dessa experiência político-econômica, é fortalecida a forma político-organizativa do chamado Bloco Camponês e Operário (BOC), uma estratégia afirmada pelo MPA em direção à soberania nacional.

Atualmente, as atividades são desenvolvidas em articulação com lideranças territoriais dos seguintes territórios do município do Rio de Janeiro: Rocinha, Morro dos Macacos, Mangueira, Morro dos Prazeres, horta comunitária do Morro do São Carlos, Centro Socialista Penha Circular e Escola Popular de Boxe, no Morro do Cavalão.

Figura 29: Bandeira do MPA erguida em uma laje na favela da Rocinha, compartilhada no grupo de *WhatsApp* e nas redes sociais do MPA.



Fonte: Instagram do MPA.

Figura 30: Alimentos da agricultura camponesa na Escola de Boxe do Morro do Cavalão, em Niterói.



Fonte: Instagram MPA.

Nesse contexto, as atividades também fortalecem o vínculo e a comunicação com outros movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), por meio dos espaços de Cozinhas Comunitárias.

Figura 31: Militantes do MPA e do MTST na distribuição de alimentos agroecológicos à cozinha solidária do MTST em São Gonçalo, região metropolitana do RJ.



Fonte: Instagram MPA.

9.3.4 Feira Camponesa

A Feira Camponesa é um espaço privilegiado do trabalho de comunicação entre o MPA e os consumidores, pois é um momento de encontro e troca direta entre a equipe do SAAP e os consumidores.

Figura 32: Bruno Geraldo em atendimento à feirante nas feiras de quarta.



Fonte: Acervo da autora.

Atualmente, no ano de 2022, ela ocorre às quartas e sábados no espaço Raízes do Brasil. E, de maneira quinzenal, no campus Praia Vermelha, da UFRJ. Conforme destacado na Parte I da tese, as feiras foram as primeiras experiências de comercialização do MPA no RJ, por meio das quais teve início o processo de comercialização junto aos camponeses de Campos dos Goytacazes, Região Serrana e Baixada Fluminense. Suas primeiras ocorrências foram resultado do trabalho de extensão realizado pelo QADE junto à turma Carlos Nelson Coutinho, de estudantes de Serviço Social do Pronera.

Antes da pandemia da Covid-19, havia a ocorrência de participação em feiras de outras instituições, tais como as feiras ligadas à Rede Carioca de Agricultura Urbana, momento em que o MPA levava a Barraca Camponesa de Alimentos Saudáveis para a Feira da UFRJ, localizada no Campus da Praia Vermelha, Feira Josué de Castro, localizada na Fundação Oswaldo Cruz, Feira da UNIRIO, dentre outras.

8.3.5 Escola Camponesa Agroecológica Ana Primavesi (ECAAP)

Essa é a atividade mais recente realizada pelo SAAP/MPA e tem objetivo de configurar um espaço de experimentação e inovação camponesa, podendo testar procedimentos que

possam ser replicados nas Unidades de Produção acompanhadas pelo SAAP/MPA. Atualmente, conta com um militante que é responsável por cuidar do local e está sendo acompanhada pelo QADE. Está localizada na cidade de Magé, na Baixada Fluminense, espaço cedido pelo Sindicato dos Gráficos do Rio de Janeiro. Dentre as atividades desenvolvidas no local, está a produção de biofertilizantes, produzidos a partir da metodologia das oficinas de Biopoder Camponês.

Figura 33: Mutirão na Escola Camponesa e Agroecológica Ana Primavesi, localizada em Magé, RJ. Na foto, corte do bambu para a organização de canteiros de produção.



Fonte: Instagram MPA.

8.4 Enunciados e produtos do trabalho de comunicação: conteúdo ético-político, conteúdo estético e conteúdo técnico-científico no SAAP

Nesta seção, apresento o sistema de signos que observei no SAAP, por meio das formas do conteúdo e das formas de expressão do contexto do SAAP, buscando descrever o trabalho de comunicação e as técnicas de linguagem utilizadas na organização desse sistema de significações que ocorrem nas experiências acima relatadas e junto aos grupos de diálogo já mencionados. Irei destacar o conteúdo ético-político, conteúdo estético e o conteúdo técnico-

científico. Também relaciono os grupos de diálogo prioritários a quem são dirigidos esses conteúdos e reflito sobre a dimensão da luta de classes e da hegemonia.

Aqui, acompanho a dimensão do conceito de comunicação presente no documento político do MPA, em que está presente tanto o trabalho de comunicar, quanto a atividade simbólica de organizar a experiência e constituir a hegemonia política do grupo. Vejamos:

Mais que comunicar as ações do movimento e denunciar as mazelas do agronegócio, **a comunicação toma o sentido ativo de ser instrumento organizador do povo e um cimento das classes populares**. Integrar a tradição oral do campesinato aos meios de comunicação de massas e às novas tecnologias digitais e redes sociais, com vistas a **formar uma nova consciência favorável às mudanças estruturais, de caráter popular e democrático, é o desafio permanente do movimento na batalha das ideias** [...]. Essa concepção implica desenvolver uma verdadeira frente de comunicação, estruturando formas organizativas no território, nacional e internacionalmente; o nível básico e popular de comunicação integrado aos métodos e instrumentos mais modernos para fazer frente à guerra híbrida, propagandeando as noções de agroecologia camponesa, abastecimento popular, poder popular, organização política, governança comunitária, enfim, fazendo a denúncia do capitalismo (MPA, 2019, p. 50, grifo nosso).

Vemos a percepção e ênfase no trabalho de comunicação, que tem um conjunto diverso de finalidades e envolve desde organizar o consumo, até educar e formar os grupos de diálogo de modo a “ajudar a soldar as frentes, fazendo com que cada uma saiba do todo e o todo das partes, [usando] linguagem adequada e específica para cada frente e para o conjunto da sociedade e, quando direcionada para sociedade, utilizar os avanços do marketing”. (MPA, 2019, p. 51).

Vejamos.

8.4.1 Conteúdo ético-político: o campesinato como classe social

Dentre a complexidade do trabalho de comunicação observado na práxis do Movimento dos Pequenos Agricultores, inicio pelo destaque para a consolidação da palavra *campesinato* como um trabalho de comunicação que perpassa todas as outras. Antes de analisarmos especificamente o tema, recupero uma reflexão de Florestan Fernandes (2012) acerca do que nos guiará na compreensão da análise da palavra.

O debate terminológico não nos interessa por si mesmo. É que o uso das palavras traduz relações de dominação. [...] Nessa conjuntura, confundir os espíritos quanto ao significado de determinadas palavras-chave vinha ser fundamental. É por aí que começa a inversão das relações *normais* de dominação. Fica mais difícil para o dominado entender o que está acontecendo

e mais fácil defender os abusos e as violações cometidas pelos donos do poder. [...] **Elas [as classes trabalhadoras] precisam, libertar-se da tutela terminológica da burguesia (isto é, de relações de dominação que se definem, na área da cultura, como se fossem parte do ar que respiramos, ou “simples palavras”).** Ora, em uma sociedade de classes da periferia do mundo capitalista e de nossa época, não existem “simples palavras” [...]. Se a massa dos trabalhadores quiser desempenhar tarefas práticas específicas e criadoras, ela tem de se apossar primeiro de certas palavras-chave (que não podem ser compartilhadas com outras classes, que não estão empenhadas ou que não podem realizar aquelas tarefas sem se destruírem ou sem se prejudicarem irremediavelmente). **Em seguida, deve calibrá-las cuidadosamente, porque o sentido daquelas palavras terá de confundir-se, inexoravelmente, com o sentido das ações coletivas envolvidas pelas mencionadas tarefas históricas.** (FERNANDES, 2012, p. 46-47, grifo nosso).

A percepção do sociólogo Florestan Fernandes em torno da palavra está presente em seu texto *O que é Revolução* e nos permite observar a centralidade do aspecto comunicacional na luta de classes. Ela está ligada ao processo de dominação e é a síntese de uma experiência e uma vivência que ocorrem na realidade prática da vida.

Na perspectiva da filosofia da linguagem, Bakhtin (2006) também apresenta um conjunto vasto de reflexões sobre a importância da palavra. Ele destaca que, “na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial”. (BAKHTIN, 2006, p. 96).

Por fim, na perspectiva de Rossi-Landi (1985), as palavras não surgem e nem existem de modo natural, mas são o resultado de um trabalho linguístico que permitiu o surgimento e a configuração desses signos. Vejamos em sua citação:

As palavras, enquanto unidades da língua, são produtos do trabalho linguístico; servimo-nos de tais produtos como materiais e instrumentos no decorrer de um trabalho linguístico ulterior, graças ao qual se produzem mensagens. Este grupo de posições leva-nos ao cerne da questão. [...] Da constatação de que as palavras e as mensagens não existem em estado natural, uma vez que são produzidos pelo homem, conclui-se imediatamente que elas também são produtos de trabalho. (ROSSI-LANDI, 1985, p. 66-67).

Em relação ao MPA, o trabalho de comunicação consiste em difundir e massificar a palavra campesinato, difusão que vem contextualizada com uma ação: a de promover a *afirmação camponesa*. A palavra campesinato é utilizada como um artefato comunicativo na práxis do MPA e, pela mediação desse signo, o movimento expressa o campesinato como classe em luta. Deste modo, o conteúdo da palavra está referido a uma visão de mundo que afirma o

campesinato como sujeito político e classe social no âmbito da luta de classes do capitalismo mundial.

A circulação do signo é promovida por meio de distintas formas de expressão e está relacionada às características dos grupos de diálogo e às experiências econômicas, por intermédio das quais os trabalhadores militantes do MPA realizam o trabalho de comunicação. Seu significado vem contextualizado por meio de um conjunto de distintas combinações.

Em relação a quem conforma o campesinato, o MPA (2019) comprehende o camponês em sua existência diversa e heterogênea, a partir da observação da complexa formação social brasileira, que tem como característica a existência de comunidades pesqueiras, de agricultores, extrativistas, indígenas, dentre outras, e que mantém uma relação de extração, subsistência e comercialização com os recursos naturais. Nessa percepção, o camponês tem a propriedade, ainda que limitada, de meios de produção e de terra, possuindo, portanto, uma “autonomia relativa, condição que o controle dos fatores de produção e da gestão do trabalho pode oferecer” (MOTA; ZARTH, 2015, p. 15).

Horácio Martins de Carvalho (2005, p. 213), um importante interlocutor do movimento, ao refletir sobre a palavra, destaca o seguinte aspecto:

“Camponês” e “latifundiário” são “palavras políticas”, introduzidas para explicitar a existência de duas classes sociais no campo e para dar unidade às lutas camponesas. Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas numa concepção da história, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais.

A definição e uso da palavra permitem refletir sobre a posição distinta do campesinato em relação à tradicional classe operária ou trabalhadora que vende a força de trabalho em troca de salário. Ela carrega a contradição entre campesinato e donos de terras, Mota e Zarth (2015, p. 13) afirmam que isto

não é residual na sociedade brasileira, constituindo-se um dos pilares de sua estrutura social. [...] essa luta foi e continua sendo muito forte em diversos momentos e sob as mais variadas formas. Ela tem um caráter eminentemente político e corresponde ao que se costuma chamar “o movimento camponês”.

Além de um caráter eminentemente político, a palavra possui também significado político-econômico e sociotécnico e demarca o aspecto técnico-produtivo e antagônico da produção monocultural realizada pelos grandes proprietários de terra. Deste modo, observamos que a palavra *campesinato*, além de significar o sujeito político ativo na luta pela hegemonia social, também comprehende a dimensão de conhecimento sobre a produção de alimentos e

energia, expressando a ação de um sujeito que produz uma alternativa ecológica e sustentável ao modo de produção da agricultura convencional.

Esse é o significado presente no livro *Sobre a Evolução do Conceito de Campesinato* (GUZMÁN; MOLINA, 2013), publicação que o MPA construiu ativamente. Aqui, ele está associado a

uma forma de manejar os recursos naturais vinculada aos agroecossistemas locais e específicos de cada zona, utilizando um conhecimento sobre tal entorno condicionado pelo nível tecnológico de cada momento histórico e o grau de apropriação de tal tecnologia, gerando-se assim distintos graus de “camponesidade” (no original: grados de campesinidad). (GUZMÁN; MOLINA, 2013, p. 76).

Deste modo, no contexto de significação da palavra, além do conteúdo ético-político de negação da forma capitalista da produção social, consta também um trabalho de comunicação que busca ampliar a percepção da existência de um sistema técnico-produtivo camponês que organiza a cooperação e a produção social e que deve ser ampliado e expandido. Esse significado é menos reconhecido, até mesmo entre acadêmicos e militantes, e consiste em ampliar o conhecimento da sociedade em torno da forma de produzir do camponês. Segundo Mota e Zarth (2015), essa dimensão deveria ser mais valorizada e discutida.

Esta se traduz pela adoção de práticas produtivas (diversificação, intensificação, etc.), formas de uso da terra, relações com os recursos naturais etc. Formam-se, assim, os contornos de um saber específico que se produz e se reproduz contextualmente. **É claro que o campesinato não se esgota na dimensão de um *métier* profissional, nem a ela corresponde um modelo imutável, incapaz de assimilar mudanças, mas é imprescindível para que possa compreender seu lugar nas sociedades modernas.** Sua competência, na melhor das hipóteses, é um trunfo para o desenvolvimento de “Uma outra agricultura” ou para a perseguição da sustentabilidade ambiental e social como valor. E na pior das hipóteses (para não idealizar a realidade), um potencial que poderia ser estimulado na mesma direção. Não é sem consequência que sua existência esteja sendo hoje tão exaltada como um dos pilares da luta pela reconstituição dos inerentes princípios de reprodução da natureza, tão subsumidos que estiveram e continuam estando a uma racionalidade técnica, em certos casos exagerada pela crença em uma artificialização dos recursos naturais reproduzidos em laboratórios e empresas industriais. (MOTA; ZARTH, 2015, p. 14, grifo nosso).

Observei a existência do trabalho de comunicação da afirmação camponesa com um conjunto de organismo multilaterais como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), Convenção da Diversidade Biológica (CDB), Tratado Internacional de Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e Agricultura (TIRFAA/FAO), Organização Mundial do Comércio (OMC

– acordo sobre a propriedade intelectual no comércio), Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (Inpi), Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio).

Na perspectiva desses fóruns, um dos contextos em que é apresentada a afirmação camponesa diz respeito às contribuições do modo camponês e dos sistemas camponeses de produção de fazer a agricultura, incidindo no debate sobre o papel da agricultura camponesa no enfrentamento às questões climáticas e da conservação ambiental (SILVA, V. 2014).

A palavra campesinato, uma vez mobilizada no trabalho de comunicação que media o vínculo do MPA com seus diversos grupos de diálogo, expressa e instrumentaliza a organização política do movimento, na medida em que sintetiza em um signo os conteúdos ético-políticos, técnico-científicos e estéticos que precisam ser difundidos e recriados em orientação à implementação de sua estratégia político-econômica.

Na perspectiva do que tenho trabalhado nesta tese, podemos destacar que se trata de um trabalho de comunicação que tem a finalidade específica de fortificar sua hegemonia produtiva e cultural. Em tal exemplo, vemos a pertinência das reflexões de Bakhtin (2006) acerca da palavra. Para o autor, a palavra enquanto exterioridade é uma forma de expressão semiótica que deve ser analisada a partir dos conteúdos e significados em sua interação com a realidade. Ele reafirma que “o centro organizador e formador [da consciência] não se situa no interior, mas no exterior. **Não é a atividade mental que organiza a expressão**, mas ao contrário, é a expressão que organiza a atividade mental, que a modela e determina sua orientação”. (BAKHTIN, 2006, p. 114, grifo nosso).

Nesse aspecto, aqui está presente a dimensão ontológica da consciência social e sua relação com os sistemas de signos, uma vez que é possível observar que o trabalho de comunicação de reforçar significados e contextos relacionados ao campesinato consistiu em uma totalidade que media a experiência social, conformando os conteúdos e as formas de expressão por meio dos quais nos comunicamos. Nesse sentido, o conteúdo sintetizado no conceito de campesinato permite expressar o conteúdo ético-político, técnico-científico e estético do projeto estratégico do MPA. Essa afirmação aparece por um conjunto diverso de formas de expressão, vejamos algumas.

8.4.1.1 De Jeca Tatu a Zé Brasil

A palavra campesinato e suas adjetivações derivadas são um artefato de comunicação, utilizado pelo movimento, para demarcar sua posição e proposta política no contexto das lutas sociais que trava no âmbito da sociedade civil. Ela carrega o conteúdo da proposição ética, técnica e estética do movimento e tem sido um importante signo para tensionar os debates e disputar a hegemonia social.

Muitas são as formas de difundir essa visão de mundo no contexto do MPA. A primeira que destaco é aquela realizada por um recurso metafórico, e versa sobre o antagonismo entre os personagens *Jeca Tatu* e *Zé Brasil*, da literatura de Monteiro Lobato. Esse artefato expressivo é dirigido, principalmente aos grupos de diálogo ligados à base camponesa e à militância do MPA.

Por intermédio da mobilização da imagem de ambos os personagens e de seu antagonismo, os militantes do movimento explicam o significado e o objetivo do programa político do MPA, ao mesmo tempo em que realizam a crítica ao significado atribuído ao camponês como sendo um sujeito atrasado, muitas vezes caracterizado como um Jeca Tatu, o que rebaixa seu papel político na luta social contemporânea.

O militante Odair José, dirigente nacional do MPA, em entrevista ao Brasil de Fato, publicada no site do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST, *online*)³⁰ destacou o seguinte aspecto:

Há uma cultura pesada em cima do campesinato, e isso foi intencional, porque tinha que ter uma migração de pessoas para trabalhar nas grandes fábricas e esvaziar o campo, garantindo o domínio do latifúndio. E não é só pela economia ou política que se esvazia o campo, é pela cultura. Desde o Jeca Tatu já se falava que o campesinato era atrasado, feio, tinha dente quebrado e que o país precisava de uma coisa mais moderna, do progresso. [...] Eu não vejo atraso em quem quer produzir alimento saudável para o povo brasileiro. O campesinato é uma proposta alternativa de vida frente ao agronegócio, que é a proposta de morte para o campo.

Na citação do militante, podemos aferir o reconhecimento da existência de um trabalho de comunicação feito com a finalidade de construir o signo do atraso do camponês, bem como a ação do MPA em fortalecer o significado do campesinato associado à produção de alimentos e antagônico ao agronegócio.

³⁰ “O povo brasileiro não se alimenta, come algo que acha ser alimento.” Entrevista concedida a José Coutinho Jr., disponível em <https://mst.org.br/2015/10/06/o-povo-brasileiro-nao-se-alimenta-come-algo-que-acha-ser-alimento-afirma-lideranca-do-mpa/>. Acesso em: 18 jan. 2022.

O Jeca Tatu foi uma personagem criada por Monteiro Lobato, e teve sua primeira aparição na literatura em 1914, tendo se popularizado ao senso comum como o homem do campo, sempre visto como atrasado e preguiçoso (PARK, 1999). Três são os momentos do Jeca Tatu na literatura do autor. Primeiro, em 1914, em um artigo chamado “*Velha Praga*”, o Jeca Tatu aparece como um caboclo ignorante que é adepto às queimadas e, portanto, um agente de degradação ambiental. Em um segundo momento, em 1920, em um trabalho intitulado “*Jeca Tatu e a Ressurreição*”, o camponês aparece sendo “salvo” e “curado” a partir da instrução e medicalização e, afinal, em 1947, em “*Zé Brasil*”, converte-se no sujeito político que passa a aderir às ideias do revolucionário Carlos Prestes, momento em que o latifúndio é apresentado como destruidor, por meio da denúncia do coronel Tatuíra, que possui terras, porém não planta (PARK, 1999).

Na citação do militante Odair José, fica explícito o trabalho de comunicação que consiste em mobilizar tal metáfora para criticar a visão de mundo hegemônica em torno do camponês, que é significado como um Jeca Tatu. Utilizando tal recurso, o militante promove sua análise crítica e discussão pela negação do signo do camponês atrasado.

Como podemos ver na pesquisa de Park (1999), já na época de sua divulgação na literatura brasileira, foi notado o papel político-organizativo que cumpria o signo artificial do camponês atrasado, tendo o próprio Monteiro Lobato transformado as características associadas ao personagem ao longo de desenvolvimento de suas obras. O antagonismo entre esses dois momentos do personagem Jeca Tatu e Zé Brasil é um procedimento de comunicação do movimento, portanto, uma técnica de linguagem utilizada pela militância para difundir o conteúdo que afirma o campesinato enquanto classe social. Vejamos nas palavras de Humberto Palmeira, em entrevista concedida a esta autora para a realização da tese.

Quando Monteiro Lobato se refere ao Zé Brasil, faz menção a Luiz Carlos Prestes que foi um dos principais símbolos das lutas sociais dos anos 40 do século XX. Veja essa citação... é o que Prestes quer. *O sonho dele é fazer que todos os que trabalham na terra sejam donos de um sítio de bom tamanho, onde vivam felizes, plantando muitas árvores, melhorando as benfeitorias.* O Zé Brasil de Monteiro Lobato é o campesinato que hoje vincula a prática política na luta cotidiana³¹.

No conteúdo do depoimento dado por Beto, vemos que o trabalho de difundir e usar a palavra campesinato é uma estratégia de diálogo utilizada para promover a compreensão do

³¹ Depoimento concedido por Humberto Palmeira na Roda de Conversa [...]. A citação referida está no livro LOBATO, José Bento Monteiro. **Zé Brasil**. Editorial Vitória, Rio de Janeiro, 1947.

papel do camponês no interior da luta de classes protagonizada pelo movimento social, e também para disputar tal sentido no contexto da linguagem e da luta de classes.

O antagonismo do camponês atrasado é um enunciado também direcionado a uma parcela do espectro político da esquerda brasileira que não considera a força política do movimento camponês. Observamos que o esforço em transformar a palavra, os modos de vida e os modos de produção do sujeito camponês logrou se consolidar também no campo político das esquerdas que, igualmente, atribui ao campesinato o signo de atraso.

Destaco ainda que, nesse trabalho de comunicação, comparece uma distinção e uma identidade entre *conceito* e *símbolo* – entre mito e ciência, conforme trabalham Mariátegui (2005) e Gramsci (2012). Uma vez que a palavra campesinato é uma forma de expressão simbólica e conceitual, e a socialização desse signo se dá por meio de metáforas, combinando exposições conceituais com símbolos, envolve mobilizar pensamento e sentimento.

8.4.1.2 Afirmiação camponesa junto ao poder público, intelectuais e universidades

Outro grupo de diálogo com o qual o MPA organiza sua comunicação, e difunde os conteúdos da afirmação camponesa, são políticos e parlamentares ligados aos governos executivos e universidades. Um fato relevante que envolve a comunicação com o poder público é citado em documentos oficiais do movimento e refere-se a uma audiência realizada entre o MPA e o Estado brasileiro como interlocutor de diálogo, na época, na gestão do governo Lula, no ano de 2003 (MPA, 2019).

A militância do movimento relata uma reunião realizada com o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Bernard Arpy, na gestão do ministro Antônio Palocci, e que tinha como objetivo apresentar uma proposta de construção de política pública que integrasse a produção de alimentos pelo campesinato e o atendimento à questão da fome e da segurança alimentar das famílias atendidas pelos programas sociais do Estado.

Nesta reunião, as propostas levadas pelo movimento consistiam em construir um programa de enfrentamento à fome que tivesse em sua estrutura produtiva o protagonismo das famílias camponesas, pautando o assim chamado Fome Zero (MPA, 2019). “Foram várias reuniões, mobilizações, e negociações com poucos avanços estratégicos. Todos os acenos eram de avanços táticos, pequenos, periféricos e o peso da nova política estava centrado no agronegócio e na agricultura familiar subordinada ao agronegócio”. (MPA, 2019, p. 20).

Tendo acumulado experiências com intervenção em outras políticas públicas, sobretudo aquelas ligadas ao Pronaf e às políticas de Habitação Rural, o MPA organizou uma proposta política para apresentar como projeto no contexto do governo neodesenvolvimentista. No entanto, apesar da mobilização de um conjunto de estratégias que envolveram o tema da produção e do abastecimento alimentar – das quais destaco uma proposta que integrava a circulação e o transporte dos alimentos com a estrutura logística da Empresa Pública dos Correios – a abordagem do Estado junto ao movimento foi de rejeição à proposta. Bernardo Harpy expressou a compreensão do ministério em relação ao projeto do campesinato, utilizando a seguinte frase: “essa agricultura de subsistência que vocês defendem é um atraso, não tem futuro, não tem nenhuma viabilidade econômica”. (HARPY *apud* MPA, 2019, p. 24). Em mais uma ocasião, podemos observar o camponês relacionado ao signo do atraso.

A ascensão do Partido dos Trabalhadores em diversas instâncias dos governos municipais e federal, e o lançamento do Programa Fome Zero e de políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Agroecologia (PNA), Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e a ampliação do Programa de Habitação Rural colocaram no horizonte a ampliação dos recursos direcionados à manutenção do modo de vida e de produção do campo brasileiro. Apesar disso, a característica principal dos governos neodesenvolvimentistas para o meio rural manteve e ampliou a estrutura produtiva do agronegócio (MPA, 2019).

Dentre as estratégias de comunicação no âmbito do Estado, uma delas esteve ligada ao fortalecimento da expressão “agricultura familiar” em oposição à “agricultura camponesa”. A primeira, permitindo sua inserção em enunciados que não conflitavam com a dinâmica do agronegócio que, ao contrário, pressupunha integrar de maneira vertical a pequena produção. E a segunda, sendo mais fortemente uma oposição ao agronegócio, reivindicando políticas próprias (BRUNO, 2010).

No relato do próprio movimento, observamos como a interação provocada no diálogo com aqueles interlocutores influenciou a ampliação e a complexificação do trabalho de comunicação do MPA no tocante à ampliação do debate e da inserção do conceito de campesinato na agenda política.

Aquela infeliz audiência provocou uma profunda análise e reflexão, que redundou no desafio de realizar um estudo amplo e profundo do campesinato brasileiro e da formulação de uma proposta abrangente para o campo e para a agropecuária brasileira, que tivesse a classe camponesa como o principal sujeito histórico e o principal protagonista político, social e produtivo. (MPA, 2019, p. 26).

A partir de então, o MPA mobilizou um outro procedimento de comunicação, que teve como finalidade difundir o mesmo conteúdo voltado, principalmente, para um grupo de diálogo caracterizado pelos intelectuais e grupos políticos institucionais.

Nesse intuito, o movimento realizou um longo processo de estudos que resultou na edição do livro *O campesinato brasileiro no século XXI*, redigido por Horácio Martins de Carvalho (Ed. Vozes, 2005); na publicação de 9 volumes da coleção História Social do Campesinato (Unesp), organizada por Márcia Motta e Paulo Zarth; e na publicação de três importantes livros, um de Eduardo Guzmán e Manuel Molina, intitulado *Sobre a evolução do conceito de campesinato* (Ed. Expressão Popular, 2013), o *Revolução Agroecológica: o Movimento de Camponês a Camponês em Cuba* (MACHIN *et al.*, 2012) e, mais recentemente, *Marx Tardio e a Via Russa: Marx e as Periferias do Capitalismo* (THEODOR SHANIN, 2017) e o *Plano Camponês por Soberania Alimentar e Poder Popular* (MPA, 2019) que sintetiza o conjunto desses debates.

Ao passo em que organizava um trabalho de comunicação junto aos intelectuais para a organização de tais publicações, o diálogo com o campesinato organizado no MPA seguia ocorrendo por meio do conjunto diverso de experiências produtivas e econômicas e também por meio de textos e cartilhas de debate interno com a sua base política e social, com ênfase no Plano Camponês acima referido.

8.4.1.3 Campesinato, segurança alimentar e soberania alimentar

Outro trabalho de comunicação direcionado aos parlamentares é a solicitação de assinaturas de Carta Compromisso com o Plano Camponês, um procedimento de comunicação realizado, sobretudo, em períodos eleitorais. Na carta, consta um conjunto de medidas e propostas do MPA para a formulação de leis em âmbitos municipais, estaduais e federal, e seu conteúdo está contextualizado no âmbito das políticas públicas ligadas ao Combate à Fome e por Segurança Nutricional e Alimentar da população.

Figura 34: Militância do MPA entrega Carta Compromisso à parlamentar Renata Souza.



Fonte: Instagram MPA/RJ.

Além dos parlamentares, outros grupos de diálogo com os quais observei a comunicação a partir do enunciado da segurança alimentar são os movimentos sociais ligados à educação e os sindicatos das categorias educação e saúde – grupos com os quais o tema é contextualizado no âmbito do fornecimento da merenda escolar, do desenvolvimento cognitivo e de aprendizagem dos estudantes. O conteúdo também media o diálogo com os movimentos sociais de direitos humanos que atuam no combate à fome, tendo a perspectiva da alimentação como direito universal, bem como com os grupos que participam da Campanha Mutirão Contra a Fome.

Apesar da utilização do conceito, consta também no diálogo acerca do tema, a observação crítica de que a noção de Segurança Alimentar foi fortemente mobilizada pelas empresas capitalistas da agricultura como alternativa para o problema da fome. Mendonça (2010) confirma tal perspectiva destacando que o conceito foi utilizado com a finalidade de transmutar o caráter empresarial em missão social das organizações econômicas, buscando ainda uma oposição à reforma agrária e uma negação da concentração fundiária.

Nesse contexto, o empresariado agrário comparece como sujeito político que combateria a fome. Vejamos uma citação que a pesquisadora Sônia Mendonça (2010) recupera do discurso de posse da ABAG, feito pelo presidente Ney Bittencourt de Araújo em 2004.

Em matéria de segurança alimentar, o Brasil tem um papel a cumprir. É o quarto exportador de produtos do agrobusiness mundial e tem a sexta população mais malnutrida do planeta. **Acima de uma política agrícola o que está se discutindo é a urgência e o compromisso com uma política de alimentos.** O desenvolvimento rural e o aumento de produtividade jamais ocorrerão se não estiverem inseridos em um contexto de uma bem-sucedida estratégia global, dotada de alta competitividade (ARAÚJO, 1990 *apud* MENDONÇA, 2010, p. 222, grifo nosso).

Vemos na citação do representante do patronato rural o conceito sendo utilizado no contexto do aumento da produtividade e da competitividade, bem como as empresas sendo responsáveis por esse aumento. Em suas palavras, as empresas responsáveis por uma *política de alimento*. O enunciado reforça uma política de organização dos alimentos subsumida ao processo de acumulação desses grupos. Nesse contexto, a afirmação da Soberania Alimentar como uma dimensão mais radical da luta é apresentada como um antagonismo ao conceito de segurança alimentar e tem como frase que sintetiza essa perspectiva a insígnia difundida: “*Aliança Camponesa e Operária por Soberania Alimentar e Poder Popular*”.

Esse antagonismo permite uma ampliação da complexidade do diálogo, envolvendo conteúdos ligados à transição ao socialismo, onde figura o papel do campesinato nessa ação. Nessa perspectiva, está contida uma afirmação sobre autodeterminação dos povos, principalmente, frente ao aspecto imperialista, concentrador e centralizador dos regimes alimentares monopolistas, seus meios de produção e abastecimento nas periferias do sistema.

Dentre os conteúdos que destaco relevante nessa perspectiva, está aquele ligado à crítica aos processos contemporâneos de acumulação de capital – processos que consistem na intensificação da acumulação e da expropriação de áreas rurais, e onde vive e luta o movimento camponês. Em relação aos grupos de diálogo, estão os grupos camponeses que participam da práxis política e produtiva do MPA, além das comunidades periféricas que recebem a doação de alimentos por meio dos Comitês Populares de Alimentos, instância organizativa por onde ocorre a interação da Campanha Mutirão contra a Fome.

Além desses grupos, por meio do tema da soberania alimentar e do protagonismo camponês na produção de alimentos, ocorre o diálogo com categorias de petroleiros, por meio de suas federações, tanto a Federação Única de Petroleiros (FUP), quanto a Federação Nacional de Petroleiros (FNP), e os movimentos sociais ligados à Plataforma Operária e Camponesa de Energia, tais como o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento por

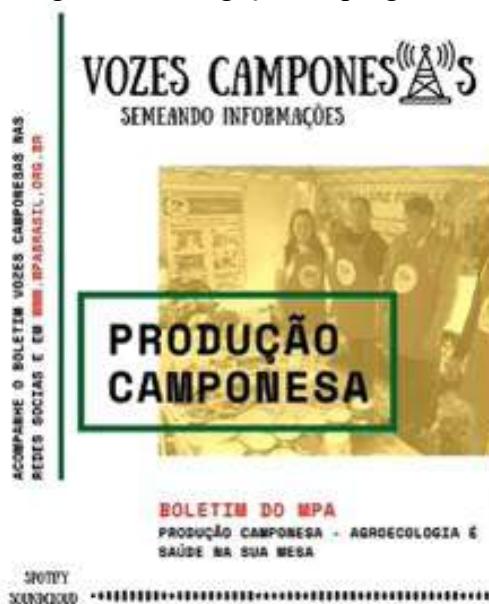
Soberania Popular na Mineração (MAM). Internacionalmente, o debate vincula o MPA à Via Campesina e à Coordenação Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC).

8.4.1.4 Adjetivações campesinas

A palavra campesinato adjetiva um conjunto de produtos de comunicação do MPA, figura nos rótulos de alimentos produzidos pelas cooperativas campesinas ligadas ao movimento e é utilizada em *hashtag* nas redes sociais. Em uma abordagem semiótica, observo que a finalidade mais abrangente do trabalho é massificar o uso da palavra e, ao mesmo tempo, mediante isso, fortalecer o modo de vida e o modo de produção camponês.

Vozes Camponesas – Semeando Informações, por exemplo, é o nome do boletim em formato radiofônico divulgado pelo MPA. O programa de rádio é distribuído por grupos de *WhatsApp* do movimento e é disponibilizado em plataformas de *streaming*. Tem cerca de 13 minutos e busca se comunicar, por meio da oralidade e da fala, com o campesinato de sua base social.

Figura 35: Banner digital de divulgação do programa Vozes Camponesas.



Fonte: reprodução Redes Sociais do MPA.

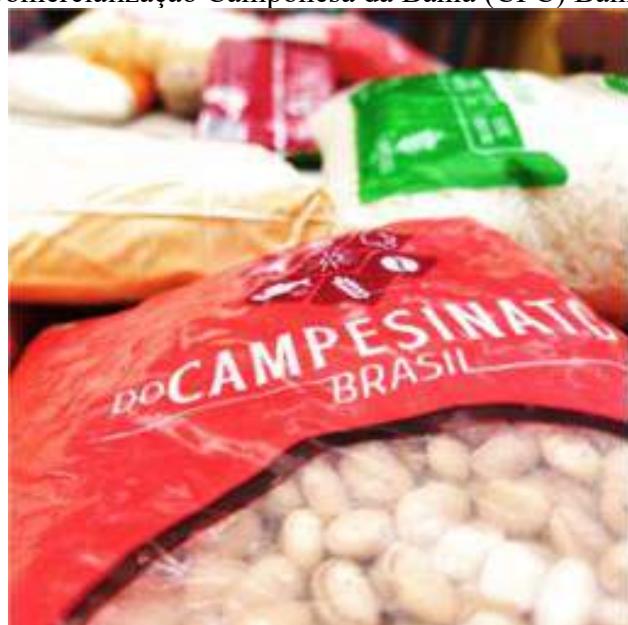
O Boletim Vozes Camponesas é produzido pelo Coletivo Nacional de Comunicação, e destaco esse programa a partir de dois pontos. Primeiro, atualmente é um instrumento de comunicação que realiza a interação e a distribuição das ideias do MPA com seus amplos grupos

de diálogo. O outro é que o processo de produzir os conteúdos do programa é realizado também por um trabalho comunicativo que também é formativo e envolve a entrevista de camponeses do MPA, que são convidados a organizar mensagens para compartilhar no Boletim.

O trabalho comunicacional de produzir depoimentos e selecionar parte das memórias e experiências para transmitir nos boletins é também uma técnica de linguagem que apoia a sistematização dos conteúdos, tanto na percepção individual daqueles que são entrevistados e convidados a participar, quanto na organização de uma forma de expressão que transmite a mensagem institucional do movimento.

A palavra campesinato também é utilizada como marca para a comercialização dos alimentos produzidos nas Unidades de Produção Camponesas vinculadas ao movimento, tendo se tornado uma linha de comercialização intitulada *Produtos do Campesinato*, que é a forma de identificação de alguns de seus produtos. Feijão do Campesinato, Mel do Campesinato são alguns itens produzidos nos sistemas camponeses de produção e que identificam a produção alimentar realizada.

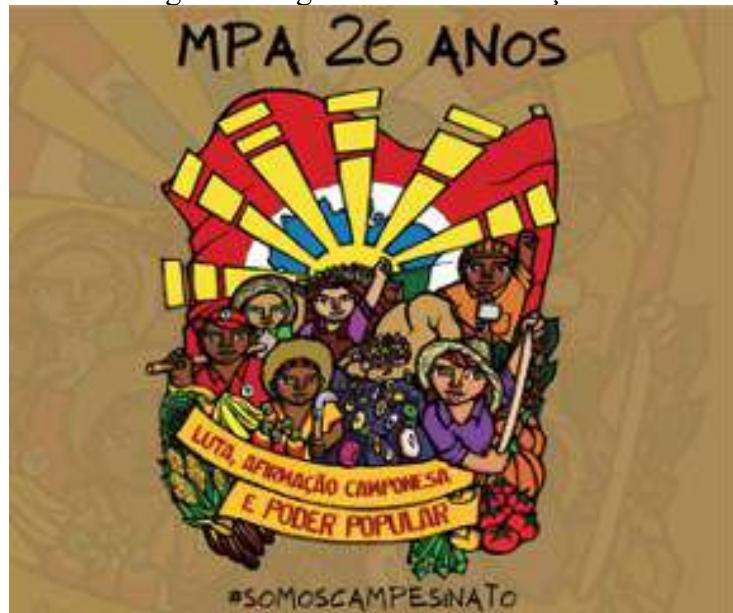
Figura 36: Embalagem do Feijão Carioca produzido pela Cooperativa de Produção e Comercialização Camponesa da Bahia (CPC) Bahia.



Fonte: Redes Sociais Raízes do Brasil/RJ

Abaixo, outra forma de expressão, essa em panfleto digital para redes sociais (Instagram e WhatsApp), que comemora os 26 anos do movimento com a reafirmação do conceito e utilização da hashtag #somoscampesinato.

Figura 37: Panfleto digital divulgado em comemoração aos 26 anos do MPA.



Fonte: Instagram @mpa.brasil.

Diante do exposto, podemos observar diferentes formas de expressão da afirmação camponesa, formas que foram constituídas pelo trabalho de comunicação realizado de maneira sistemática pelo movimento e buscam consolidar o enunciado político do campesinato como classe social.

8.4.2 Comer é um ato político! Conteúdos estéticos, valor de uso do alimento e os cestantes na dialética entre produção e consumo

A comensalidade tem se tornado uma forma de autoexpressão bastante relevante entre as práticas alimentares sociais contemporâneas (PACHECO, 2022; TANAKA, 2019). Na perspectiva do consumo, a sociedade das mercadorias logrou vincular uma relação entre a expressão estética pessoal e grupal com o conjunto de itens consumidos, fazendo com que retiremos nossa expressão estética das mercadorias (FONTENELLE, 2002).

Apesar de se apresentar como um dos grandes problemas estéticos e ético-políticos contemporâneos, uma vez que o padrão de consumo está, hegemonicamente, subsumido ao signo da mercadoria, na perspectiva das economias populares, o trabalho de comunicação que associa produtos com causas sociais tem crescido, gerando influência nas escolhas e nos hábitos alimentares. Isso, sobretudo entre as camadas médias que possuem capacidade de renda para acessar mercados de alimentos que têm essas identificações associadas (TANAKA, 2019).

No caso do MPA, o trabalho de comunicação, que tem como função organizar o consumo e vincular os consumidores no SAAP, é bastante destacável. A criação de um neologismo para fazer referência ao consumidor, que é a palavra “cestante”, expressa tal centralidade. Isto é também uma reflexão afirmada pelos militantes do MPA que definem a importância em realizar processos organizativos por meio desses dois sistemas, refletindo, assim, sobre a “dialética entre produção-consumo de alimentos, que passa inevitavelmente pela circulação”. (TEIXEIRA; PALMEIRA, 2020, p. 5).

ajustar produção e consumo é uma tarefa necessária para alimentar o país, assim como debater com a cidade o significado da lógica de produção de alimentos alicerçada no agronegócio com forte matiz exportador e a produção de alimentos voltada para as necessidades do povo brasileiro. O MPA está convencido que é fundamental que a cidade entenda, discuta e construa politicamente mecanismos de consumo solidificados no fortalecimento do poder popular, para isso é necessário que a cidade conheça mais o campesinato, seus dilemas, sonhos e lutas. (TEIXEIRA; PALMEIRA, 2020, p. 5).

Pela exposição dos militantes acima referidos, fica explícita a identificação e a necessidade de organizar os valores de uso dos alimentos agroecológicos, produzidos no contexto camponês, relacionando-os aos modos de vida do campesinato e, ao mesmo tempo, opondo tal experiência ao modelo do agronegócio. Tal articulação demanda formas de consumo que estejam vinculadas àquilo que os Sistemas Camponeses de Produção produzem, sendo fundamental o fomento de gostos e valores de uso que impulsionem a compra das mercadorias escoadas pelo SAAP. Nesse aspecto, o trabalho de comunicação na organização do consumo se torna fundamental.

Expressões como “*Comida de verdade*”, “*Comer é um ato político*”, “*O que você sustenta quando se alimenta?*” ganham espaço nos mercados de produção agroecológica, sendo bastante utilizadas na práxis do Movimento dos Pequenos Agricultores. Nesse contexto, a demanda por um trabalho de comunicação permanente entre produção e consumo é uma premissa para que o sistema da agroecologia camponesa ocorra.

Figura 38: Placa “Comer é um ato Político” reforça o enunciado ético-político e estético ligado à opção pelo consumo do alimento produzido no contexto do SAAP/MPA.



Fonte: Instagram MPA.

Figura 39: Sacola “Comer é um ato Político” foi também produzida para acomodar os produtos da cesta camponesa.



Fonte: Instagram Raízes do Brasil RJ.

Também é observada a demanda dos consumidores por uma comunicação que não estivesse restrita apenas à compra do alimento. Esse fato já vinha sendo relatado no cotidiano do trabalho nas diferentes experiências econômicas que compõem o SAAP. Por meio da

interação entre trabalhadores e consumidores no momento das feiras, da entrega das cestas e do momento do Café Camponês, foi notada a demanda e a recorrência de diálogos sobre temas diversos da política, o que vinha permitindo aferir o contexto por meio do qual esses grupos realizam o consumo no SAAP do MPA.

Figura 40: Momento de interação no Café da Manhã Camponês no espaço Raízes do Brasil.



Fonte: Instagram Raízes do Brasil RJ.

Nesses contextos, a comunicação ocorre de maneira bastante espontânea e pouco prescrita, estando mais próxima do vínculo ontológico à vivência comum, ligada à ontologia da interação social, momento em que dimensões pré-simbólicas, emocionais e afetivas são organizadas em signos e palavras pela mediação da experiência. Embora possamos falar da existência de um trabalho de comunicação nesse contexto – uma vez que até mesmo na frase “*Pode me trazer o sal?*” há existência de um trabalho anterior de organização desses sentidos e palavras – nesse âmbito cotidiano, estamos mais próximos da percepção da comunicação em sua dimensão de atividade simbólica.

Tal atividade é a que permite ao humano organizar os sentidos e tornar comum a experiência social, e assim realizar a interação verbal. A dimensão mítica, da emoção, da paixão e das afetações psicofísicas, como comentam Mariátegui (2015), Cusicanqui (2018) e Gramsci (2012), são importantes elementos nesse contexto, e estão vinculadas à organização das paixões e às formas de fruição social. Nesse aspecto, o trabalho de comunicação por meio das interações

está mais ligado a promover experiências em que dimensões da emoção e dos afetos são mobilizados de maneira mais intensa do que enunciados estruturados.

Figura 41: Momento de interação entre a equipe do SAAP e os cestantes, em um dia de entrega da Cesta Camponesa em setembro de 2018.



Fonte: Facebook do QADE.

Martins (2019) destaca que o trabalho em vincular produção e consumo pode ser considerado um aprendizado técnico na organização dos processos produtivos do movimento camponês ao longo dos anos 1980 e 1990, e consistiu na compreensão da identidade entre a produção e o consumo. O autor destaca que, ao longo dessas décadas, a luta esteve mais restrita à dimensão da produção, fato expresso na demanda generalizada por crédito.

Por sua vez, a ampliação das lutas para a dimensão do abastecimento e do consumo permitiu consolidar o debate “*da porteira para fora*”, ampliando o diálogo sobre o escoamento da produção camponesa, que esteve mais focalizada na necessidade de resistir e acessar as terras e, em seguida, organizar a produção (MARTINS, 2019). No contexto do SAAP, o desenvolvimento desse conhecimento combinou as ações focadas na produção dos alimentos agroecológicos com a etapa da circulação e da distribuição dos alimentos, fato que explica e justifica a consolidação desse sistema de abastecimento. A reflexão sobre o abastecimento desembocou, nesse aspecto, em uma identificação da necessidade de organizar o consumo alimentar, fato que foi fundamental no contexto inicial da pandemia da Covid-19.

8.4.2.1 Campanhas de comercialização e brigada de comunicação popular

Com a instauração da crise social em razão da pandemia da Covid-19, os procedimentos de trabalho e de comunicação do SAAP tiveram de ser radicalmente transformados. A impossibilidade do encontro pessoal e da circulação de pessoas, fato primordial no contexto da comercialização dos alimentos, foi alterada e, com isso, foi necessário construir saídas para a crise social que se instaurava.

Para responder tal demanda, o Coletivo Estadual de Comunicação, por meio de uma estrutura organizativa intitulada Brigada de Comunicação Popular, atuou no estabelecimento de procedimentos operacionais de comunicação para organizar o consumo junto aos cestantes, buscando organizar o consumo que duplicou em procura e que passou a estar restrito às interações nos aplicativos de mensagem (TEIXEIRA; PALMEIRA, 2020). A brigada foi organizada por meio de trabalho voluntário e foi montada a partir de uma chamada aberta para o conjunto dos grupos de diálogo do movimento.

Figura 42: Panfleto digital convocando voluntários para participar da Brigada de Comunicação.



Fonte: Acervo da autora.

A brigada articulou um conjunto de comunicadores que se dispuseram a participar voluntariamente da iniciativa e esteve ativa no período inicial da crise da Covid-19, entre março e julho de 2020. Ela consistiu no agrupamento de cerca de 15 profissionais de áreas diversas do

campo da comunicação (produtores de conteúdo, editores de áudio e vídeo, jornalistas, fotógrafos, dentre outros). A organização do trabalho da brigada foi assim realizada: os/as brigadistas se vincularam a um grupo de *WhatsApp*, onde foram socializadas as demandas, bem como os conteúdos, informes, materiais de áudio, vídeo e texto, que seriam utilizados como dados e matéria-prima para produção de conteúdos.

A iniciativa ocorreu por meio de trabalho voluntário, e os brigadistas estiveram divididos na metodologia dos Grupos de Trabalho (GT). Ao todo, foram organizados seis Gts: Produção de conteúdos para site e redes sociais; Artes Gráficas; audiovisual; assessoria de imprensa; e distribuição. Cada brigadista esteve vinculado a um GT e ficou responsável por desenvolver uma função específica.

Um dos eixos muito importantes do trabalho é a comunicação e, para isso, foi criada também uma brigada. A comunicação tem como tarefa fazer os informes do sistema, tirar dúvidas, recolher críticas e sugestões, mas especialmente, veicular informações sobre alimentação saudável, e sobre como os alimentos são produzidos. **Essa comunicação aproxima as realidades da cidade e do campo e transforma o Sistema em uma agenda de soberania alimentar.** Foi notório a importância de termos uma boa rede de comunicação via grupos de *WhatsApp* com os consumidores para reorganizar o sistema na pandemia. (TEIXEIRA; PALMEIRA, 2020, p. 5, grifo meu).

Um trabalho de comunicação feito de maneira sistemática pela brigada de comunicação foi a construção de enunciados que vincularam o valor de uso do consumo dos alimentos camponeses às causas sociais, políticas e ambientais, estimulando que os consumidores escolhessem e fidelizassem suas compras com o SAAP. Neste aspecto, os enunciados apresentavam os camponeses e camponesas que participavam do sistema, organizando associações semânticas dos valores de uso das mercadorias comercializadas que fossem “além” do consumo dos alimentos.

9.4.2.2 Campanhas de comercialização

O principal objetivo do trabalho de comunicação da Brigada foi organizar a produção e circulação de enunciados ligados ao aspecto ético-político do consumo dos alimentos, que estavam sendo comercializados pelo SAAP, articulando o aspecto da produção e do abastecimento alimentar no contexto pandemia da Covid-19. Nesse aspecto, o objetivo foi

ampliar a comercialização dos alimentos e a doação dos consumidores à Campanha Mutirão contra a Fome.

Esse trabalho foi realizado por meio de um conjunto de campanhas e editorias que, entre os meses de março e julho, organizaram o fluxo de informação em 23 grupos de *WhatsApp* de cestantes e nas redes sociais do MPA no RJ. Ao todo, foram realizadas quatro campanhas, que foram deliberadas pela Coordenação Nacional do MPA como linhas político-econômicas a serem desenvolvidas pelos estados. Para responder a cada campanha geral, foram criadas as campanhas abaixo identificadas.

Campanha 1. *“Fique em Casa, Seguiremos Produzindo seu Alimento!”*. Esta campanha foi impulsionada pela Via Campesina Internacional. O objetivo consistiu em associar o papel da produção familiar camponesa e agroecológica com a garantia da produção de comida saudável, especialmente na época da pandemia da Covid-19. O público prioritário eram os(as) cestantes-consumidores(as) que estão nos grupos de *WhatsApp* dos Núcleos Territoriais das Cestas Camponesas.

Figura 43: Panfleto eletrônico divulgado nos grupos de consumo da Cesta Camponesa no *WhatsApp*.



Fonte: *WhatsApp* do grupo de cestantes da Cesta Camponesa

Campanha 2. *Comer é um Ato Político. Cozinhar é um Ato Revolucionário.* Divulgação do preparo de uma receita com itens que constam na lista de compras oferecidas aos cestantes. As receitas foram trocadas nos grupos de *WhatsApp*.

Figura 44: Panfleto eletrônico divulgado nos grupos de consumo da Cesta Camponesa no *WhatsApp* e nas Redes Sociais do MPA/RJ.



Fonte: WhatsApp do grupo de cestantes da Cesta Camponesa.

Campanha 3. *Deu na Roça, Tem na Cesta.* Essa campanha teve como objetivo relacionar o alimento da safra com a comercialização do período correspondente. Sua ênfase está na ampliação do conhecimento e da importância da sazonalidade e no consumo alimentar.

Figura 45: Panfleto eletrônico divulgado nos grupos de consumo da Cesta Camponesa no WhatsApp e nas Redes Sociais do MPA/RJ. Na imagem, Matheus Teixeira e o milho produzido em sua Unidade de Produção que fica em Magé.



Fonte: WhatsApp do grupo de cestantes da Cesta Camponesa.

Campanha 4. *O que é Agroecologia camponesa?* Produção de conteúdos para postagens semanais, com enfoque na afirmação da agroecologia camponesa como sistema de abastecimento alimentar viável, curadoria de notícias com conteúdo político e informativo, e outros temas como cultura e território, e denúncia de ações do agronegócio. Temas que tiveram como objetivo difundir a perspectiva holística da agroecologia, bem como visibilizar o campesinato, sujeito político implicado no processo de produção. O qualitativo camponês à agroecologia tem função de especificar a vinculação da prática agroecológica com o sujeito camponês organizado.

Figura 46: Panfleto digital publicado nos grupos de cestantes, difundindo a perspectiva integrada da agroecologia camponesa, que envolve produção alimentar diversificada, como a pesca.



Fonte: WhatsApp do grupo de cestantes da Cesta Camponesa.

Este trabalho contou com uma comunicação interna entre a brigada e a equipe do SAAP que informava para a brigada de comunicação os alimentos que precisariam ser comercializados, bem como informações importantes no tocante à forma de armazenagem e acondicionamento do alimento.

Um exemplo é a banana verde, que nas condições estruturais do SAAP não pode ser comercializada madura, em razão das limitações no acondicionamento e no transporte. Este fato vinha acarretando dúvidas e insatisfação dos grupos de consumo, fomentando conversas e interações nos grupos de *WhatsApp*. Por este motivo, foi realizada uma reunião para compreender o motivo pelo qual a banana estava sendo comercializada neste estágio, para com isso poder explicar para o consumidor formas adequadas de realizar o pedido e o consumo desse alimento.

Figura 47: Panfleto digital que acompanhou o texto ensinando o consumo da banana verde.



Fonte: WhatsApp do grupo de cestantes da Cesta Camponesa.

Você sabe por que as bananas da Cesta Camponesa são verdes? Nós comercializamos bananas agroecológicas, que são produzidas sem agrotóxicos. As grandes fazendas de banana colocam todas as caixas em uma câmara fechada e injetam gás etileno artificialmente para acelerar o processo. A banana agroecológica é uma fruta de qualidade muito superior, livre de veneno, e basta você aprender alguns procedimentos para amadurecê-las mais rapidamente: Embrulhe num jornal ou outro papel que cubra ela toda. Jamais utilize saco plástico, pois demora ainda mais para amadurecer; Coloque as bananas próximas a outro cacho mais maduro, ou então perto de outra(s) fruta(s) que esteja(m) amadurecendo, como mamão, abacate, etc. Basta colocar em um mesmo cesto com essas frutas e cobrir com um pano ou jornal – nunca usar plástico; Faça uns riscos leves na casca da banana verde com uma faca. A casca fica feia, mas amadurece mais rápido. Com essas dicas você pode ter sempre banana madura em casa! [#AbastecimentoPopular](#) [#CestaCamponesa](#) [#OlharSaudávelRio](#) [#FiqueEmCasa](#) [#PlanoSafraEmergencial](#) [#semveneno](#) [#SeLigaNoMPA](#)³²

A produção incessante de valores de uso pela indústria alimentar constitui grandes barreiras à entrada da produção camponesa de base agroecológica. Nesse sentido, observamos

³² Disponível em: <https://www.facebook.com/barracacamponesa/posts/1636254259856564>. Acesso em: 20 dez. 2022.

a necessidade de um trabalho de comunicação que visa ensinar a consumir os produtos camponeses. Seria importante aferir os resultados econômicos dessa ação, de modo que fosse possível observar se a organização dessas informações sobre o modo como a banana é comercializada influenciou o seu consumo.

Outro caso a ser mencionado sobre o trabalho de comunicação para a organização do consumo está relacionado à comercialização do arroz agroecológico Velho Chico. A produção do Arroz Velho Chico³³ é realizada no povoado Ponta de Areia, no município de Pacatuba, cidade localizada no extremo nordeste de Sergipe, na região do baixo Rio São Francisco. Ele é produzido por 13 famílias da região vinculadas aos Sistemas Camponeses de Produção do MPA, e incorpora cerca de outras 100 famílias do entorno, que se vinculam para a produção do alimento (SANTOS *et al.*, 2018).

O início do projeto de transição agroecológica do arroz se deu por meio de uma metodologia chamada Projeto Produtivo do Jovem (PPJ) vinculada ao Curso Técnico de Agropecuária da Escola Família Agrícola (EFA) da região. Ele foi iniciado em 2017 pelo militante Francisco Santos, que à época era aluno do curso. Para fins de trabalho de conclusão, junto com o MPA, ele organizou um processo de transição do cultivo do arroz convencional para o arroz agroecológico, projeto realizado em parceria entre o MPA, a Cáritas Diocesana de Propriá e o Projeto Dom Távora/Seagri/Fida, que financiaram parte da produção.

No ano de 2020, o cultivo alcançou a máxima produção, chegando a 180 toneladas produzidas em 17 hectares. A produção foi celebrada na Festa da Colheita do Arroz: Construindo Transição Agroecológica *que ocorreu na* região. As festas de colheita são importantes espaços de consolidação de vínculos sociais e configuram um espaço comum de troca e interação, onde a comunicação ocorre de maneira menos prescrita e mais espontânea. Embora hoje elas façam parte do calendário também das grandes empresas de transgênicos, são idealizadas e projetadas pelos movimentos sociais como momento de integração entre cultura e economia, imbricando atividades de comunicação e trabalho.

³³ SANTOS, Francisco. SANTOS, Valmir., DONADIO, Chiara. OLIVEIRA, Maurício. CIBULSKI, Mauro. **Transição agroecológica do cultivo de arroz:** uma experiência no Baixo São Francisco, em Sergipe. *Cadernos de Agroecologia* – ISSN 2236-7934 – Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF, v. 13, n.1, Jul. 2018.

Figura 48: Panfleto digital divulgando a Festa da Colheira do Arroz.



Fonte: WhatsApp do grupo de cestantes da Cesta Camponesa

Com o alcance da quantidade produzida, o Coletivo Nacional de Soberania Alimentar deu início à organização da sua distribuição. Parte dessa produção foi transportada para o Rio de Janeiro para ser escoada no SAAP do estado. O coletivo nacional demandou do Coletivo Estadual de Comunicação a produção de conteúdos comunicativos que acelerassem a circulação da mercadoria, de modo que os retornos econômicos pudessem retroalimentar a produção do cereal. Para tanto, as campanhas acima supracitadas foram desenvolvidas para a comercialização do arroz. Vejamos algumas.

Figura 49: Panfleto digital Deu na Roça Tem na Cesta. Alimento: Arroz Agroecológico.



Fonte: WhatsApp do grupo de cestantes da Cesta Camponesa

Deu na Roça, Tem na Cesta!

Essa semana, coloque na sua Cesta Camponesa o Arroz Velho Chico! O arroz é um alimento básico valioso na cozinha brasileira! O Arroz Velho Chico é produzido em Ilha das Flores, em comunidades ribeirinhas, bem próximas de onde o Rio São Francisco encontra com o mar!

Esse arroz que chega na sua mesa faz parte das 150 toneladas colhidas no mês de fevereiro, por 13 famílias campesinas da região. Nessa produção só foram usados defensivos orgânicos como o extrato da castanha com álcool e óleo de nim! A venda da safra desse ano vai garantir a plantação e a colheita do ano que vem. Compre o Arroz Velho Chico a participe da produção agroecológica do campesinato. Vamos aproveitar esse período para cozinhar mais arroz em casa? Arroz com cenoura e açafrão da terra, com talos de couve, com salsa e cebolinha... Qual a sua receita favorita? Comer é um ato político e cozinhar é um ato revolucionário!³⁴

O panfleto digital apresenta a relação entre agricultura, produção de arroz e associativismo, uma vez que mostra um conjunto de agricultores reunidos atrás de uma saca de arroz, fazendo alusão aos sujeitos da produção. O texto que acompanha o material explica a procedência do alimento, bem como relaciona o ato de comprar o Arroz Velho Chico com a ação da transição agroecológica.

Após a realização da divulgação, o arroz apresentou incidência de gorgulho – organismo não patogênico chamado popularmente de caruncho. A ocorrência é resultado de um conjunto de limitações estruturais ligadas aos meios de produção do processo de circulação e distribuição de mercadorias, tais como espaço para estocagem, armazenamento ou limitação do acesso às tecnologias industriais para preservação do chamado tempo de prateleira.

Por este motivo, os conteúdos de comunicação envolveram tanto a descrição de como realizar a eliminação desse tipo de microrganismo, como também vincularam a explicação do caruncho às limitações próprias de um empreendimento de economia popular, assim intensificando a produção de sentidos sobre o valor de uso do alimento, realizando sua associação com pautas políticas, como a campanha “Comer é um Ato Político”.

³⁴ Ver mais em: <https://www.facebook.com/barracacamponesa/posts/1647108782104445>. Acesso em: 20 dez 2022.

Figura 50: Panfleto digital Comer é um Ato Político. Alimento: Arroz Agroecológico.



Fonte: WhatsApp do grupo de cestantes da Cesta Camponesa.

Receita “*Para caminhar com firmeza*”. Abobrinhas recheadas com risoto cremoso de arroz e nozes, inspirada nas histórias que ligam a comida às lutas do nosso povo!

A Receita é da Blanca, do Núcleo Catete/Laranjeiras da Cesta Camponesa (RJ). Ela conta que, desde pequena, escuta as histórias do seu pai sobre a importância do arroz integral para a vitória do povo vietnamita contra o imperialismo dos EUA: “*Meu pai, que foi macrobiótico na sua juventude, sempre me contava a história que os vietnamitas venceram a guerra graças ao arroz integral... O arroz dava a eles essa força e firmeza para caminhar ao mesmo tempo que mantinha o corpo saudável...*”.

Os Vietnamitas são também farol do mundo no Combate à Covid 19. No país, foi registrada apenas uma morte pelo novo vírus! Que tal experimentar o risoto com o Arroz Velho Chico, produzido pelas famílias camponesas de Sergipe? Esse arroz também é o resultado da luta popular que o MPA trava contra o agronegócio³⁵.

Esses conteúdos ético-políticos e estéticos circularam nos grupos de WhatsApp, tendo como grupo de diálogo os cestantes e consumidores, e teve como objetivo contextualizar a produção de alimentos nas instâncias do MPA, apresentar suas propostas e posicionamentos políticos, dentre outros.

³⁵ Disponível em:

<https://www.facebook.com/barracacamponesa/photos/a.57704142911191/1653456928136297>. Acesso em: 20 de janeiro de 2021.

A observação dos resultados do trabalho de comunicação da brigada indica que, além de auxiliar no escoamento dos alimentos, o espaço também se constituiu como mediação de aprendizagem técnica para atuação de comunicadores no movimento camponês. Nessa dimensão, contou com a participação do projeto de extensão *Comunicação e Conscientização*, realizado pelo Departamento de Letras e Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, por meio do curso de jornalismo.

Com isto, foi realizada uma atividade de extensão que contribuiu para a formação de profissionais em comunicação para a atuação no campo da agroecologia. O tipo de experiência desenvolvida esteve ligada à formação de habilidades e competências em comunicação para cumprir duas principais demandas: a) garantir a comercialização de alimentos agroecológicos na época da pandemia; b) ampliar a divulgação acerca da importância da agroecologia camponesa e familiar para o abastecimento popular de alimentos nas cidades das famílias camponesas. (TÁVORA *et al.*, 2020, p. 421).

Esses objetivos se converteram em produtos e processos de trabalho, que foram realizados da seguinte maneira: reuniões semanais de definição de pauta e conteúdos a serem trabalhados, monitoramento das demandas dos consumidores e resolução de dúvidas para compra das cestas da agricultura familiar, confecção de produtos de comunicação para difusão da perspectiva da agroecologia e do abastecimento alimentar de comida agroecológica.

O trabalho de comunicação desenvolvido nesse contexto teve como retorno, principalmente, a i) Produção de respostas aos problemas práticos da comercialização, no que tangeu ao trabalho de comunicação para a circulação das mercadorias, uma vez que permitiu reajustes rápidos do fluxo informacional entre os cestantes e o SAAP, apoiando o fluxo da comercialização dos alimentos; e ii) possibilitou aprendizagens e competências junto aos trabalhadores da comunicação, colaborando para uma aprendizagem técnica ligada a temáticas como trabalho associado, agroecologia, soberania alimentar, direito à alimentação e lutas sociais. Aqui, o grupo de diálogo foi formado pelos próprios trabalhadores da comunicação que participaram da experiência da brigada. Neste aspecto, compareceu a combinação entre conteúdos éticos e técnico-científicos, uma vez que o processo de organização do trabalho abrangeu também espaços formativos para o debate acerca dos significados da comunicação.

Na perspectiva da organização do consumo junto aos grupos de diálogo que se organizam pela Campanha Mutirão Contra a Fome, o principal meio de comunicação são os Comitês Populares do Alimento, por onde o MPA se comunica com as famílias que recebem as doações. A comunicação também se realiza por grupos de *WhatsApp*. Aqui ocorre um trabalho de comunicação face a face, pois ele é realizado no momento que a equipe do SAAP faz a

entrega dos alimentos. O momento da entrega é importante, pois pressupõe um diálogo com as lideranças locais e com os grupos que recebem e que organizam o fluxo de trabalho necessário à ocorrência das doações.

Diferente dos grupos de consumo da Cesta Camponesa, um dos trabalhos de comunicação está em apresentar alimentos diferentes da rotina alimentar e estimular o consumo de alimentos diversos, que são produzidos e doados pelo MPA. Nesse aspecto, hortaliças são menos procuradas e foi observado que, em razão de uma bioprogramação do gosto alimentar, são alimentos menos requeridos.

Outro trabalho de comunicação nesse contexto está ligado ao fortalecimento da perspectiva de que a experiência é distinta de uma ação de caridade e só ocorre pela dimensão da solidariedade de classe, do MPA com instituições e com a própria comunidade. Nesse aspecto, está a utilização de produtos de comunicação como rótulos específicos, que buscam comunicar conteúdos ético-políticos do movimento, como aquele que é aplicado ao arroz Velho Chico em parceria com o MTST.

Figura 51: Embalagem do Arroz Velho Chico que é distribuído para famílias que integram o MTST e que se vinculam com o MPA por meio da Campanha Mutirão contra a Fome



Fonte: Acervo da autora.

Aqui destacamos que o alimento entra na casa das famílias participantes do MTST e consigo carrega uma mensagem que informa sobre a aliança camponesa e operária, materializada no alimento que mata a fome. A doação de comida atrelada às lutas populares permite estabelecer uma forma de comunicação e consumo que ultrapassa a dimensão da transmissão da mensagem por meios estritamente linguísticos, configurando uma forma de vínculo e interação que ocorre mediada pela alimentação.

8.4.3 Alimergia e biopoder camponês: o trabalho de comunicação na organização de conteúdos técnicos-científicos e das aprendizagens

Um outro conteúdo técnico-científico utilizado no âmbito do MPA que deve ser destacado está relacionado ao aspecto produtivo que é requerido para o desenvolvimento do Plano Camponês, e é sintetizado na palavra Alimergia. Se trata de um outro neologismo desenvolvido pelo MPA, que sintetiza a transição produtiva do modo de produção alimentar e energética, baseado na agroecologia, e tem a classe camponesa como sua protagonista.

A sociedade moderna separou os três elementos básicos para o desenvolvimento: Alimentos – Energia – Preservação ambiental. Através desta lógica alienada de produção, se produzimos alimentos, não produzimos energia e vice-versa e se produzimos um dos dois, não preservamos o meio ambiente. [...]. ALIMERGIA é um novo conceito em agricultura, pecuária e floresta que procura desenvolver formatos produtivos que integrem de maneira sinérgica a produção de alimentos e de energia com preservação ambiental. (SILVA, 2011, s/p)³⁶.

O neologismo Alimergia explica o caráter holista da sua proposta político-econômica e produtiva e corresponde a um paradigma que “reflete uma lógica de pensar, planejar, organizar e praticar a agricultura” (MPA, 2019, p. 65), tendo a cultura camponesa como o “ponto de partida prático para o desenvolvimento da via campesina para a agricultura”. (MPA, 2019, p. 66). O conceito de Alimergia é uma forma de expressar o conteúdo técnico baseado em policultivos e aproveitamento máximo dos insumos das Unidades de Produção Camponesa, tendo como base técnico-científica a agroecologia.

Os principais objetivos são o aproveitamento múltiplo dos cultivos energéticos, transformando-os em energias renováveis, fertilizantes orgânicos, rações e blocos alimentares para a produção de carne e leite, **assim como a organização de agroindústrias em rede, de forma a articular interações**

³⁶ SILVA, Valter. Apresentação para Audiência Pública sobre Agroenergia Câmara dos Deputados. Circulação Interna. 2011.

econômicas, ecológicas e de informações. O arranjo visa explorar as potencialidades e superar os limites de cada subsistema em particular, construindo uma base de recursos autogerenciada pelos camponeses e suas cooperativas. (MPA, 2019, p. 30, grifo meu).

O conceito sintetiza um conjunto holístico que envolve tecnologia, ciência, produtividade, linguagem e comunitarismos e, como podemos observar, dimensiona a importância do trabalho de comunicação, uma vez que destaca a importância em organizar interações informacionais. Ele foi desenvolvido no âmbito de execução do plano de trabalho da Cooperativa Mista de Produção, Industrialização e Comercialização de Biocombustíveis do Brasil (Cooperbio), cooperativa vinculada ao MPA, na região noroeste do RS, no município de Seberi.

Seu desenvolvimento pressupõe uma estrutura de trabalho que, ao mesmo tempo, se opõe ao sistema do agronegócio e institui técnicas produtivas e de cooperação, a partir da construção e da integração com os saberes e conhecimentos tradicionais milenarmente existentes. Podemos destacar que o conceito sintetiza o aspecto ético-político, técnico-científico e estético da produção camponesa proposta pelo SAAP/MPA. É um conhecimento produtivo e uma visão de mundo que respondem a uma demanda contingencial econômica da vida do campesinato e das populações urbanas em sua relação com a natureza, uma vez que pressupõe o aproveitamento máximo dos recursos endógenos, buscando uma desvinculação da dependência de insumos externos e fertilizantes químicos.

O conceito de Alimergia vincula também a noção de soberania alimentar, noção formulada pelo setorial de mulheres da Via Campesina Internacional, no ano de 1996, criado para antagonizar com as propostas das políticas internacionais do conceito de segurança alimentar implementados por organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, em seu acrônimo em inglês) e, no contexto brasileiro, pelos aparelhos privados de hegemonia do patronato rural, tais como a Associação Brasileira de Agronegócio (ABAG).

Em relação à disputa no entorno da pauta ambiental, destaco uma importante reflexão trazida no âmbito do Coletivo de Relações Internacionais do movimento, que versa sobre a crítica às chamadas retomadas verdes que se apresentam como antagônicas a esses modelos de devastação por expropriação, acentuando os processos de descarbonização da economia (SILVA, M. 2014). Ambas as dimensões estão contidas no conceito de Alimergia e expressam a compreensão de uma visão de mundo de que os povos têm o direito de definir sua política

agrária e alimentar, construindo formas de cooperação que garantam aos camponeses e camponesas o direito de produzir o alimento, e aos trabalhadores e populações que vivem nas cidades, o direito de decidir, conhecer a origem de sua comida e ter assegurado uma alimentação que respeite a dimensão física, psíquica e cultural.

No próximo item, destaco esses conteúdos e suas formas de expressão com diferentes grupos de diálogo.

8.4.3.1 Grupo de diálogo: agricultores e produtores de alimentos

O trabalho de comunicação junto ao campesinato ocorre no cotidiano das experiências político-econômicas e é organizado, principalmente, em três eixos de trabalho: organização produtiva da agroecologia camponesa e do abastecimento alimentar; organização política, social e governança comunitária nos territórios; e, por fim, a disputa da contra-hegemonia mediante um conjunto diverso de procedimentos comunicativos, tais como o resgate da memória dos povos em luta e a projeção de valores e símbolos que despertem a capacidade crítica e criativa (MPA, 2019).

O vínculo mais importante é econômico e está ligado ao desenvolvimento da produção e à ampliação do escoamento da produção de alimentos. Nesse sentido, o trabalho de comunicação ocorre mediado pela comercialização, que aproxima os pequenos agricultores, com o intuito de solucionar os problemas da comercialização recorrendo a formas coletivas de organização. Frente aos desafios encontrados no âmbito das economias populares, a cooperação e o associativismo passaram de uma ideia ética para uma necessidade técnica e de aprendizagem, uma vez que sua ocorrência é fundamental para o desenvolvimento da atividade.

Dentre alguns dos temas e grupos de diálogos que observei e que envolvem o alimento como elo no contexto econômico do SAAP, identifico a presença relevante de mulheres, grupos camponeses e de pequenos proprietários de terra e assentados da reforma agrária da região da Baixada Fluminense e da região de Teresópolis, e agricultores urbanos de Hortas Comunitárias da cidade e que são, prioritariamente, o grupo de diálogo do MPA no estado do Rio de Janeiro. Dentre os objetivos e finalidades de comunicação envolvendo esses grupos de diálogo, destaco a simultaneidade em apoiar a produção e a geração de renda e ampliar o trabalho de base e a comunicação do MPA junto a eles.

O trabalho de comunicação com os agricultores é feito por um conjunto de processos,

dentre os quais destaco os seguintes: a) abertura do diálogo com grupos camponeses no intuito de apresentar o projeto político do SAAP, organizando a comercialização e a participação no sistema; b) as etapas da operacionalização desse processo, que incluem o fluxo de informações ligado à quantidade de alimentos disponíveis para comercialização; c) o diálogo que ocorre quando da retirada do alimento pelo militante que está na tarefa de transporte; e d) as oficinas de formação e transição agroecológica realizadas nas comunidades, como a Oficina de Biopoder Camponês.

Esse diálogo é feito mediante o Método Camponês a Camponesa, que consiste num diálogo de saberes sobre práticas produtivas de produção e abastecimento de alimentos e insumos, envolvendo temas como alimergia, agroecologia e biopoder camponês.

Figura 52: Mutirão no Sítio São José, em Pau Grande, localizada em Magé, RJ. Na foto, manutenção dos canteiros de produção de feijão.



Fonte: Instagram MPA.

Dentre os conteúdos técnico-científicos, destaco a difusão e o diálogo sobre tecnologias agroecológicas de produção de alimentos e de bioinsumos e a ampliação do debate acerca do acesso às políticas públicas que envolvem crédito e abastecimento alimentar. Espaços como mutirões são importantes momentos de um trabalho de comunicação que ocorre de maneira menos prescrita.

Acerca da foto acima referida, Bruno Geraldo³⁷ destacou que o diálogo girou em torno da necessidade da ampliação da distância entre os canteiros para a produção do feijão, uma informação técnica que já havia sido passada pela assessora agrícola que apoia a produção do feijão nesta Unidade de Produção.

Contudo, foi observado uma resistência no acolhimento da proposta técnica, o que foi identificado com o fato da assessora agrícola ser uma mulher, em um contexto de atividade predominantemente masculino. Neste sentido, um dos debates do mutirão envolveu a questão de igualdade de gênero associada à questão da produção agroecológica. Aquele assunto já havia sido identificado como um ponto importante a ser trabalhado, porém, de acordo com o relato de Bruno Geraldo, não teria tanta eficácia se fosse comentado fora do contexto do trabalho.

Enquanto a gente estava lá, capinando a terra, falávamos da dificuldade em realizar o trabalho de lavrar com aquele tamanho de canteiro. Nesse momento, “puxamos a conversa” sobre a assessoria técnica já ter proposto um tamanho maior para a organização dos canteiros, o que ajudaria o desenvolvimento do trabalho. Ali, através do trabalho, conversamos também sobre o machismo e falamos da importância em superá-lo, uma vez que questionamos o motivo pelo qual a orientação não foi acolhida.³⁸

Em relação aos conteúdos ético-políticos, destaco os discursos sobre o trabalho que envolvem elementos como igualdade de gênero, reciprocidade, cooperativismo e associação. Conteúdos éticos que são afirmados como uma forma antagônica em relação ao aspecto individualista e patriarcal das economias de mercado do agronegócio, baseada em figuras como atravessadores, etc., e na subsunção do valor de troca do alimento. Outros enunciados envolvem a importância do campesinato na manutenção da sócio-biodiversidade dos ecossistemas e dos biomas, a crítica ao padrão de produção monocultural baseado em sementes transgênicas e agrotóxicos e a crítica aos mercados monopolistas de distribuição e abastecimento alimentar.

Para a difusão desses conteúdos, observei que foram socializados em mutirões e formações realizadas na Escola Camponesa Ana Primavesi, intercâmbios e visitas técnicas do Coletivo Estadual de Soberania Alimentar às hortas e locais de produção dos grupos

³⁷ Depoimento dado por: Bruno Geraldo: Oficina e Roda de conversa: O Trabalho de Comunicação no SAAP/MPA. Depoimento em Roda de Conversa [jun. 2022]. Mediadora: Bruna Távora. Rio de Janeiro, 2018. 4 arquivos .mp3 (160 min.). Depoimento concedido em oficina com objetivo de compartilhar os resultados preliminares da tese.

³⁸ Bruno Geraldo: Oficina e Roda de conversa: O Trabalho de Comunicação no SAAP/MPA. Depoimento em Roda de Conversa [jun. 2022]. Mediadora: Bruna Távora. Rio de Janeiro, 2018. 4 arquivos .mp3 (160 min.). Depoimento concedido em oficina com objetivo de compartilhar os resultados preliminares da tese.

camponeses, mediante as Oficinas de Biopoder Camponês e da Campanha Cada Família Adota uma Semente.

8.4.3.2 *Oficina de biopoder camponês*

As oficinas, assim como os mutirões, são importantes momentos do trabalho produtivo e de comunicação no contexto do SAAP. Por se tratar de uma dimensão técnico-produtiva de muita relevância, uma vez que permite a produção de insumos que diminuem os custos totais da produção, elas são requeridas e valorizadas no âmbito do trabalho, sendo consideradas um dos principais momentos da interação com os grupos de diálogos camponeses.

Dentre os intelectuais orgânicos que apoiam este debate, Sebastião Pinheiro é um deles. O principal conceito difundido é o de *biopoder camponês*, que pressupõe reafirmar e reforçar os conhecimentos milenarmente acumulados pelo campesinato, recorrendo à sistematização de técnicas e tecnologias para a produção agroalimentar desde uma perspectiva da soberania nacional. Trata-se de uma forma de organizar a produção que busca solucionar os problemas a partir da base de recursos que o campesinato possui, é “decodificar a ciência e a tecnologia de maneira criativa em conexão com o território, a identidade, a cultura e as lutas camponesas de cada época”. (LEAL, 2020, p. 3).

Isso vem se expressando no desenvolvimento de conteúdos técnicos de uso e manejo do solo que consideram a relação entre humanidade e natureza a partir dos recursos existentes nos territórios, negando a exigência dos chamados insumos externos, que só podem ser acessados via poder de compra (e que são os agroquímicos), na denúncia dos organismos geneticamente modificados e transgênicos, dentre outros.

No Rio de Janeiro, foram realizadas até o momento três oficinas sobre o tema, em três locais distintos. Uma, no vale do Lúcios, na região rural de Teresópolis; outra, no povoado de Pau Grande, na cidade de Magé; e, outra, na Horta Comunitária do São Carlos, zona central da cidade do Rio de Janeiro. Elas foram realizadas mediante o intercâmbio com a militância do MPA do Espírito Santo, tendo como objetivo ampliar a presença e a territorialização do MPA no estado. Dentre as experiências trocadas, constaram conhecimentos sobre a construção de biofábricas e a produção de biofermentados em unidades de produção camponesas (PAIVA, 2022). A metodologia do trabalho envolveu a reflexão sobre técnicas passadas na Metodologia de Camponesa a Camponesa, além da temática agroecológica e do Poder Popular e a

aprendizagem técnica para a produção de dois insumos: biofertilizante e água de vidro³⁹. Acerca da produção dos insumos, foi debatida a importância na produção, que levou em conta temas como:

agroecologia, biodiversidade, sementes e raças crioulas, pesquisa participativa, manejo de ervas nativas e adubação orgânica, fertilidade do solo, financiamento popular, certificação participativa, agroindustrialização, manejo, implementos, dentre outros elementos contidos no Programa de Aceleração da Transição Agroecológica, desenvolvido no estado do Espírito Santo pelo MPA. “Práticas de acumulação energética baseadas na biodinâmica, dentre outras escolas de agricultura integrativa.” (PAIVA, 2022, p. 27).

Os conhecimentos sobre a produção dos bioinsumos estão sendo desenvolvidos nos locais onde as oficinas ocorreram e também na Escola de Formação Ana Primavesi. É de lá a produção dos primeiros litros de biofertilizantes que já estão sendo comercializados no SAAP.

Figura 53: Foto postada nas redes sociais do Raízes do Brasil, que divulga o produto resultado do aprendizado das oficinas de Biopoder Camponês.



Fonte: Instagram MPA.

³⁹ “A água de vidro recebe este nome, pois o preparado deve ser armazenado em garrafas de vidro devido ao seu elevado pH que pode corroer o plástico, que além de fazer perder o preparado por vazamento, o contamina com pequenas partículas de plástico. Seu efeito está na disponibilização de silício, que funciona como um excelente protetor contra doenças de origem fúngica. Seu mecanismo de ação se assemelha à aplicação do reboco numa parede de tijolos, que permite maior firmeza na sua estrutura e proteção às variáveis ambientais. Seu uso é indicado em períodos de excesso ou faltas de chuvas, períodos em que a planta se encontra em estágio de estresse elevado e merece cuidados especiais”. (PAIVA, 2022, p. 29).

8.4.3.3 Campanha Cada Família Adota uma Semente

Um outro trabalho de comunicação do SAAP é realizado por meio da *Campanha Cada Família Adota uma Semente*, impulsionada nacionalmente pelo movimento, e que consiste em um intercâmbio técnico com os grupos camponeses, com a finalidade de ampliar a produção e reprodução de sementes crioulas e livres de transgênicos.

A pretensão desta ação da Campanha Cada Família Adote uma Semente é que possamos, num primeiro momento, aplicar um diagnóstico para a identificação das variedades já cultivadas pelas comunidades, depois construir junto a cada família qual/quais a/as variedade/s que a família VAI ADOTAR e se compromete a não perdê-la (esse é um trabalho permanente, tornando-a GUARDIÃ), e, por fim, construir espaços formativos/festivos etc. em cada território. (SANTOS; FAGUNDES, 2022, p. 27-28, grifos dos autores).

No RJ, algumas atividades têm sido desenvolvidas. Destaco três: a primeira, consistiu na distribuição da semente de melancia na região de Queimados, no assentamento São Bernardino, na região da Baixada Fluminense do estado. No ano de 2018, o Núcleo Territorial de Consumo organizado na capital do Rio de Janeiro demandou o consumo por melancia, produto que não constava no plano de manejo dos agricultores participantes. Por intermédio de troca de conhecimentos e saberes com o agricultor Rodrigo Silva, do assentamento São Bernardino, em Nova Iguaçu, foi possível iniciar a produção dessa fruta. Por meio do fornecimento de sementes crioulas para o plantio agroecológico, a produção agrícola foi diversificada e ocorreu uma formação e capacitação técnica da Unidade de Produção Camponesa naquele cultivo, possibilitando a diversificação em suas formas de geração de renda.

Outro momento identificado como importante no trabalho de comunicação em torno do tema das sementes, ocorreu na realização do I Encontro Estadual do MPA/RJ, que aconteceu em Magé, em dezembro de 2019, na sede da Federação dos Trabalhadores Rurais do Rio de Janeiro.

Figura 54: Militância que participou do I Encontro Estadual do Rio de Janeiro.



Fonte: Facebook do MPA

Os Encontros periódicos são importantes artefatos de comunicação no contexto do SAAP/MPA. No relato da cronologia do próprio movimento, eles aparecem contextualizados junto às ações e posições que a militância do MPA faz tornar públicas por meio das Cartas de Compromisso, um documento político publicado e divulgado para seus grupos de diálogo. É também um importante espaço comum de interação da militância que atua nas distintas etapas do processo de organização do SAAP.

Lá, foram distribuídas sementes de feijão e milho reproduzidas na Cooperativa Mista dos Fumicultores do Brasil (Cooperfumos), agroindústria do movimento, que fica na cidade de Seberi, Rio Grande do Sul, onde foi desenvolvido e é executado o Projeto Alimergia, acima referido.

Figura 55: Momento da troca de sementes que ocorreu no I Encontro Estadual do MPA.



Fonte: Facebook Barraca Camponesa de Alimentos Saudáveis.

O desenvolvimento produtivo das sementes tem sido acompanhado pelo Coletivo Estadual de Soberania Alimentar. Já foram comercializados no SAAP milho e feijão produzidos a partir dessas sementes nas Unidades de Produção Sítio São José (Magé) e Sítio Martucheli (Vale do Lúcios, Teresópolis). O projeto político prevê a construção de banco de sementes para multiplicação e reprodução e também a consolidação da ideia de famílias guardiãs de sementes. A semente carrega um conjunto de elementos simbólicos que merecem ser destacados.

No Brasil, existe a Lei de Sementes e Mudas (Lei Nº 10.711/2003, Art. 2º, XVI), que define e demarca a compreensão do significado das sementes crioulas. Anderson Santos e Marli Fagundes (2022, p. 21) observam que, na legislação, “são denominadas sementes crioulas as variedades desenvolvidas, adaptadas ou produzidas por agricultores/as familiares, camponeses/as, assentados/as da reforma agrária, quilombolas ou indígenas, com características bem determinadas e reconhecidas pelas respectivas comunidades”.

O hábito e o conhecimento em torno do ato de conservar, selecionar e reproduzir algumas sementes em específico – em detrimento de outras – estão ligados à aquisição de um conteúdo técnico constituído no contexto da produção camponesa ao longo de sua existência, e têm ligação com fatores bióticos e climáticos do ecossistema em que se vive (SHIVA, 2002).

Atualmente, o tema está vinculado à soberania do campesinato frente ao sistema agroalimentar hegemônico. Desde 1996, o MPA vem desenvolvendo um trabalho produtivo e de comunicação que envolve a reprodução, recuperação e salvaguarda de sementes crioulas, sendo as Festas da Semente e a Campanha *Cada Família Adota uma Semente* importantes espaços de interação com seus diversos grupos de diálogo, sobretudo com os camponeses e produtores de alimentos (MPA, 2019).

O pacote combinado entre sementes modificadas e transgênicas, agrotóxicos e irrigação em larga ampliou, desde o início da Revolução Verde, a relação de dependência das famílias camponesas em relação à compra de insumos externos. Anderson Santos e Marli Fagundes (2022, p. 20) destacam que

Esse debate surgiu em virtude do grande impacto negativo causado pela difusão dos pacotes tecnológicos da “Revolução Verde”, no ambiente rural, tendo em vista que esses pacotes baseiam-se no monocultivo de *commodities* com o uso de sementes melhoradas, agrotóxicos e máquinas agrícolas.

A Campanha *Cada Família Adota uma Semente* constitui um artefato de comunicação do MPA com os grupos de diálogos camponeses e, pela mediação desse trabalho, tem

constituído e aprofundado o vínculo com o campesinato e com organizações da sociedade civil que também abordam o tema.

Priscila Carvalho (2018), que realiza em sua tese uma abordagem semiótica do MPA, destacou que, em relação às sementes, elas carregam não apenas o material genético, como também o próprio movimento, efetuando relações de comunicação entre o MPA em seus grupos de diálogo.

As sementes são, simultaneamente, materiais e semióticas. E, como objetos-discursos, a associação a elas permitiram ao MPA estabelecer articulações bilaterais com organizações de outros países, dando início, em suas práticas, a um novo modo de se inserir em articulações transnacionais: via cooperação (CARVALHO, 2018, p. 226).

No exemplo, conseguimos observar que o trabalho de comunicação em torno do tema da semente estabelece um vínculo de natureza cooperativa entre o MPA, as famílias campesinas e as organizações da sociedade civil com quem dialoga. Essa forma comunicativa tem como conteúdos aprendizagens técnicas relativas às culturas específicas, enunciados ligados à soberania alimentar e genética e valores de uso e gostos acerca dos alimentos, baseados nas sementes que possuem.

8.4.3.4 Trabalho de comunicação com a equipe do SAAP

A apresentação dos dados dessa seção foi enriquecida a partir de um trabalho de comunicação que realizei junto com a equipe do SAAP que mora no espaço Raízes do Brasil, intitulada “O Trabalho de Comunicação no SAAP/MPA”, e consistiu numa oficina e roda de diálogo que ocorreu mediante quatro encontros de 3 horas cada, no mês de junho de 2022.

O objetivo geral do trabalho de comunicação da oficina foi apresentar os resultados teóricos e analíticos construídos ao longo do processo da tese, bem como contribuir com o processo de reflexão analítica da equipe por meio de técnicas e tecnologias de comunicação popular que envolveu perguntas disparadoras, leitura de textos teóricos e a construção de um espaço de interação para o diálogo e a construção de saberes.

Dentre os objetivos específicos, constam: a) apresentar conceitos e categorias analíticas utilizadas na produção da pesquisa; b) apresentar os resultados sistematizados acerca da experiência do SAAP; c) obter devolutivas e críticas acerca dos resultados apresentados.

Figura 56: Foto ao final da oficina e Roda de Conversa: “O Trabalho de Comunicação no SAAP/MPA”, realizada por meio de quatro encontros no mês de junho de 2022.



Fonte: Acervo da autora.

Iniciei o trabalho informando os objetivos acadêmicos da pesquisa e contextualizando o programa de pós-graduação em que ela está sendo desenvolvida. Em seguida, pedi que eles compartilhassem, a partir de uma narrativa da trajetória pessoal, sua chegada no SAAP na cidade do Rio de Janeiro, visto que toda a equipe veio de outros estados.

A finalidade dessa metodologia consistiu em emular um trabalho de comunicação que consiste em sistematizar relatos de experiência. Com as respostas do grupo, indiquei que o ato de relatar a trajetória individual é também um trabalho de comunicação e tem função de sistematizar a práxis coletiva e pessoal do movimento. Destaquei o aspecto comunicativo presente nessa fala, indicando a importância de um trabalho de comunicação realizado com os diversos grupos de diálogo, nos contextos e nas lutas do Movimento, sendo esta uma dimensão na luta pela hegemonia social.

Em seguida, apresentei uma cartolina com duas colunas. Em uma, estava contida a palavra Comunicação e na outra, a palavra Trabalho. Distribui tarjetas e pedi que o grupo identificasse quais dos elementos citados nas narrativas pessoais se vinculavam a uma ou a outra esfera. A partir do diálogo coletivo dos pontos, observamos a homologia entre trabalho e comunicação, momento em que destaquei os aspectos teóricos que vinculam os temas estrutura, superestrutura e consciência social, modo de vida, modo de produção e linguagem, economia, cultura e trabalho.

Em seguida, fizemos a leitura do texto *Prefácio da Contribuição à Crítica da Economia Política*, de Karl Marx, por meio do qual discutimos os conceitos acima referidos. O trabalho

foi finalizado com uma reflexão prático-conceitual do SAAP, propondo sua observação a partir da relação dialética entre essa tríade e a centralidade do sujeito político e coletivo na definição dessas esferas.

Nas duas oficinas seguintes, retornamos para a imagem presente na cartolina, onde desenhamos um triângulo entre as palavras comunicação e trabalho e acrescentamos o sujeito na ponta do triângulo, evidenciando o aspecto dialético pelo qual essa reflexão deveria ser abordada. Na conclusão da atividade, afirmei a interação dialética entre ambas as esferas, bem como dimensionei a ação do sujeito político na condução dessas contradições.

Em seguida, debatemos os aspectos históricos da relação entre modo de vida, modo de produção e linguagem no caso brasileiro, com destaque para a bioprogramação do gosto alimentar, enfatizando a relação entre urbanização, monocultura e consumo (conforme demonstrado na seção 7.2 desta tese, intitulada *O trabalho de comunicação na Revolução Verde no Brasil*).

Pela mediação desse diálogo, o grupo relatou observações acerca do consumo alimentar das famílias, que recebem a doação de alimentos mediante a Campanha Mutirão contra a Fome, bem como refletiu sobre a relação entre cultura e modo de vida nos contextos urbanos que eles vêm acompanhando no trabalho urbano.

Neste ponto, foi relatada a importância de um trabalho de comunicação que pudesse refletir sobre os condicionantes do gosto alimentar e direcionado aos grupos de diálogo da Campanha, relacionando tal fato com a hegemonia das empresas de produção de alimentos, bem como com o barateamento do custo da força de trabalho das classes subalternas. Isso foi ilustrado a partir da observação de que muitas famílias não gostam de consumir hortaliças.

Ao longo do processo de consulta e apresentação preliminar dos resultados, também foi possível coletar e sistematizar outras demandas do grupo acerca do aprimoramento do trabalho de comunicação. Dentre elas, há o destaque para a necessidade de melhor caracterizar o perfil do público consumidor, que é relatado e agrupado em três tipos: os consumidores engajados com a bandeira política do MPA; um segundo perfil ligado ao consumo para acessar alimentos orgânicos; e um terceiro identificado pelas famílias em vulnerabilidade social que consomem os alimentos a partir da Campanha *Mutirão contra a Fome*.

Neste ponto, foi feita uma análise de que o segundo grupo tem menor disposição para compreensão das limitações infraestruturais da comercialização do alimento, uma vez que, em razão do alimento industrializado ser comercializado de maneira padronizada, existe um

estranhamento em relação à aparência do alimento agroecológico, que por vezes pode chegar na casa do consumidor com uma aparência em desconformidade com esse padrão.

Neste ponto, o grupo também identificou a necessidade de um melhoramento dos fluxos de comunicação no pós-venda, sendo indicada a necessidade de criação de uma função de trabalho de comunicação que pudesse recolher, administrar as críticas e os retornos advindos do controle de qualidade dos produtos. Também foi identificada a necessidade de intensificar o trabalho de comunicação que associa ao processo de comercialização, informações acerca de quem são e como produzem as famílias campesinas, de modo que isso atenuasse a experiência negativa em relação ao consumo do alimento não padronizado.

Aqui foram sugeridas algumas intervenções como a melhora da apresentação dos alimentos e o desenvolvimento de conteúdos voltados para o debate com os consumidores da cesta campesina.

É notável também a percepção coletiva de que o SAAP é uma estratégia econômica que permite a mediação de diálogo do MPA junto aos seus grupos de diálogo, o que possibilita a ampliação do alcance de sua comunicação. Também há uma reflexão de que não é possível saber se isto terá frutos, mas que ampliar o diálogo é uma das finalidades da experiência.

A distinção entre o grupo um e dois (consumidores via compra) e o grupo 3 (consumidores via doação) é feita apontando que o grupo três tem maior propensão de se vincular politicamente ao movimento, sendo este o grupo de diálogo que corresponde aos esforços do MPA na organização do trabalho político urbano. A principal instância por onde se realiza esse trabalho de comunicação ocorre por meio da Campanha Mutirão Contra a Fome e da metodologia dos Comitês Populares de Alimentos.

O grupo relatou uma experiência de envio de cartas impressas para os grupos que recebem a doação por meio do Mutirão Contra a Fome e a identificação de que o grupo não sabia ler. A partir dessa identificação foi organizado um material com imagens, que tinha como conteúdo o debate sobre organização política e a organização de uma roda de conversa com as pessoas que receberam o alimento.

Em relação ao grupo um e dois, é destacada a importância desse grupo de diálogo para ampliar a agitação política necessária em difundir a pauta do MPA. Nesse ponto, são utilizadas palavras como “parceiro” e “defensor da causa”. Neste aspecto, há uma ênfase destacada na importância do SAAP ocorrer na cidade do Rio de Janeiro, uma vez que a cidade concentra um grande número de artistas e mediadores de comunicação que são identificados como parceiros na difusão do MPA.

Figura 57: Postagem nas Redes Sociais do MPA com Dira Paes, celebridade que apoia causas ambientais e campesinas.



Fonte: Instagram @mpa.brasil.

O processo de conclusão da oficina se deu com uma importante reflexão trazida pelo grupo e está relacionada à contradição entre prática política e a intensidade do trabalho necessário para a realização das funções de gerenciamento do sistema. Esse enunciado compareceu relacionado a um sentimento de dever para com a militância, o que provocaria aumento do tempo de trabalho a ele dedicado. Nesse ponto, teve início uma reflexão sobre o tema, que foi concluída com uma percepção da importância do descanso. A sobrecarga de tarefas é identificada como resultante da quantidade reduzida de pessoas.

Esse assunto foi relatado no momento em que perguntei de que modo as reflexões teóricas poderiam ser vinculadas com o cotidiano do trabalho do grupo. Esta pergunta fomentou uma análise acerca do tempo disponibilizado para tal reflexão no fluxograma do trabalho. Foi identificado que os momentos prescritos para realização da análise e reflexão do processo de trabalho ocorrem no SAAP, porém de maneira mais difusa, uma vez que as funções ligadas à execução econômica correspondem à maior ocupação do tempo de trabalho necessário da equipe.

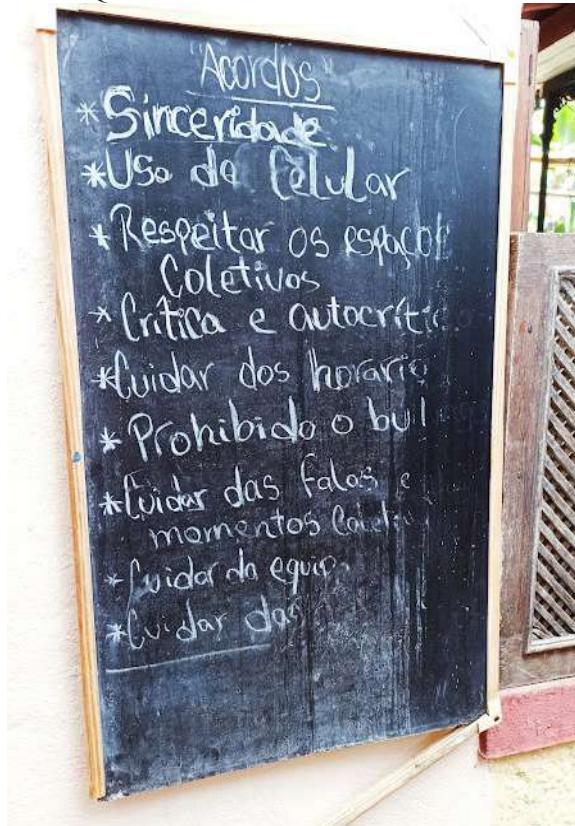
Ao mesmo tempo, foi destacado que o próprio modo de organizar o trabalho tem dimensão formativa, focada, sobretudo, no aspecto cooperado e associado.

8.4.3.5 As relações de comunicação e trabalho na equipe do SAAP

Na perspectiva da homologia entre trabalho e comunicação entre a equipe do SAAP que realiza as funções de gerenciamento do sistema, destaco dois pontos que foram reforçados pelo grupo participante. O primeiro está ligado à percepção de que as atividades de trabalho se baseiam na experimentação de práticas e processos produtivos que estão subsumidos a uma dimensão ético-política do trabalho, portanto, consciente do aspecto formativo dessas atividades. O segundo é um enunciado recorrentemente afirmado, de que é possível vivenciar uma dinâmica de trabalho distinta da forma tradicional de organização do trabalho das empresas privadas.

A articulação em fazer diferente do prescrito a partir de uma lógica não mercantil configura um espaço de experimentação que permite colocar em prática procedimentos de trabalho que exercem a referida liberdade semiótica permitindo renormalizações e modificações nos processos produtivos (WILDEN, 2001; FIGARO, 2018).

Figura 58: Quadro de acordos coletivos em construção.



Fonte: Acervo da autora.

Essa segunda dimensão pode ser vista pelos artefatos de comunicação que estão dispostos pela casa, tais como o quadro de avisos. Nele podemos observar prescrições como “Cuidar das falas nos momentos coletivos”, e a importância em valores ético-políticos como “sinceridade”.

Outros dois exemplos ilustram essa percepção. Em um dos dias que eu estava desenvolvendo as atividades no SAAP/MPA, estávamos todos no pátio do espaço Raízes do Brasil, organizando os alimentos para a montagem das cestas de doação da Campanha Mutirão contra a Fome. Em um dado momento, um membro da equipe se sentou ao lado de uma geladeira que fica no espaço, encostando a cabeça para descansar.

Nesse momento, ele fez uma cena simulando o seguinte diálogo com um interlocutor imaginário: “Ei, o patrão está vindo aí??”. Em seguida, deu uma risada e falou a seguinte frase: “O trabalhador que é explorado e precisa se esconder para descansar”. Essa cena demonstra uma percepção de que o trabalho desenvolvido no SAAP tem distinção em relação ao trabalho na empresa privada, e é apenas uma breve ilustração para referência sobre o tema.

O segundo diz respeito a uma observação acerca das duplas e trios formados para o desenvolvimento da equipe. De maneira prescrita, é indicado o rodízio, para que os militantes revezem nas funções e observem a amplitude do processo. Apesar disso, foi identificada uma afinidade entre alguns militantes que, quando estão juntos no desempenho da tarefa, a executam de maneira mais apropriada.

Isso foi identificado por um dos interlocutores da atividade como uma ação positiva, destacando que, apesar de acompanhar o que está prescrito, a equipe considera a necessidade de adaptações e ajustes no decorrer do trabalho. Aqui observo que a prescrição é identificada como uma diretriz a ser seguida, porém que pode ser modificada.

Isto fica evidente também quando o desvio da prescrição não é identificado como fraude, mas sim como uma inovação do processo. A realização de coletivos espontâneos de trabalho (ou as entidades coletivas pertinentes) é um fato comum no cotidiano de toda e qualquer atividade de trabalho, e é identificada como fator associado até mesmo à competência e à saúde do trabalhador (FIGARO, 2007; SCHWARTZ, 1998; CLOT, 2010).

Esses coletivos são fronteiras e contornos invisíveis, por onde transitam informações pelas vias mais diversas – prescritas e não prescritas –, têm influência na qualidade da tarefa executada e na compreensão do conjunto das ações. Envolve a mobilização de recursos para resolução de problemas, são provisórias e se formam para a realização de uma demanda concreta de trabalho. Por não ser prescrito, é uma forma de renormalização. A entidade coletiva

não deve ser considerada individualmente, pois é uma memória do saber fazer real da organização (embora seja relativamente estável, não se constitui como oficial, portanto, é sempre em movimento). É regida pela demanda efetiva do trabalho e constitui maneiras próprias de falar, pensar, agir, valores associados às linguagens e condutas verbais específicas que coesiona e distingui o grupo.

O trabalho da equipe do SAAP ocorre de maneira dividida pela casa, e o momento em que todos se encontram para planejar a ação ocorre principalmente no início do dia (antes de iniciar as funções) e, de maneira menos prescrita, no horário das refeições em que todos se juntam para almoçar e jantar. As demais funções são realizadas por trios ou duplas, e são realizadas nos seguintes espaços: estoque, escritório, pátio, sala de estar e sala de reuniões.

Figura 59: Equipe do SAAP no momento de definição do cronograma de atividades antes do início do dia de trabalho, momento de organização do quadro de avisos.



Fonte: Acervo da autora.

No pátio são montadas as cestas e pesados os alimentos. Na sala de reuniões, as cestas camponesas para comercialização são montadas. Escritório, estoque e sala de estar são utilizados para organização da logística do SAAP. No pátio, há uma tabela contendo o fluxograma de trabalho e as principais atividades realizadas no sistema. Ela é fixada em um quadro de avisos e é consultada pela militância no processo de desenvolvimento do trabalho.

Figura 60: Quadro de avisos contendo tabela de horários coletivos.

Fonte: Acervo da autora.

O outro ponto que observo é que o compartilhamento desse conteúdo se dá por técnicas de comunicação diversificadas, que envolvem tanto a exposição sistemática de transmissão de mensagens mediante a organização de prescrições sobre as funções de trabalho, como também por meio do trabalho desenvolvido na montagem de cestas em que a comunicação é requerida para a execução do trabalho.

É possível observar que o processo de trabalho de montagem das cestas tem uma prescrição sobre a divisão das etapas a serem realizadas e uma divisão do trabalho inicial. Porém, essa divisão é dinâmica, o que permite que os trabalhadores desempenhem funções diferentes ao longo do processo em curso. Por meio de um trabalho de comunicação mais genérico, ocorre o aprimoramento dos processos e a tomada de decisões que permitem reajustes no fluxo de trabalho.

As principais funções são separar os alimentos, organizar os alimentos em uma sacola e retirar a sacola montada para outro local. Esse procedimento revela um aperfeiçoamento do trabalho, uma vez que no seu início a organização da montagem das cestas era feira de maneira menos sistematizada e dividida. Apesar de os processos serem definidos e as funções compartilhadas pelos militantes, existe uma flexibilidade nessa divisão, o que permite uma apropriação do processo como um todo.

Um elemento que observei ser comum nos empreendimentos ligados às economias dos trabalhadores é que existe uma disposição em tornar a comunicação um processo mais

horizontalizado. Nesse contexto, até mesmo os conceitos que organizam o fluxo do trabalho são diferentes e se mesclam aos conceitos políticos.

Um destes que destaco são as reuniões de equipe, que no fluxograma do SAAP, é identificada como Assembleia de Trabalho, momento em que são definidas e comentadas as atividades da semana. A comunicação na definição sobre o trabalho é feita no cotidiano, sendo notável o tema do reajuste e do aprimoramento de processos no decorrer das atividades de trabalho. Porém, há uma percepção coletiva de que a assembleia é o momento mais adequado para definir e deliberar sobre os temas que são discutidos ao longo da semana.

Outros momentos não prescritos e espontâneos para a comunicação do grupo são bastante comuns, visto que o grupo mora no mesmo local, o que pressupõe a ocorrência da comunicação no desenvolvimento das tarefas de organização da casa e nos momentos de descanso e vivência no cotidiano. Como parte do fluxograma de trabalho, também estão contidas atividades formativas que ocorrem no turno da noite e que têm maior ênfase no aspecto formativo da equipe. Dentre os temas dessas formações, estão presentes a história e o contexto do MPA e as análises sobre conjuntura político-econômica.

Roseli Figaro (2007) observa que o microcosmo das relações de trabalho é um lócus importante da mediação social, uma vez que a vivência do mundo do trabalho tem relevância na forma como as pessoas singularmente elaboram a recepção dos conteúdos sociais. Por isso, tem influência no conjunto geral da vida humana, incorporando valores e visões à experiência singular dos sujeitos.

Elá destaca que estudar a comunicação no mundo do trabalho corresponde a: i) entender como se dá a resolução de problemas e ver quais valores e finalidades regem o processo de tomada de decisão desses valores; ii) como se constitui um coletivo de trabalho; iii) como se formam / como são as redes de ajuda e solidariedade para resolução de problemas e tarefas; e iv) como transborda para outras áreas da vida (do micro ao macro).

Por esta abordagem, o estudo permite acessar os valores, escolhas e a finalidade das ações, enfocando o uso que fazemos de nós mesmos e o uso que o outro faz de nós na execução do trabalho. O movimento da análise pode ser observado a partir do seguinte fluxo: observação do prescrito, infidelidade do meio (ruído), renormalização. Esta última observada como atividade singular diante do trabalho (FIGARO, 2007).

Para fins de estudos futuros, caberia investigar as escolhas situadas com as normas antecedentes e as variabilidades, as que se impõem, as que são reinventadas. O método e a premissa são a de que há sempre o inédito do trabalho, o confronto entre o prescrito e a

renormalização, portanto, observar a renovação e a reformulação dos saberes, priorizando a capacidade de produzir o inédito. Isto, não de maneira aleatória, mas como sendo um pressuposto ético que orienta o trabalho do responsável pela comunicação nas organizações. Para tanto, é preciso uma prescrição que considere os conflitos, contradições, articulação entre o micro e o macro. E que também esteja orientada pelo melhoramento em benefício da vida, da saúde física, mental e emocional, viver bem em conjunto.

Em termos conceituais, a partir do binômio comunicação-trabalho, podemos observar a potencialidade da experiência no aspecto formativo e ontológico das formas do conteúdo e da expressão social, portanto, ligado ao problema de pesquisa aqui levantado.

Isso, porque nela está presente o desenvolvimento de técnicas coletivas e comunitárias de linguagem que mediam as relações de comunicação entre o grupo, tanto no desenvolvimento de funções de trabalho *stricto sensu*, quanto no contexto das atividades político-econômicas que desenvolve por meio do SAAP/MPA.

8.5 Desafios nos Procedimentos de Comunicação no Contexto do Trabalho no SAAP

A premissa na análise de uma experiência da práxis é a possibilidade e necessidade em realizar a crítica e a autocrítica, de modo que seja possível observar suas contradições, tensionamentos e limites. Neste aspecto, esse item busca pontuar alguns desses elementos.

Um dos principais desafios que observei na experiência e que é percebido pela militância reside no caráter imbricado entre economia e política. O caráter hierarquizado – e necessário – da circulação de informações no contexto de um organismo político demanda instâncias restritas de socialização e tomada de decisões. Observei que esse aprendizado técnico é “transpassado” para a experiência econômica e, muitas vezes, informações importantes que poderiam ser repassadas para um profissional militante com a função do trabalho de comunicação para a comercialização acabam ficando restritas.

Outro, está ligado à limitação de recursos financeiros, fato que é próprio das economias populares. Isso impõe uma limitação em termos de escala de comercialização, além da presença constante de trabalho e trabalhadores rotativos, com vínculos solidários e voluntários.

Este fato influencia na capacidade do acúmulo e do registro dos conhecimentos, uma vez que é preciso recomeçar o processo de aprendizagem técnica a cada entrada de um outro trabalhador. Por outro lado, isso permite também a interação com um número mais plural de

pessoas, o que tende a enriquecer a experiência no nível do conjunto. Um fato fundamental a ser reforçado nesse caminho é o trabalho de comunicação de sistematização, trabalho que já é feito e podia ser ainda mais ampliado, uma vez que permitiria a reprodução de respostas já criadas, encurtando o tempo do aprendizado individual e a integração de novos profissionais às funções.

Uma outra contradição que também dificulta o aprimoramento do trabalho de comunicação é que, sendo a função de comunicação uma atividade realizada por todos – compreensão coerente com a vida prática –, esse trabalho acaba sendo dispersado no conjunto da equipe, com um baixo grau de finalidade. Nesse aspecto, o trabalho poderia ser melhor aprimorado com a definição de prescrições que agrupassem conteúdos relevantes, contextos e grupos de diálogo e que pudessem reproduzir respostas já criadas. Na prática, observamos que essa função poderia estar melhor incorporada na estrutura do SAAP.

Esse aspecto é reconhecido e identificado pela equipe que participou da oficina. Dentre os contextos a serem aprimorados, foi destacada a necessidade em realizar um trabalho de comunicação que permita sistematizar os diálogos com os cestantes, organizando dúvidas e esclarecendo as dimensões ético-políticas do MPA e do SAAP. Nesse sentido, uma recomendação é ampliar a integração dessa função já existente na estrutura do trabalho do SAAP, desenvolvendo tarefas específicas ligadas à difusão de informações que facilitem e fidelizem os cestantes, principalmente na comunicação sobre produtos e alimentos que devem ser comercializados.

Esta é uma função importante também no momento do pós-venda, em que é possível minimizar problemas ligados à qualidade dos produtos, organizando a comunicação e apresentando uma visão de mundo ampla que permita relacionar as limitações da comercialização camponesa e sua subsunção ao sistema agroalimentar hegemônico, apresentando um mapa da conjuntura interna e externa.

Outras dimensões relacionadas ao trabalho de comunicação que podiam ser aprimoradas por meio do SAAP, e que foram identificadas pela equipe são: 1) Ampliação da comunicação com os camponeses mediante a metodologia *De Camponês à Camponesa* junto às famílias camponesas, de modo a ampliar o diálogo com as comunidades em que são produzidos os alimentos; 2) organizar os fluxos e registrar em produtos técnicos as formas de organização da logística e do estoque; 3) sistematizar as experiências produtivas que abastecem o SAAP, das quais foram citadas a experiência do agricultor Matheus, jovem que está à frente do Sítio São José, em Pau Grande, Magé, e da agricultora Rosana Martucheli, que está à frente do Sítio

Martucheli, em Vale do Lúcios, e da Associação de Produtores do Vale do Lúcios, em Teresópolis; 4) sistematizar a experiência da Escola Camponesa Ana Primavesi; 5) organizar as informações sobre a quantidade e a variedade de alimentos que circulam por meio de todos os canais de abastecimento do SAAP; 6) organizar o fluxo de informação no aspecto da entrada e saída do estoque; 7) sistematizar as condições de trabalho dos camponeses, de modo a aprimorar os processos produtivos que reduzam o caráter extenuante da atividade.

Observo também que há um processo analítico em curso acerca do posicionamento da imagem comunicada pelo SAAP. Existe uma constante reflexão em como ampliar o diálogo com a sociedade civil em geral, tendo como finalidade ampliar a comercialização para grupos que estão mais distantes do espectro político dos movimentos sociais. Neste contexto, há um debate sobre quais conteúdos políticos devem ser privilegiados e quais outros devem ser evitados, bem como quem são os profissionais de comunicação que devem executar essa função.

Uma potencialidade ligada ao trabalho de comunicação está em articular, sempre que possível, a dimensão ética e técnica, que é parte da produção dos alimentos que são comercializados no SAAP/MPA, apresentando, com o auxílio de enunciados que contêm conteúdos ligados ao modo de vida camponês, a história das famílias produtoras, suas tecnologias sociais, suas lutas e conquistas, sempre correlacionando a produção camponesa como antagônica ao agronegócio e propositiva de um sistema alimentar que enfrenta a hegemonia da produção agrícola monocultural.

Por fim, o maior desafio da experiência consiste na força e na hegemonia do agronegócio e das relações capitalistas de produção de circulação de alimentos, que são as empresas que têm maior poder econômico do setor. O aspecto monopolista desse mercado, articulado à falta de políticas públicas que estimulem a produção camponesa, impõe diferenças nos valores finais dos produtos, o que faz com que os alimentos comercializados pelo SAAP cheguem às prateleiras por um preço alto. Por esse motivo, são consumidos por camadas médias e trabalhadores com vínculos estáveis de emprego, chegando na mesa da população periférica apenas pela mediação de campanhas de solidariedade.

Outro ponto que pode ser destacado é a bioprogramação do gosto alimentar e uma forma de satisfação das necessidades sociais alimentares subsumida à indústria hegemonic, portanto, monocultural. Isto impõe desafios à comercialização de alimentos menos convencionais, como a taioba ou o radichio; é um desafio também na forma da comercialização, uma vez que alguns

alimentos, principalmente as frutas, precisam ser comercializados ainda verdosos e seu tempo de maturação é distinto dos alimentos produzidos no sistema agroalimentar hegemonicó.

Já na perspectiva do diálogo com os camponeses, a monocultura e a centralização de mercados também impõem desafios ao SAAP/MPA, uma vez que a capacidade econômica dos grandes *players* permite oferecer formas integradas de comercialização que, apesar de subsumidas às cadeias produtivas do agronegócio, possibilitam um retorno financeiro mais rápido e em uma escala de comercialização e produção ampliadas.

Na perspectiva do trabalho de comunicação subsumido às Indústrias Culturais, a articulação combinada entre as empresas do agronegócio e os aparelhos privados de hegemonia nas áreas de educação e cultura, logrou estabelecer um robusto sistema de signos que utiliza propaganda massiva e intensa divulgação de enunciados pró-agronegócio, além da difusão de técnicas coletivas de comunicação que permitem a captação de dados e a decodificação de conhecimentos que fortificam a hegemonia do empresariado agrário-industrial.

9 OU INVENTAMOS OU ERRAMOS: PRÁXIS POLÍTICA, CONCLUSÃO E ALGUMAS REFLEXÕES ANALÍTICAS SOBRE A EXPERIÊNCIA

Nesta tese, dividi a exposição do conteúdo em duas partes. Isto teve como objetivo apresentar e expor o referencial teórico-metodológico utilizado para desenvolver a categoria do trabalho de comunicação, para em seguida observar o caso analisado a partir desse referencial conceitual e categorial.

Mediante esse procedimento, na Parte I, observei o trabalho de comunicação como um dos tipos de trabalho desenvolvidos pela humanidade e que, em sua gênese, está relacionado à complexificação da divisão social do trabalho, ao surgimento da linguagem, do psiquismo e das formas da consciência social. Em seguida, observei que a divisão social do trabalho complexifica os produtos e os artefatos de comunicação, bem como as técnicas e tecnologias coletivas e comunitárias de linguagem que mediam e realizam a comunicação dos grupos.

Destaquei, em seguida, a implicação do trabalho de comunicação com a luta pela hegemonia social no contexto da luta de classes, podendo ser observado em uma dimensão ético-política, estética e técnico-científica.

No modo de produção capitalista observei que tanto o trabalho de comunicação, quanto as técnicas e tecnologias, que permitem a comunicação e satisfazem as necessidades de expressão social, estão subsumidas ao signo mercantil e à finalidade de acumulação de capital. Isto tem como resultado a formação de conteúdos ético-políticos, técnico-científicos e estéticos que fortificam a hegemonia social das classes dirigentes do sistema, sendo parte do processo de acumulação capitalista.

Esse escopo conceitual permitiu uma compreensão pelo aspecto materialista, histórico e dialético da hegemonia política, observando a ontologia das formas do conteúdo e das formas de expressão da consciência social. Destaquei que sua constituição se dá pela mediação de um trabalho de comunicação que é implementado por procedimentos, técnicas e tecnologias de comunicação que vinculam e mediam a interação social da humanidade em seus modos de vida e de produção.

Na parte II, abordei o fenômeno da Revolução Verde a partir desse escopo analítico. Destaquei a metáfora Monoculturas da Mente, cunhada pela ativista ambiental Vandana Shiva, como uma forma de expressão que explica a lógica de produção monocultural baseada degradação da natureza, são rentáveis por meio do uso de agrotóxicos e venenos, e configuram até mesmo uma bioprogramação do gosto alimentar subsumido ao valor de troca dos alimentos.

Fiz uma breve observação do fenômeno no caso brasileiro, mostrando as articulações entre o processo de urbanização e a modificação nos modos de vida do campesinato e das classes trabalhadoras da cidade. Relatei casos como a substituição da manteiga pela margarina e pelo óleo de soja, no mesmo momento em que crescem as plantações do grão, e em que vemos publicidades que reforçam seu consumo.

Também destaquei o trabalho de comunicação feito pelas assessorias técnicas direcionadas aos grupos camponeses da fase da urbanização, e que consistiu em promover a subsunção dos seus conhecimentos produtivos. No momento mais contemporâneo, fiz uma breve observação sobre o trabalho de comunicação no contexto do agronegócio brasileiro, identificando alguns procedimentos de comunicação utilizados para a fortificação da hegemonia das classes dirigentes.

Em seguida, caracterizei o trabalho de comunicação realizado pela equipe de trabalho do SAAP, identificando esse sistema como um artefato e uma tecnologia de comunicação que medeia a interação do MPA com seus diversos grupos de diálogo no contexto da disputa pela hegemonia social. Pela mediação desse artefato, são criadas outras técnicas, tecnologias e novos artefatos, bem como um sistema de signos amplo e complexo que envolve a organização das três formas do conteúdo que foram caracterizadas.

Demonstrei que o conteúdo ético-político mais geral consiste na afirmação do campesinato como classe social em luta, um enunciado que é dirigido ao conjunto de seus grupos de diálogo. É manifestado por diferentes formas de expressão, a depender dos grupos com os quais está dialogando, a exemplo da recuperação e negação do sujeito Jeca Tatu.

O conteúdo estético é sintetizado na frase *Comer é um ato Político!* e é dirigido principalmente aos grupos políticos vinculados pela instância do mercado tendo a finalidade de criar valores de uso que satisfazem necessidades sociais ligadas à sua estrutura produtiva, e por fim, os conteúdos técnico-científicos, que permitem o desenvolvimento de aprendizagens técnicas e produtivas no setor de alimentos e energias com base na dimensão agroecológica do conceito de Alimergia e Agroecologia.

O trabalho de comunicação que é realizado nesse contexto é tanto aquele vinculado à transmissão de conteúdo definidos e prescritos e expressos em produtos de comunicação (livros, postagens, cartilhas, programas radiofônicos) quanto aquele outro que é realizado de maneira mais aleatória e espontânea, e que ocorre nos espaços comuns de interação e vivência social, como os mutirões, as reuniões, as atividades culturais e os serviços de alimentação do Espaço

Raízes do Brasil RJ. Enfim, nas rotinas do trabalho e cotidiano. Neste segundo, o trabalho consiste em organizar uma interação menos discursiva e mais sínica.

Por fim, concluímos que, pela mediação do trabalho de comunicação e de produção realizado no contexto do SAAP/MPA, é possível organizar um diálogo composto por um sistema de signos que comporta um acervo técnico, político e econômico subsumido ao projeto político do movimento, orientado a fortalecer estratégias de hegemonia poder popular e produção agroecológica de alimentos. Sua forma e seu conteúdo estão relacionados com a vivência do campesinato, bem como com a afirmação de seus conhecimentos, saberes e tecnologias. Neste caso, é o movimento social e os sujeitos organizados na estrutura política do movimento (e não o patronato rural) que vivencia, constrói e invenciona processos de produção, circulação e distribuição de alimentos, vivências, ideias, cultura e conhecimentos.

Deste modo, a tese de que o SAAP é um artefato de comunicação que media o trabalho de comunicação desenvolvido na disputa pela hegemonia social e se realiza entre o MPA com seus grupos de diálogo pode ser comprovada. Observamos que, por meio dele, a equipe realiza um amplo trabalho de comunicação que tem resultados diversos.

Para concluir, observo que a construção de formas alternativas ao agronegócio alarga os modelos previamente existentes, e efetiva vínculos econômicos alternativos e criativos em relação ao modo de produção capitalista. Celso Furtado (2008; 2003) afirma que isso provoca o incremento de criatividade, e auxilia a invenção de arranjos institucionais que alteram a racionalidade dos padrões de produção. Ele destaca que a constituição de novas formas político-econômicas é fundamentada na existência de uma inventividade intencional que experimenta e põe em prática novos arranjos produtivos.

Em sua perspectiva, os elementos de criatividade e de inventividade no interior dos sistemas estruturais dependentes possibilitam o desenvolvimento e alargamento de invenções institucionais. Nesse contexto, as experiências provocam um “impulso criador de novos valores culturais” (FURTADO, 2008, p. 112), força essencial para o desenvolvimento de um modo de produção anticapitalista, orientado por parâmetros de finalidade institucional, organizacional e tecnológica.

Nesse sentido, os esforços para ampliar a contradição da luta de classes e a disputa pela hegemonia envolve a investigação de forças políticas e culturais já existentes e em atividade. Essa relação dialética é geradora de racionalidades, conhecimentos e visões de mundo que retroalimentam os processos político-econômicos, os conhecimentos e as tecnologias desenvolvidas na luta pela hegemonia produtiva e cultural da sociedade.

É preciso sempre considerar que também a experiência do SAAP/MPA (assim como toda e qualquer experiência constituída no bojo desse sistema), está permeada pelas ideologias e estruturas dominantes de produção e comunicação do sistema capitalista vigente, tais como o signo da mercadoria e a lógica de acumulação do capital. Além disso, a anarquia do capitalismo e as estratégias deliberadas do Estado burguês (jurídicas e coercitivas) implementam, recorrentemente, mecanismos para fragilizar essas iniciativas.

Para promover rupturas e superar a forma capitalista de produção social frente aos artefatos hegemônicos das classes dirigentes, é preciso constituir novos procedimentos, rationalidades, formas e conteúdos na totalidade dos modos de vida e de produção. É preciso um intenso trabalho em diversas áreas, e cujo trabalho de comunicação é apenas um deles.

Nesse sentido, a práxis parece ser o único caminho possível. É preciso fazer e falar sobre, falar sobre e voltar a fazer, fazer e inventar, inventar e errar, errar, inventar e fazer de novo.

REFERÊNCIAS

- A ROÇA do Futuro.** Direção: Bruna Távora, Marcos Duarte e Mary Barreto. Salgado (SE), 2010. 15 min. Disponível em:
https://www.youtube.com/watch?v=1m2oncZWoHo&fbclid=IwAR3DKKnMmq1FrOsIwkcwImW0bmN_3PKvbF5w7KembJdFA3eb6TlBghzdt38. Acesso em: 12 mar. 2019.
- ALVES, N.; SOUZA, N. **Rede de Agricultores Experimentadores:** a transição agroecológica como tema gerador da pesquisa-ação. Área Temática - Abordagem Sistêmica em Processos Produtivos. In: Relatório de atividades do. Edital CT-Agro/MCT/MDA/CNPq nº 022/2004 de Apoio a Projetos de Tecnologias Apropriadas à Agricultura Familiar. 2004.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Ed. Boitempo, 2010.
- ARRUDA, Maria Arminda. **A embalagem do sistema:** a publicidade no capitalismo brasileiro. São Paulo: Ed. Duas Cidades, 1985.
- BAKHTIN, Mikhail. **Filosofia da Linguagem.** 12. ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 2006.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal.** São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1997.
- BELTRÁN, Luis Ramiro. **Comunicación para el desarrollo en Latinoamérica.** Una evaluación sucinta al cabo de cuarenta años. 1993. Disponível em:
https://www.bantaba.ehu.eus/sociedad/files/view/comunicacion_para_el_desarrollo_en_latino_america.pdf?revision%5Fid=62744&package%5Fid=33044. Acesso em: 20 set. 2020.
- BERGER, Christa. A pesquisa em comunicação na América Latina. In: HOHLFELDT, Antônio; MARTINO, Luiz; FRANÇA, Vera Veiga (Orgs). **Teorias da Comunicação:** Conceitos, Escolas e Tendências. Petrópolis: Ed. Vozes, 2005.
- BOLAÑO, César. **Indústria Cultural, Informação e Capitalismo.** São Paulo: Hucitec; Pólis. 2000.
- BOLAÑO, César. **Mercado Brasileiro de Televisão.** 2. ed. São Cristóvão. Ed. EDUFS, 2004.
- BORJA, Bruno. Cultura e capitalismo dependente: notas para uma teoria marxista da dependência cultural. **Germinal: Marxismo e educação em debate**, n. 14, v.1, 2022.
- BRAGA, William Dias. Por uma política global de inovação: Conhecimento, Educação e Desenvolvimento. **Eptic Online – Revista Electrónica Internacional de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación.** v. XV, n.1. Jan. /Abril 2013. ISSN 1518-2487. Aracaju, SE: Obscom, Universidade Federal de Sergipe (UFS), 2013.
- BRASIL. **Balança comercial brasileira.** Publicação semanal: 3ª semana, julho de 2022. Ministério da Economia, 2022.

BRUNO, Regina. Agronegócio, palavra política. Ponencia presentada al. *In: Congreso Latinoamericano de Sociología Rural, 8, 2010, Anais...* Porto de Galinhas, 2010.

BUNGE, Fundação. **Caderno de Pesquisa:** Linha Primor. Centro de Memória Bunge. 2011. Disponível em: <https://docplayer.com.br/68083572-Linha-primor-centro-de-memoria-bunge.html>. Acesso em: dez. 2021.

CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito:** estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1975.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O Campesinato no Século XXI:** Possibilidades e Condicionantes para o seu desenvolvimento no Brasil. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2005.

CARVALHO, Priscila. **A produção do transnacional:** compilações da agricultura familiar e camponesa na Contag e no MPA. Tese (Doutorado em Ciência Política) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2018.

CARVALHO, Priscila. O MPA além da forma-movimento: anotações para uma história. *In: Anais do 40º Encontro Anual da ANPOCS*, 2016.

CASTILHO, Alceu. **O protegido:** por que o país ignora as terras de FHC? Ed. Autonomia Literária, 2019.

CASTRO, Josué. **A fome.** Prefácio ao livro Homens e Caranguejos. Lisboa, 1966.

CHÃ, Ana Manuela. **Agronegócio e indústria cultural:** estratégias das empresas para a construção da hegemonia. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CHAYANOV, Alexander et al. **Chayanov y la teoría de la economía campesina.** México: Ediciones Pasado y Presente, 1981.

CLOT, Yves. **Trabalho e Poder de Agir.** Belo Horizonte: FabreFactum, 2010.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz; SOUZA, Fernanda. Alternativas de organizações nas comunidades rurais. In: **Observatório Geográfico América Latina.** Disponível em: <http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Geografiasocioeconomica/Geografiarural/12.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2019.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e Sociedade no Brasil. Ensaios sobre ideias e formas.** 4. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci, um estudo sobre o seu pensamento político.** Rio de Janeiro: Campus, 1992.

COUTINHO, Eduardo Granja. **A comunicação do oprimido e outros ensaios.** Rio de Janeiro: Ed. Mórula, 2014.

COUTINHO, Eduardo Granja. **A paixão segundo Antônio Gramsci.** Rio de Janeiro: Ed. Mórula, 2020.

CRUZ, Douglas. **Construção do trabalho de base do MPA em São Bernardino**. 2015. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável em Assentamentos) — Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

CRUZ, Douglas. **O diálogo de saberes nas experiências agroecológicas em Campo Alegre, Marapicu, São Bernardino e Terra Prometida**: Panorama agroecológico nos territórios Camponeses de Nova Iguaçu/RJ. 2013.

CUSICANQUI, Silvia. **Um mundo ch'iixi es possible. Ensayos desde um presente em crisis**. Ciudad Autonoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.

DANTAS, Marcos *et al.* Sobre o conceito de trabalho: uma leitura nos *Grundrisse*, de Marx. **Revista Princípios**, v. 39, n. 159, 2020

DANTAS, Marcos. **A lógica do capital informação**. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 1996.

DANTAS, Marcos. A renda informacional. *In*: Encontro da Compós, 17, 2008, **Anais...** São Paulo, SP, 2008.

DANTAS, Marcos. Semiótica da mercadoria: para uma introdução à economia política do signo. **Revista Eptic**. v.20, n.1, 2018.

DANTAS, Marcos. **Trabalho com informação**. Valor, acumulação apropriação nas redes do capital. Rio de Janeiro: Ed. Escola de Comunicação, 2012.

DEL ROIO, Marcos. **Gramsci e a emancipação dos subalternos** – a forma política da frente única. São Paulo: Ed. Unesp, 2018.

DEL ROIO, Marcos. **Os prismas de Gramsci**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2019.

DELGADO, Guilherme. **O Que Significa a Economia política do Agronegócio no Brasil Atual (Anos 2000)**. São Paulo: BIBLIOTECA DIGITAL DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA, 2013.

DIAS, Edmundo Fernandes. A liberdade (im)possível na ordem do capital: reestruturação produtiva e passivização. **Textos Didáticos**, n. 29. 2. ed. rev. Ampl. Campinas: IFCH, 1999.

ECO, Umberto. **As formas do conteúdo**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

ENGELS, Friedrich. **Dialética da Natureza**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2020.

ESCOSTEGUY, Ana. Estudos Culturais. **In: Teorias da comunicação**: conceitos, escolas e tendências. (organizadores) Antonio Hohlfeldt, Luiz C. Martino, Vera Veiga França. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FIGARO, Roseli. **Atividade de comunicação e de trabalho.** Tese de Pós-Doutorado, Universidade de Provence, 2007.

FIGARO, Roseli. Comunicação e trabalho: implicações teórico-metodológicas. **Galaxia**, São Paulo, ISSN 1982-2553, n. 39, set-dez., 2018.

FONTENELLE, Isleide. Construção e Desconstrução de Fronteiras e Identidades Organizacionais: História E Desafios Do McDonald's. **Revista RAE**. v. 47, n.1, Jan-Mar 2007.

FONTENELLE, Isleide. **O Nome da Marca** - McDonalds, Fetichismo e Cultura Descartável. São Paulo: Ed. Boitempo, 2002.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 8. ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1983.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real.** São Paulo: Ed. Cortez, 2010.

FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

FURTADO, Celso. Cultura y Desarrollo. Oficina Regional de Cultura para América Latina y el Caribe de la UNESCO. **Tomado de Diálogo**, n. 22, México, D.F., 1997. UNESCO: Havana, 2003.

GOLDMAN, Lucien. **Dialética e Cultura.** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1979.

GORGEN, Sergio **A resistência dos Pequenos Gigantes** - A luta e a organização dos Pequenos Agricultores. Petrópolis: Vozes. 1998.

GRAMSCI, Antônio. **El materialismo histórico y la filosofía de Benedetto Croce.** Buenos Aires: Nueva Visión, 1971.

GRAMSCI, Antônio. **O leitor de Gramsci:** escritos escolhidos 1916-1935. Org.: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 1985.

GUEVARA, Che. **O socialismo e o homem em Cuba.** Montevideo: Semanário Marcha, 1965.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel González de. **Sobre a evolução do conceito de campesinato.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

JOHNSON, B.; LUNDVALL, B.-Å. Promovendo sistemas de inovação como resposta à economia do aprendizado crescentemente globalizada. In: LASTRES, H. M. M.; CASSIO-

LATO, J. E.; ARROIO, A. (Orgs.). **Conhecimento, sistemas de inovação e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: UFRJ; Contraponto, 2005, p. 83-130.

KRAUSER, Raul. **A mercantilização dos alimentos e a acumulação ampliada de capital: o abastecimento alimentar na atualidade brasileira**. Dissertação (Mestrado em Política Social) — Universidade Federal do Espírito Santo, 2019.

KRAUSER, Raul; LEAL, Marcelo. **Regimes Alimentares: guerra assimétrica contra a comida de verdade**. 2017. Disponível em: <https://mpabrasil.org.br/noticias/regimes-alimentares-guerra-assimetrica-contra-a-comida-de-verdade/>. Acesso em: 10 fev. 2019.

LEAL, Bruno. Ascensão e queda da Propaganda Tabagista. **Blog Café e História**. 2011. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/ascencao-e-queda-da-propaganda-tabagista/>. Acessado em: 16 maio 2022.

LEAL, Marcelo. Introdução. In: PINHEIRO, Sebastião. **Cartilha Geologia Camponesa**. Porto Alegre: Fundação Juquira Candiru; Ed. Outras Palavras, 2020.

LEONTIEV, Alexis. **O desenvolvimento do psiquismo**. 2. ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

LOPES, Ruy Sardinha. **Informação, conhecimento e valor**. 2006. Tese (Doutorado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

LÖWY, M. A atualidade latino-americana de Rosa Luxemburgo. In: LOUREIRO, I. (Org.). **Socialismo ou barbárie: Rosa Luxemburgo no Brasil**. São Paulo: Instituto Rosa Luxemburg Stiftung, 2009.

LÖWY, M. A dialética marxista do progresso. In: LÖWY, M; BENSAÏD, D. **Marxismo, modernidade e utopia**. São Paulo: Xamã, 2000.

LUXEMBURGO, Rosa. **Acumulação de Capital**. Coleção Os Pensadores. 1979.

LUXEMBURGO, Rosa. **Introdução à economia política**. Tradução de Carlos Leite. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

MANHÃ, Correio da. **Técnica vai acabar com a história do Jeca Tatu**. Ed. 2481. Acervo Biblioteca Nacional Digital Brasil. 1969. Disponível em:http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_07&pagfis=4525&url=http://memoria.bn.br/doctreader#. Acesso em: 15 maio 2019.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Por um socialismo indo-americano**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

MARTINS, Adalberto. **A produção ecológica de Arroz e a reforma agrária popular**. São

- MARX, Karl. **O capital. Livro 3** - O processo global de produção capitalista. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1974.
- MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. 2. ed. São Paulo: Ed. Boitempo, 2007.
- MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Cultura, Arte e Literatura. Textos escolhidos**. Compilação: José Paulo Netto. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2010.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. **O Capital**. Livro 1: O processo de produção do capital. São Paulo: Ed. Boitempo, 2017.
- MARX, Karl. **Os Grundrises**. São Paulo: Ed. Boitempo. 2011.
- MENDONÇA, Sônia. **O patronato rural no Brasil recente**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2010.
- MENEGAT, Marildo. **Crítica do Capitalismo em tempos de catástrofe**. Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2019.
- MERLO, Álvaro; LAPIS, Naira. A saúde e os processos de trabalho no capitalismo: reflexões na interface da psicodinâmica do trabalho e da sociologia do trabalho. **Psicol. Soc.** v. 19, n.1, abril 2007.
- MOONEY, Pat. **La insostenible agricultura 4.0**. Digitalización y poder corporativo en la cadena agroalimentaria. Grupo ETC Ciudad de Mexico, E-book, 2019.
- MOTA, Marcia; ZARTH, Paulo. **Formas de resistência camponesa**: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Ed. UNESP, 2015.
- MPA. Cadernos de Estudos, n.2. **I Congresso Nacional do MPA**. São Bernardo, 2015.
- MPA. MOVIMENTO DOS Pequenos Agricultores (MPA). **Plano Camponês por soberania alimentar e poder popular**. São Paulo: Outras Expressões, 2019.
- MPA. **MPA é reconhecido no RJ por combate à Fome**. 2022. Disponível em: <https://mpabrasil.org.br/noticias/mpa-e-reconhecido-no-rj-por-combate-a-fome/>. Acesso em: 20 jul. 2022.
- MPA. **Semear: Cadernos de Soberania Alimentar, Agroecologia e Abastecimento**. São Paulo: Outras Expressões, 2020.
- MST. “O povo brasileiro não se alimenta, come algo que acha ser alimento”. **Entrevista concedida a José Coutinho Jr.** Disponível em: <https://mst.org.br/2015/10/06/o-povo-brasileiro-nao-se-alimenta-come-algo-que-acha-ser-alimento-afirma-lideranca-do-mpa/>. Acesso em: 18 jan. 2022.

NEPOMUCENO, Vicente (org). **Relatório Técnico do Projeto de pesquisa Tecnologias Sociais e Trabalho**: limites para formar e transformar o trabalho nos coletivos de produção da agricultura familiar. Departamento de Engenharia de Produção da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), 2022.

NUÑEZ, Orlando. La economía popular, associativa y autogestionaria. In: CORAGGIO, L. (org.) **La economía social desde la periferia**. Contribuciones latino-americanas, Buenos Aires: Altamira, 2007.

OLIVEIRA, Debora Santos de Souza. **A transmissão do conhecimento culinário no Brasil urbano do século XX**. 2010. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. Rio de Janeiro: Ed. Braziliense, 2006.

OSÓRIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, C.; OSÓRIO, J.; LUCE, M. (orgs). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.

PACHECO, Maria Emilia. Abastecimento alimentar no Brasil. In: QUEVEDO, Mateus. **Semear**: Cadernos de soberania alimentar, agroecologia e abastecimento. Ed. Heinrich Böll, 2022.

PAIVA, Andresa. Oficinas de biopoder camponês no Rio de Janeiro. In: QUEVEDO, Mateus. **Semear**: Cadernos de soberania alimentar, agroecologia e abastecimento. Ed. Heinrich Böll, 2022.

PARK, Margareth. De Jeca Tatu a Zé Brasil: a possível cura da raça brasileira. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, v.13, outubro, 1999.

PERUZZO, Cecília K. Epistemologia e método da pesquisa-ação: Uma aproximação aos movimentos sociais e à comunicação. In: Encontro Anual da Compós, 25, 2016, Universidade Federal de Goiás, **Anais...** Goiânia, 2016.

PINTO, Álvaro Vieira. **O Conceito de Tecnologia**. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2005.

POLANYI, Karl. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o Bloco Histórico**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1977.

PORTO, Sílvio. Perspectiva histórica do abastecimento no Brasil. In: QUEVEDO, Mateus. **Semear**: Cadernos de soberania alimentar, agroecologia e abastecimento. Ed. Heinrich Böll, 2022.

PRASHAD, Vijay. **Uma história popular do terceiro mundo**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2022.

QUIJANO, Aníbal. ¿ Sistemas alternativos de producción? In: CORAGGIO, L. (org.) **La economía social desde la periferia**. Contribuciones latino-americanas, Buenos Aires: Altamira, 2007.

RANIERI, Jesus. Apresentação sobre os Manuscritos econômico-filosóficos de Karl Marx. IN: MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. (p.11-19). São Paulo. Editora Boitempo, 2010.

RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro** – artistas da revolução, do CPC à era da TV. São Paulo: ed. Unesp, 2014.

ROSSI-LANDI, Ferrucio. **A Linguagem como trabalho e como mercado**: uma teoria da produção e da alienação linguística. São Paulo: Difel, 1985.

SANCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. **Filosofía da práxis**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SANTOS, Anderson; FAGUNDES, Marli. Sementes crioulas: brotando vidas. In: MPA. **Semear**: Cadernos de Soberania Alimentar, Agroecologia e Abastecimento. Mimeo, 2022.

SANTOS, Francisco; SANTOS, Valmir; DONADIO, Chiara; OLIVEIRA, Maurício; CIBULSKI, Mauro. Transição agroecológica do cultivo de arroz: uma experiência no Baixo São Francisco, em Sergipe. **Cadernos de Agroecologia**. Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF, v. 13, n., Jul. 2018.

SANTOS, Maureen; GLASS, Verena (orgs.). **Atlas do agronegócio**: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Fundação Henrich Böll, 2018.

SCHNEIDER, Marco. **A dialética do gosto**: A informação, música e política. Rio de Janeiro: Ed. Circuito e Faperj, 2015b.

SCHNEIDER, Marco. Ética, política e epistemologia: interfaces da informação. In: ALBAGLI, Sarita (org.) **Fronteiras da ciência da informação**. Brasília, DF: IBICT, 2013.

SCHNEIDER, Marco. **Gramsci, Golem, Google**: a Marxist Dialog with Rafael Capurro's Intercultural Information Ethics. 2016.

SCHNEIDER, Marco. Referências Cruzadas 2: Marx e a Ciência da Informação. **Anais do XVI Enancib**, 2015, João Pessoa. Informação, Memória e Patrimônio: do documento às redes, 2015a.

SCHWARTZ, Yves. Os ingredientes da competência: Um exercício necessário para uma questão insolúvel. **Educ. Soc.** v.19, n.65, Dez. 1998.

SFEZ, Lucien. **Crítica da comunicação**, São Paulo, SP: Edições Loyola, 1994.

SHANIN, Theodor. Marx Tardio e a Via Russa. **Marx e as periferias do capitalismo**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2017.

SHIVA, Vandana. **Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento.** Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente.** São Paulo: Editora Gaia, 2002.

SILVA, Leila. **Do acampamento da seca ao programa camponês: atuais contribuições do MPA no processo político – social do Nordeste e seu campesinato à luz do contexto agrário.** Programa de Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, 2017

SILVA, Ludovico. **O estilo literário de Marx.** São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2012.

SILVA, Maiara. **Cesta Camponesa de Alimentos Saudáveis: uma estratégia na Aliança campo-cidade por Soberania Alimentar.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

SILVA, Marciano. Pagamentos por serviços ambientais ou retribuição pelo modo camponês de fazer agricultura? In: TURRA, L. TEIXEIRA, M. AGUIAR, D. Caderno 3 da série "Visões Alternativas ao Pagamento Por Serviços Ambientais". Rio De Janeiro, FASE, 2014.

SILVA, Valter Israel. **Apresentação para Audiência Pública sobre Agroenergia Câmara dos Deputados.** Circulação Interna. 2011.

SILVA, Valter Israel. **Classe camponesa:** modo de ser, de viver e produzir. Porto Alegre: Instituto Cultural Padre Josimo, 2014.

SODRÉ, Muniz. **A Ciência do Comum.** Petropólis/RJ: Vozes; 2014.

SODRÉ, Muniz. **Sociedade Incivil.** Disciplina ofertada no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Anotações de aula. 2018.

TANAKA, Jenifer H. **"Comer é um ato político":** O Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) e a politização do consumo. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) — Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

TÁVORA, Bruna. **Hegemonia e Mediação:** um estudo sobre o trabalho cultural na televisão brasileira. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Sociedade) — Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2015.

TÁVORA, Bruna; FIGUEIREDO, Cecília; SANTANA, Victoria; BRAGA, Thallys. Comunicação, Extensão e Movimentos Sociais: a experiência do Projeto Comunicação e Conscientização do curso de jornalismo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. In: **Encontro da Sociedade Latino-Americana de Agroecologia (SOCLA),** Montevideo, Uruguay, nov. 2020.

TEIXEIRA, Leile. MELO, Mayná Peixinho Moreno. Cesta camponesa como estratégia da aliança campo-cidade por Soberania Alimentar. In: Congresso Latinoamericano de

Agroecologia, 6., Congresso Brasileiro de Agroecologia, 10., Seminário de Agroecologia do Distrito Federal e Entorno, 5., 2018, Brasília. **Cadernos de Agroecologia – Anais**. Brasília: SOCLA, v. 13, n. 1, 2018. p. 1-5.

TEIXEIRA, Leile; PALMEIRA, Humberto. Raízes do Brasil e o Sistema Alimentar de Abastecimento Popular. **Semear: Cadernos de Soberania Alimentar, Agroecologia e Abastecimento**. Mimeo, 2020.

TIRIBA, Lia. Educação popular e pedagogia(s) da produção associada. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 27, n. 71, 2007.

TONÁ, Nilciney; GUHUR, Dominique. **Agroecologia** In: Dicionário da Educação do Campo. / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

TSÉ-TUNG, Mao. **Sobre a Prática e Contradição**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2007. VÁSQUEZ, Gonzalo. Antecedentes de la Noción de Economía Popular: La Perspectiva Coraggiana. **DOSSIER. CdS**, Nº 6, Diciembre/2017.

WASKO, Janet. **How Hollywood Works**. Sage Publications Ltd; 2003.

WILDEN, Anthony. **Comunicação**. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 2001. v. 34, Comunicação-Cognição.

WILDEN, Anthony. **Informação**. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 2001. v. 34, Comunicação-Cognição.

WOOD, Ellen Meiksins. As origens agrárias do capitalismo. **Crítica Marxista**, São Paulo, Boitempo, v.1, n.10, 2000, p.12-29.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Ed. Boitempo, 2003.